

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SÓCIO-ESPACIAL E REGIONAL – PPDSR

LEILA ANDRÉA FERNANDES DE SENA

**IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS NO CONTEXTO DOS GRANDES PROJETOS
DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA-MA:** luta e resistência
dos camponeses do Assentamento João do Vale

São Luís
2016

LEILA ANDRÉA FERNANDES DE SENA

**IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS NO CONTEXTO DOS GRANDES PROJETOS
DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA-MA: luta e resistência
dos camponeses do Assentamento João do Vale**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócio-espacial e Regional – PPDSR da Universidade Estadual do Maranhão como requisito final para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Sócio-espacial e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Isaac Bernat Giribet

Área de concentração: Desenvolvimento e Diversidade Regional.

Linha de pesquisa: Região, territorialidades e movimentos sociais.

São Luís

2016

Sena, Leila Andréa Fernandes de.

Impactos sócio-ambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no Município de Açailândia – MA: luta e resistência dos camponeses do Assentamento João do Vale / Leila Andréa Fernandes de Sena. –São Luís, 2016.

259 f.:il.

Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Sócio-espacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Isaac Bernat Giribet.

1. Desenvolvimento. 2.Impactos sócio ambientais. 3. Questão agrária. 4. Assentamento rural. 5.Resistência camponesa. I. Título

CDU: 332 (812.1 Açailândia)

LEILA ANDRÉA FERNANDES DE SENA

**IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS NO CONTEXTO DOS GRANDES PROJETOS
DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA-MA: luta e resistência
dos camponeses do Assentamento João do Vale**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócio-espacial e Regional – PPDSR da Universidade Estadual do Maranhão como requisito final para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Sócio-espacial e Regional.

Aprovada em: ____/____/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Isaac Bernat Giribet (Orientador)

Doutor em História

Universidade Estadual do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Zulene Muniz Barbosa

Doutora em Ciências Políticas

Universidade Estadual do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Zaira Sabry Azar

Doutora em Políticas Públicas

Universidade Federal do Maranhão

A Deus, somente em vós eu posso sentir o inexplicável dom do amor que nos capacita a sermos simplesmente humanos diante de um mundo marcado pelas profundas desigualdades sociais. Senhor, a vós dedico toda a obra deste trabalho; nada seria possível sem a tua fortaleza na minha vida.

A minha adorada mãe, fonte inesgotável de força e perseverança; o sopro divino da vida que me acalenta nos momentos mais difíceis, impulsionando-me a nunca desistir. O meu imenso amor a ti.

Aos camponeses do Assentamento João do Vale, pela luta e resistência de acreditarem que é possível uma vida digna e que perseverar nos sonhos para concretizá-los é uma condição primordial para não sucumbir às adversidades encontradas no caminho.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais, pela coragem e determinação de lutar persistentemente pela reforma agrária em um país de fortes contrastes socioeconômicos e regionais.

AGRADECIMENTOS

Aprendi estradando em Açailândia que a vida nos conduz a caminhos que nos possibilita refletir sobre os desafios que nos impulsiona a viver, sentir e pensar a realidade concreta em movimento. Por mais solitária e árdua que possa parecer a caminhada para a construção de um trabalho acadêmico, esse processo se cumpre pela mediação de várias pessoas que contribuem cada uma do seu modo para que isso aconteça, seja por meio das teorias, das experiências cotidianas, das informações, das conversas e até mesmo do incentivo naqueles momentos de fragilidade; portanto considero todas as intervenções valiosas. O meu imensurável carinho e agradecimento:

A Deus, o maior mestre que a humanidade já teve.

A minha mãe, por seu amor e dedicação incondicionais. Por ter feito dos meus sonhos, os seus. Nos momentos mais difíceis, você é a minha referência de fortaleza.

A Demóstenes (irmão) e minhas sobrinhas (Layana, Ana Lívia e Ana Rosa) agradecimentos e desculpas por muitas vezes me fazer ausente nos momentos em família devido às tarefas acadêmicas.

Ao professor Isaac Giribet, meu orientador, pela paciência e tempo dispensado a mim para as possíveis observações e sugestões para o aprimoramento do texto. Meus agradecimentos por tudo.

À FAPEMA por ter concedido uma bolsa de pesquisa que possibilitou minha dedicação aos estudos.

Às amigas de longa data, Lília Luz e Luciana Lima pela amizade que construímos com solidez.

Às queridas amigas Téssia e Ana Karina pelas palavras de incentivo ditas na hora certa.

A Dona Maria José por compreender a minha ausência na Pastoral do Dízimo durante a elaboração deste trabalho.

Às famílias assentadas do PDS João do Vale com as quais tive a oportunidade de aprender muito com as suas lutas e resistência em uma sociedade tão injusta e desigual. Agradecimento especial aos assentados que contribuíram com informações valiosas e se disponibilizaram a falar sobre suas vidas na luta pela terra: Maria da Conceição Jansen, Dulcília Aguiar, Rivaldo Martins Jorge, Maria

Eunice Rocha do Nascimento, Antônio Bernardino da Silva, Nara Sanaélia da Silva Costa. Também ao professor Valdeir com quem conversei e aprendi com suas experiências e reflexões; a Maria Rosa Alves Marreiros e sua família que me acolheram em sua casa com carinho e pela contribuição para o desenvolvimento da pesquisa e não poderia deixar de lembrar Dona Graça e seu Índio que quando precisei de uma carona com mais segurança fizeram a mediação com o caminhoneiro para o meu deslocamento até a sede de Açailândia. Agradecimento é tão pouco para vocês que são protagonistas das lutas pela Reforma Agrária e por uma sociedade mais justa.

A Caetana, por sua determinação e resistência na trajetória de luta pela terra como militante do MST e liderança do PDS João do Vale. Você me oportunizou conhecer a realidade de um assentamento em suas múltiplas dimensões e dessa forma sentir um pouco o cotidiano da comunidade. E isso significou para mim uma experiência marcante que vou trazer na memória com muito respeito e carinho por todos vocês do assentamento.

A Divina, por contribuir na mediação dos contatos necessários para eu chegar ao assentamento objeto de estudo deste trabalho.

A Gracimila e Elizete, pela responsabilidade e compromisso para com o PPDSR e os alunos. Vocês acompanham as nossas conquistas. Obrigada por estarem com a gente.

À professora Franci Cardoso da UFMA, colaboradora no PPDSR da UEMA, a quem tenho como referência no Serviço Social e no Mestrado. Com base em suas orientações em sala de aula sobre a metodologia da pesquisa, pude compreender como é imprescindível a coerência e o rigor para a construção do objeto de estudo.

À professora Zulene, por sua dedicação e empenho para o desenvolvimento do PPDSR; também pelo seu apoio incondicional quando precisei e as orientações e indicações bibliográficas que foram fundamentais.

À professora Zaira do Departamento do Curso de Serviço Social da UFMA por sua valorosa e indispensável contribuição para o aprimoramento deste trabalho. A você meu respeito e admiração.

Agradecimento ao PPDSR e a todo corpo docente que contribuiu no meu processo de estudo.

Ao meu querido professor Edward (Eduarde) por seu carinho, admiração,

respeito e por acreditar tanto em mim. Em você eu não tenho só o professor, mas um amigo que faz parte da minha vida. Obrigada pelo grande incentivo para prosseguir com os meus projetos.

Aos professores Joaires Sidney e Graça Neri do Departamento de Pedagogia da UEMA, pela orientação e incentivo para participar do processo seletivo do PPDSR. Vocês tiveram um papel de suma importância para que essa conquista se tornasse realidade. Meus agradecimentos a vocês.

À professora Cândida da Costa da UFMA, pela valiosa contribuição na minha formação acadêmica no Curso de Serviço Social e a aprendizagem no campo da pesquisa quando fui bolsista da Iniciação Científica do CNPq.

Aos colegas do mestrado, pelos momentos de compartilhamento das experiências durante a pesquisa, dos conhecimentos de suas respectivas áreas profissionais e também dos momentos de descontração. Penso que essa é uma lembrança guardada com muito carinho.

À Justiça nos Trilhos na pessoa do Pe. Antônio Soffietini, pelo belíssimo trabalho realizado por essa entidade em defesa das comunidades atingidas pela VALE S.A.

À Coordenação Estadual do MST, representada na pessoa de Luís Antônio Lima e Silva, pela disponibilidade sempre em colaborar com as pesquisas acerca da realidade camponesa e pelo trabalho de formação política que vocês realizam nas comunidades.

Ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Açailândia, representado na pessoa da Luziana Maria da Cruz Silva, por me receber e colaborar com a entrevista e conversas para a elaboração deste trabalho; e ainda pela importante atuação dessa entidade na defesa dos direitos da classe trabalhadora do campo.

Ao Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos, representado pela Fabrícia Carvalho da Silva, pela atuação voltada para o combate ao trabalho escravo.

Se por ventura esqueci de agradecer alguém que o nome não consta, foi por motivo de cansaço nessa árdua empreitada; porém saibam que guardo todos com carinho.

Por fim, agradeço a contribuição de todos nesse momento tão especial da minha vida acadêmica.

[...]

Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais
Cada um de nós compõe a sua história,
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz
E ser feliz.

Conhecer as manhas e as manhãs,
O sabor das massas e das maçãs,
É preciso amor pra poder pulsar,
É preciso paz pra poder sorrir,
É preciso a chuva para florir.

(Tocando em frente; composição de Almir Sater e Renato Teixeira)

[...]

E quem nos ajudará
A não ser a própria gente
Pois hoje não se consente esperar.
Somente a rosa e o punhal.
Somente o punhal e a rosa
Poderão fazer a luz do sol brilhar.

(Oração Latina; César Teixeira)

RESUMO

Este estudo trata dos impactos sócio-ambientais decorrentes das contradições inerentes aos projetos de desenvolvimento no âmbito do Programa Grande Carajás que se configura nos setores minero-siderúrgico e no agronegócio no município de Açailândia-MA incidentes sobre as comunidades camponesas. Atualmente, a empresa mineradora responsável pela dinâmica de atividades correlatas tais como: carvoaria, siderurgia, monocultivo de eucalipto tem desencadeado vários processos que compõem a realidade do município: poluição ambiental, trabalho escravo, expulsão do camponês dos seus lotes em função do avanço do plantio de eucalipto, concentração de terras, enfim reconfiguração da questão agrária e das lutas sociais pelo campesinato e pelos movimentos sociais em virtude da expansão do capital pelas corporações transnacionais cuja VALE S.A é a maior expressão. A estratégia expansionista da empresa mineradora centraliza-se em um mega projeto de infraestrutura como a duplicação da Estrada de Ferro Carajás-EFC para garantir a reprodução do capital. Esse empreendimento, vem provocando impactos negativos nas áreas que são recortadas pela linha férrea como no caso dos assentamentos rurais e em particular no Assentamento João do Vale, dentre os seis assentamentos situados na região do Novo Oriente. Os conflitos agrários têm ocorrido cada vez mais pela imposição desse empreendimento que é marcado pelo domínio econômico, político, ideológico e do território da empresa VALE S.A em um contexto no qual predomina um projeto de desenvolvimento hegemônico industrial que provoca transformações socioeconômicas, culturais e políticas no tecido social. O Assentamento João do Vale inserido nessa totalidade se constitui enquanto resistência frente aos desmandos do capital e seus custos para a comunidade a partir da organização política com apoio do MST, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais-STR's e entidades da sociedade civil, engendrando suas estratégias de luta para amenizar os impactos sentidos.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Impactos sócio-ambientais. Questão Agrária. Assentamento Rural. Resistência Camponesa.

ABSTRACT

This study deals with the social and environmental impacts resulting from inherent contradictions development projects under the Greater Carajás Programme which constitutes the mineral-siderúrgico sectors and agribusiness in the municipality of Açailândia-MA levied on peasant communities. Currently, the mining company responsible for the dynamics of related activities such as charcoal, steel, eucalyptus monoculture has triggered several processes that make up the reality of the city: environmental pollution, slave labor, peasant expulsion of their plots due to the planting of advance eucalyptus, land concentration, short reconfiguration of the agrarian question and social struggles by peasants and the social movements because of the expansion of capital by transnational corporations whose VALE S.A is the largest expression. The expansionist strategy of mining company centers on a mega infrastructure project such as the doubling of the Carajás-EFC railroad to ensure the reproduction of capital. This venture, has caused negative impacts in areas that are cut by the railway line as in the case of rural settlements and in particular in the Settlement John Valley, among the six settlements located in the New East region. The agrarian conflicts have been increasing by the imposition of the undertaking that is marked by economic, political, ideological field and territory the company VALE S.A in a context in which prevails an industrial hegemonic development project that causes socioeconomic transformations, cultural and political in social fabric. The settlement João Vale inserted into this all is constituted as resistance against the excesses of capital and their costs to the community from the political organization with MST support, Union of Rural Workers-STR's and civil society, engendering their strategies fighting to mitigate the impacts senses.

Keywords: Development. Social and environmental impacts. Agrarian Question. Rural settlement. Peasant resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Desflorestamento na região da Amazônia Legal	79
Figura 2 –	Localização Geográfica de Açailândia – MA	88
Figura 3 –	Infográfico 1: Pecuária concentra maior número de trabalhadores escravizados.....	109
Figura 4 –	Infográfico 2: Perfil socioeconômico dos escravizados por Estado	112
Figura 5 –	Deslocamento do trabalho escravo	114
Figura 6 –	Domicílios e naturalidade dos Trabalhadores Escravos Resgatados (1995- 2006).....	115
Figura 7 –	Localização da Região Grande Carajás	118
Figura 8 –	Municípios da Região dos Carajás	119
Figura 9 –	Cadeia Produtiva Mínero-siderúrgica	129
Figura 10 –	A fumaça das siderúrgicas sobre o bairro do Piquiá	135
Figura 11 –	Moradora mostra o pó de ferro no interior da casa.....	136
Figura 12 –	Localização geográfica do Assentamento João do Vale – Açailândia/MA.....	152
Figura 13 –	Poço Artesiano do Assentamento João do Vale.....	160
Figura 14 –	Caixa d'água que abastece a comunidade.....	161
Figura 15 –	Primeiro barraco montado no período do acampamento, anos de 2007.....	164
Figura 16 –	As casas do PDS João do Vale.....	164
Figura 17 –	Capela de São José	166
Figura 18 –	Estrutura física interna da Capela de São José.....	166
Figura 19 –	Cultivo de hortaliças	169
Figura 20 –	Horta de cebola verde	169
Figura 21 –	Canteiro de abóbora	169
Figura 22 –	Sementes de urucum.....	171
Figura 23 –	Fruto do urucum aberto	171
Figura 24 –	Colmeias.....	172
Figura 25 –	Escola do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) do PDS João do Vale	175

Figura 26 –	Projeto Hortaliças- Alunos do 1º e 2º ano.....	176
Figura 27 –	Projeto Erosão- Alunos do 5º ano.....	177
Figura 28 –	Dormentes utilizados na construção da Ferrovia Carajás	194
Figura 29 –	Área que era ocupada pela antiga carvoeira, PDS João do Vale...	195
Figura 30 –	Assentamento Francisco Romão.....	201
Figura 31 –	Assentados esperando o trem passar	201

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Evolução do rebanho bovino Açailândia (2004-2010)	90
Gráfico 2 –	Estrutura Fundiária Açailândia – 1995.....	91
Gráfico 3 –	Estrutura Fundiária Açailândia – 2006.....	91
Gráfico 4 –	Distribuição de Terras por Atividade Econômica – Açailândia 1996.....	93
Gráfico 5 –	Distribuição de Terras por Atividade Econômica – Açailândia 2006.....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Estrutura Fundiária- Brasil (2009).....	55
Tabela 2 –	Estrutura Fundiária- Maranhão (2006).....	57
Tabela 3 –	Evolução do nº de conflitos no campo brasileiro, 2010-2014	60
Tabela 4 –	Nº de conflitos por terra no Nordeste 2010-2014.....	64
Tabela 5 –	População por situação de domicílio Açailândia-MA (1980,1991, 2000, 2007, 2010)	98
Tabela 6 –	Principais projetos implementados na Amazônia Legal.....	124
Tabela 7 –	Perfil das Siderúrgicas de Açailândia – MA	128
Tabela 8 –	Características das Modalidades dos Projetos de Assentamento.....	180

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAGRIJOV	- Associação de Agricultores do Assentamento João do Vale
ABC paulista	- Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C)
ALUMAR	- Consórcio Alumínio Maranhão
AMZA	- Amazônia Mineração S.A
ANTF	- Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários
ATAM	- Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão
ATER	- Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA	- Banco da Amazônia S.A.
BIRD	- Banco Mundial
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR	- Cadastro Ambiental Rural
CCI	- Câmara de Comércio Internacional
CDVDH/CB	- Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán
CEF	- Caixa Econômica Federal
CENTRU	- Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CEPAL	- Comissão de Estudos para a América Latina
CESIR	- Centro de Estudo Sindical Rural
CF	- Constituição Federal
CIMI	- Conselho Indigenista Missionário
CLA	- Centro de Lançamento de Alcântara
COMARCO	- Companhia Maranhense de Colonização
CONAMA	- Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONAQ	- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras e Quilombolas
CNBB	- Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPRM	- Cia. de Pesquisa de Recursos Naturais

CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CUT/MA	- Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
CVRD	- Companhia Vale do Rio Doce
DIEESE	- Departamento Intersindical da Estatística e Estudo Socioeconômico
DOCEGEO	- Rio Doce Geologia e Mineração
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
EFC	- Estrada de Ferro Carajás
EIA	- Estudo de Impactos Ambientais
EMA	- Associação Educação e Meio Ambiente
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETAEMA	- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão
FETAG	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF	- Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FIDAM	- Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FIDH	- Federação Internacional dos Direitos Humanos
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FOB	<i>Free On Board</i>
FPE	- Fundo de Participação do Estado
FUNDEF	- Fundo de Desenvolvimento para a Educação Fundamental
GERA	- Grupo Executivo de Reforma Agrária
GETAT	- Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	- Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IMESC	- Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPAM	- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
JK	- Juscelino Kubitschek
JnT	- Justiça nos Trilhos
MA	- Maranhão
MAB	- Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	- Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
MMC	- Movimento das Mulheres Camponesas
MMTR	- Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA	- Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	- Ministério Público Federal
MPV's	- Medidas Provisórias
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTA	- Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONG's	- Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	- Projeto de Assentamento
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PDA	- Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento
PAE	- Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF	- Projeto de Assentamento Florestal
PAV	- Programa Assentamentos Verdes
PDS	- Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PETI	- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGC	- Programa Grande Carajás
PIB	- Produto Interno Bruto
PIN	- Programa de integração Regional
PJR	- Pastoral da Juventude Rural
PLANAPO	- Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PMCMV	- Programa Minha Casa, Minha Vida
PNBSB	- Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
PNHR	- Programa de Habitação Nacional Rural
PNRA	- Plano Nacional de Reforma Agrária
POLONORDESTE	- Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA	- Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PT	- Partido dos Trabalhadores
RADAM	- Radar da Amazônia
RIMA	- Relatório de Impactos Ambientais
SECEX	- Secretaria de Comércio Exterior
SESP	- Secretaria de Saúde Pública
SINDIFER	- Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado do Espírito Santo
SIPRA	- Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SMDDH	- Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
SPVEA	- Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STR's	- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Açailândia
STTR	- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDAM	- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TEM	- Ministério do Trabalho e Emprego
TIJUPÁ	- Associação Agroecológica
TRT	- Tribunal Regional do Trabalho
UDR	- União Democrática Ruralista
ULTAB	- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UPR	- Unidade de Produção de Redutor

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	NA TRILHA DO DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO: política de ocupação territorial como estratégia de expansão do capital	32
2.1	Amazônia Legal: uma promessa de desenvolvimento	35
2.2	A questão agrária e a expansão da fronteira agrícola na Amazônia	47
2.3	O saque da Amazônia Legal: custos sociais e ambientais	75
3	AÇAILÂNDIA-MA NAS TRILHAS DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS	83
3.1	Caracterização sócio-espacial e econômica de Açailândia-MA	84
3.2	Modernização no campo no contexto do Grande Carajás e implicações	100
3.3	Programa Grande Carajás: do outro lado dos trilhos	117
3.4	Açailândia: uma cidade do capital	121
4	O ASSENTAMENTO JOÃO DO VALE PARA ALÉM DOS TRILHOS: a longa trilha da resistência camponesa	140
4.1	Lutas camponesas no Maranhão	141
4.2	Trilhando na história do assentamento João do Vale	151
4.3	O PDS João do Vale: uma proposta agroecológica	178
4.4	Resistência e lutas sociais: “vozes para além dos trilhos”	188
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
	REFERÊNCIAS	210
	APÊNDICE A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ENTREVISTAS	225
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	226
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	228
	ANEXO A - PORTARIA DO INCRA SR (12) MA/ Nº 70	231
	ANEXO B - LAUDO AGRONÔMICO DE FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	232
	ANEXO C – DECLARAÇÃO DE NORMALIZAÇÃO	258
	ANEXO D – DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO ORTOGRÁFICA	259

1 INTRODUÇÃO

Sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral [...].

István Mészáros

O Brasil é um país de privilegiada extensão territorial e de riquezas naturais imensuráveis que lhe atribuem características singulares distribuídas em sua área de 8.515.767,049 km², sendo o 5º maior território do mundo. Possui uma configuração sócio-histórica, econômica e cultural complexa que faz do povo brasileiro, um povo singular e plural no modo de construir sua história no tempo e no espaço. A diversidade sócio-espacial e cultural é a expressão dos sujeitos sociais que criam/recriam a história no processo dialético de reprodução da vida material e imaterial como primeiro ato histórico para a condição de sua existência. (MARX; ENGELS, 2001).

A dinâmica do desenvolvimento econômico no território brasileiro, profundamente marcado pelas desigualdades regionais e sociais, tem seu epicentro nos resquícios de um período colonial na forma como o modelo de produção, de sociedade e administrativo-institucional que se foi estruturando.

Prado Júnior (1994) explica que o sentido da colonização dos trópicos, em que o Brasil é situado, esteve desde as primeiras incursões estrangeiras precipuamente vinculada à exploração das riquezas naturais para efetivação do comércio exportador europeu. Para ele, a formação socioeconômica brasileira repousa nesse objetivo, ou seja: a Colônia brasileira se constituiu em fornecedor de gêneros primários, tais como cana-de-açúcar, tabaco, algodão, café, metais preciosos para o mercado externo. Os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais constitutivos da sociedade brasileira, como totalidade de uma realidade ampla e complexa, fez-se no substrato de um sistema pautado no escravagismo, na monocultura e no latifúndio.

A essência desses elementos sobrevive na atualidade, porém com uma nova configuração em virtude do amálgama de novas relações produtivas e sociais com as antigas na complexa, perversa e contraditória combinação no sistema capitalista industrial-financeiro. Não obstante o Brasil, em particular o Estado do Maranhão, apresenta uma grande concentração fundiária e intensos conflitos entre

grandes proprietários de terra, trabalhadores rurais, posseiros e grileiros. Além disso, o homem do campo convive com uma série de problemas provenientes da introdução do modelo de modernização agrícola conservadora implementada de forma massiva a partir de meados da década de 1960, sob o discurso do desenvolvimento econômico para o país.

Os trabalhadores rurais e as comunidades tradicionais que historicamente lutaram contra o inimigo comum: o latifúndio, hoje lutam contra as grandes corporações nacionais e internacionais que nada mais são que a personificação daquele. Isso remete às determinações econômicas e políticas transcorridas desde à década de 1960 (Regime Militar) e em curso até os dias atuais com o solapamento do território nacional para atender interesses pessoais de pequenos grupos econômicos.

A compreensão da dinâmica sócio-espacial e regional do Brasil, assim como dos traços mais marcantes que delineiam um desenvolvimento desigual e combinado no território, como trata Smith (1988), e Löwy (2014), devem ater-se ao processo de desenvolvimento e acúmulo do Capital no movimento dialético de fluxo e refluxo de sua reprodução nas áreas consideravelmente vantajosas, sobre o prisma do lucro e da propriedade privada, essência primeira do Capital. A relação capital/espço é intrínseca e, portanto, condição necessária à sobrevivência da acumulação e da mais-valia, esta última convertida em infraestrutura para a circulação de mercadorias em escala local, nacional e global.

Espacialmente, o desenvolvimento do capitalismo se caracterizará pela fixação de unidades de produção (capital fixo) em função de um cálculo de rentabilidade privada, tendo em conta a capacidade de modo mercantil dos objetos do trabalho e da força de trabalho, e de escoamento dos produtos no mercado. (LIPIETZ, 1988, p. 35).

O Capital, ao adentrar um determinado território, se espacializa de forma diferenciada, uma vez que o espaço tem uma dimensão socioeconômica, cultural, histórica e política. É importante notar que o modo capitalista se vale de uma ideologia da padronização tecnológica e cultural para submeter as regiões aos seus interesses, não respeitando as particularidades regionais. Há uma disputa pelo espaço entre o Capital e o Trabalho, uma vez que o ambiente construído necessita de uma gestão pública e de um controle coletivo. Para Harvey (1982, p. 18), “[...] o ambiente construído exige controle e administração coletivos; portanto é quase certo

que ele se torne um campo importante na disputa entre o capital e o trabalho, em torno do que é bom para a acumulação e do que é bom para as pessoas”.

Em período de crise, o Capital, para sobreviver, recorre ao seu forte aliado: o Estado que não mede esforços para subsidiar a expansão capitalista. Daí, “[...] o nexo Estado - finanças há muito que tem funcionado como o sistema nervoso central da acumulação capitalista. Quando os sinais internos do seu funcionamento se descontrolam, surgem obviamente crises” (HARVEY, 2011, p. 52); esse é um aspecto a ser considerado na dinâmica do Capital, em que o Estado exerce papel fundamental para a reprodução capitalista, sobretudo no período de crises. Os eventos do plano global estão interligados aos do plano local e são essenciais para a compreensão do mundo ou do lugar.

O caso brasileiro é emblemático em termos das crises macroestruturais nos grandes centros econômicos do mundo; sintomaticamente, é afetado na dinâmica econômica no território nacional e precisa se ajustar ao novo ordenamento das políticas macroeconômicas pelos organismos financeiros internacionais (Fundo Mundial Internacional – FMI e Banco Mundial – BIRD). Nesse sentido, faz-se necessário para o Capital buscar novos espaços territoriais para se reproduzir e se garantir enquanto modo de produção predominante que controla todos os mercados produtores de matéria-prima e fornecedores de força de trabalho barata. Isso remete, certamente, ao Brasil, em particular, à região da Amazônia Legal depositária do jogo de interesses e alianças políticas e econômicas institucionalizadas entre o Estado e corporações transnacionais. A corrida desmedida por novas oportunidades de expansão do Capital se faz com base na apropriação da riqueza de outras nações. Marx ratifica essa dinâmica do Capital, no Manifesto Comunista, na análise realizada acerca da sociedade burguesa:

A necessidade de mercados cada vez mais extensos para os seus produtos impele a burguesia para todo globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte [...] Em lugar da antiga autossuficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. (MARX, 2004, p. 49).

Quase de súbito, pensar o Brasil de hoje nos remete revisitar o passado nacional, refazendo-o historicamente desde os resquícios da sua formação social, econômica, política e cultural no itinerário precípua não linear eivado de elementos

estruturais endossados de continuidades e discontinuidades como processos desencadeadores de novos processos no plano das relações produtivas e sociais. Desde o período colonial e imperial, o Brasil já se constituía como nação de economia dependente do mercado internacional, voltando-se para a exportação de gêneros primários e metais preciosos que atendessem aos interesses europeus e também como consumidor dos produtos manufaturados da Europa. A relação de dependência que têm marcado a história do país ratifica a teoria da dependência de Marini que até hoje continua bastante atual. Todo o esforço de industrializar o país, que até a década de 1930 tinha predominantemente feição agrário-exportadora, fez-se norteadada pela lógica de um desenvolvimento do país somente pela industrialização em estreita relação de dependência ao capital estrangeiro.

Contribuindo teoricamente acerca da dinâmica e estrutura do Capital para garantir a sua reprodução e acumulação, Rui Marini, em seu texto *Dialética da Dependência*¹, parte da análise da dependência latino-americana em relação aos países considerados de economia industrial avançada. Ele vai dizer que no “[...] calor da expansão comercial no século XVI pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional” (MARINI, 2011, p. 133), isto é, como colônia produtora de gêneros exóticos e de metais preciosos sustentou a Indústria manufatureira, possibilitando a criação da grande indústria na Europa. Foi no século XIX, quando conquistada a independência política pela América Latina, que a Inglaterra passou a comercializar direto com os países latino-americanos. Estes, então, começaram a produzir bens primários que atendessem às necessidades da Inglaterra quanto à produção de suas manufaturas. Nesse momento, a América Latina passou a ser inserida na divisão internacional do trabalho, tendo seu papel de fornecedora de produtos primários definido em função dos interesses dos países centrais, ou seja:

[...] é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2011, p. 134-135).

Para Marini (2011), dependência implica em uma relação de subordinação caracterizada por uma relação desigual entre os apropriadores do

¹ A obra *Dialética da Dependência* foi publicada na 1ª edição em 1973.

Capital que vão atuar sempre no sentido de garantir a permanência da reprodução do sistema com base na exploração do trabalho, concentração de riqueza e espoliação de recursos naturais e minerais em lugares longínquos para se fortalecerem economicamente. O resultado disso é um desenvolvimento desigual e contraditório configurado na indissociabilidade entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos em uma totalidade em movimento.

No processo de desenvolvimento capitalista, a dependência não está posta para ser superada, pois o sistema se nutre nas relações desiguais. A teoria da dependência de Marini é atual e nos conduz a compreender a relação de dependência no território brasileiro desde o período colonial até aos nossos dias no que se refere à especialização do país em produtor de *commodities* primários e minerais. Na análise de Marini (2011, p. 32): “A dependência é assim, o mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional”.

Em conformidade com essa dinâmica capitalista, sob a perspectiva teórica de Marini, o município de Açailândia, localizado na Amazônia Legal maranhense, insere-se em um contexto de desenvolvimento dependente, uma vez que os projetos de desenvolvimento implementados na região configuram-se no setor minero-siderúrgico e no agronegócio, carros-chefes da economia brasileira idealizados no Programa Grande Carajás.

Tais setores econômicos expressam a realidade concreta de um modelo de desenvolvimento industrial dependente voltado para o mercado exportador que satisfaça as necessidades e interesses do mercado internacional. Em contrapartida, as transformações socioeconômicas, políticas, culturais e tecnológicas, gestadas no calor do redimensionamento do Capital, no seu processo de reprodução, vão ter rebatimentos no campo no que concerne às mudanças nas relações de produção e de trabalho, assim como a agudização da questão agrária e a reconfiguração do campesinato e de suas lutas de resistência que se ampliam diante de um modelo de desenvolvimento rural hegemônico que nega o universo camponês.

Mediante essa realidade permeada de contradições no seio da dinâmica capitalista, as consequências negativas de um modelo de desenvolvimento econômico integrado à economia internacional têm relação histórica com problemas sócio-ambientais produzidos na Amazônia Legal em nome de um suposto

desenvolvimento econômico a todo custo e promessas de melhoria da qualidade de vida para a população. A apropriação e o uso da terra e seus recursos pelas empresas nacionais e internacionais para a concretude de projetos agropecuários e do setor minerador se fazem de forma predatória, resultando em depredação do meio ambiente e dilaceramento de vidas humanas no sentido sócio-cultural de organização dos diversos grupos sociais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, seringueiros e camponeses) existentes na região amazônica. A história de vida desses sujeitos sociais particulares é marcada pela violação de direitos humanos e sociais.

A escolha do tema acerca dos impactos sócio-ambientais no município de Açailândia, no contexto dos projetos de desenvolvimento e de forma particularizada sobre o Assentamento João do Vale, decorreu da inquietude de buscar conhecer e compreender a incidência dos impactos negativos gestados na dinâmica de reprodução e acumulação do setor mineiro-siderúrgico, cuja maior expressão é a empresa VALE S.A na dinâmica social desse assentamento rural de reforma agrária, assim como sua resistência e estratégias diante do Capital.

Selecionar um assentamento rural em Açailândia dentre vários, que também são impactados em uma totalidade tão complexa, não foi tarefa fácil; mas uma característica diferenciada despertou-me a atenção e a curiosidade, o fato de ser, desde 2011, a primeira experiência de Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS em Açailândia no Maranhão.

Trata-se de uma modalidade de assentamento que foi criada para atender às famílias agricultoras da política de reforma agrária que desejassem ter um lote de terra para morar e produzir seus alimentos, utilizando os recursos naturais sob os princípios agroecológicos para a preservação da mata nativa amazônica. A política de criação de assentamentos, em si, já é imbuída de contradições no contexto da questão agrária, que já nasce demarcada pelas desigualdades e guarda na sua essência a luta de classes antagônicas; a sigla PDS vem reforçar ainda mais essa contradição, visto que inserida em uma realidade onde predomina o agronegócio e o setor mineiro-siderúrgico, a concepção agroecológica é rechaçada pelo grande capital.

Açailândia tem sido alvo de grandes investimentos visivelmente observado no polo siderúrgico e nas extensas áreas destinadas à Agropecuária e plantio de eucalipto para ser transformado em carvão vegetal com o intuito de

alimentar os altos-fornos das cinco guseiras instaladas na cidade.

Geograficamente, ocupa espaço estratégico sob o ponto de vista econômico para o escoamento de produtos tanto no mercado interno quanto externo por contar com uma infraestrutura rododotferroviária de entroncamento que interliga a mina de Carajás (no Pará) com o porto da Ponta da Madeira em São Luís (no Maranhão). Atualmente, o Capital, para aumentar seu lucro no setor minerador, representado na VALE S.A, tem lançado mão de grandes empreendimentos sem infraestrutura, a exemplo da duplicação da Estrada de Ferro Carajás – EFC para aumentar a capacidade de exportação de *commodities* primários e principalmente de minério de ferro.

Esse investimento tem trazido sérias consequências para as comunidades que se localizam ao longo da linha férrea; elas têm suas casas, plantações, cercas, quintais invadidos e destruídos; comunidades são deslocadas de seus territórios, perdendo seus laços de identidade. Os conflitos agrários estão cada vez mais evidentes com as ações prejudiciais da VALE S.A sobre as comunidades, como a duplicação da linha do trem; além da ameaçadora presença do agronegócio em relação ao modo de vida camponês. Na região do Novo Oriente², em Açailândia, há seis assentamentos que são impactados pelas obras de duplicação da linha férrea, dentre eles o Assentamento João do Vale, em que a precariedade das condições de vida das famílias contrasta com a riqueza que transita todos os dias na sua frente, que não é redistribuída para a população em forma de políticas públicas de qualidade (Saúde, Educação, reforma agrária, saneamento básico, Assistência social e habitação).

O estudo de caso do assentamento João do Vale, sob o enfoque dos impactos sócio-ambientais circunscritos na relação tensa e conflituosa entre assentados e empresa mineradora, suscita questionamentos diversos, inclusive de que forma o poder público municipal tem-se comportado diante das problemáticas sócio-ambientais que afetam o município. O Poder público tem estabelecido o diálogo com as comunidades, movimentos sociais e entidades da sociedade civil para conhecer os problemas vivenciados por esses setores e buscar discutir e tomar medidas cabíveis? E tantas outras perguntas que surgem no transcorrer da pesquisa.

² Termo utilizado pelos assentados para se referirem à área constituída por seis assentamentos vizinhos que são impactados pelo empreendimento minerador.

As famílias camponesas têm suas percepções de mundo construídas nas relações que estabelecem umas com as outras e suas necessidades são solucionadas a partir de alternativas que buscam por vias até mesmo contraditórias em virtude de não serem alcançadas pelas Políticas públicas, inclusive das de reforma agrária. Em relação ao assentamento em questão, entende-se que a reprodução social do campesinato no seu interior é o que o particulariza enquanto espaço sócio-territorial forjado nas lutas pela terra e pela reforma agrária, tendo na sua configuração dimensões sócio-históricas, econômicas, culturais, ideológicas e políticas constituídas na totalidade social da realidade do Maranhão. Os assentamentos são fruto da organização social e política das famílias camponesas cuja trajetória de luta e resistência se dá desde o acampamento, denotando mudança nas suas vidas. Dessa forma, na perspectiva política, os assentamentos:

[...] tendem a fortalecer os movimentos sociais de luta pela terra, uma vez que se constituem em prova de eficácia das pressões intensas, em especial quando a referência são as ocupações de terra e acampamentos do Estado para lidar com essa nova realidade (não só no que diz respeito à criação de novos organismos ou reformulação dos existentes – nos governos federais, estaduais, estaduais e municipais – mas também de novas leis e regulamentações); possibilitam a geração de empregos e, de alguma maneira do nível de renda de boa parte das famílias assentadas (com reflexos nas economias municipais e regionais); tem potencial para alterar, em maior ou menor medida, as relações de poder local. (LEITE; MEDEIROS, 2004, p. 19-20).

Considerando-se a dimensão cultural do assentamento atinente ao significado da luta pela terra e à organização da vida social e do espaço, Simonetti (apud MARQUES, 2015, p. 66) diz que

O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da *produção*, mas também o lugar da *realização da vida*. [...] E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles creem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico.

Com base em leituras de relatórios, livros, documentários sobre a temática dos impactos sócio-ambientais em Açailândia com a implementação dos projetos de desenvolvimento na Região Amazônica a partir de 1950 e com maior intensidade nas décadas de 1970/80 com continuidade nos dias atuais, porém com

novas configurações, pude refletir e definir como questão central: Quais são os desdobramentos dos impactos sócio-ambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia Legal, tendo por referência o PDS João do Vale em Açailândia, Maranhão?

Para possibilitar a apreensão do objeto de estudo e a resposta correspondente à questão central, elaborei as seguintes questões secundárias: a) Quais foram as políticas de estado implementadas para o desenvolvimento da Amazônia no contexto pós-II Guerra Mundial? b) Como o município Açailândia-MA se configura social e economicamente enquanto referência do capital na Amazônia Legal? c) Como se configura a dinâmica social e política do assentamento João do Vale no contexto do desenvolvimento da Amazônia?

Reconhecendo a importância de clareza e coerência no desenvolvimento da pesquisa, os objetivos são instâncias que norteiam todo o processo de apreensão de uma determinada realidade concreta. Então, os objetivos estão definidos assim:

a) Objetivo Geral:

Compreender os desdobramentos dos impactos sócio-ambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia Legal, tendo por referência o PDS João do Vale, em Açailândia, Maranhão.

b) Objetivos Específicos:

- a. Analisar o desenvolvimento na Amazônia, considerando-se as Políticas de Estado;
- b. Configurar social e economicamente o município Açailândia, enquanto referência do Capital na Amazônia;
- c. Refletir sobre a dinâmica social e política do assentamento João do Vale no contexto do desenvolvimento da Amazônia.

Com o intuito de analisar e compreender a realidade concreta do Assentamento João do Vale nos meandros da pesquisa, o estudo empírico teve por referência teórico-metodológica o Materialismo Histórico-dialético por possibilitar a apreensão dos fenômenos sociais a partir do movimento contraditório e dialético dos elementos constitutivos dos processos de produção e reprodução material dos sujeitos sociais no devir da história, transcendendo desta forma o aparente e

captando a sua essência a partir do esforço intelectual das conexões entre as múltiplas dimensões concebidas em uma totalidade de alta complexidade.

O assentamento rural é síntese das múltiplas determinações; ele consiste em uma totalidade complexa inserida em uma totalidade de alta complexidade que não se confunde com um todo fragmentado por ser um complexo articulado a outros complexos em movimento cuja força motriz são as contradições. (PAULO NETO, 2011).

De acordo com Marx (1983, p. 218-219):

O concreto é concreto por ser a síntese de muitas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente ponto de partida da observação imediata e da representação.

Durante o processo da pesquisa, no que concerne a dados e informações empíricas sobre o tema, foi realizado levantamento bibliográfico, cujas fontes foram relatórios, textos e artigos, publicados em livros; acesso a sites eletrônicos e documentos oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA como pareceres técnicos e portaria de criação do assentamento.

No ano de 2014, foram realizadas várias visitas à Superintendência Regional do INCRA de São Luís, ocasião nas quais conversei com técnicos e obtive algumas informações referentes ao assentamento em estudo. Em Açailândia foram realizadas, em diferentes períodos, entrevistas semiestruturadas e conversas com representantes de movimentos sociais e entidades da sociedade civil como: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STR's, Rede Justiça nos Trilhos, Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán – CDVDH/CB. Ainda no mesmo ano conversei e entrevistei a presidente da Associação de Agricultores do Assentamento João do Vale e alguns assentados. Ressalte-se que foram elaborados dois roteiros de entrevista, considerando-se o enfoque específico direcionado ao grupo dos movimentos sociais acerca dos impactos em Açailândia e outro referente ao processo de constituição do assentamento (organização social e política, demandas e formas de resistência).

A análise dos dados qualitativos foram organizados e sistematizados em resultados da pesquisa, compondo o corpo deste trabalho que se estruturou em três

capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, intitulado: “Na trilha do desenvolvimento amazônico: política de ocupação territorial como estratégia de expansão do capital”, faz-se um recorte sócio-histórico da Amazônia no contexto das Políticas de desenvolvimento sob o enfoque modernizador e industrializante pensado para essa região como parte de uma estratégia geopolítica de reordenamento do território para expansão do capital nacional e internacional. Sob o governo do Regime Militar (1964-1985), a política de ocupação e expansão da fronteira agrícola na Amazônia, vinculada aos interesses transnacionais quanto à implementação de projetos agropecuários, vai acirrar conflitos agrários entre grandes proprietários de terra, posseiros e grileiros. A questão agrária maranhense se aprofunda, expressando a situação insustentável da exploração e espoliação da terra e de seus recursos naturais pelo capital e da expulsão dos camponeses de seu pedaço de terra em decorrência das profundas transformações que o campo é submetido no marco do desenvolvimento a todo custo.

No segundo capítulo, com o título: “Açailândia nas trilhas do Programa Grande Carajás”, analisa-se como se dá o processo de inserção do município de Açailândia na empreitada dos grandes projetos de desenvolvimento vinculados ao Programa Grande Carajás. O agronegócio e o setor mineiro-siderúrgico compõem o dinamismo da cadeia produtiva desencadeadora de impactos sócio-ambientais no município. A relação de dependência estabelecida entre o mercado nacional e o internacional, coloca Açailândia na divisão internacional do trabalho, ocupando a função de fornecedora de ferro gusa para o exterior, ratificando a realidade brasileira quanto economia dependente especializada na produção de *commodities* agrícolas e minerais. Destaca-se que o modelo de desenvolvimento industrial moderno consiste na combinação perversa entre o que há de mais moderno no setor produtivo e mais atrasado enquanto práticas como o trabalho escravo de adultos e crianças nas carvoarias. O capital configurado na transnacional VALE S.A engendra estratégias para aumentar sua capacidade produtiva por meio da duplicação da linha férrea que tem afetado diretamente as comunidades camponesas nas suas proximidades.

“O Assentamento João do Vale para além dos trilhos: a longa trilha da resistência camponesa” é o terceiro capítulo no qual se abordam aspectos sócio-históricos e espaciais do assentamento no que se refere à sua localização em uma

área de Reserva Legal, conferindo-lhe a caracterização de um Projeto de Assentamento Sustentável - PDS. Como assentamento de reforma agrária é a expressão da luta dos trabalhadores rurais e movimentos sociais do campo nos embates com o Estado para conquistar o acesso à terra e às Políticas Públicas para a melhoria daquele novo espaço criado em um contexto permeado de contradições. O PDS João do Vale inserido na dinâmica das múltiplas relações da realidade de Açailândia no tocante à expansão do capital representado no agronegócio e no setor mineiro-siderúrgico, confronta-se com a VALE S.A em virtude da obra de duplicação que em operacionalidade desde 2010 já ocasiona impactos. A comunidade encontra-se situada no entorno da linha férrea, sendo prejudicada. Nesse sentido, os assentados têm-se organizado e mobilizado para reivindicar benfeitorias que amenizem os impactos. A forma impositiva da empresa mineradora sobre a comunidade é nítida e sua interferência sob o ponto de vista ideológico tende a fragilizar a organização política. O Assentamento João do Vale é perpassado pelas contradições existentes na dinâmica sócio-histórica do município de Açailândia no marco do jogo de interesses e alianças políticas forjadas entre Estado e setor empresarial, porém os camponeses reconfiguram suas lutas e sua resistência é reforçada nas articulações políticas que fazem com movimentos sociais, Igreja e Organizações Não-Governamentais – ONG's.

A análise desenvolvida ao longo dos três capítulos apresentados expressa os aspectos socioeconômicos, político – ideológicos e ambientais que conformam a complexa realidade empírica do Assentamento João do Vale quanto à sua dinâmica social e política, no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia Maranhense. Nesse sentido, o assentamento configura-se como a expressão das contradições e lutas de resistência camponesa diante dos efeitos destrutivos da expansão do grande capital por meio das políticas de desenvolvimento regional do estado. O avanço do Capitalismo no campo traz sérios impactos sócio-ambientais que recaem sobre os lavradores, reconfigurando a questão agrária e ampliando a resistência dos camponeses maranhenses sob a perspectiva da reforma agrária, e, portanto, do direito ao acesso à terra e seus recursos naturais de maneira sustentável.

2 NA TRILHA DO DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO: política de ocupação territorial como estratégia de expansão do Capital

[...] descapitalizados e com gravíssimos problemas de estrutura dentro de cada fronteira, os países latino-americanos abatem progressivamente suas barreiras econômicas, financeiras e fiscais para que os monopólios, que ainda estrangulam cada país separadamente, possam ampliar seus movimentos [...].

Eduardo Galeano

Neste capítulo faz-se uma análise histórica do desenvolvimento da Amazônia a partir da segunda metade da década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, quando um desenvolvimento planejado em âmbito nacional e regional tomou força, trazendo a tona preocupação estratégica da região amazônica sob a perspectiva econômica e política para superação do subdesenvolvimento. O equacionamento dos desníveis regionais, caracterizados por desigualdades econômicas e sociais entre o Sudeste e o Norte do país, teve como indicativo uma política modernizadora centrada no setor industrial com a maciça participação de capital estrangeiro.

O governo JK acreditava que o crescimento econômico só seria possível pelo viés da industrialização do país por meio de uma política substitutiva das importações e do fortalecimento de um mercado interno. Para ter legitimidade da sociedade mediante sua política econômica montou um discurso político-ideológico de rompantes nacionalistas de valorização dos recursos humanos e naturais para atingir um país próspero, soberano e democrático. (CARDOSO, 1976, p. 77). Medidas ambiciosas para o desenvolvimento do país se consubstanciaram no conhecido Plano de Metas com intuito de investir, sobretudo no setor da indústria de base (siderúrgica, metalúrgica e petroquímica), de transporte e energético.

Importantes obras de infraestrutura rodoviária foram realizadas nessa época, interligando vários trechos do país, a exemplo da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364) e Belém – Brasília (BR-010) sendo que esta última, além de propiciar o transporte de produtos, serviu para ampliar o fluxo migratório de trabalhadores, principalmente do norte e nordeste para trabalharem na construção de Brasília e de novas cidades que surgiam ao longo das estradas, assim como possibilidade de fugirem da seca e também de se fixarem em “terras sem dono”.

Na década seguinte novas rodovias como a Cuiabá- Santarém (BR-163), e Transamazônica (BR-230) foram construídas, tornando-se vias de acesso à Amazônia e, portanto, da ocupação em massa e da penetração de grandes empresas internacionais atraídos pela vastidão das terras e riquezas naturais a serem exploradas pela extração de madeira de minerais, além da formação de grandes propriedades rurais voltadas para a agropecuária e agroindústria.

Nas décadas de 60/70, a interferência do regime militar tornou definitiva a inserção da Amazônia Legal na política de internacionalização do Capital, consolidando assim os interesses de empresas nacionais e corporações internacionais nessa região de grande potencialidade econômica. Os sucessivos governos militares, quanto suas políticas de desenvolvimento para o país foram complementares entre si, cristalizaram no território nacional um modelo de desenvolvimento econômico dependente da economia externa. O I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento significaram durante o regime militar mecanismos norteadores da economia brasileira, marcando um intenso período de mudanças no setor produtivo com a incorporação de uma racionalidade tecnológica moderna que incidiu nos processos de organização do trabalho na cidade e no campo. O esforço modernizante se estendeu aos anos de 1980 com uma nova reestruturação produtiva como resposta às crises do Capital para recolocar o país na nova ordem mundial.

O tal desenvolvimento propagado se fez acompanhado das contradições manifestadas na Amazônia Legal com o crescimento da concentração de terras e do latifúndio pelas transnacionais para o bem usufruto do agronegócio e do domínio do setor minerador em um extremo e do outro, de um grande contingente de camponeses expropriados da terra e explorados, vivendo na miséria. Nessas circunstâncias, a prática da grilagem, da violência e da impunidade aprofundaram / aprofundam a questão agrária, demarcando uma luta de classes sociais distintas em que latifundiários/empresas e camponeses posseiros disputaram o território para atender a seus respectivos interesses, ou seja: lucro crescente *versus* reprodução da vida.

Os conflitos no campo e na cidade se acirraram, expressando as desigualdades sociais e o elevado grau de insatisfação com o modelo de desenvolvimento econômico. Conduzidos por suas lutas reivindicatórias por participação política e condições dignas de trabalho e vida, trabalhadores do campo

e da cidade forjaram formas de resistência por meio de greves, ocupações/acampamentos, passeatas, marchas dentre outras para explicitar problemas sociais e requerem respostas junto às autoridades competentes.

A década de 1980 sinalizou uma fase de novas perspectivas econômicas por meio do Programa Grande Carajás, alavancando novos projetos nas áreas de influência de Carajás, eivados de promessas de melhores oportunidades de trabalho e de vida, provocando uma euforia popular. Logo, as esperanças seriam substituídas pela mais profunda incerteza, uma vez que a classe trabalhadora da cidade e do campo se viram excluídos de um desenvolvimento que se tornara realidade para poucos. No caso do Maranhão, Estado inserido na Amazônia Legal, a retórica do progresso e do desenvolvimento se materializou em projetos amplamente divulgados como o Consórcio Alumínio Maranhão – ALUMAR, da implantação de siderúrgicas com destaque para Açailândia na dinâmica da produção de ferro gusa como atividade correlata do setor minerador dominado pela VALE S.A e da instalação do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA.

Além desses modernos empreendimentos, o agronegócio, sobretudo na década de 1990 se expandiu por meio de inúmeros projetos executados por empresas nacionais e transnacionais com incentivo fiscal e financeiro do estado. É possível identificar o avanço do agronegócio com “[...] a concentração de soja e construção de hidrelétricas no sul; cana-de-açúcar e carvão no leste; pecuária extensiva, carvão e criação de búfalo, no oeste; bambu, cana-de-açúcar, soja e eucalipto e refinaria de petróleo, no norte”. (ARAÚJO, 2010, p. 176).

Desde a década de 60 até os dias atuais, a implementação das Políticas de desenvolvimento na Amazônia, especificamente para o oeste maranhense com indicação de Açailândia que será tratada no capítulo 2, fortaleceu o modelo agrícola do agronegócio e o setor mínero-siderúrgico no bojo da dependência dos países desenvolvidos com poder de decisão econômica. As consequências do movimento expansionista do Capital por meio do alargamento da fronteira agrícola atrelada ao desmatamento e às queimadas reconfiguram a questão agrária como incorporação de problemáticas ambientais graves que comprometem o bioma amazônico e do cerrado.

Hoje as comunidades camponesas e tradicionais que lutam pela terra, denunciam os impactos sócio-ambientais desse modelo de desenvolvimento econômico que secundariza a qualidade de vida das populações que fazem da

natureza a sua fonte de vida, desconsiderando a diversidade cultural e ambiental como riquezas patrimoniais de um país para a reprodução e preservação da vida.

2.1 Amazônia Legal: uma promessa de desenvolvimento

É imprescindível, ao entendimento da configuração do Brasil e de suas regiões sob a perspectiva de um modelo de desenvolvimento forjado na trama dos interesses e alianças entre Estado e setor privado (capital interno e externo) no ordenamento do território, uma visão crítica que conduza a uma reflexão acurada acerca dos rebatimentos na dinâmica da produção e reprodução do capital de forma desigual nos processos sócio-históricos.

Ao longo da História do Brasil, a sociedade econômica e política tem-se organizado espacial e socialmente, construindo um modelo de desenvolvimento correspondente com determinado momento de reorganização produtiva e que foi redefinindo a implantação de grandes projetos industriais nas Regiões Norte e Nordeste do país; essas regiões vão-se conformando, ajustando-se de acordo com a dinâmica humana que intervém no espaço, urbanizando-o, preparando-o com infraestrutura adequada (ferrovias, rodovias, energia, transporte) e concessões de subsídios e incentivo fiscal pelo poder público.

O marco histórico da análise acerca do desenvolvimento da Amazônia cumpre o estudo durante o período pós-guerra. Foi nesse contexto que se verificou a intensificação de uma política de ocupação e reordenamento no território brasileiro, como estratégia geopolítica com base no discurso de segurança nacional e desenvolvimento a todo custo nas regiões consideradas responsáveis pelo atraso econômico do país - as Regiões Norte e Nordeste - ideia essa auspiciada teoricamente pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe³ - CEPAL, criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

Ressalte-se que somente no último governo de Getúlio Vargas (1951-1954) a Amazônia passou a ser inserida no contexto de uma política estratégica no plano global em consonância com os interesses internacionais e das possíveis

³ Na época, o notório economista brasileiro Celso Furtado coordenou trabalhos nessa Comissão juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para a elaboração de um estudo conhecido por “Um esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira no período de 1955 a 1960”, que serviu de base para a construção do Plano de Metas executado na presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

contradições gestadas no âmbito das ações do governo federal. O Artigo 199 da Constituição de 1946⁴ foi regulamentado por meio da Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953, instituindo juridicamente para fins administrativos e políticos a Amazônia Legal⁵ como região sob o marco do Planejamento do Desenvolvimento Regional. De acordo com o Artigo 2º da mesma lei, ficou definida a abrangência da região amazônica pelos estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e, ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º. (BRASIL, s/d). Atualmente, com a ressalva que a partir da Constituição de 1988⁶, a Amazônia Legal passou a ser constituída por nove Estados: Amazonas, Acre, Amapá, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins e oeste do Maranhão. Além do complexo brasileiro, a Amazônia sul-americana é formada por oito países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Para a materialização das grandes obras a serem desenvolvidas na região amazônica, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA em 1953, que, mais tarde, em 1966, se tornaria a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Certamente que esse momento marca intensamente a interferência dos sucessivos governos militares na política de planejamento para o desenvolvimento da Amazônia, propiciando o avanço das empresas transnacionais nesse território. Não obstante que, para pôr em prática a estratégia política no contexto do regime militar brasileiro, foi montado um auspicioso sistema composto pela SUDAM, o Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM) e o Banco da

⁴ “Artigo 199- Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, durante pelo menos vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária. – Parágrafo Único- Os Estados e os Municípios reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal” (Redação dada pela Emenda Constitucional-EC n. 21 de 30/11/1966).

⁵ Amazônia Legal é um conceito de cunho político e não geográfico, ou seja: os limites territoriais não foram definidos pelo bioma Amazônia. Foi elaborado pelo Governo brasileiro com o fim de melhor planejar e administrar os nove Estados brasileiros com problemas econômicos, sociais e políticos semelhantes, visando dessa maneira desenvolvê-los econômica e socialmente. O espaço amazônico apresenta uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km², correspondente a cerca de 61% do território brasileiro. Abriga todo o bioma da Amazônia, ainda contém 20% do bioma do Cerrado e parte do Pantanal matogrossense. (OECD, s/d).

⁶ A partir da Constituição de 5 de outubro de 1988, o norte de Goiás se emancipou assim tornando-se o Estado de Tocantins. Nesse mesmo ano, os territórios federais de Roraima e do Amapá se tornaram Estados. Os territórios federais do Acre e de Rondônia já haviam-se tornado Estados respectivamente nos anos de 1962 e 1981.

Amazônia S.A. (BASA), organismos institucionais responsáveis pela canalização de recursos financeiros para projetos agropastoris e industriais na região amazônica e consequente expansão do capital.

A execução do Plano de Valorização da Amazônia pela SPVEA teve início com o Programa de Emergência aprovado pelo presidente da República e voltado para o desenvolvimento, integração territorial, econômico e social da Amazônia ao restante do país sob o discurso nacionalista da valorização das riquezas naturais e minerais com base em uma política industrial que superasse a estagnação econômica e social da região Centro-Oeste. A SPVEA, por meio de obras de infraestrutura como a construção da rodovia Belém-Brasília, possibilitou a penetração dos grandes projetos agropecuários e a migração de nordestinos expulsos pelos latifundiários. Ressalte-se que a Região Amazônica tornou-se foco de projetos de colonização no regime militar para onde uma parte significativa de camponeses⁷ expulsos de várias regiões do país migrava em detrimento do processo de industrialização da agricultura a partir da segunda metade da década de 1960. Conforme Kowarick (1995, p. 23):

A SPVEA durou cerca de doze anos, vivendo as contradições dos governos de Juscelino, Jânio Quadros e João Goulart e realizando obras como: a implantação de sistemas termoeletricos em Belém e Manaus; a abertura Belém – Brasília e da via carroçável de Curitiba a Porto Velho, que ligou definitivamente a Amazônia ao Planalto Central e ao Centro-Sul; e também a criação do Banco de Crédito da Amazônia, para operacionalizar os recursos da região. Foram ações ainda pequenas, que procuravam dar maior dinâmica à difícil situação da economia regional. Permitiram, no entanto, a abertura das primeiras veias por onde penetrariam os grandes projetos agropecuários, as madeireiras, os nordestinos expulsos pelo latifúndio, os garimpeiros e toda sorte de programas e projetos, muitos de caráter antipopular e lesivos aos interesses nacionais.

A Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966 extinguiu a SPVEA e criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (BRASIL, s/d), sendo que a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE já havia sido criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959 em virtude do Estado visar a necessidade de lançar mão de um planejamento nacional para o crescimento

⁷ Entende-se neste trabalho que a terminologias camponês e latifundiário são dotadas de conteúdo político. Procuram expressar as respectivas situações de classe, remetendo à histórica luta de classes antagônicas, aos confrontos entre as classes sociais e aos projetos de sociedade diversos. De acordo com Martins (1981, p. 23), o termo camponês demarca “[...] o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; [...] pretende ser também a designação de um destino histórico.”

econômico. Nessa época, o planejamento ganhou uma conotação essencialmente política; um instrumento para elaborar uma forma de ocupação no Norte e no Nordeste, ao mesmo tempo em que aliviava tensões e conflitos sociais. Ora, a criação da SUDAM e da SUDENE significou uma estratégia do Estado de dissipar qualquer manifestação popular no campo e na cidade. Para Oliveira (1977, p.23):

O padrão “planejado” não é desse ponto de vista, senão uma forma transformada do conflito social, e sua adoção pelo Estado em seu relacionamento com a sociedade é antes de tudo, um indicador do grau de tensão daquele conflito, envolvendo as diversas forças e os diversos agentes econômicos, sociais, e políticos [...].

Na segunda metade da década de 1950, o país conheceu uma intensa e acelerada reestruturação produtiva com a implantação da indústria automobilística. Esse período é marcado por maior abertura ao capital estrangeiro em combinação com o capital público, configurando um bloco político-ideológico que impulsionou o processo de acúmulo de capital e sua internacionalização. A indústria brasileira passou a ser conduzida pelo Capital transnacional norte-americano, inserindo o país em uma divisão internacional do trabalho para a expansão do capital.

O governo se transformou em instrumento deliberado e efetivo na promoção do desenvolvimento econômico. A política de Kubitschek atualizou a tese de que era necessário atrair o capital estrangeiro para alcançar a prosperidade econômica. Esta tese terminou por consagrar a vitória do imperialismo na condução do processo de industrialização pesada no Brasil. (BARBOSA, 2006, p. 50).

Esse modelo econômico de cunho desenvolvimentista e nacionalista apoiou-se em setores da sociedade que, embora criticando o risco de perda de soberania no território, acreditavam nessa política como pré-requisito para o desenvolvimento. Em contrapartida, tal política, pautada em um padrão de reestruturação produtiva taylorista/fordista e das contradições do sistema, forjou um operariado com força política que, mais tarde, protagonizaria as grandes greves da década de 1970 no ABC paulista contra a super exploração do trabalho. Segundo Antunes (2006, p.16):

No que concerne à dinâmica interna do padrão de acumulação industrial, estruturava-se pela vigência de um processo de super exploração da força de trabalho, dado pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e fortíssima intensidade em seus ritmos, dentro de um patamar

industrial significativo para um país que, apesar de sua inserção subordinada, chegou a alinhar-se, em dado momento, entre as oito grandes potências industriais.

O padrão de acumulação implantado desde Juscelino Kubitschek, mas principalmente no período do regime militar, culminou com altas taxas de acumulação, cuja fase ficou conhecida como o “milagre brasileiro” no período entre 1968-1973. Mas não tardou para que o suposto milagre desses sinais de colapso, cuja solução foi redimensionada para a reorientação do padrão de industrialização.

As decisões macropolíticas do governo federal se direcionaram para um ambicioso programa de industrialização substitutiva de importações, apostando na indústria energética e na reestruturação do aparelho produtivo industrial. Nessa fase, as regiões de baixo dinamismo industrial seriam priorizadas como parte de uma política de desconcentração industrial a fim de reduzir os desníveis regionais de desenvolvimento e alavancar a economia.

Essa nova substituição de importações se baseou no desenvolvimento de vários projetos: pró-álcool, energia nuclear, petróleo, ferrovia, pólo petroquímico, papel celulose, siderurgia e metais não ferrosos (Valesul); mineração: Alunorte, Albrás e Carajás. (BARBOSA, 2006, p. 52).

Dessa forma, as políticas de integração do território nacional foram parte de um projeto geopolítico de ocupação da Amazônia; assim como modernização do país, da expansão do Capital nacional e de controle estatal sobre todas as atividades desenvolvidas nas regiões. E para isso, o Estado entraria como importante agente financiador da estrutura moderna do país para a expansão e acumulação do capital no espaço nacional e projeção no âmbito internacional. Além disso, as Políticas estatais seriam estratégias de neutralização de qualquer movimento ideológico que fosse contrário à lógica do capital.

O Governo Militar utilizou-se de todos os meios de repressão possível para sufocar as manifestações populares de inspiração nacionalista/comunista que reivindicassem a democratização do acesso à terra. Não obstante que o autoritário governo rechaçou o Projeto de Reforma Agrária de João Goulart e promoveu a voraz perseguição e chacina de muitas lideranças sindicais que militavam, principalmente, nas Ligas Camponesas⁸. Na década de 1960, esta organização camponesa se constituiu em um movimento social de suma importância quanto força

⁸ Para o aprofundamento sobre Ligas Camponesas vide. (STÉDILE, 2012).

social cuja palavra de ordem era: “reforma agrária na lei ou na marra”, significando assim o objetivo imediato dos camponeses conquistarem a terra. As experiências organizativas acumuladas historicamente pelas Ligas Camponesas desde seu surgimento inicial em Pernambuco em 1954, contribuíram com sua perspectiva de luta para a construção de outros movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no campo das disputas políticas de enfrentamento ao latifúndio e ao capital. Certamente que a repressão militar no país marcou a intolerância política e ideológica que se expressou na ação violenta sobre todos os setores da sociedade no campo e na cidade.

Como corolário da intervenção estatal na questão agrária, foi criado o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964) e também o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA e o Grupo Executivo de Reforma Agrária – GERA. Essas instituições foram criadas com o intuito de sucumbir as lutas dos trabalhadores rurais pela reforma agrária. No ano de 1970, o Decreto-Lei nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, substituindo o IBRA, INDA e o GERA como instrumento centralizador de toda elaboração e execução da política agrária “[...] através de colonizações oficiais, particulares e militares, ações discriminatórias, cooperativismo etc., como forma de garantir a expansão do latifúndio nas terras públicas”. (KOWARICK, 1995, p. 40).

Então, os interesses econômicos e políticos na Amazônia Legal por parte do Estado, Capital privado nacional e estrangeiro não partem de uma motivação ingênua, desinteressada e desvinculada de um escopo decrescimento econômico acelerado a todo custo sem se ater às consequências nefastas e desumanizantes sobre o ecossistema e a população amazônica. A política de Valorização da Amazônia não passou de um instrumento para atender interesses de grupos econômicos nacionais e internacionais, que já tinham mirado o alvo certo nas potencialidades da Amazônia, além desta servir de zona de escape dos conflitos sociais que contraditoriamente foi intensificado com o esquema da grilagem.

A política desenvolvimentista dos sucessivos governos do Regime Militar demarcou uma crescente internacionalização da economia brasileira por meio do massivo investimento de corporações nacionais e internacionais nos setores da agroindústria e minerador e assim, aprofundando a dependência do Brasil ao mercado internacional.

Na década de 1980, o país viveu intensamente um contexto de profunda instabilidade econômica decorrente da crise mundial que se projetou em toda América Latina. No caso do Brasil, a decadência do milagre econômico a partir de 1973 se estendeu aos anos 80 com altas taxas inflacionárias, queda no crescimento do PIB, elevado índice de desemprego e aprofundamento das desigualdades sociais, provocando uma grande pressão popular dos setores do campo e da cidade ávidos por respostas àquela situação insustentável. Por causa desse quadro de instabilidade econômica e política foi redefinida uma política econômica que deu, um novo impulso à industrialização com a elaboração e execução de um programa industrial sob a retórica da geração de emprego e do desenvolvimento de integração econômica. O desdobramento do esforço de recolocar o país em um novo momento da divisão nacional e internacional do trabalho fez da Amazônia Legal o alvo para a realização de um dos maiores projetos de desenvolvimento do capital: o Programa Grande Carajás (PGC) criado em 1980 e portanto, regulamentado pelo Decreto-lei nº 1.813⁹ de 24 de novembro de 1980 e Decreto do Poder Executivo nº 85.387¹⁰ de

⁹ O Decreto-lei nº 1.813 institui regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros para os empreendimentos compreendidos no Programa Grande Carajás. De acordo com o Art. 2º fica definido que os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás compreendem:

I - serviços de infra-estrutura, com prioridade para:

- a) o projeto da Ferrovia Serra de Carajás - São Luís;
- b) a instalação ou ampliação do sistema portuário e de outros investimentos necessários à criação e utilização dos corredores de exportação de Carajás;
- c) as obras e instalações para a criação e utilização de hidrovias com capacidade para transporte de grandes massas;
- d) outros projetos concernentes a infra-estrutura e equipamentos de transporte que se façam necessários à implementação e ao desenvolvimento do Programa Grande Carajás;

a) o aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas;

II - projetos que tenham por objetivo atividades de:

- a) pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais;
- b) agricultura, pecuária, pesca e agroindústria;
- c) florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira; aproveitamento de fontes energéticas;

III - outras atividades econômicas consideradas de importância para o desenvolvimento da região (BRASIL, 1980a).

¹⁰ O Decreto nº 85.387 definiu o tratamento especial e preferencial aos empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás por meio da concessão de recursos públicos. Em conformidade com o Art. 3º, os órgãos e entidades aplicarão a legislação para efeito de:

- a) Concessão, arrendamento e titulação de terras públicas, regularização e discriminação de terras devolutas, ou quando for o caso, desapropriação de terras particulares necessárias à execução de projetos;
- b) Licença ou concessão para construção e operação de instalações portuárias;
- c) Contratos para fornecimento de energia elétrica e para transporte fluvial;
- d) Cessão ou arrendamento de direitos de exploração mineral ou florestal;
- e) Autorização, emissão de guias e concessão de financiamentos para exportação;
- f) Autorização e emissão de guias para importação de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como conjuntos. Partes, peças e acessórios, destinados à implantação, ampliação, modernização e reaparelhamento de empresas, inclusive no caso de investimento direto estrangeiro sob a forma de bens ou serviços;
- g) Autorização e registro de empréstimos externos, inclusive para pagamento no exterior de bens e serviços;
- h) Concessão de aval ou garantia do Tesouro Nacional ou, de instituições financeiras públicas, para empréstimos externos;
- i) Autorização para o funcionamento de empresas de mineração;
- j) Participação com recursos públicos no capital social de sociedades titulares dos projetos;
- k) Aprovação de contratos de transferência de tecnologia, assistência ou consultoria técnica para a implantação e operação de projetos;
- l) Quaisquer outros atos, formalidades ou diligências necessários à aprovação e execução dos empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás (BRASIL, 1980b).

24 de novembro de 1980. Este grande empreendimento patrocinado pelo Estado, empresas nacionais e internacionais e grandes proprietários de terra consiste na expressão de um bloco monolítico de poder econômico e político com interesses bem definidos.

Na Amazônia Legal, inúmeros grupos sociais, cuja diversidade cultural e social, construídas ao longo da História, conviveram/convivem com a espoliação territorial e dos recursos naturais desde o século XVII, deixando marcas profundas na memória das comunidades que resistiram/resistem por meio de suas lutas e do modo de viver e interagir com o meio ambiente para sobreviverem sob a lógica da reprodução do Capital. A política de desenvolvimento tornou reféns das transnacionais no território brasileiro os setores populares da cidade e do campo, sobretudo destes últimos que, ao serem expulsos da terra, têm seus vínculos indenitários e de pertencimento apartados do espaço sócio-histórico que constituíram nas suas relações sociais.

Entende-se que as comunidades camponesas, ribeirinhas, quebradeiras de coco babaçu, indígenas, quilombolas e atingidas por barragens convivem até hoje com o antigo dilema do progresso e do desenvolvimento em sua fase mais atualizada no mundo globalizado, revestido do discurso da universalização de direitos de liberdade e igualdade utilizados pelos Estados-Nação. Isso se transpõe para a lógica da apropriação e uso do território e de todos os recursos naturais e minerais por meio da introdução de tecnologias, ideias e valores que permeiam a vida das pessoas das comunidades citadinas e do campo, alterando a dinâmica social.

A crise capitalista dos anos de 1980, que implicou no colapso do modelo desenvolvimentista industrial fordista/taylorista brasileiro, foi determinante para uma nova reestruturação produtiva e redefinição da relação centro-periferia. Os países periféricos eram pressionados a fazer ajustes em suas economias que se traduziram em altos custos sociais: desmonte de direitos trabalhistas e sociais conquistados historicamente pelas lutas sociais da classe trabalhadora. Para Soares (2002, p. 13), esse modelo de acumulação explicita que:

Os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma mercantilização (e, portanto desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo.

As medidas macroeconômicas deliberadas no conhecido Consenso de Washington, em 1989, incidiram sobre os países da América Latina redefinindo um novo modelo de desenvolvimento com associação de capitais públicos e das transnacionais. Neste mesmo ano a vitória de Fernando Collor de Melo à presidência da República definiu o início da fase neoliberal com uma política de privatizações, desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas que anunciava um governo alinhado aos interesses econômicos empresariais, despojando a classe trabalhadora de seus direitos. Tanto Collor que governou em 1990-1992 e Fernando Henrique Cardoso (FHC) no seu mandato em 1995-2003 defendiam a ideia de que o Estado não fora capaz de promover o desenvolvimento do país, apostavam na competência do setor privado para impulsioná-lo. Ora, o discurso pautado nos componentes da competitividade e da modernização do setor produtivo sob a gestão de novas técnicas para a produtividade e qualidade é a expressão notória do neoliberalismo, colocando o estado como instância ineficiente para gerir serviços públicos e empresas.

Se com Collor ocorreu o início de uma política neoliberal no país, com FHC verificou-se a sua consolidação. A restrição do papel do Estado na economia e a reorganização dos processos produtivos com transformações nas relações de trabalho nos moldes neoliberais foram intensificados rigorosamente no governo de FHC. Este não hesitou em executar uma política polêmica que pôs fim na estabilidade dos servidores públicos e a reforma da previdência. Além disso, promoveu uma política agrária neoliberal que definiu o agronegócio como modelo de agricultura capitalista e uma onda de privatizações de empresas estatais. Porém, o Neoliberalismo se confrontou com movimentos sociais do campo e da cidade que responderam com a resistência manifestada por meio de greves, passeatas e ocupações de terras e órgãos públicos realizados em vários pontos do país.

Foi nesse cenário que o Maranhão se inseriu, seguindo copiosamente a política desenvolvida pelo governo federal. O “novo tempo” propagado pelo governo Roseana Sarney, a partir de 1994, foi marcado por uma política de privatizações de empresas estatais (Banco do Estado do Maranhão, saneamento, setor elétrico.) que se fez acompanhar de uma política de desemprego, precarização das relações de trabalho, arrocho salarial, tudo em nome de uma suposta racionalidade administrativa.

Um fato imemorável da política de investimento industrial para atrair capital estrangeiro foi a parceria entre o governo Roseana e a empresa coreana Kaol Indústria e Comércio de Confecções Ltda. no município de Rosário – MA, representada pelo brasileiro naturalizado, nascido em Taiwan, Chhai Kwo Chheng que contou com recursos públicos para infraestrutura da fábrica, mobilização e legalização de cooperativas.

A fábrica Kaol que deveria atender às expectativas da população rosariense, gerando emprego e renda, acabou transformando-se em uma fábrica de frustrações, uma vez que se tornou alvo de pendências judiciais em virtude de um esquema fraudulento responsável pelo endividamento dos cooperativados junto ao Banco do Nordeste. (CARVALHO, 1998).

No Maranhão, as empresas e as sucursais transnacionais se instalam nos municípios onde há predominantemente força de trabalho barata e menos organizada, recursos naturais necessários à expansão capitalista. De acordo com Cabral (apud BARBOSA, 2006, p. 75), “[...] a miséria popular continua sendo o substrato das políticas de modernização empreendidas pela oligarquia [...]”. Isso é válido para os empreendimentos vinculados ao agronegócio e o incremento do setor mineiro-metalúrgico no bojo do Programa Grande Carajás (a partir de 1980) e de seus polos industriais nos municípios de Santa Inês, Rosário, Imperatriz e Açailândia.

A implementação de um projeto ambicioso de desenvolvimento sob o discurso do progresso serviu de instrumento para escamotear os impactos socioeconômicos e ambientais sobre as condições de vida da população localizada no circuito do Programa Grande Carajás. O processo de redemocratização do Brasil que ensejou, na seara institucional-jurídica, a Constituição Federal de 1988, a criação da Central Única dos Trabalhadores em 1983, Partido dos Trabalhadores – PT, surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, a implantação dos projetos de assentamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA (1985-1989) foram alguns dos eventos que colaboraram para a publicização e discussão de questões alarmantes no país.

Esses acontecimentos possuem um sentido político fundamental na perspectiva das lutas coletivas de operários, trabalhadores rurais, camponeses e diversos outros segmentos sociais com suas reivindicações específicas, no fim da

década de 70 e início de 80.

Ainda que a década de 80 seja considerada perdida para o Capital sobre o prisma dos economistas, ela foi um ganho para os setores populares que engendraram formas organizativas e estratégias de pressão sobre o estado que culminaram em conquistas. Das múltiplas experiências forjadas em um contexto de repressão, o movimento sindical de 1978 ganhou destaque ao elaborar um sindicalismo de novo tipo em oposição ao sindicalismo oficial atrelado ao estado. (SENA, 2008). Acrescida a essa luta, a construção de um partido representativo da classe trabalhadora semeou a esperança de uma vida digna para a população do campo e da cidade. Para tempos tão difíceis, “[...] essas lutas representavam a reconquista de direitos, da dignidade da classe trabalhadora e, portanto, motivaram as lutas que se realizaram no campo”. (FERNANDES, 1999, p. 67).

Na contracorrente das políticas arbitrárias, os movimentos sociais dos segmentos excluídos foram-se constituindo com base nas matrizes discursivas como a Teologia da Libertação, a marxista e o novo sindicalismo, atribuindo-lhes novos significados em cada momento histórico. Acresceu reação dos setores populares quanto a suas frentes de luta se impunham diante do discurso falacioso de um modelo de desenvolvimento econômico que nunca foi capaz de propiciar as condições mais básicas de sobrevivência seja no campo seja na cidade.

Importa lembrar que a intransigência dos governos Collor e FHC, em relação à população rural, no que cabe às políticas agrárias modernizadoras para o campo, foi associada ao cumprimento de acordos estabelecidos prioritariamente com empresas nacionais e multinacionais que aqui conseguiram se desaglomerarem em suas localidades para implantarem novas unidades com maiores facilidades. O clima de tensão e conflitos entre camponeses e latifundiários conduziu essa situação à morte de muitos trabalhadores rurais como os massacres de Corumbiara em Rondônia (1995) e do Eldorado dos Carajás no Pará (1996). Então, a pressão de movimentos sociais como o MST e organizações congêneres, além da repercussão internacional acerca dos dois massacres, forçaram o governo FHC tomar medidas referentes à reforma agrária e aos conflitos.

A resposta do governo foi uma reforma agrária de mercado que implicava na compra de terras pelo camponês que quisesse obtê-la ou aumentar sua gleba rural, desobrigando o estado de seu papel mediador no processo de mudança fundiária e transferindo a responsabilidade para a sociedade. (MORISSAWA, 2001,

p. 113).

Essa reforma se materializou em quatro projetos: Reforma Agrária Solidária, criada em 1996, que foi uma experiência pequena no Ceará; Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza (1997) que ficou mais conhecido por Cédula da Terra; em 1998 foi criado o Fundo de Terras/Banco da Terra; e, por fim, em 2001, foi criado o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (SAUER, s/d, p. 102-103). Essa proposta era eivada dos princípios neoliberais, esvaziando o sentido da função social da terra presente na CF/88 e, portanto sendo criticada pelas organizações populares do campo representadas no MST, CONTAG, CPT e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e outros.

O que foi explicitado acima são algumas reflexões acerca das medidas estatais articuladas aos centros de decisão econômica com o indicativo de dependência à economia internacional e possíveis consequências negativas para a classe trabalhadora. Ressalte-se que o discurso desenvolvimentista disseminado no Maranhão, por meio do Programa Grande Carajás, que alentou o sonho de melhoria de vida dos maranhenses, não passou de promessa. Para um Estado com baixos indicadores sociais, os projetos implementados não representaram mudança na qualidade de vida, pelo contrário, aprofundaram o caráter concentracionista fundiário, os inúmeros conflitos no campo e impactos sócio-ambientais sobre as comunidades dos assentamentos rurais. Com fundamento nesse contexto, os setores vulneráveis engendram suas próprias estratégias de resistência contra um modelo econômico desigual e excludente.

A exploração das reservas naturais da Amazônia não são tão recentes, uma vez que a devassa da região já era uma constante desde as primeiras investidas dos europeus ávidos por riquezas. A atividade extrativa da borracha lhe atribuiu a projeção no mercado mundial, entre os anos de 1890 e 1912, atendendo as demandas dos Estados Unidos e da Europa. A região sempre esteve na mira de grandes grupos econômicos, e a expansão da fronteira agrícola foi um mecanismo econômico, político e social, que serviu de pretexto por parte do Estado, do latifúndio e empresariado nas décadas de 1960 e 1970 para atrair trabalhadores na missão de incorporar enormes áreas no mercado de terras e de neutralizar os intensos conflitos sociais no campo com a possibilidade da aplicação de um processo de colonização que “atendesse os interesses dos camponeses expulsos do campo” em virtude da implementação do processo de industrialização das atividades agrícolas. No

entanto, essa política de colonização, que deveria ser mecanismo para equacionar os problemas socioeconômicos, aos quais os camponeses estavam submetidos, foi usada em benefício dos grandes conglomerados nacionais e internacionais.

2.2 A questão agrária e a expansão da fronteira agrícola na Amazônia

Desde os primórdios do Brasil Colonial foram evidentes as lutas agrárias com a resistência indígena e negra contra o tratamento aviltante e desumano pelos colonizadores europeus para a obtenção da posse e uso da terra. Os colonizadores portugueses, financiados pelo Capitalismo comercial nascente, logo se apropriaram do território com base na sua supremacia econômica e militar. Recorreram a “[...] duas táticas de dominação: cooptação e repressão [...] conseguiram dominar todo o território e submeter os povos que aqui viviam ao seu modo de produção, às suas leis e à sua cultura” (STÉDILE, 2012, p. 21). Estavam interessados pelas riquezas minerais com as quais poderiam auferir lucro, mas perceberam que a grande vantagem do território estava na fertilidade do solo como potencial para a produção agrícola. Então, instauraram um modelo econômico agrário-exportador sob a égide capitalista que destinava produtos agrícolas e minerais para a Europa.

Na época, a propriedade da terra era monopólio da Coroa e, portanto, não havia propriedade privada da terra. Nesse sentido, para implantar uma estrutura econômica nos moldes capitalistas, era necessário investir nas enormes extensões de terra. A Coroa estabeleceu o sistema de capitanias hereditárias, valendo-se do instituto da concessão de uso para atrair colonizadores capitalistas que deveriam se predispor a produzir mercadorias que atendessem ao mercado europeu. Conforme foi discorrido não havia propriedade privada da terra, uma vez que esta não era mercadoria e continuava na prática sob o potentado da Coroa.

Foi a partir de 1850, com a Lei nº 601, que a terra passa a ter conotação de mercadoria, um objeto passivo de negociação. Isso se deveu a fortes pressões da Inglaterra que visava a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre assalariado. A Lei de 1850 representou a consolidação do latifúndio, da grande propriedade privada que tratou de impedir que as massas populares, especialmente o contingente de negros libertos da época tivessem acesso à terra, já que não podiam efetivar a sua compra. Até hoje, constitui a base legal da estrutura agrária no Brasil que é responsável pela expropriação, exploração e pelas diferentes formas de

violência sofrida pelo campesinato.

Analisar esse contexto acerca da mudança operacionalizada na relação capital/trabalho, Martins (2010, p. 35) explicita:

Mais do que a emancipação do negro cativo para reintegrá-lo como homem livre na economia de exportação, a abolição o descartou e minimizou, reintegrando-o residual e marginalmente na nova economia capitalista que resultou no fim da escravidão. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador, a troca de um trabalhador por outro. O capital se emancipou, e não o homem.

A questão agrária não pode ser compreendida de outra forma senão pelo viés das relações de produção e reprodução da existência humana e, portanto do conflito entre modelos de produção distintos: de um lado o campesinato e do outro o agronegócio e o latifúndio. É nesse sentido que ela deverá ser apreendida no campo das relações de poder e dominação mediada por sujeitos históricos e políticos na construção dos processos de constituição produtiva desde a formação social do Brasil. É permeada pelas lutas de classe que são contraditórias e antagônicas; constitui-se na expressão das contradições de um sistema que gestou formas diversas de organização do processo produtivo e do desenvolvimento das forças produtivas assim como a própria recriação das formas organizativas e das lutas de resistência da classe camponesa. A questão da propriedade agrária circunscreve-se na dinâmica da acumulação e valorização do capital a reboque da desqualificação da cultura produtiva camponesa que é responsável pela produção dos principais alimentos que chegam à mesa da população urbana.

Neste trabalho, a questão agrária é apreendida como realidade agrária complexa com raízes profundas desde o período colonial. Como categoria sócio-histórica, a questão agrária constitui-se em uma das expressões da questão social marcada pelas desigualdades sociais, pobreza e exclusão oriundas das metamorfoses do capital cujas implicações estabelecem lutas de classe no campo. A forma como o Capitalismo vem-se desenvolvendo ao longo da história no campo com a industrialização da agricultura e a cristalização de uma estrutura fundiária concentracionista e injusta faz-se notar na reconfiguração de graves problemas agrários perpassados por aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais para os camponeses quanto ao uso, a posse e a propriedade dos recursos naturais. (STÉDILE, 2012).

Na Contemporaneidade, as transformações processadas nas relações de produção e de trabalho no meio rural são percebidas nos desdobramentos da questão agrária constituída na esteira expansionista do capital em que concentração de terras e renda, violência no campo, trabalho escravo de adultos e crianças, destruição do meio ambiente (fauna, flora, mananciais fluviais e poluição do ar e do solo), crescimento da mendicância nos centros urbanos são alguns dos elementos que fazem parte do desolador rol da realidade agrária do Brasil e em particular do estado do Maranhão.

A tese da modernização dolorosa, que José Graziano discute, nos faz apreender os traços marcantes da realidade agrária concentracionista, expropriadora da força de trabalho e da produção camponesa e perversamente excludente. A desigualdade social que impera na estrutura agrária se manifesta nos conflitos pela terra que envolve grandes proprietários de terra, posseiros e grileiros. O latifúndio, que se configura em grandes áreas são mantidas inexploradas com o fito da especulação imobiliária, da melhor oportunidade de valor da terra. (SILVA, 1982, p. 35).

A modernização na agricultura caracteriza-se dolorosa em virtude do padrão de desenvolvimento industrial capitalista operacionalizar transformações no processo produtivo e nas relações sociais e de trabalho na cidade e no campo, em especial a esta última, ocasionando mudanças substanciais no modo de vida camponês cada vez mais subordinado ao modelo agrícola do capital. A política de incentivo à modernização na estrutura de ocupação da mão de obra agrícola traz consequências com os insumos modernos – fertilizantes, mecanização e defensivos – que subsidiam a lucratividade de culturas modernas (cana-de-açúcar, café, soja, laranja, eucalipto) concentradas em grandes propriedades e voltadas para o mercado exportador onde encontra uma cotação de preços mais favorável que as culturas tradicionais (feijão, arroz, mandioca, banana, verduras e frutas) produzidas pelos camponeses para atender o mercado interno.

Não fica difícil compreender por que esse tipo de política beneficia mais a grande e média empresa agrícola que o contingente de pequenas unidades produtivas. Os componentes utilizados para aumentar a produtividade da terra, vão exigir o aumento da força de trabalho desqualificada nas colheitas. À medida que o setor agrícola se moderniza, a ocupação da mão de obra desqualificada diminui em uma determinada propriedade, substituindo o trabalhador assalariado permanente

pelo trabalhador temporário. (SILVA, 1982, p. 30).

A dita modernização constitui-se em um processo doloroso para os trabalhadores rurais que são penalizados com elevado índice de desemprego, relações precarizadas de trabalho, miséria, reconcentração de terras pelas corporações nacionais e internacionais e os intensos conflitos em torno das disputas territoriais no contexto da questão agrária brasileira.

Nas décadas de 1960/70, no cenário nacional, houve uma acelerada política de modernização industrial para o Centro-oeste com o intuito de alavancar a economia nessa região de baixo dinamismo no setor industrial. Era necessário desenvolver essa região considerada de atraso e ocupar essa área de vazio demográfico¹¹ por meio de uma política de desenvolvimento e integração territorial à região Centro-Sul do país, bem como da compra e consumo de produtos industrializados alocados nos importantes centros urbanos do país, a exemplo do Estado de São Paulo.

Foi nesse contexto socioeconômico, político e cultural de transformações profundas, no que concerne aos eventos que transcorrem tanto no âmbito nacional e internacional de reestruturação do Capital em momento de instabilidade econômica, que a região do Bico do Papagaio, porta de acesso à Amazônia e composta pelos Estados do Tocantins, Pará e Maranhão, tornou-se uma área estratégica da expansão capitalista voltado para um mercado interno que consolidasse os investimentos capital estatal e estrangeiro. Segundo Oliveira (2006, p. 2):

[...] com a intensificação do desenvolvimento industrial é que o Bico do Papagaio passou por um processo de intensas mudanças no que diz respeito à terra. Diversas empresas começariam a se instalar nas terras devolutas as margens da rodovia Belém-Brasília.

Desde a década de 1950, com o programa de substituição das importações, foi implantada uma infraestrutura de transporte rodoviário e de comunicações que integrasse física e economicamente as regiões. A análise da política estatal de direcionamento das ocupações, nos permite compreender como

¹¹ A ideia de vazio demográfico tem sido incorporado ao discurso desenvolvimentista pelo governo para justificar a política de ocupação e colonização na Amazônia Legal e ocultar o interesse econômico expansionista da fronteira agrícola na região; porém sendo mais adequado se tratar de uma área de baixa densidade demográfica, uma vez que o território já era habitado por vários povos com culturas e saberes tradicionais para manejar a terra. Ocorre que em uma grande extensão de floresta permanecia/permanece um baixo percentual populacional por área.

se deu a expansão da fronteira agrícola vinculada à política de incentivo à agropecuária, grande empresa rural e conglomerados estrangeiros. Convém considerar que

A partir da segunda metade da década de 60, a movimentação crescente de migrantes rumo à Amazônia, incentivados por um programa de “ocupação racional e planejada” do governo, promoveu uma luta aberta e cada vez mais generalizada pela posse da terra. De um lado, os posseiros pequenos e grandes, antigos ou empresários, quase todos recentes e protegidos por autoridades do Estado, queriam expulsar os posseiros, para formar pastagens, criar gado e fazer plantações, ou simplesmente possuir a terra como reserva de valor numa atividade especulativa. (FERRAZ; AMORIM, 2008, p. 49).

Os mesmos autores na sua análise, explicita ainda:

A acumulação de capital entrou em curso, montada no discurso do “progresso” e do “desenvolvimento”, transformando os incentivos fiscais e financeiros em rendas diretas. A terra assume o papel de reserva de valores. Improdutiva, legalizada e concentrada como latifúndio transforma posseiros em trabalhadores assalariados e a produção para o auto-consumo e produção excedente para reprodução do capital. (FERRAZ; AMORIM, 2008, p. 50).

As ações estatais de incentivo à colonização, dirigidas na década de 1960, ocorreram porém com mais intensidade em 1970, cuja tônica do discurso pautou-se na intenção de incorporar à economia de mercado amplo continente populacional do setor da economia de subsistência desprovido de um aporte tecnológico e condenados à estagnação socioeconômica. Foi nesse sentido que se tornou propício o surgimento da rodovia transamazônica (2.300 km) e a construção da rodovia Cuiabá- Santarém para garantir o fluxo migratório para a região amazônica; programa de colonização e reforma agrária às margens das rodovias federais da Amazônia e programas de irrigação para o Nordeste. (KOWARICK, 1995; ARCANGELI, 1987).

A razão norteadora desse intento era ainda desmobilizar as lutas pela reforma agrária no Nordeste e amenizar o cinturão de miséria. A colonização dirigida oficial apresentava-se como saída para solapar os focos de descontentamento e reivindicatório dos camponeses. As ações governamentais foram traçadas estrategicamente sob a perspectiva geopolítica com base no Plano de Integração Nacional (PIN) através do Decreto - Lei nº 1.106 de 16 de junho de 1970 que defendia o tema “Integrar para não entregar” que segundo Oliveira (apud

KOWARICK, 1995, p. 38) é melhor explicado em: “[...] era necessário entregar aos americanos para não entregar aos comunistas”.

É certo que a política de colonização dirigida com incentivos fiscais voltados para a agropecuária e expansão do latifúndio contraditoriamente imprimiu, de um lado, a expansão do Capital monopolista e, do outro, ocasionou no campo a expulsão e empobrecimento do pequeno agricultor em detrimento do avanço tecnológico que alterou o processo produtivo e as relações de trabalho. Para Arcangeli (1987, p. 72):

Essa expansão capitalista na fronteira também dar-se-á através dos incentivos fiscais da SUDENE e processar-se-á mais uma vez, através do desenvolvimento da pecuária, destruidora de emprego e concentradora de terras. Os incentivos fiscais ampliaram a possibilidade de incorporação dessas terras baratas através de grandes projetos, principalmente os de pecuária. Na medida em que a terra ganhou um preço, gerou-se concomitantemente um processo de especulação com terras, de grandes proporções. A consequência maior foi o conflito que adveio entre o pequeno posseiro produtor de alimentos e o grande proprietário pecuarista [...].

A SUDENE, na época, para solucionar os efeitos excludentes da política de incentivo fiscal criou programas especiais como o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), Plano de Integração Nacional (PIN), Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) e o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (Projeto Sertanejo). As contradições da política expansionista do Capital no campo se materializaram em um acelerado crescimento do desemprego, pobreza, tensões e conflitos de terra; a região do Bico do Papagaio se tornou palco de sangrentos conflitos, envolvendo posseiros, latifundiários e grileiros¹². Arcangeli (1987, p. 74) nos conduz a compreender que:

Mais uma vez, o Estado, preocupado com a viabilização da “integração nacional”, intervém. A SUDENE reconhece os efeitos excludentes dos incentivos fiscais no financiamento do desenvolvimento agropecuário e cria, a partir do início dos anos 70, programas especiais, tais como o PROTERRA, o PIN, o POLONORDESTE e o projeto SERTANEJO, com o intuito inicial de reverter certas tendências marginalizadas do desenvolvimento registrado no campo durante as décadas de 60. Mas a

¹² No contexto rural chama-se de grileiro ao falsificador de documentos cartoriais em um esquema fraudulento para obtenção de terras, valendo-se de um documento forjado por ele mesmo com a utilização de técnicas de envelhecimento do papel para parecer um documento antigo. É dessa forma que o grileiro consegue expulsar os posseiros e indígenas para se apropriar das terras.

execução destes programas mostrou-se incapaz de alcançar os objetivos propostos: o poder político das elites dominantes desvirtuou as intenções e se apropriou dos benefícios destes novos projetos para o desenvolvimento regional.

Refletir acerca da colonização dirigida nos permite analisá-la sob o ponto de vista do controle do que se denominou de colonização espontânea do pequeno produtor na Amazônia quanto alargamento da fronteira agrícola e freio a uma luta pela reforma agrária. Isso significou, sobretudo, segundo Bergamasco e Norber (1996, p. 19):

[...] evitar a realização de uma reforma agrária, principalmente no Nordeste, foram criados alguns núcleos de colonização na Transamazônica, em áreas prioritárias, como a do trecho Marabá-Itaituba, na porção central do Pará. Este Programa na Amazônia tinha, entre seus diversos objetivos, a incorporação e o controle da colonização espontânea da região, o incentivo à expansão das atividades de grandes empresas e a substituição da reforma agrária nos demais estados do país.

Nisso, converge Arcangeli (1987, p. 17):

A colonização dirigida então, além de possibilitar a manutenção do status quo no Nordeste, representa a supressão do processo natural de ocupação por pequenos produtores que vinha se dando de forma espontânea na Amazônia. É neste sentido que a colonização dirigida torna-se “contra-reforma agrária”. No processo, em pouco tempo estabelecem-se várias contradições [...] tanto a reforma agrária de fato como a colonização dirigida entram na contradição com os interesses da grande empresa privada, que se apressa em apropriar-se das terras, por meio da grilagem ou com o apoio do poder público.

Segundo Bergamasco e Norber (1996), os governos militares conseguiram impedir uma efetiva distribuição de terras na Região Amazônica em virtude de grandes empresas agropecuárias receberem extensas áreas; assim, “[...] a concessão de títulos individuais de propriedade e as dificuldades econômicas e sociais enfrentadas pelos colonos induziram ao abandono do projeto, à venda dos lotes e à concentração da propriedade”. (BERGAMASCO; NORBER, 1996, p. 20).

Há de considerar-se a região da Amazônia Maranhense¹³ como área importante da fronteira agrícola para onde se deslocaram muitas famílias

¹³ A Amazônia Maranhense localiza-se em uma área de transição entre o Nordeste e a Região Amazônica. Possui 81.208,40 km², representando 24,46% do território do Estado; nela estão localizados 62 municípios. Constitui-se em uma rica biodiversidade com várias espécies encontradas: 109 espécies de peixes, 124 de mamíferos, 503 de aves e possuindo ainda em média 570 árvores por hectare de pelo menos 100 espécies. Essa região representa uma das porções mais ricas em termo de riqueza de recursos naturais. Porém vem sofrendo há anos com a prática predatória de grupos econômicos através da extração ilegal de madeira, mineração, produção de carvão, caça furtiva e agropecuária.

camponesas nordestinas em busca de uma terra para trabalhar e garantir a sua subsistência. Na década de 1970 já estava definida a aliança entre grande Capital nacional e estrangeiro com o aval do Estado, o grande financiador de toda a dinâmica modernizadora do setor agropecuário. O planejamento agrícola do Maranhão implicou no binômio colonização e grilagem. Os migrantes antigos e recentes da fronteira agrícola viviam em constante ameaça de perder a terra pela ação da grilagem e do poderio econômico e político dos setores empresariais.

A grilagem no Estado do Maranhão tem sido uma peça na engrenagem do modelo concentrador de terras que não respeita a população camponesa e os trabalhadores rurais. Ela expressa as relações de poder institucionalizadas pelo poder local e foi se constituindo historicamente sob o manto da espoliação e da violência contra o campesinato. Para Asselin (2009, p. 151), “[...] a violência é inerente à grilagem, uma vez que é peça articuladora de apropriação das terras devolutas pelos projetos econômicos e de sua incorporação ao modelo da propriedade privada do sistema capitalista”.

Entende-se que os governos militares não pouparam esforços para o avanço do Capital monopolista na Amazônia por meio da política de colonização e expansão agrícola, mesmo que tivesse que extirpar vidas humanas e destruir o bioma amazônico para atender os interesses das multinacionais que sempre visaram a exploração mineral, implantação de atividades agropecuárias, o desenvolvimento de atividades extrativas de madeira e a especulação fundiária. Todos que fizessem oposição a esse plano eram fortemente reprimidos, sobretudo, posseiros, índios, trabalhadores rurais e sindicalistas. O equacionamento da questão agrária no Brasil nunca foi prioridade para o Estado. Dessa forma, as conquistas referentes à política agrária, até hoje, representam a materialização das lutas da classe trabalhadora rural na longa marcha da história para construir e reconstruir o seu espaço sócio-político e territorial mediante a ofensiva do capital.

Entende-se a questão agrária demarcada por dois territórios distintos: o campesinato e o agronegócio, cada um perpassado por concepções de mundo, valores e práticas sociais diferenciadas em relação à utilização dos recursos naturais. Segundo Fernandes (apud GIRARD, 2015, p. 1), a questão agrária é definida como “[...] o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de

produção”.

No Brasil, o latifúndio também se personifica nas grandes corporações que fazem a obtenção crescente de terras em detrimento de uma grande massa de camponeses, trabalhadores rurais descapitalizados que são literalmente expulsos de suas terras por não terem condições socioeconômicas para garantirem sua subsistência; a alternativa encontrada é vender a terra e migrar para os centros urbanos, engrossando o exército de reserva. A distribuição e concentração dos estabelecimentos rurais (Vide tabela 1) de forma injusta no Brasil têm provocado inúmeros conflitos.

Tabela 1 – Estrutura Fundiária- Brasil (2009)

Estratos de Área Total (ha)	Imóveis		Área total	
	Em nºs	Em (%)	Em há	Em (%)
Até 10	1.744.540	33,7	8.215.337	1,4
De 10 a 25	1.316.237	26,4	21.343.232	3,7
De 25 a 50	814.138	15,7	28.563.707	5,1
De 50 a 100	578.783	11,2	40.096.590	7,0
De 100 a 500	563.346	10,9	116.156.530	20,3
De 500 a 1000	85.305	1,6	59.299.370	10,4
De 1000 a 2000	40.046	0,8	55.269.002	9,7
Mais de 2000	39.250	0,8	242.795.145	42,5
Total	5. 181.645	100	371.740.919	100

Fonte: Dieese (2011); Azar (2013).

A partir da análise dos dados da tabela 1, constata-se que é implacável e inegável a dissonância entre a concentração de terras figurada no latifúndio em detrimento de numericamente elevada, a quantidade de pequenas propriedades. Contabiliza-se 33,7% das propriedades com até 10 ha, o que corresponde a 1.744.540 imóveis em relação ao menor número de imóveis com mais de 2000 ha (39.250 imóveis) em que 0,8% corresponde ao total de imóveis (5.181.645). Nota-se, então, que há uma relação inversamente proporcional que expressa o maior domínio da terra pelos estabelecimentos de grande extensão, porém menores em quantidade, o que soma 42,5%, deixando somente 1,4% para os estabelecimentos com menor extensão de terras.

A perversa forma de apropriação de terras no Brasil tem sua gênese desde a primeira ocupação territorial com a presença e disputa entre colonizadores

e diversas populações, principalmente na Região Amazônica, os quais se organizavam social e produtivamente para resistirem a uma estrutura político – econômica opressora. Daí a questão agrária no país ser uma realidade de alta complexidade entremeada das relações de dominação e poder de uma classe dominante que tratou de definir a sua posição hegemônica com a anuência do Estado. A forma como se deu a organização do sistema produtivo no país cuja estrutura se apoiou no latifúndio, monocultura e regime escravocrata teve/tem seus desdobramentos na formação social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira. Os resquícios do passado continuam fortemente agregados à estrutura organizativa das relações sociais e de trabalho em que componentes ideológicos, políticos e culturais possuem uma nova roupagem no mundo globalizado, mas que a essência do Capital agrário de superexploração humana e dos recursos naturais e da extração da mais – valia para o acúmulo crescente de Capital continua consistente na mentalidade e na prática expropriadora do capitalista.

O Maranhão é uma unidade federativa que lidera o ranking dos piores indicadores socioeconômicos do país, o que lhe confere uma posição desastrosa e de lamentável visibilidade no contexto não somente nacional, mas internacional quanto à pobreza e miséria a qual maior parte da população vive. Quanto ao Índice de desenvolvimento Humano do Município-IDHM¹⁴, o Maranhão expressa 0,639, ocupando a penúltima posição (26ª) em relação ao estado de Alagoas com 0,631 (27ª posição) de acordo com dados de 2010 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010).

Ainda assim, o dado parece mascarar a real condição de vida da população maranhense ao usar o termo médio para o IDHM, uma vez que a grande maioria da população convive em condições bastante precárias e não tem acesso a políticas públicas de qualidade. Então, o Maranhão, que possui uma economia com face predominantemente agrário-exportadora ainda sofre com os traços mais marcantes da constituição da sua base estrutural produtiva, social e política herdados da época colonial. A questão agrária é expressão da questão social construída historicamente na relação tensa e conflituosa entre capital e trabalho na disputa por projetos político-ideológicos distintos no contexto agrário. E a estrutura

¹⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM, considerado muito alto, varia de 0,800-1,000. Quanto mais o índice se aproximar de 1,000, mais alto será o indicativo de desenvolvimento do município. Assim segue: Alto- 0,700- 0,799; médio- 0,600-0,699; baixo- 0,500-0,599; e muito baixo- 0,00- 0, 4999.

agrária do Maranhão é emblemática da desigualdade e injustiça no campo.

A sistemática de concentração de terras no Estado é a expressão mais notória da forma desumana e de desagregação humana e social que se dá nesse vasto território. A análise da tabela 2 demonstra o problema de grande proporção no Maranhão que se centraliza na concentração de terras e motiva a desapropriação de milhares de famílias camponesas dos meios de trabalho.

Tabela 2 – Estrutura Fundiária- Maranhão (2006)

	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Agricultura Familiar	262.089	91,30	4.519.305	34,80
Agricultura Patronal	24.948	8,70	8.478.143	65,20
Total	287.037	100	12.991.448	100

Fonte: IBGE (2006); Azar (2013).

Os dados são expressivos, ao expressar a realidade tendencial da concentração de terras no Maranhão. Constata-se, então, que, dos 262.089 estabelecimentos da agricultura familiar, tem-se um percentual de 91,30% do total de 12.991.448 estabelecimentos, mediante um percentual inexpressível de 8,70% correspondente a 24.948 dos da agricultura patronal. Torna-se nítido que a agricultura familiar tem 34,80% da área total dos estabelecimentos, enquanto a agricultura patronal fica com a maior extensão de terras expressiva em 65,20%. Essa configuração agrária explicita a contradição existente desses extremos: de um lado uma grande quantidade de estabelecimentos de camponeses com base em uma agricultura familiar com pouca terra e do outro, o grande latifúndio composto pelo amplo setor empresarial do agronegócio.

A questão agrária maranhense é um desdobramento do desenvolvimento socioeconômico que sempre se caracterizou pela profunda desigualdade nas relações sociais e de trabalho no que concerne a exploração dos diversos grupos sociais que em confronto com o seu opressor, constituíram suas formas estratégicas de organização produtiva e política. Ocorre que os diversos grupos sociais excluídos do campo tais como quilombolas, ribeirinhos, indígenas, lavradores, seringueiros, ao longo da História, foram-se organizando a partir das experiências das lutas. A repressão a esses grupos sempre foi bastante severa. O Estado, como mediador das relações sociais para coibir qualquer manifestação que fosse contrária aos cânones dos interesses da “classe burguesa agrária e industrial”, não hesitou em engendrar mecanismos jurídico-institucionais que lançassem à margem os setores

mais pauperizados. Porém, o confronto entre interesses diversos gerou a resistência dos povos como expressão da insatisfação que desde o período colonial e imperial esteve atrelada à forma violenta que aqueles sofriam por enfrentarem a elite. A exemplo da Lei de Terras de 1850, os negros libertos reagiram à manobra legalista, quando:

Abandonaram as fazendas e engenhos, embriagados com a liberdade adquirida. Embrenharam-se pelos cocais e pelas florestas, retirando facilmente das mesmas o seu sustento. Havia abundância de terras devolutas, desocupadas, de onde o índio já havia sido afastado, mas que o branco ainda não ocupara com as suas plantações, podendo viver numa economia fechada, a monetária, de subsistência. (ANDRADE apud AZAR, 2011, p. 4).

No contexto expansionista da fronteira agrícola com a implantação de políticas de colonização e desenvolvimento na década de 1960/70, esse processo foi redefinindo a propriedade da terra no âmbito da dinâmica de desapropriação do pequeno produtor agrícola desamparado cada vez mais pelo aparato jurídico. No Maranhão, o instrumento jurídico, que legalizou a posse de terras por grupos econômicos interessados em “modernizar o campo”, foi a Lei nº 2.979, promulgada em 17 de junho de 1969, a conhecida Lei Sarney de Terras. (PEDROSA, 2014, p. 18).

Com a operacionalidade do Programa Federal na Amazônia voltado para a exploração, colonização e desenvolvimento econômico da região, foi criada a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), por meio da Lei 3.230 no dia 6 de dezembro de 1971, cujo discurso oficial apregoava uma ocupação racional e ordenada das terras livres e a modernização do setor primário com canalização de investimento da SUDAM e da SUDENE em grandes projetos agropecuários. Muitas corporações nacionais e estrangeiras foram atraídas pelos incentivos fiscais e estimulados por uma legislação que facilitava a compra de extensas áreas. De acordo com Pedrosa (2014, p. 19):

As empresas, grupos de fora do Maranhão¹⁵, foram atraídas mediante anúncios de terras baratíssimas, sem concorrência pública e sem leilão, a preços vantajosos, sem juros e sem correção monetária. Alguns grupos, para comprarem maior quantidade de hectares, organizaram várias empresas, conseguindo até 100 mil hectares. Muitas delas depararam-se com posseiros dentro das áreas compradas. Organizou-se, com a participação das polícias e de milícias armadas, a operação limpeza das terras, uma triste página da história fundiária do Maranhão.

Ainda, segundo a análise de Miranda (2003, p. 103):

Em 1973, em forma de resolução de nº 75, o Senado Federal autorizou o Estado do Maranhão a alienar terras a COMARCO e a promover a venda de áreas de até 24 mil hectares. Essa resolução reafirmou o interesse da União pela grande empresa, mesmo que limitado a área máxima dos projetos, que até então era de 66 mil hectares. Não se contentando com isso, as empresas descobriram um jeito de criar diversas sociedades anônimas. Cada área grilada de 25 mil ha se constituía uma sociedade anônima, o que significa dizer que assim grandes empresas poderiam constituir três ou quatro sociedades com os mesmos sócios.

A política do governo estadual do Maranhão, para colocar em execução o tão propalado desenvolvimento rural sob a lógica da modernização industrial, fez-se às custas de um contingente de camponeses e trabalhadores rurais abandonados à própria sorte. Não foi por acaso que os conflitos se acirraram em torno do direito ao acesso à terra nessa época.

As grandes empresas ficaram com extensas áreas (90% da terra disponível). A ocupação é caracterizada pelos conflitos fundiários, pela expulsão dos posseiros, pelo desmatamento sem nenhum manejo florestal, pelo aproveitamento da madeira (centenas de serrarias), pela implantação de pastagem, com pecuária extensiva e baixo índice de rendimento, e sobretudo, pela especulação de terra às margens das rodovias e da ferrovia. (GISTELINK apud AZAR, 2011, p. 5).

A análise da geografia dos conflitos, segundo Porto-Gonçalves e Santos (apud CPT, 2012, p. 73), confirma as contradições de um modelo agrário/agrícola cujos efeitos perversos são vivenciados por milhares de famílias camponesas. O desenvolvimento econômico capitalista persiste em reproduzir e atualizar os intensos conflitos que expressam a herança histórica do território que se nutre da concentração de terras e da expropriação do homem do campo e da devastação do

¹⁵ De acordo com Pedrosa (2014), muitos dos grupos que haviam comprado terras por preço irrisório, depois tiveram suas propriedades desapropriadas pelo INCRA na década de 1980/90, mediante elevadas indenizações. Dentre esses grupos, destacam-se a Cacique, Terra Bela, Mesbla, Tucumã, Flomasa, a Promasa, Varig, a Faixa, etc.

meio ambiente.

O número de conflitos (Vide tabela 3), no campo brasileiro, registrou em 2011 um aumento em 21,34% em relação a 2010, ao passar de 853 para 1.035.

A tabela 3 remete aos conflitos no campo brasileiro por região envolvendo posseiros, grileiros e grandes proprietários de terra. O período de 2010-2014 marcou o crescimento dos conflitos agrários, registrando também momentos de declínio entre 2012 e 2014. Os conflitos por terra são demarcados pela luta de resistência dos lavradores no contexto da contrarreforma da política agrária que se processou, sobretudo no segundo mandato do governo Lula (2007-2011), com prosseguimento na atualidade para a expansão do setor empresarial do agronegócio.

Tabela 3 – Evolução do nº de conflitos no campo brasileiro, 2010-2014

Região	Nº de conflitos 2010	Nº de conflitos 2011	Nº de conflitos 2012	Nº de conflitos 2013	Nº de conflitos 2014
Norte	258	307	302	271	266
Nordeste	369	496	490	289	282
Centro-Oeste	59	72	114	99	81
Sudeste	126	123	126	77	117
Sul	41	37	35	27	43
Brasil	853	1035	1067	763	793

Fonte: Adaptado pela autora a partir da CPT (2011; 2012; 2013; 2014; 2015).

As metas estabelecidas na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir do II Plano Nacional de Reforma Agrária- PNRA (2003-2006), quanto ao compromisso com o desenvolvimento rural sustentável e o assentamento das famílias, não foram cumpridas. O governo, que propunha a transformação no meio rural baseado em um novo padrão de desenvolvimento com Igualdade, Justiça social, Democracia e Sustentabilidade social não se concretizou com efetividade e qualidade, que de fato, desse à Reforma Agrária oficial um tratamento prioritário como Política fundamental para a superação das mazelas no campo e do desenvolvimento do país. Embalado por um suposto intento de executar ações capazes de dar respostas às demandas sociais dos trabalhadores rurais sem terra e camponeses, o governo petista definiu as seguintes metas:

Meta 1: 400.000 novas famílias assentadas;

Meta 2: 500.000 famílias com posses regularizadas;

Meta 3: 150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário;

Meta 4: Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos

atuais assentamentos;

Meta 5: Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado;

Meta 6: Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais;

Meta 7: Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas;

Meta 8: Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas;

Meta 9: Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária;

Meta 10: Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas;

Meta 11: Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas. (BRASIL, s/d, p. 38).

A política de reforma agrária do governo Lula mostrou-se contraditória mediante as propostas firmadas junto aos trabalhadores rurais e camponeses. No primeiro mandato, o Governo implantou somente 149.490 assentamentos novos. Dessa forma,

[...] o INCRA cumpriu apenas 37% da Meta 1 dos assentamentos novos, deixando de assentar 250.510 famílias. Até 2009 o governo do PT assentou de fato pouco mais de 197 mil famílias, embora o ufanismo do INCRA anuncie que assentou 573 mil famílias. (CPT, 2011, p. 56).

O golpe que solapou as esperanças das famílias foi a criação pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA do Programa Terra Legal¹⁶, que por sua vez, regulariza as terras públicas do INCRA griladas pelo agronegócio. E de acordo com Ariovaldo de Oliveira, em entrevista concedida à Carta Capital em 12/01/2011, o governo Lula não cumpriu a meta proposta de fazer a reforma agrária; no entanto, optou por uma política deliberada de contrarreforma, a partir das medidas provisórias- MPV's: MPV 422 (Lei nº 11.763 - 1º/08/2008) e a MPV 458 (Lei nº 11.952 – 25/06/2009). A partir destas, o Governo elevou as áreas passíveis de regularização fundiária, legalizando a grilagem. Esse ato foi a pedra angular para o

¹⁶ No ano de 2009, o Governo federal promulgou a Lei 11.952/2009, a fim de acelerar a regularização de ocupações informais em terras públicas federais na Amazônia Legal e, em seguida, criou o Programa Terra Legal. Assim que surgiu, este abrangia 43 municípios nos Estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima, consideradas áreas de grande desmatamento. Tinha como meta inicial entregar títulos de terra a 150 mil posseiros que ocuparam áreas públicas federais não destinadas a eles. O Terra Legal vem sendo executado em fases. Elas começam com identificação nos cartórios das glebas públicas, seguida pelo georreferenciamento das terras, pela identificação dos ocupantes e pela definição do que fazer com a área. (VIALLI, 2014). A região amazônica, historicamente marcada pelos ciclos econômicos da borracha, da extração de madeira e minerais, assim como da colonização militar e da devastação da floresta para plantio de pasto e produção da pecuária, foi apropriada de forma ilegal por grileiros e especuladores capitalistas que pouco se importaram/importam com a destruição do Ecossistema amazônico.

fortalecimento e valorização do agronegócio, culminando na incorporação de terras públicas da Amazônia Legal ao patrimônio privado.

O governo Lula optou por não realizar a Reforma Agrária seguido da presidente Dilma, cuja política está voltada para o agronegócio e, neste sentido, privilegiando o incentivo financeiro a inúmeros projetos desenvolvimentistas disseminados no país. Nesta direção, o MST, como grande expressão política da luta pela Reforma Agrária, juntamente com outras organizações camponesas, em várias ocasiões, questionaram as controvérsias das ações governamentais e cobraram as propostas que não se efetivaram.

Como manifestação da capacidade política e articuladora da resistência e da luta da classe camponesa, no ano de 2012, foi realizado o Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas das Florestas¹⁷, evento que marcou um momento de denúncias e debates sobre a engessada estrutura fundiária, o agronegócio e a presença das corporações transnacionais, responsáveis pela expropriação de camponeses e diferentes povos. Esse encontro assinalou a continuidade das lutas agrárias, assim como das ocupações dos latifúndios e dos conflitos, estes como termômetro da negação do direito à terra e das condições para nela viver dignamente.

As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste expressam na evolução dos conflitos nos anos de 2010 e 2011, um crescimento que se faz perceber em relação às regiões Sudeste e Sul nas quais ocorre declínio. Respectivamente aos anos de 2010 e 2011, o Norte registrou 258 passando para 307; o Nordeste com 369 obteve no ano seguinte 496 conflitos; o Centro-Oeste com 59 registrou um aumento para 72 conflitos. Enquanto a região Sudeste, registrou um pequeno declínio de 126 para 123 conflitos e a região Sul declinou de 41 para 37, o quantitativo de conflitos. No período de 2012 a 2014, observou-se um sucessivo declínio dos conflitos na região norte com 302 conflitos em 2012, 271 em 2013 e 266 no ano de 2014; no Nordeste houve uma redução de 490 em 2012 para 289 em 2013 e registrando 282 no ano de

¹⁷ Entidades, movimentos sociais e povos que constituem a luta pela terra: Movimento das Mulheres Camponesas - MMC; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; Federação Nacional de trabalhadores da Agricultura - FETRAF; Comissão Pastoral da Terra - CPT; Conselho Indigenista Missionário - CIMI; Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados - MTA; Via Campesina; Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA; Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB; Pastoral da Juventude Rural - PJR; Sociedade Fé e vida – Cáceres; Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras e Quilombolas - CONAQ; além das representações nacionais, as estaduais e regionais, também estavam nesse encontro que reuniu uma diversidade de etnias existentes no campo (ENCONTRO UNITÁRIO..., 2012).

2014; e no Centro-Oeste, ocorreu um decréscimo de 144 em 2012 para 99 no ano de 2013 e no ano posterior para 81 ocorrências. Nas regiões Sudeste e Sul é possível vislumbrar pequenas oscilações de um ano para o outro quanto ao índice de conflitos. No Sudeste, tem-se 126 conflitos em 2012 que declinaram para 77 em 2013 e no ano seguinte subiu para 117; já a região Sul contabilizou 35 ocorrências no ano de 2012 que foi reduzido para 27 em 2013 e subindo para 43 conflitos no ano de 2014.

Destaca-se que a região Nordeste ganha notoriedade quanto ao contexto da luta pela terra, liderando o ranking entre as regiões com maior índice de conflitos do país.

Com referência ao ano de 2011, contabilizaram-se 496 conflitos que representam 48% do total de conflitos registrados no Brasil com 1035 ocorrências. No Brasil, o total de conflitos de 2014 em 793 expressou uma queda em relação ao ano de 2010 que registrou 853 conflitos, correspondendo a uma diminuição ao número de conflitos em 60 ocorrências (9,2%). No período de 2011, houve um aumento de 1035 ocorrências para 1067 no ano de 2012 que em percentuais representa um acréscimo de 10,3%; porém, nos anos seguintes, houve uma queda respectivamente em 2013 para 763 e em 2014 para 793 ocorrências. Esses índices registrados pela CPT demonstram o grave problema agrário no país que tem no latifúndio, na grilagem e na violência no campo, elementos perpetuadores das injustiças sociais.

A tabela 4 confirma a concentração de conflitos no Estado do Maranhão em relação aos demais estados nordestinos. Nessa dinâmica agrária, os Estados da Bahia, do Pernambuco, Piauí, Paraíba e Ceará são os que mais registram situações de conflito depois do Maranhão. Aos estados de Sergipe e do Rio Grande do Norte ficam os menores índices de conflitos.

No Maranhão, os conflitos em 2010 passaram de 170 para 224 em 2011 declinando nos anos seguintes com 157 em 2012, com um pequeno decréscimo em relação ao ano anterior contabilizando 153 conflitos em 2013, caindo para 123 em 2014. A evolução dos conflitos na Bahia foi marcada também pela tendência de crescimento nos anos de 2010 com 72 passando para 98 em 2011 e de 2012 a 2014, verificou-se crescimento com 63 ocorrências no ano de 2012, declinando em 37 no período de 2013 e retomando um crescimento com 59 conflitos no ano de 2014. Pernambuco registrou um crescimento gradativo do período de 2010 a 2012,

declinando nos anos de 2013 e 2014 respectivamente com 30 e 35 ocorrências. Os conflitos em Alagoas evoluíram de 33 em 2010 para 47 em 2011, diminuindo as ocorrências no contexto de 2012 a 2014; O Piauí expressou em 2010: 13 ocorrências que passaram para 30 em 2011, apresentando decréscimo de 24 conflitos em 2012 e pequeno crescimento com 27 em 2013; mas logo declinando com 9 conflitos em 2014. Quanto ao Rio Grande do Norte e Sergipe verificam-se dados insignificantes do número de conflitos no período de 2010 a 2014. De acordo com os dados da CPT, é possível observar que o total de conflitos no país subiu de 369 no ano de 2010 para 496 em 2011 seguido, consecutivamente, de um período de 2012 a 2014 marcado pela diminuição dos conflitos.

Embora se observe uma queda progressiva dos conflitos do campo de 2012 a 2014, a região nordestina permanece sendo área de intensos conflitos. No caso específico do Maranhão, como pode ser observado com base na tabela 4. Destaca-se como Estado que lidera o índice de conflitos na Região Nordeste. De acordo com a CPT (2012), o cerne dos conflitos por terra tem a participação de empresas do setor minerador e de papel e celulose de forma especial a empresa SUZANO¹⁸ no confronto com as comunidades camponesas pela disputa do território.

Tabela 4 - Nº de conflitos por terra no Nordeste 2010-2014

Região Nordeste	Nº de conflitos 2010	Nº de conflitos 2011	Nº de conflitos 2012	Nº de conflitos 2013	Nº de conflitos 2014
Maranhão	170	224	157	150	123
Piauí	13	30	24	27	9
Ceará	10	16	3	11	8
Rio Grande do Norte	4	1	6	7	5
Paraíba	16	16	7	6	20
Pernambuco	46	60	67	30	35
Alagoas	33	47	28	19	16
Sergipe	5	4	5	2	7
Bahia	72	98	63	37	59
Total de conflitos	369	496	360	289	282

Fonte: Adaptado pela autora a partir da CPT (2011; 2012; 2013; 2014; 2015).

Outra análise a ser considerada é a que se refere aos protagonistas da violência no campo. Segundo dados disponibilizados pela Comissão Pastoral da

¹⁸ A produção de papel e celulose pela fábrica Suzano, em Imperatriz-MA, tem repercussão direta em Açailândia com a expansão do monocultivo de eucalipto que, por sua vez, é responsável pela expropriação de terras e da força de trabalho do camponês. A Suzano assume um papel de destaque no contexto dos conflitos agrários entre classe trabalhadora e Capital.

Terra (2011), há uma predominância da ação violenta do poder privado¹⁹ sobre as ações do Estado. Em 2011 foram registradas 693 ações violentas do poder privado, contrastando com 84 ações do Poder público. O aumento da violência no espaço agrário é decorrência da forma como vem avançando o modelo do agronegócio que explora desenfreadamente os recursos naturais, especialmente os minerais destinados ao mercado internacional.

Quanto ao número de assassinatos houve uma redução com destaque para a queda, no Pará; porém, este Estado continua concentrando mais de 40% dos assassinatos no país, a maioria devido aos conflitos sócio-ambientais que culminaram com a morte de muitos sem-terra, assentados e agentes de Pastoral. Na região Nordeste os casos de assassinato diminuíram como acima citado, mas com uma ressalva: o Maranhão aumentou para quase 100% o número de assassinatos, sobretudo de indígenas e quilombolas. No quesito ameaça de mortes, o Maranhão comparece liderando esse infortúnio com 116 casos, perdendo apenas para o Pará (78), Amazonas (48) e Rondônia (30).

A Amazônia Legal é um território que registra o maior índice de violência por parte da ação do poder privado com o indicativo de 69% do total de conflitos no país. Essa realidade acena para a brutal e intolerante ação dos agentes de desenvolvimento adeptos do Capital predatório e, portanto, saqueadores coloniais ou neocoloniais das riquezas naturais e responsáveis pela destruição do bioma da floresta amazônica e das territorialidades das populações tradicionais e camponesas.

O Brasil, ao longo de sua história, tem sido marcado por inúmeras experiências de lutas populares de resistência às estruturas socioeconômicas e políticas desiguais e injustas que se constituíram desde o processo de colonização. Alvo da cobiça estrangeira de auferir riqueza de forma fácil e rápida, o território nacional foi devastado e sua população nativa foi desapropriada e espoliada da terra e de todos os recursos que aquela poderia oferecer às comunidades. A apropriação, ocupação e o uso da terra têm-se feito forma intensa por meio de uma política de colonização expressada, inicialmente, com o sistema de Capitânicas Hereditárias e posteriormente com as Sesmarias e a Lei de Terras, de 1850, que foram condicionantes para a concentração fundiária com o fito do incremento do setor

¹⁹ Os agentes da violência do poder privado são representados pelos jagunços, pistoleiros, que compõem as milícias particulares que atuam a mando dos fazendeiros.

agrário exportador de produtos primários.

É recuando no tempo que se captam, no Brasil, lembranças da luta e resistência camponesa materializada na guerra de Canudos em 1896-1897 na Bahia, sob a liderança de Antônio Conselheiro cuja luta foi de cunho religioso e a resistência consistiu contra o Estado republicano em que os camponeses buscavam o acesso e permanência em uma terra; também a guerra do Contestado, em 1912-1916, ocorrida em uma região fronteiriça, rica em erva-mate e madeira, disputada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina. Essa guerra foi originária dos problemas sociais sofridos pelos camponeses em razão da perda de terras pelo imperialismo norte-americano apoiada pelo estado e coronéis daquela época.

O Estado do Maranhão foi palco da revolta denominada Balaiada no período imperial entre 1838-1941, sendo um movimento eminentemente popular contra a Coroa portuguesa e aristocracia rural que dominava toda a região. As camadas sociais pobres representadas nos camponeses, vaqueiros, sertanejos e escravos conviviam com a miséria, fome, escravidão e os maus tratos. Isso tudo gerou descontentamento, ocasionando uma luta que clamava por justiça. Uma outra revolta popular foi a ocorrida no estado do Pará (1835-1840): a Cabanagem motivada pela situação de penúria que acometia os cabanos (militantes do movimento).

Com base nesse breve retrocesso acerca das lutas de resistência dos camponeses fica claro que foram manifestações concretas do conflito de classes antagônicas que embora ocorridas nos séculos passados, demonstram como os problemas agrários têm no passado, o seu nascedouro. Ressalte-se, de modo específico, que as lutas pela posse da terra na Amazônia Legal, um dos principais problemas, representam duas lógicas opostas e inconciliáveis de ocupar e usar a terra.

O camponês mantém vínculo com a terra para viver nela por toda sua vida e produzir uma diversidade de alimentos necessários a existência da família; não predomina na lógica camponesa, as relações mercadológicas que fazem da terra uma mera mercadoria com preço cujo valor de troca substitui o valor de uso. O capitalista, quando se apropria de uma terra, a faz movido pelo desejo de auferir lucro e, para isso, explora as riquezas naturais e a força de trabalho do camponês. A relação que se estabelece entre o capitalista e a terra baseia-se na propriedade privada, na especulação fundiária e na produção agrícola em grande escala e

especializada em uma determinada cultura para atender o mercado externo. (FERRAZ; AMORIM, 2008).

O conflito agrário é a expressão das relações sociais e de trabalho desiguais estabelecidas entre os detentores do poder econômico e político e um contingente humano desvalido sem direito a terra para viver. Desde a formação socioeconômica do Brasil, em um passado colonial, que a situação de conflito pela terra e de apropriação dos recursos naturais são inerentes a uma estrutura fundiária injusta e desigual. No vasto território brasileiro, constituído por indígenas, camponeses, seringueiros e negros, a expropriação da terra e a exploração da força de trabalho eram práticas que causavam contestação por esses sujeitos que jamais foram passivos às problemáticas agrárias. Os diversos grupos sociais constituíram durante suas experiências de luta, as identidades coletivas potenciadoras da luta política.

A situação de miséria à qual estava submetida a população do campo ensejou um processo de mobilização e organização em torno do direito de permanecer na terra em que viviam como foreiros ou arrendatários subordinados ao latifundiário, na década de 1940. Porém, foi no governo de Juscelino Kubitschek que a dinâmica de organização política dos camponeses começou a se tornar evidente a partir da segunda metade da década de 1950, tendo projeção no cenário político e em todo país.

O surgimento das Ligas Camponesas no contexto da industrialização e modernização do setor econômico de produção motivou a existência de movimentos sociais no campo em detrimento do desemprego, da expulsão dos camponeses da terra e da miséria; tudo isso causou uma grande insatisfação na zona rural, sobretudo na região Nordeste. Mas as lutas sociais da resistência camponesa que se haviam intensificado em meados da década de 1950, foram enfraquecendo à medida que iam sendo duramente reprimidas no contexto da Ditadura Militar (1964-1985). Muitas lideranças foram perseguidas, presas, torturadas e assassinadas pela polícia e por pistoleiros, a mando dos grandes proprietários de terra. Apesar das atrocidades cometidas às lideranças sindicais da cidade e do campo, principalmente, a luta não foi extirpada e, portanto, sobrevivendo na clandestinidade foi-se fortalecendo politicamente.

Na década de 1980, a luta pela terra, que parecia estar adormecida, foi retomada com muita força por uma nova forma organizativa do campesinato que

ficou conhecida por Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, criado no ano de 1984-, cujas ocupações realizadas nas glebas Macali e Bilhante (1979), no município de Ronda Alta-RS, marcaram o princípio da história de conquistas do MST (FERNANDES, 1999, p. 66). Além dessas ocupações, houve também outras que marcaram a década mencionada anteriormente a exemplo da luta dos posseiros da fazenda Primavera por uma área grilada por um latifundiário em Andralina no Estado de São Paulo; a ocupação da fazenda Burro Branco no município de Campo Erê-Santa Catarina; no Paraná houve um conflito envolvendo mais de 10 mil famílias e o Estado, em decorrência da construção da barragem de Itaipu, que inundou suas terras. Ainda outras lutas eclodiram nos Estados do Mato Grosso do Sul, Bahia, Goiás e Rio de Janeiro. (BERGAMASCO e NORDER, 2010, p. 333; FERNANDES, 1999, p. 66-67). Os trabalhadores encontraram condições precárias no campo político para se projetarem para vários Estados do País, sendo inseridos em uma luta conjunta pela terra, quando o Governo já apresentava sintomaticamente a sua fragilidade para continuar diante da pressão dos diversos setores da sociedade.

Entende-se, ainda, que, mesmo o MST sendo um importante movimento social do campo, existem outros que constituem também o processo de luta e resistência no território como espaço de disputas na história do país. Isso remonta às lutas das comunidades indígenas, quilombolas pela demarcação e reconhecimento de seus territórios, a luta dos atingidos por barragens dos camponeses que são desapropriados por causa da execução de grandes obras do Estado e dos seringueiros da Amazônia. (OLIVEIRA, 2001, p. 195).

Atualmente conta-se com diversos movimentos sociais e entidades em defesa da classe trabalhadora rural e camponesa que questionam as estruturas socioeconômicas da sociedade, atuação do Estado como financiador legítimo das elites agrárias e empresariais e propõem uma nova organização produtiva e social. E nesse sentido, os camponeses, ao longo da resistência aos modelos econômicos e hegemônicos, organizaram/organizam reações no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF, no Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, na Via Campesina, Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB e Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais –MMTR. Além destes, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR's exerce um

papel mobilizador e articular no processo de luta pela terra, muitas vezes se colocando frente à organização dos camponeses na ocupação das terras improdutivas.

As experiências construídas nos espaços sociais de luta política foram acumuladas e de forma político-pedagógica conduziram os camponeses a construírem novas formas de luta, de resistência e estratégias para terem suas demandas atendidas. Entre o final da década de 1970 e início de 1980, o contexto era de euforia política por parte dos setores populares cujas vozes eram ressoantes pela redemocratização e abertura política no país. Já não era mais possível calar os sujeitos sociais configurados nos Movimentos Sociais da cidade e do campo que sinalizavam as contradições de um sistema opressor, responsável por estrutura fundiária injusta e riqueza para um restrito grupo dominante em detrimento do flagelo da pobreza e da fome vividos pelo homem do campo.

Dentre os movimentos sociais do campo, o MST se destaca por apresentar uma “organização mais sólida, de caráter nacional”. Compreendê-lo consiste conhecer o processo de luta calcado nos acampamentos, nas ocupações e na luta nos assentamentos. O MST se constitui em um movimento democrático, de base e de massa. (OLIVEIRA, 2001, p. 196).

As lutas de resistência são marcadas por estratégias de pressão social construídas historicamente sobre o Estado para a conquista de Políticas Públicas para a classe trabalhadora. As contestações e manifestações do MST para chamar a atenção da sociedade como um todo diante da problemática agrária são construídas de forma criativa com base nas análises críticas da realidade social e política que podem ser observadas nas palavras de ordem em determinado contexto. De acordo com Oliveira (2001, p. 196, grifos do autor):

Quando ocorreu a formação do MST, na década de 80, o lema era: *Terra para quem nela trabalha* (1979-1983). Quando começou a enfrentar resistências ao acesso à terra surgiu: *Terra não se ganha, terra se conquista* (1984). Ao se fortalecer e avançar, sobretudo durante o governo Sarney, percebendo que o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária não estava sendo implementado, os lemas passaram a ser: *Sem Reforma Agrária não há democracia* (1985) e *Reforma Agrária, já* (1985-86). Com o aumento da violência, que não atingiu apenas os trabalhadores, mas lideranças, advogados, políticos, religiosos etc., o MST mudou suas palavras de ordem: *Ocupação é a única solução* (1986), *Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra* (1986-97) e por ocasião da Constituinte, *Reforma Agrária: na lei ou na marra* (1988) e *Ocupar, Resistir, Produzir* (1988), depois que os assentamentos começaram a ser conquistados.

Destaca-se que, no ano de 1994, no período correspondente ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, houve uma grande ação nacional denominada de Grito da Terra Brasil - GTB que articulou entidades sindicais da classe trabalhadora rural e movimentos sociais do campo que lutavam/lutam por uma política de reforma agrária.

Esse movimento foi organizado pelo Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT - DNTR, Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura - CONTAG, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE e Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil–CAPOIB. (SENA, 2008, p. 64).

Essa mobilização foi significativa no âmbito da organização política das entidades unidas acerca de um mesmo objetivo: “[...] propor medidas que levem à superação dos problemas estruturais do campo”. (SENA, 2008, p. 64). Há 21 anos, o Grito da Terra continua a realizar uma grande mobilização que constrói de forma coletiva estratégias para denunciar as injustiças no campo e apresentar suas reivindicações ao governo para o desenvolvimento rural. Ocorreu, entre 18 a 22 de maio de 2015, o GTB que trouxe como tema: “Desenvolvimento Rural Sustentável com garantia de Direitos e Soberania Alimentar”. Sem dúvida, a aglutinação de forças dos sujeitos do campo para lutar pelo direito ao acesso e permanência na terra para trabalhar é unificado em um só grito que contesta o modelo de desenvolvimento rural dominado pelo agronegócio, cujas contradições gestam os conflitos responsáveis pela perda de muitas vidas, seja por assassinato seja pelos efeitos destrutivos aos ecossistemas e portanto, a qualquer forma de vida.

Como importante meio de produção, a terra, no contexto do modelo de desenvolvimento agrícola industrial, é negada ao camponês para reproduzir e supervalorizar o Capital. A problemática agrária é reatualizada no movimento dialético das metamorfoses do capital para garantir sua hegemonia econômica, política e ideológica.

Nesse panorama o Maranhão insere-se na dinâmica dos processos de embates políticos dos movimentos sociais no campo, onde os registros de conflitos por terra são estarrecedores na região do Bico do Papagaio, que envolve no seu raio partes dos Estados de Pará, Tocantins e Maranhão. Ferraz e Amorim (2008) afirma que a inserção dessa região no processo produtivo capitalista, induziu a expansão

da fronteira agrícola e de exploração dos recursos naturais. Além disso, a grilagem se institucionalizou em uma prática de fortalecimento e manutenção do monopólio capitalista do latifúndio.

Ferraz e Amorim (2008, p. 71) diz ainda que:

No final da década de 60, quando se define os rumos básicos para a “integração” da Amazônia Legal, advém um período de ocupação desenfreada. Grupos econômicos nacionais e estrangeiros ocupam o espaço de forma avassaladora. Objetivam explorar a mineração, implantar projetos agropecuários, desenvolver atividades extrativistas de madeiras ou mesmo garantir a pura reserva de valor e a especulação financeira com o usufruto dos generosíssimos incentivos criados para a implantação dos seus ambiciosos projetos.

Os grandes projetos de desenvolvimento idealizados e concretizados no âmbito das Políticas de desenvolvimento econômico para a industrialização do setor produtivo agrícola e do investimento pesado no setor minerador incidiram/incidem severamente no modo de produção e vida do campesinato. No município Açailândia, o latifúndio e os grandes empreendimentos agropecuários e minero-siderúrgico são mecanismos da acumulação capitalista nas veias abertas da Amazônia por onde sangram a riqueza do território, ficando para as populações apenas os prejuízos. Os suntuosos projetos têm trazido sérias consequências para as comunidades tradicionais e camponesas que vivem nas áreas apropriadas pelo agronegócio, setor minero-siderúrgico e mais recente nas áreas de ampliação da EFC.

Os conflitos por terra e trabalhistas, estes últimos caracterizados na configuração análoga ao trabalho escravo, no município de Açailândia, são a expressão da violência que vem acompanhada da expropriação das famílias da terra para sua subsistência e da negação de condições dignas de trabalho.

No contexto do conflito, milhares de vidas camponesas são ceifadas a mando dos latifundiários. A violência é a face mais perversa do contraditório padrão moderno e simultaneamente colonial que viola direitos humanos e sociais no campo. As famílias camponesas, que têm sua história marcada por lutas de resistência ao latifúndio e às relações de poder e dominação do Capital, apoiam-se nas lutas coletivas e históricas de conquista do direito à terra. Porém, a luta não se restringe ao acesso à terra, mas vincula-se a uma práxis política transformadora e contra-hegemônica, em termos gramsciano, que busca na materialização da reforma agrária uma sociedade justa e humana pautada em valores democráticos e de

respeito à territorialidade dos diferentes populações no Maranhão.

A luta de resistência dos trabalhadores rurais “pela terra” e “na terra” é fortemente demarcada desde a ocupação de uma área e da formação do acampamento que se poderá tornar em um assentamento. Esse processo tem um significado simbólico para os sujeitos acampados ou assentados. Segundo Sigaud (2009, p. 66), “[...] as ocupações de terra com montagem de acampamentos constituem uma linguagem simbólica, um modo de fazer afirmações por meio de atos e um ato fundador de pretensões à legitimidade”; nesta acepção, as lutas dos camponeses ganham corpo e ultrapassam o imediatismo de suas necessidades e requerem também o direito a outros direitos para viverem dignamente, entrando na disputa por políticas públicas para a melhoria de vida.

Inseridas no contexto do Programa Grande Carajás, as populações urbanas e rurais de Açailândia conhecem muito bem os problemas sócio-ambientais que fazem parte do seu cotidiano; elas são vítimas da omissão do poder local diante do direito à dignidade humana juntamente com as empresas nacionais e transnacionais ávidas por lucro. Hoje, a população urbana de Piquiá de Baixo, bairro denominado de “Cubatão da Amazônia”, sofrendo os impactos sócio-ambientais das indústrias guseiras que afetam a saúde das pessoas. Os assentamentos rurais desaparecem em meio à paisagem predominantemente composta pelo plantio de eucalipto em extensas áreas para fornecer carvão vegetal para os altos-fornos das siderúrgicas e celulose para a empresa Suzano localizada em Imperatriz. Um exemplo significativo dessa realidade é o Assentamento Califórnia, que se encontra cercado pelo monocultivo de eucalipto, e que resulta impactado pelo uso intensivo de agrotóxicos que afetam o ecossistema e pelas carvoarias que liberam no ar fumaça prejudicial à saúde.

Os assentamentos rurais sofrem o alto custo do modelo de desenvolvimento do PGC com seus massivos investimentos no setor minerador e agroindustrial. Eles são impactados pelas ações da empresa VALE²⁰. Conforme relatoria realizada a partir de reuniões como MST, Centro de Defesa de Direitos Humanos e Sociais e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Açailândia. As

²⁰ As comunidades afetadas pelos impactos da empresa mineradora denominam esta de “NÃO VALE” como forma de demonstrar a sua aversão ao empreendimento, não apenas sob o ponto de vista socioeconômico e ambiental, mas também culturalmente em virtude do enfraquecimento dos laços de identidade e valores no interior da comunidade pelo fascínio das “luzes do trem”, sobretudo para os mais jovens que veem na empresa mineradora a possibilidade de mudar de vida.

informações obtidas acerca dos impactos da Estrada de Ferro Carajás (EFC) são as seguintes a) atropelamento de animais domésticos e de animais de criação; b) trepidação e rachadura das casas; c) plantio de eucalipto destinado ao polo guseiro, causando problemas à saúde pelo uso intensivo do agrotóxico; d) aterramento de poços pelas vibrações causadas pela passagem do trem; e) poluição sonora; f) prostituição e exploração sexual de mulheres e crianças; h) fenômeno “meninos do trem”- crianças que viajam clandestinamente no trem de passageiros ou nos vagões de minério; i) Constantes incêndios nos povoados, causados pelo esmerilhamento dos trilhos; j) aumento do tráfego de carros e acidentes k) dificuldade de travessia da ferrovia etc. (FAUSTINO; FURTADO, 2013, p. 63).

O conflito que se instaurou nos assentamentos rurais centraliza-se no confronto ao modelo de desenvolvimento rural capitalista, consolidado no Agronegócio que tem, na empresa VALE, um ícone que expressa a hegemonia ideológica e política de uma classe dominante que dita os direcionamentos da política econômica do país. Convém afirmar que a duplicação da EFC é mais uma gigantesca ação da VALE, executada pela empresa Odebrecht a partir de 2010 para garantir a reprodução e permanência do grande Capital no seu movimento de expansão com desdobramentos catastróficos sob o ponto de vista da magnitude das problemáticas agrárias, sociais e ambientais sobre as comunidades camponesas. Isso redimensiona a reflexão acerca da reatualização dos problemas, anteriormente mencionados e também quanto aos desafios impostos às comunidades camponesas de Açailândia mediante às artimanhas do capital para se reproduzir. Para isso, Costa et al. (s/d, p. 16, grifo nosso) enfatiza que

Os problemas acarretados não são mais diretamente provocados, como um desvio de um curso d'água, a grilagem, a expulsão dos trabalhadores, **mas sim indiretamente, como poluição, degradação ambiental, precariedade de serviços, manipulação dos focos de investimentos em infraestrutura.** O Grande Capital adaptou sua face e mudou suas táticas naquela região, deixando as tradicionais formas de luta menos eficientes. O desafio para os pequenos agricultores de Açailândia é adaptar a estas mudanças e prosperar frente a tais adversidades.

A legitimação da corporação mineradora de explorar os bens naturais no solo brasileiro e de seu elevado nível de exportação têm o apoio ativo do Estado, que considera tal atividade como uma das principais estratégias de desenvolvimento econômico do país. Conforme dados do Ministério de Minas e Energia (MME), “[...]”

no ano 2000, 42% dos bens exportados estavam classificados como *commodities* e bens energéticos, enquanto que os bens de média e alta tecnologia respondiam por 36%”; em 2009, “estas porcentagens passaram para 56% e 27% respectivamente”. (BRASIL apud FAUSTINO; FURTADO, 2013, p. 17). Por causa do modelo de desenvolvimento econômico, a população tem sido penalizada e alijada dos processos decisórios acerca de um modelo de desenvolvimento que contemple suas reais demandas.

As comunidades camponesas e tradicionais se organizam em torno das lutas sociais originárias das contradições do sistema e das políticas de desenvolvimento perpassadas pelas lutas de classe, como expressão da tensa relação capital/trabalho e do jogo de interesses econômicos e políticos em diferentes escalas territoriais: nacional, regional, local e global. A luta dos movimentos sociais do campo consiste em uma longa marcha que vai construindo/reconstruindo formas estratégicas de resistência nos embates políticos diante do Estado Mínimo para os setores populares por meio de Políticas Públicas seletivas e pontuais que não atendem as suas demandas. Assim, os assentados persistem na resistência coletiva acerca de suas demandas com o apoio do MST, da Rede Justiça nos Trilhos, Comissão Pastoral da Terra, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outros movimentos sociais no desafio de se tornar visíveis para o poder público e pressionar este para garantir o direito a ter direitos, inclusive de viver as diferenças.

As lutas de resistência dos lavradores, na Contemporaneidade, têm suas raízes fincadas na luta histórica por um pedaço de terra para garantirem a sua existência objetiva e subjetiva, porém a complexidade da realidade tem imprimido uma nova configuração a essas lutas em detrimento das mudanças constitutivas da vida. Inserido na dinâmica socioeconômica macroestrutural, o campesinato sofre os rebatimentos dos processos de reestruturação produtiva a cada crise do Capital, que precisa ser redimensionado por orientações de uma política macroeconômica para se manter hegemônico.

Atualmente, os projetos desenvolvidos em Açailândia, tais como o agronegócio e indústria minero-metalúrgico são vinculados ao PGC cuja maior expressão é a empresa mineradora VALE. O PGC constitui-se parte integrante da orientação de uma política de desenvolvimento econômico para o país que, sob a perspectiva dos direitos humanos e sociais, contraria os princípios da dignidade humana em virtude das contradições inerentes aos grandes empreendimentos que

não melhoraram a vida das comunidades rurais.

Os antigos problemas tomaram grande proporção, a exemplo da concentração fundiária e conflitos de terra e outros novos surgiram em decorrência da dinâmica da empresa mineiro-metalúrgica na região, sendo um dos casos mais emblemáticos o caso dos assentamentos rurais serem impactados com a duplicação da EFC, especialmente o assentamento João do Vale que se sente prejudicado com a referida obra.

Vários setores da sociedade civil²¹ tem-se mobilizado em torno das problemáticas socioeconômicas e culturais, denunciando-as e pressionando as autoridades competentes do Estado a tomarem providências. As comunidades são penalizadas com uma política de desenvolvimento que beneficia o grande Capital e exclui o pequeno produtor, suas famílias e comunidades tradicionais. Estes não são contra o desenvolvimento, mas contra a forma como este se processa, negando-os a participação na redistribuição da riqueza produzida socialmente.

2.3 O saque da Amazônia Legal: custos sociais e ambientais

Como já foi tratado, a questão agrária no Brasil tem uma dimensão política que não pode prescindir de uma série de componentes estruturantes que estão articulados entre si, dando dinamicidade ao movimento de luta dos camponeses e trabalhadores rurais que lhes conferem espacialidade na concretização das estratégias de acesso à terra (ocupações e acampamentos) nas formas de produção e reprodução de sua existência objetiva e subjetiva.

São esses sujeitos históricos e políticos, imbuídos de representações, e concepções de mundo, que dão sentido às suas lutas individuais e coletivas constituídas a partir das relações sociais e de trabalho imbricadas em uma realidade que é síntese das múltiplas determinações.

Analisar a Amazônia Legal na atualidade sob a perspectiva de uma proposta de desenvolvimento rural integrado ao desenvolvimento nacional e das consequências para o campesinato consiste em se ater aos processos complexos

²¹ Compreende-se, na concepção de Gramsci, a sociedade civil no âmbito do Estado ampliado, como espaço onde se organizam os interesses em confronto, é o lugar onde se tornam conscientes os conflitos e as contradições (SIMIONATO, 2004, p. 68). Nesse sentido, a sociedade civil aparece como espaço privilegiado das lutas político-ideológicas entre grupos e classes sociais antagônicas para a construção de espaços democráticos.

do Brasil agrário. A questão agrária insiste na continuidade histórica do grande gargalo para a efetivação da política de reforma agrária: a estrutura fundiária concentrada e, portanto, da desigual distribuição de terras acompanhada pela negação de políticas públicas: capital, crédito fundiário, assistência técnica, insumos, tecnologia, saúde, educação e saneamento básico necessários ao desenvolvimento da agricultura camponesa.

A questão agrária no Brasil, na perspectiva dos problemas fundiários que se manifestam por meio dos inúmeros e intensos conflitos localizados principalmente na Amazônia Legal, tem sido marcada pelas relações desiguais e contraditórias da lógica capitalista do latifúndio para a expansão do modelo colonial do agronegócio-responsável por uma prática desapropriadora dos recursos naturais, dos meios de produção e da força de trabalho do camponês que se vê subjugado aos ditames do processo produtivo do capital para sobreviver. Nesse universo contraditório, coexistem duas formas distintas de apropriação e uso do solo que definem duas lógicas: uma lógica do Capital monopolista, pautada na produção e exportação de *commodities* em detrimento de uma produção voltada para o mercado interno essa lógica apoiada no paradigma do capital agrário; e outra, do agricultor familiar camponês que produz para a subsistência e o excedente da sua produção diversificada atende ao mercado interno pautada no paradigma da questão agrária. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014).

Ainda, conforme Fernandes, Welch e Gonçalves (2014, p. 20):

O Brasil agrário é paradoxal porque 74% dos agricultores recebem somente 15% do crédito agrícola, possuem apenas 24% da área agricultável, mas produzem 38% do valor bruto. É pouca terra e muita gente que recebe pouco crédito e divide o resto da riqueza produzida, ou seja, a parte que o capital permitiu que ficasse com o campesinato. Do outro lado, o agronegócio fica com 85% do crédito agrícola, controla 76% da área agricultável, produz 62% do valor bruto e emprega cerca de 26% das pessoas [...] O agronegócio fica com a maior parte da riqueza produzida pelo campesinato, através da renda capitalizada da terra, pois é o agronegócio que comercializa a maior parte da produção camponesa.

De fato a dominação espacial do segmento capitalista latifundiário que impõe um modelo de desenvolvimento industrializante para o campo sobre o modelo de desenvolvimento camponês, configura-se nas múltiplas faces da realidade agrária do país demarcadas pelas lutas de classes antagônicas definidas no tempo e no espaço pelas determinações socioeconômicas, políticas, culturais e ideológicas.

Nesse sentido, coexistem formas distintas de uso e apropriação da terra e demais recursos da natureza para a produção e reprodução das relações sociais e de trabalho.

É nisso que consiste a disputa acirrada no campo político-ideológico entre a classe proprietária de terras e a classe trabalhadora despossuída de um pedaço de chão para trabalhar. Daí refletir-se sobre a “[...] noção de espaço de quem manda e de quem obedece” que corrobora para a compreensão de como se dá a territorialidade do capital sobre o território camponês. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 38).

A análise da Amazônia Legal, sob a ótica dos custos sócio-ambientais, deve considerar a particularidade de sua realidade agrária vinculada ao planejamento de desenvolvimento econômico nacional traçado, sobretudo nas décadas de 1960/70, no Regime Militar que executou uma política de ocupação e colonização para a expansão da fronteira agrícola. As consequências dos ambiciosos projetos nacionais de desenvolvimento, implementados na Região Amazônica, tiveram inúmeros desdobramentos impactantes sobre as populações camponesas, ribeirinhos, seringueiros, atingidos por barragem, indígenas e quilombolas que constituem a diversidade cultural e regional como expressão das diversas Amazonas que não se distanciam do restante do país.

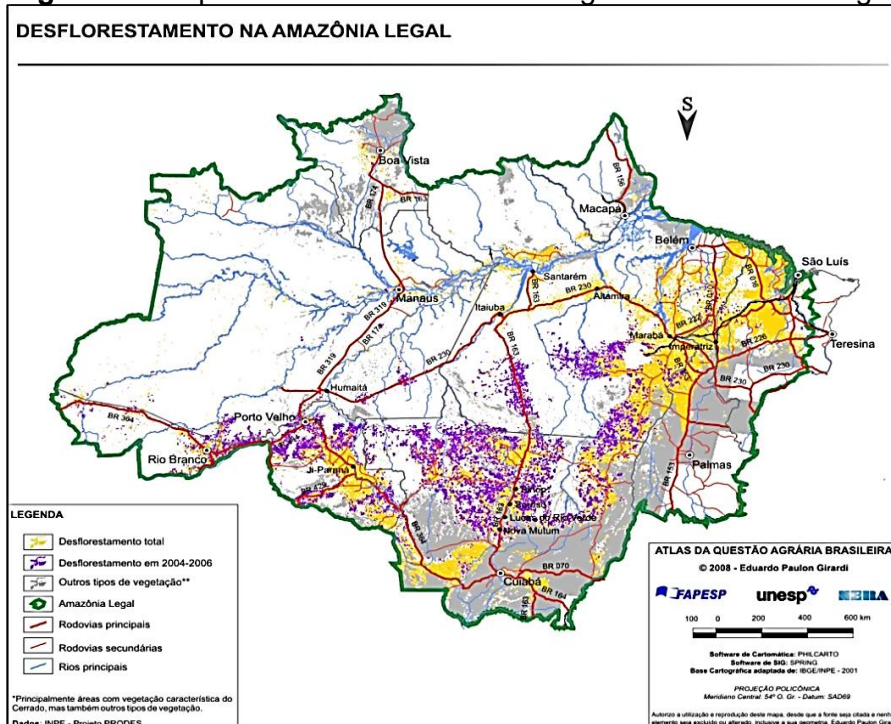
É, como Gallazzi e Gallazzi (2007) dizem: “a Amazônia não é uma só”. Há nessa vastidão territorial: a Amazônia do “arco do desmatamento”, voltada para a política de colonização e desenvolvimento econômico do país; Amazônia da terra para a expansão dos projetos agropecuários e da agricultura da soja; a Amazônia verde que apesar da grande área devastada, ainda guarda uma parte preservada pelos indígenas, seringueiros, posseiros e quilombolas; a Amazônia dos conflitos agrários, da violência, da pistolagem e da grilagem; a Amazônia das hidrelétricas de Tucuruí, Balbina e Samuel que foram construídas para fornecer energia barata para os megaempreendimentos em detrimento da inundação e destruição da floresta e portanto, implementação de uma infraestrutura causadora do desaparecimento da fauna e flora nativa.

E existe a Amazônia do subsolo, dos grandes projetos de mineração, a Amazônia de Carajás, Trombetas, Serra do Navio, Jari, junto com a Amazônia dos seus incontáveis garimpeiros. A Amazônia das máquinas gigantes e a da bateia, a dos milhões de toneladas de minérios e a dos gramas de ouro. (GALLAZZI; GALLAZZI, 2007, p. 43).

Essa é uma realidade complexa em que as relações sociais imbricadas nessa dinâmica de produção e reprodução da existência de vários grupos sociais se dão nos embates políticos de interesses diversos em disputa e defesa da apropriação e do uso da terra e de seus recursos naturais. Os sujeitos envolvidos se movem em um espaço que não é meramente físico, mas entendido na perspectiva das relações de dominação e exploração que submetem aqueles vulnerabilizados pelas péssimas condições de vida no contexto de um capital predador que parece não ter limites na ânsia cega de se reproduzir espacialmente.

O grande Capital, representado no latifúndio e nos conglomerados econômicos, estende seu domínio sobre terras ocupadas por categorias sociais com suas identidades culturais constituídas historicamente na forma de se relacionarem com o meio ambiente e com os outros homens na práxis concreta e em constante reconstrução do modo de se organizarem política e socialmente.

As consequências negativas que pesam sobre as comunidades da Amazônia Legal, em que a prática de desflorestamento alcança grande projeção no cenário local, regional e nacional, quanto aos impactos sócio-ambientais, é inerente ao modelo agrário adotado no país pelos sucessivos governos militares por meio das suas respectivas, sequenciais e complementares políticas de desenvolvimento econômico e de colonização. A ação antrópica que se deu no território amazônico, desde a extração de pau-brasil no século XVI, ocasionou o desflorestamento dessa região, o que remete à forte marca dos interesses externos há muito tempo. Porém, a prática de desflorestamento (Vide figura 1) seria intensificada nas década de 1960/70 em favor de uma política de grandes projetos de infraestrutura e de expansão da fronteira agropecuária voltada para os interesses das corporações nacionais e das transnacionais e em continuidade até os dias atuais.

Figura 1 – Mapa do desflorestamento na região da Amazônia Legal

Fonte: Girardi (2008).

Na figura 1 verifica-se as áreas de incidência de desflorestamento total e desflorestamento mais recente; isto explicita um processo de devastação intensa que se deu, sobretudo, desde as décadas de 1960/70 no contexto do regime militar e um outro processo mais recente que não é desarticulado do anterior, mas de caráter contínuo dentro do espectro da dinâmica de expansão do grande capital. No caso do leste amazônico, em que o Maranhão está inserido, confirma-se a porção que mais sofreu com o desflorestamento em virtude dos grandes projetos de mineração, exploração florestal (extração de madeira para serrarias e produção de carvão para siderúrgicas) e de expansão da fronteira agrícola. Um vetor importante de desflorestamento é a construção das rodovias para interligação entre as regiões quanto ao escoamento da produção e prestação de serviços.

Por isso, a porção sul amazônica, desflorestamento recente, é significativa nesse sentido com o trecho da BR 163 (Rodovia Cuiabá-Santarém) nos limites entre o Mato Grosso e o Pará e a cidade de Itaiuba-PA. (GIRARDI, 2014). Porém, esse vetor infraestrutura não deve ser pensado em si mesmo, mas dentro de uma dinâmica ampla de viabilização de projetos econômicos de acumulação crescente do Capital, configurado nos projetos da agropecuária e mineração com toda sua cadeia produtiva.

O desmatamento e as queimadas em largas extensões trazem danos de grande proporção ambiental e social por interferirem bruscamente no complexo processo do ciclo da vida humana e de outras espécies. Tais processos, constituem-se em crimes de lesa-humanidade por ocasionarem a “[...] destruição de todo um complexo de vida [...] cuja finalidade econômica maior é traduzida na terra como reserva de valor e especulação, na pobre pecuária extensiva ao lado da extração de riquezas para exportação”. (KOWARICK, 1995, p. 200).

E o que dizer ainda, dos casos em que o próprio assentado ou posseiro é obrigado a desmatar ilegalmente para produzir e fornecer carvão para as siderúrgicas? Essa situação expressa duas formas de violência que estão interligadas: a violência ambiental e a social; ou seja: vivendo em situação precária sem acesso a Políticas Públicas e a ausência de alternativas para a subsistência, essas pessoas são absorvidas de forma degradante pelo ciclo de exploração do setor minerador. (GALLAZZI; GALLAZZI, 2007, p. 45).

Os diversos grupos sociais, que vivem na Amazônia Legal, mantêm uma estreita relação com o meio ambiente, sendo diferenciadas por seus interesses. Nesse sentido, é oportuno distinguir dois grupos quanto à relação com o ecossistema na extração de seus recursos naturais: de um lado, tem-se a ganância e o uso predatório da natureza com a destruição da fauna, flora e envenenamento de rios pela grande empresa capitalista; do outro, identifica-se um contingente de sujeitos sociais que na biodiversidade garantem a sua subsistência por meio de atividades extrativistas e da prática agrícola tradicional sem depredar o meio ambiente.

O modelo agrícola industrial dominante consegue impor-se pelos esquemas de grilagem financiados pelas grandes empresas nacionais e multinacionais com a anuência do Estado. Muitos lavradores, trabalhadores rurais expropriados dos meios de trabalho, migram para as cidades buscando melhores oportunidades, porém são frustrados pela ausência de qualificação técnica; eles compõem o exército de reserva por sua vez essencial à manutenção do rebaixamento dos salários e extração da mais-valia.

Quando se fala do saque da Amazônia Legal, a ideia vai muito além da ação direta do homem sobre as riquezas naturais para o benemérito de um pequeno grupo movido pela racionalidade econômica de auferir lucro a todo custo, mas se remete, sobremaneira, à própria deterioração do ser humano como sujeito individual

e coletivo com sua identidade cultural e suas maneiras de viver a sociedade e o meio ambiente para sua realização harmônica com esta e com os outros homens quanto ao acesso democrático e igual a ela. Por isso, os conflitos, por conta do acesso desigual à terra, o uso dos recursos naturais e da concentração da terra são indicativos da expressão das forças sociais e políticas de sujeitos históricos que questionam e constroem estratégias de lutas para pressionarem o Estado quanto à mudança das políticas agrárias. Do outro lado há um grupo representativo dos interesses do Capital que busca expandir o controle sobre a terra e efetivar o acúmulo de riqueza. Conforme Acselrad e Barros (2013, p. 19):

[...] acumulação, pautada no controle sobre a terra, realiza-se em duas frentes: a) uma frente de acumulação extensiva de capital – a que requer a incorporação de novas áreas, produtivas ou especulativas, pela expropriação de terras ocupadas por pequenos produtores, terras públicas, áreas de reserva legal, terras indígenas ou de povos tradicionais; b) uma frente de acumulação intensiva de capital – que se dá no interior mesmo das áreas já ocupadas, pela busca de ganhos de rendimento por hectare, através da intensificação das condições de exploração do trabalho rural e do uso crescente de insumos que, além de alimentar o negócio agroindustrial, via de regra degrada a saúde dos trabalhadores, contamina solos, sistemas vivos, rios e outros corpos hídricos.

Ademais,

[...] a exploração da terra para fins de acumulação de riqueza tende a dar lugar a uma violência expropriatória destinada a subtrair terras às famílias camponesas, seja pela ação de grileiros ou agentes do agronegócio, seja por grandes projetos hidrelétricos ou de mineração, seja pela destinação de terras públicas devolutas e do uso de seus recursos. Uma violência intimidatória é também acionada na tentativa de inibir o ânimo organizativo e a resistência de trabalhadores do campo; outras formas de violência são exercidas através das relações de trabalho, com a intensificação das condições de exploração ou o constrangimento dos trabalhadores para que estes se submetam a condições de trabalho degradantes. (ACSELRAD; BARROS, 2013, p. 19).

Há uma relação histórica entre os projetos de desenvolvimento regional e os impactos sócio-ambientais sofridos pelas comunidades tradicionais e camponesas, nas décadas de 1960/70 e principalmente com o Programa Grande Carajás (1980), um projeto gigantesco que consolidou toda a dinâmica de reorganização e reordenamento do território em prol do processo produtivo no setor minero-siderúrgico. O município de Açailândia, no Estado do Maranhão, insere-se no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento como área estratégica

economicamente nesse contexto amazônico.

Particularmente, os camponeses do assentamento João do Vale estão inseridos nessa realidade complexa da expansão do Capital do setor minero-siderúrgico com seus impactos provenientes das contradições inerentes a esse modelo de desenvolvimento nacional alicerçado em uma estrutura agrária conservadora. Então, Açailândia é capturada pelo propósito de expansão do grande capital que a recoloca na rodada transnacional dos grandes empreendimentos como será tratado no próximo capítulo.

3 AÇAILÂNDIA-MA NAS TRILHAS DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS

A história está a cada dia e permanentemente escrevendo sua história, que é ao mesmo tempo história do trabalho produtivo e a história do espaço.

Milton Santos

Este capítulo parte da análise do desenvolvimento do Capital e suas contradições no contexto dos grandes projetos na rota do Grande Carajás em que Açailândia integra o corredor de exportação de *commodities* agrícolas e minerais, considerando as implicações sociais, econômicas e ambientais para a população do campo e da cidade. Açailândia insere-se na dinâmica da cadeia produtiva minero-siderúrgica junto ao setor do agronegócio como processos produtivos reorganizados dentro da lógica de auto reprodução do grande capital intrínseca à reprodução do espaço.

O modelo de desenvolvimento implantado no âmbito nacional e regional fez de Açailândia um lugar atrativo em razão das inúmeras vantagens para os grandes empreendimentos agropecuários e do setor industrial da produção de ferro gusa. Acontece que o Capital investido beneficia apenas as empresas nacionais e internacionais sob o prisma da geração de riqueza. Enquanto para a população da cidade e do campo resta apenas as mazelas sociais gestadas nas contradições do grande capital.

Atualmente, o grande Capital, por meio da VALE S.A, investe na ampliação da EFC e de portos para a aumentar a produção e escoamento de minério de ferro ao longo de Carajás. Esse empreendimento tem sido alvo de críticas e contestações por parte dos movimentos sociais e de organizações não-governamentais em defesa dos direitos humanos e ambientais. Os assentamentos rurais em Açailândia, especificamente o assentamento João do Vale, em estudo no próximo capítulo, convivem diariamente com os problemas sócio-ambientais desencadeados pela dinâmica da cadeia produtiva mineradora articulada ao agronegócio. Os assentados, mediante essa situação, constroem suas formas de resistência e a pauta reivindicatória para amenizar os danos sócio-ambientais. Observando esse aspecto, é importante notar que as ações compensatórias da empresa mineradora devem ser analisadas sob a perspectiva das controvérsias que permeiam a relação assentamento e empresa que será destaque no próximo

capítulo.

3.1 Caracterização sócio-espacial e econômica de Açailândia-MA

Historicamente, o modo de produção capitalista tem como epicentro a Europa Ocidental quando esta substituiu o antigo regime feudal, que se desintegrava, devido a um conjugado de fatores, dentre eles: uma nova classe social emergente: a burguesia que passou a deter o poder econômico e político; a superexploração dos camponeses pela nobreza, culminando com levantes destes; maior circulação da moeda que extirpou a comercialização por troca de mercadorias, típica das relações feudais; o desenvolvimento dos centros urbanos que provocou o êxodo rural (muitos servos eram atraídos pela oportunidade de trabalho na cidade). A nobreza apropriava-se cada vez mais do excedente produzido pelos camponeses e isto gerou conflitos de tamanha proporção, principalmente quando as terras que eram comunais, passaram a ser de uso privado. O fenômeno dos cercamentos durante os séculos XVI e XVII expulsou os camponeses da terra o qual, gradativamente, se transformou em mercadoria, reserva de valor e símbolo de poder.

O advento da Revolução Industrial, em meados do século XVIII, na Inglaterra, lançou marcas profundas nas relações sociais de uma sociedade que incorporou valores individualistas e competitivos orientados pela base doutrinária e filosófica do Liberalismo, pautada no mercado livre e autoregulável. Conforme Norberto Bobbio (2000, p. 16) explica, “sem individualismo não há liberalismo”, uma vez que tal doutrina restringe o poder do Estado e a responsabilidade de auto-crescimento possa ser atributo do indivíduo, na perspectiva mercadológica, como alguém que nasce com direitos naturais e iguais para perseguir seus projetos.

A partir desse contexto, entende-se que as transformações verificadas com a introdução tecnológica e de novos valores na cidade, quanto à relação cidade-campo, também foram alteradas. A “cidade do capital” é nutrida pelo campo na qual se tem matéria-prima, força de trabalho e renda fundiária, porém:

As inovações absorvidas amplamente pela cidade, e ao mesmo tempo tendo essa como seu berço, aumentaram a lacuna entre campo e cidade. O campo é associado a uma imagem do passado, enquanto a cidade era a visão do futuro, o retrocesso *versus* o progresso. (NUNES; PINTO, 2014, p. 9).

Revisitar o passado, tomando como referência eventos de natureza macroestrutural nos permite refletir a respeito das transformações que ocorrem/ocorreram ao longo da história nas relações cidade-campo, instigando a reflexão e análise dessa relação dialética na rede urbana no tocante à dinâmica regional e mundial na atualidade. Em trabalhos de Henri Lefebvre e Milton Santos, cidade e campo são espaços (formas espaciais), enquanto urbano e rural denotam o respectivo conteúdo daqueles.

Lefebvre (2001, p. 74) ainda diz:

Atualmente, a relação cidade-campo se transforma, aspecto importante de uma mutação geral. Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade centro de decisão [...] seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o [...] A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão etc.).

Ainda contribuindo com a ideia da transformação do espaço no tocante à relação cidade-campo, Santos (2004, p. 207) diz que “[...] as transformações espaciais provém da intervenção simultânea de redes de influência operando simultaneamente em uma multiplicidade de escalas, desde a escala local até a escala mundial [...]”. Ora, essas mudanças, processadas pela mediação das redes de influências, ou seja: de um grupo de cidades grandes ou médias, em diferentes escalas, ultrapassam a configuração espacial por implicarem mudança de conteúdo, de modo de vida e das representações dos sujeitos sociais.

Questiona-se: atualmente, seria o campo “monofuncional” quanto ao conteúdo rural, ou seja: vinculado à atividade econômica agrícola ou “polifuncional” em decorrência da penetração do urbano, isto é, daquilo que se convencionou chamar de moderno/industrializado? Faz-se necessário ponderar essa questão à medida que o campo é uma forma de organização social que está em constante transformação em virtude da Globalização, das revoluções tecnológicas, da bioquímica e da inserção de valores e modos de vida influenciados pela cidade (vida urbana).

As relações entre o campo e a cidade se complexificam à medida que são engendradas contradições que se reproduzem, configurando a espacialidade do capital de forma diferenciada em várias localidades e ressignificando a cidade e o

campo como elementos intrínsecos, porém dotados de particularidades e funcionalidades diversas na complexa articulação e integração entre cidades ou municípios em âmbito nacional, regional e mundial inscritas na divisão sócio-técnica e territorial.

A contribuição de Roberto Lobato Corrêa é de suma importância quanto à abordagem da relação cidade- campo situada na dinâmica de territorialização do capital nas áreas estrategicamente vantajosas para a sua produção/reprodução. Por isso, rede urbana é uma categoria social que pontua a configuração da divisão territorial que se dá meio às vantagens demandadas pelo capital, consubstanciando-se em uma hierarquia entre as cidades de maior ou menor importância na dinamicidade socioeconômica, cultural, política e informacional.

Sob esse fundamento, Corrêa (1989, p. 48) corrobora ao dizer que

A rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo *da* e uma condição *para* a divisão territorial do trabalho. É um reflexo à medida que, em razão de vantagens locais diferenciadas, verificam-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional definidoras de uma complexa tipologia de centros urbanos.

Corrêa (1989, p. 49) afirma ainda:

É à primeira vista através das funções articuladas de suas cidades – comércio atacadista e varejista, bancos, indústrias e serviços de transporte, armazenagem, contabilidade, educação, saúde etc. – que a rede urbana é uma condição para a divisão territorial do trabalho. Através dela, torna-se viável a produção das diversas áreas agropastoris e de mineração, assim como sua própria *produção* industrial, a *circulação* entre cidades e áreas, e o *consumo*.

Compreender a relação cidade-campo não se restringe ao imediatismo apressado de uma análise fragmentada e desconectada das múltiplas dimensões da vida social. Isso implicaria em superficialidade para pensar os pares cidade-campo, urbano-rural. Esses elementos integram uma totalidade na conformação de estruturas, funções, especializações, conteúdo e articulação regional. Os espaços rurais não podem ser desarticulados das escalas regional, estadual, nacional ou global em que estão inseridos. Nesse contexto, a lógica capitalista de acúmulo que para sobreviver precisa produzir/reproduzir o espaço de forma contraditória e desigual, ocasiona impactos socioeconômicos, culturais e ambientais sobre a vida do homem do campo e da cidade. A partir dessas circunstâncias adversas, conflitos

e tensões entre Capital e setores populares são potenciadores da luta e resistência social e política, a exemplo dos diversos movimentos sociais urbanos e rurais.

Refletir a cerca do setor produtivo no contexto da reprodução do capital em Açailândia, significa compreender este município na estreita e simbiótica relação entre campo e cidade na rede urbana como componente indispensável na integralidade do circuito de exportação de mercadorias do agronegócio e também de ideias, valores culturais e estilos de vida que adentram as relações sociais por meio da dinâmica rodoferroviária, da tecnologia e de uma gama de serviços oferecidos pelos centros urbanos.

O município Açailândia²² é pertencente à Mesorregião Oeste maranhense. Foi criada em 1958²³ com a realização das obras da BR-010 que mobilizou 1,2 mil trabalhadores na região. (MARANHÃO, 2012). Está localizado a 600 km da capital São Luís e possui uma área de 5.820 km². Limita-se com os municípios: Bom Jesus das Selvas, Cidelândia, Itinga do Maranhão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios. A cidade sede do município é privilegiada por sua localização no entroncamento BR-010 (Belém-Brasília) com a BR-222 (que liga Açailândia ao restante do nordeste). O município é ainda entroncamento da Ferrovia Carajás com a Ferrovia Norte-sul, sendo maior entroncamento Norte-Nordeste do Brasil. Verifica-se a localização do município na figura abaixo:

²² A origem do nome do município de Açailândia repousa no fato de índios Cutia e Cocranum terem encontrado uma grande quantidade de açaizeiros. No dicionário de língua portuguesa, açaí significa: palmeira da Amazônia cujo nome científico é *Euterpe Oleracea* do qual se produz uma bebida muito apreciada, principalmente no Estado do Pará. Para alguns historiadores, Açaí de acordo com a linguagem indígena tem o significado de haste comprida que produz grãos miúdos. Então pode-se dizer ainda que 'lândia', é um radical de origem germânica, cognato com a palavra 'land' em inglês e alemão, que denomina um país ou região. Dessa forma, tem-se: a região do Açaí - Açailândia.

²³ Tudo começou quando, em março de 1958, chegou a Imperatriz uma equipe que trabalhava na construção da BR- 010, a Belém – Brasília, chefiada por Bernardo Sayão com 1.200 homens oriundos de 11 construtoras. Em 19 de junho, os índios Cutia e Cocranum, guias da expedição, chegaram à cabeceira de um rio onde se abasteceram de água e retornaram ao acampamento. No dia seguinte voltaram com os trabalhadores de linha de frente da rodovia. Às margens do riacho construíram casebres, que serviram de escritório para os engenheiros e apoio para os trabalhadores das obras, cobertos com as palhas dos açaizais que mais tarde serviu para denominar o nome do município de Açailândia. (ALMEIDA, 2012, p. 73).

Figura 2 – Mapa da localização Geográfica de Açailândia – MA



Fonte: Azar (2013, p. 255).

Em Açailândia, a economia rural teve impulso após o assentamento de famílias cearenses que se fixaram na Colônia Gurupi, na década de 1960. Pode-se dizer que o município destacou-se por se tornar o maior produtor de gêneros agrícolas como arroz, milho, mandioca, feijão, pimenta-do-reino e tomate do Maranhão. Foi a partir da década de 1980 que a extração de madeira de lei se intensificou; e, com a construção da Estrada de Ferro Carajás²⁴ e da Ferrovia Norte-Sul, registraram-se as primeiras siderúrgicas, atraindo grandes investimentos para o município.

Açailândia constitui o maior polo guseiro do Norte e Nordeste do país. Esse polo está instalado às margens da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e atende a dois mercados: o interno (gusa importação), localizado no Sul do país, e o externo (gusa exportação), voltado para a Europa, Ásia e os Estados Unidos. Há cinco empresas siderúrgicas no município: Viena Siderúrgica (capital próprio, em operação desde 1988; primeira siderúrgica instalada no município), Simasa e Pindaré (Grupo

²⁴ No ano de 1982 iniciou-se a construção da Estrada de Ferro Carajás – EFC cuja inauguração ocorreu em 28 de fevereiro de 1985 pela VALE S.A. O trem de minério começou a operar neste mesmo ano e o de passageiro em 1986. (ANDRADE, 2015).

Queiróz-Galvão, 1993), Gusa Nordeste (Grupo Ferroeste, 1993), Fergumar (Grupo Aterpa, 1996). Registrou o 3º maior PIB (Produto Interno Bruto) do Estado Maranhão no ano de 2008 no valor de R\$ 1.767.453.000, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2013), possuindo a maior renda per capita do Maranhão R\$ 12.865,82 por habitante neste mesmo ano.

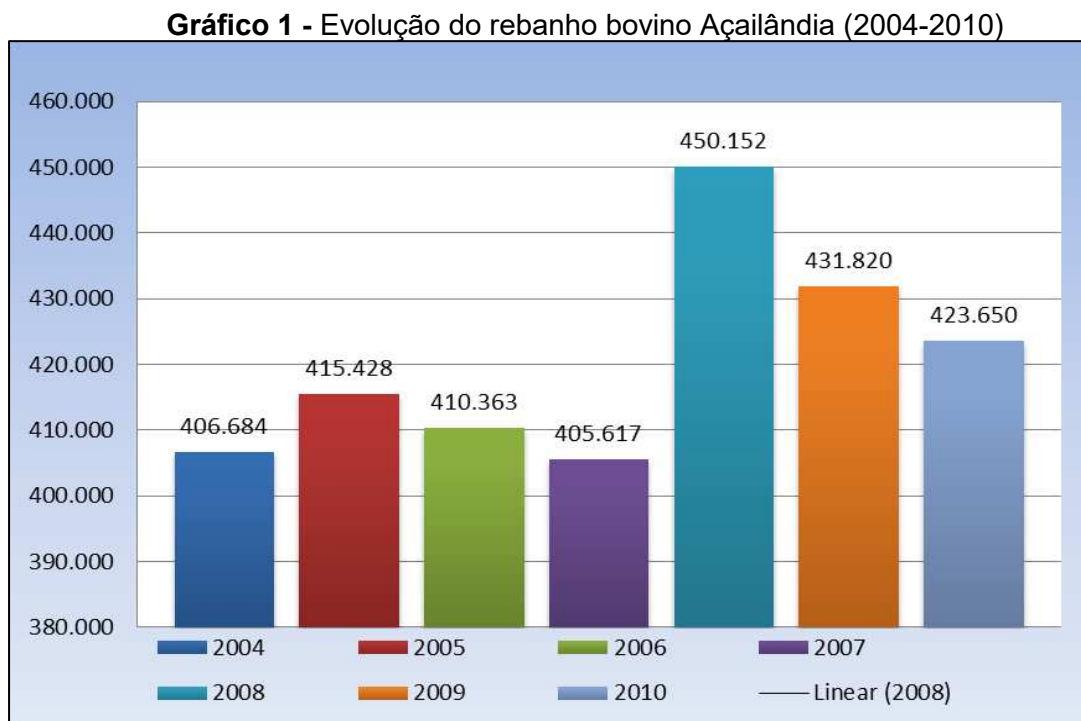
Açailândia possui apenas 35 anos de emancipação; passou da condição de vila de Imperatriz para município quando a Lei 4.299 foi sancionada, no dia 6 de junho de 1981. É o oitavo município mais populoso do Maranhão com um total de 104.013 habitantes, segundo estimativa do IBGE em 2010.

Considerando-se o ano de 2011, Açailândia está entre os dez municípios que tiveram maior participação na arrecadação de impostos, ocupando o 3º lugar; perdendo apenas para São Luís (1º) e Imperatriz (2º). Com 3,19% de participação do PIB do estado, ocupou o 3º lugar no ranking. A sua distribuição setorial corresponde a 17,9% na agropecuária, 30,1% na indústria e 52,0% em serviços de acordo com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos do Maranhão - IMESC (2013).

A atividade econômica se baseia, atualmente, na agropecuária com a criação do rebanho bovino- maior produção de gado de corte e leiteiro do estado; indústria (polo siderúrgico- ferro gusa) e o setor de serviços. O município apresenta potencialidades econômicas tais como o polo guseiro, o maior do Norte/Nordeste do país; e fazendas florestais para produção de carvão vegetal a fim de atender o polo guseiro da região.

Ressalte-se que a beleza e exuberância do município, inseridos na Amazônia Legal, sempre despertaram a cobiça de grupos econômicos interessados em explorar os recursos naturais, primeiramente com a extração de madeira por meio do desmatamento indiscriminado da mata nativa. A prática de desmatamento está vinculada diretamente à pecuária, uma vez que as áreas de aproveitamento econômico da madeira passaram a ser substituídas, paulatinamente, pela pastagem para alimentar o gado em decorrência da retração da atividade madeireira responsável pelo desaparecimento das madeiras de lei. Embora no governo militar tenha assinalado a implantação dos primeiros projetos agropecuários na região, foi a partir da década de 1980 que houve a intensificação da pecuária extensiva por meio dos grandes projetos de desenvolvimento. A agropecuária desde essa década tem sido a atividade que mais cresceu, mesmo apresentando pequenas oscilações

quanto ao efetivo do rebanho bovino no período correspondente de 2004 a 2010 como pode ser observado no gráfico 1:



Fonte: Azar (2013, p. 256). Elaboração da autora (2015).

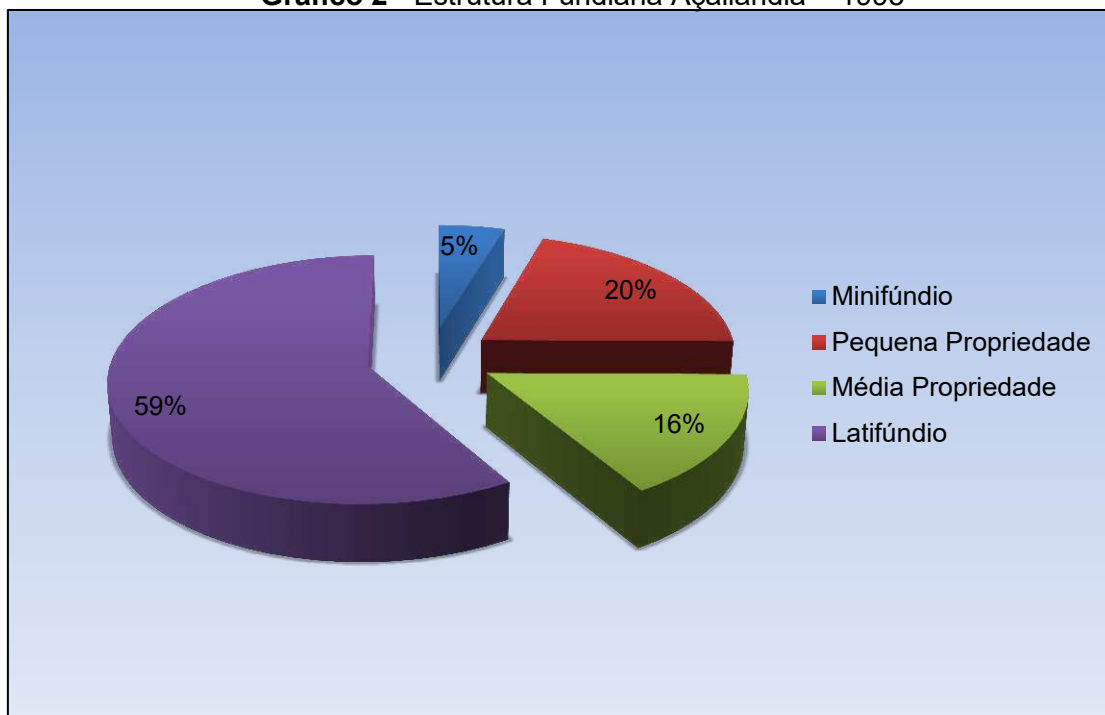
Com base no gráfico 1, nota-se que houve um declínio na quantidade de bovino do ano de 2005 a 2007, mas recuperado em 2008 com 450.152 cabeças de boi. Nos dois anos subsequentes houve uma queda de 18.332 cabeças em 2009 e 26.502 em 2010. Pode ser observado que quantifica e supera em 16.966 o ano de 2004, totalizando 423.650 bovinos. (AZAR, 2013, p. 256). Na análise de Mesquita (apud AZAR, 2013, p. 265), ele chama atenção para:

A expansão da pecuária bovina constitui, efetivamente, o pilar mestre e o motor do aumento das áreas desmatadas, porque lhe coube abertura contínua de novas áreas, desmatadas. Esse fato é um consenso na literatura que trata essa questão na Amazônia Legal.

Os ciclos de exploração econômica em Açailândia sempre estiveram vinculados à apropriação, exploração e uso desmedido dos recursos naturais desde o início da sua história. No período de 1960/1970 houve uma intensa atividade de extração madeireira na região que impulsionou o fluxo de migrantes para trabalharem nas serrarias. Em 1980, o fornecimento de madeira para as serrarias cessou, passando a ter um outro destino: alimentar os altos-fornos das indústrias

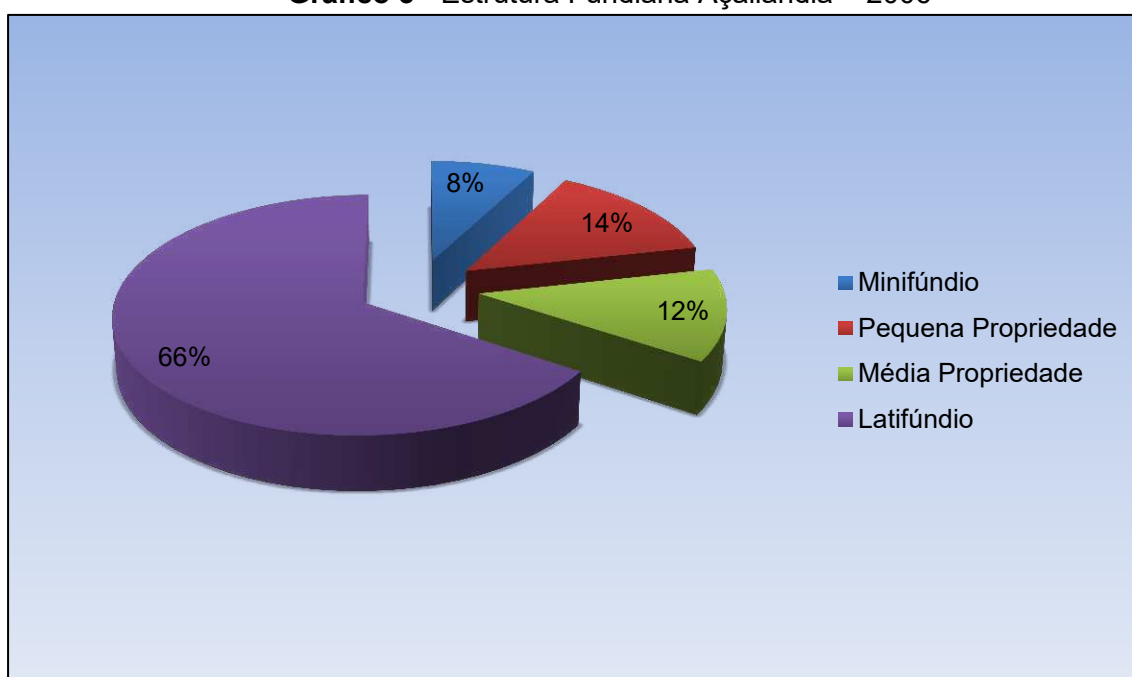
siderúrgicas; fato que ocorreu com o desdobramento do Programa Grande Carajás. Um aspecto relevante é que o crescimento econômico do município não expressa um desenvolvimento social para os açailandenses. Isso se dar pela concentração de terras (Vide gráficos 2 e 3) como uma das principais características do município.

Gráfico 2 - Estrutura Fundiária Açailândia – 1995



Fonte: Almeida (2012, p. 75).

Gráfico 3 - Estrutura Fundiária Açailândia – 2006



Fonte: Almeida (2012, p.75).

Os gráficos 2 e 3 demonstram respectivamente que a expressiva concentração fundiária no município no ano 1995 é de 59% em relação aos 66% do ano 2006- representativo do crescimento da concentração- só ratifica a tendência concentracionista de terras em decorrência de uma política agrária injusta consolidada no latifúndio.

Ainda observa-se nos respectivos gráficos que, no ano de 1995, o minifúndio que representava 5% da distribuição de terra passou a 8% no ano de 2006; já a pequena propriedade representava 20% da terra em 1995, notando-se uma regressão para 14% em 2006; enquanto a média propriedade que expressava 16% da distribuição agrária em 1995, passou a expressar em 2006, o percentual de 12%. Depreende-se que a dinâmica agrária ocorre de forma diametralmente desigual em que a distribuição de terras expressa-se inversamente proporcional entre os sujeitos do campo. À medida que o latifúndio se expande, os imóveis rurais de menor extensão tendem a reduzir as suas áreas agricultáveis.

De acordo com dados do IBGE (2006a), a pecuária (Vide gráficos 4 e 5) é a atividade que concentra maior quantidade de terras no município; em 1995 registrou-se 80% das terras para criação do gado e no ano de 2006 constatou-se o percentual de 92,5%. Depois da pecuária, o plantio de eucalipto ocupa a segunda posição quanto atividade que concentra a maior quantidade de terras no município. (ALMEIDA, 2012; AZAR, 2013).

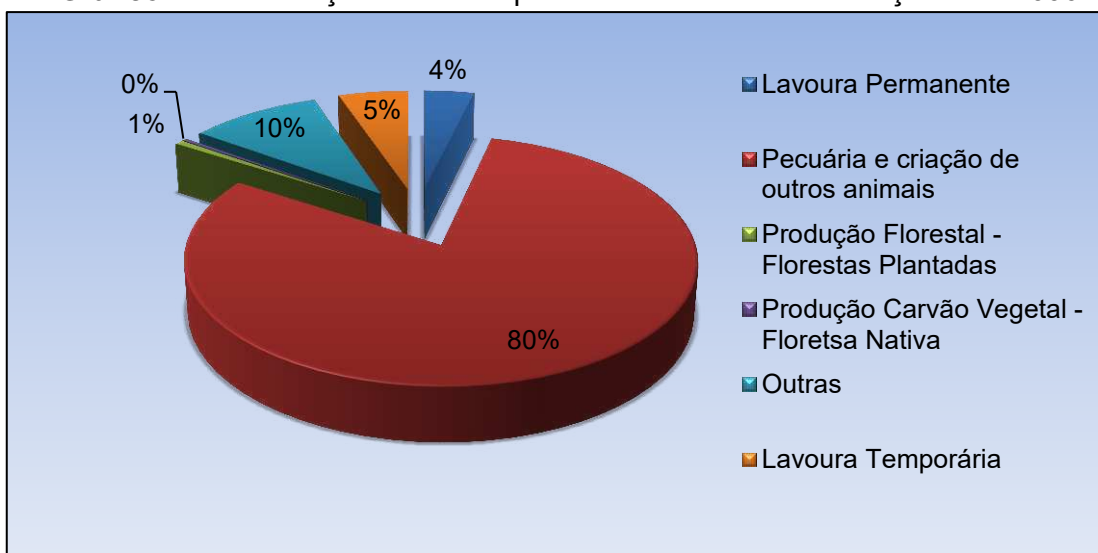
Observa-se que 4% das terras eram destinadas em 1996 à lavoura permanente, passando a 0,3% no ano de 2006; esse percentual representou certamente uma queda na produção de alimentos que atendam ao mercado consumidor interno. Quanto à lavoura temporária, notou-se 5% das terras para essa atividade em 1996, ocorrendo uma redução em 2006 com o percentual de 3,7%.

Em relação a terras para a extração de madeira nativa para a produção de carvão, nota-se um percentual de 0% em 1996, um indicativo da ausência dessa atividade, que demarca um contexto de profundas discussões e pressão por parte dos movimentos sociais, ambientais e entidades defensoras dos direitos humanos e sociais acerca da problemática ambiental na região amazônica.

Quanto ao ano de 2006, percebe-se um percentual de 0,3% de terras para a produção de carvão a partir da floresta nativa; admitindo-se ainda um dado insignificante. Das terras distribuídas, a produção florestal com o cultivo de eucalipto concentrou em 1996, apenas 1% da terra para a prática de reflorestamento que

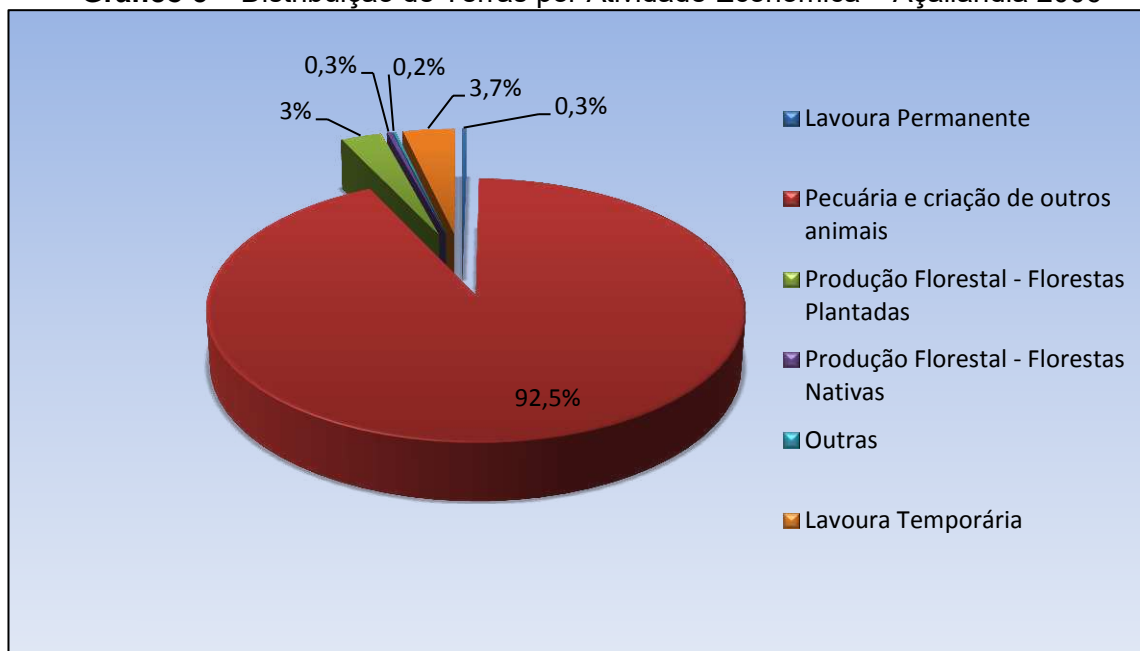
embora pouca expressiva é uma indicação da alternativa assumida pelos empreendimentos para fazer frente à extração predatória e ilegal de madeira. No ano de 2006, notar-se-á que o percentual anterior vai alcançar 3% das terras.

Gráfico 4 – Distribuição de Terras por Atividade Econômica – Açailândia 1996



Fonte: Almeida (2012).

Gráfico 5 – Distribuição de Terras por Atividade Econômica – Açailândia 2006



Fonte: Almeida (2012, p. 77).

Um dado importante é que a atividade pecuária apresenta uma tendência crescente quanto à expansão de áreas de pastagens que se faz acompanhada, intensamente, de áreas de plantio de eucalipto conhecidas como “áreas de

reflorestamento” ou “áreas plantadas”, o que vem sendo bastante questionado por ambientalistas e movimentos sociais devido à degradação ambiental. Esse fato tem sido preocupante para as comunidades camponesas que sofrem com os impactos da cultura do eucalipto. É no processo produtivo das siderurgias e da empresa Suzano, em Imperatriz, produtora de papel e celulose, que as vastas plantações encontram a motivação para transformar futuramente essas áreas em verdadeiros desertos.

Os graves prejuízos sociais, econômicos e ambientais dessa prática de reflorestamento, que alguns preferem chamar de “monocultivo de eucalipto”, por seu efeito destrutivo sobre toda espécie de vida, têm levado ambientalistas, movimentos sociais e comunidades camponesas à luta pela defesa do meio ambiente e por uma melhor qualidade de vida. Ainda que haja controvérsias acerca dos impactos do plantio de eucalipto entre setores empresariais e entidades em defesa dos direitos humanos e ambientalistas, estas últimas, apoiadas em pesquisas e no conhecimento das comunidades tradicionais e camponesas, defendem que o plantio de eucalipto não pode ser considerado floresta devido à baixa biodiversidade no seu interior, comprometendo todo o Ecossistema e ameaçando a existência dos recursos hídricos (BRASIL, 2011, p. 7). Sobre essa questão, acrescentam Canuto e Pereira (2006, p. 79) que:

O eucalipto causa degradação do solo e outras plantas não conseguem crescer nas áreas formadas por esta monocultura. Assim se dá o extermínio de variedades vegetais. Nas áreas de eucalipto muitas espécies animais não têm mais o que comer ou onde viver e acabam morrendo sem conseguir se reproduzir.

O processo de desertificação ocasionado pelo plantio de eucalipto, que extermina a flora e fauna, é acompanhado por violação da legislação trabalhista e dos direitos humanos. A expansão do monocultivo de eucalipto no Maranhão em municípios como Açailândia, Imperatriz, Urbano Santos, Caxias e Grajaú guarda relação com a utilização de força de trabalho escrava denunciada junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Em decorrência do grande devassamento da mata nativa na Amazônia Legal para abastecer de madeira de lei as serrarias, principalmente na década de 1970, verificou-se uma situação de declínio dessa atividade em detrimento da exploração intensa e dos conflitos gerados entre o setor madeireiro e as

comunidades locais e ambientalistas que se tornaram mais evidente na década de 1980. Além do mais, as árvores nativas eram utilizadas nas carvoarias. Na ocasião de escasseamento de madeira nativa e a intensificação da pressão popular e mobilizações em prol da preservação da floresta amazônica em nível local, regional e nacional por categorias sociais impactadas pelos desmatamentos, o reflorestamento de eucalipto despontou em 1980/1990 como alternativa transvestida de boa intenção pautada nos princípios da sustentabilidade ambiental e da responsabilidade social afirmada pelas empresas interessadas no potencial da região.

Tal alternativa surgiu mais como uma estratégia de forte interesse econômico para dinamizar o setor mineiro-siderúrgico de forma legitimada pelo Estado, não obstante houve na região amazônica uma procura em grande proporção pelo carvão vegetal produzido a partir do eucalipto para alimentar os altos fornos das siderúrgicas na década de 1980, quando a produção de ferro-gusa alcançou um grande impulso com a implementação de um modelo mineiro-siderúrgico como parte de uma política de desenvolvimento econômico com base, sobretudo, nas diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento–II PND elaboradas no governo do presidente Ernesto Geisel (1975-1979) em que a Amazônia, na época, já representava o centro promissor do crescimento econômico no país. (CAVARZAN; RACY, 2010).

Para a concretude da meta de consolidação industrial capitalista, os dois grandes objetivos eram: ampliar e reorganizar o setor industrial, atribuindo ao capital privado a viabilidade do desenvolvimento deste sob controle do Estado e aumentar a inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, visando a redução da dependência das importações para o exterior e elevando a sua capacidade de exportação. Não obstante que um dos importantes pontos da estratégia industrial centralizou-se no desenvolvimento da indústria de Bens de Capital, da Indústria Eletrônica de Base e de insumos básicos. Não se torna difícil compreender como esses últimos se destacaram/destacam nessas investidas da modernização industrial atendendo aos interesses internos e de exportação. Portanto, os principais insumos básicos a serem considerados no II PND e em evidência atualmente são:

- a) Produtos siderúrgicos e suas matérias-primas;
- b) Metais não-ferrosos e suas matérias-primas;
- c) Produtos petroquímicos e suas matérias-primas;
- d) Fertilizantes e suas matérias-primas;
- e) Defensivos agrícolas e matérias-primas;
- f) Papel e celulose;
- g) Matérias-primas para a Indústria Farmacêutica;
- h) Cimento, enxofre, outros minerais não-metálicos. (BRASIL, s/d, p. 24)

O ideário do desenvolvimento industrial no pretense plano do regime militar para dinamizar a economia do país, certamente teve/tem desdobramentos de grande dimensão no processo produtivo e nas relações homem-meio ambiente. É nítida a relação direta que há entre o “reflorestamento de eucalipto” e a cadeia produtiva das siderúrgicas no processo de transformação do minério de ferro em ferro-gusa em que o carvão vegetal se constitui em um importante insumo energético para as guseiras, além de estar associado à devastação ambiental. Medeiros (2003, p. 367-369) reitera ao afirmar que:

A atividade de produção de carvão vegetal e sua destinação para uso na siderúrgica sempre estiveram associadas à ideia de devastação ambiental. Tal devastação decorre de impactos observados em vários agentes bióticos. Esses impactos ambientais estão relacionados principalmente com os seguintes aspectos: *o desmatamento de florestas nativas; a implantação de florestas homogêneas com essências exóticas; e a atividade de carvoejamento, transporte e utilização do carvão vegetal.* [...] Das quase 10 milhões de toneladas de carvão vegetal produzidas anualmente no Brasil, cerca de 70% são destinadas à siderurgia de ferro-gusa e aço para a produção de cerca de 7 milhões de toneladas de aço bruto [...] De todo o carvão vegetal consumido, cerca de 34% são utilizados pelas usinas integradas a carvão vegetal e 66% são utilizados pelos produtores independentes –*guseiros*. A quase totalidade (98%) da produção brasileira de ferro-gusa é feita a partir de carvão vegetal.

No município Açailândia se torna mais preocupante e grave a realidade inserida na rodada dos grandes empreendimentos na Amazônia Legal, quando se percebe um esforço inescrupuloso por parte de empresas que chegam a investir em campanhas de incentivo para o cultivo de eucalipto direcionadas aos assentados. Isso tem se apresentado com frequência na região por meio de um discurso tendencioso sob a perspectiva de expansão do agronegócio e da redução das áreas para a produção de alimentos diversificados. Essa prática é relatada por Luís Antônio, dirigente do MST de Açailândia, com grande preocupação e indignação:

[...] nós temos vivido essa pressão no município que é muito grande e a Suzano tem feito uma investida no campo, tanto para a obtenção de terras para aumentar o plantio de eucalipto como nas próprias comunidades, nos assentamentos há uma política de incentivar que os próprios agricultores plantem eucalipto nas suas terras. Aí tem até o lema deles que é o seguinte: “plante eucaliptos e colha benefícios, desenvolvimento”...é uma coisa assim. A empresa vai plantar 3 ha de eucalipto em sua terra e vai lhe pagar um salário . E aí eles estão fazendo isso. Imagina se cada família assentada fizer isso? É um absurdo, isso! Cada vez mais, o agronegócio avança e a produção de alimentos diminui. É incompatível agricultura camponesa com agronegócio. A tendência é um dos dois desaparecer; são interesses diferenciados (Luís Antônio Lima e Silva, Coordenação Estadual do MST, entrevista concedida em 06 de novembro de 2014).

Segundo a entrevista de Maria Divina Lopes, também dirigente do MST da região - concedida a Almeida (2012, p. 83), tem-se confirmado no município uma tendência ao processo de reconcentração de terras em virtude da demanda crescente de expansão do plantio de eucalipto. E, para isso, a Suzano tem investido cada vez mais na compra e na concentração de terras para se reproduzir no espaço por meio da apropriação e uso do solo às custas da pobreza e exclusão social do homem do campo. O entrevistado Luís Antônio, na sua concepção acerca dessa questão, enfatiza que *“para o agronegócio se desenvolver, ele precisa que o campo esteja vazio”*. Isto é bastante significativo, uma vez que remete aos impactos que essa dinâmica produtiva da siderurgia tem provocado, a exemplo da expulsão dos agricultores para a área urbana onde serão impelidos ao subemprego e à superexploração em atividades de baixa remuneração; além de sua recolocação no campo na condição de trabalho precarizado no agronegócio.

O município de Açailândia representa, dentro do contexto de desenvolvimento da Amazônia Legal, uma importante localidade estratégica de circulação de mercadorias a serem escoadas tanto no interior do país quanto para o exterior pelo importante sistema rodoferroviário que possui. A cidade é reconhecida pelo papel de destaque conferido ao entroncamento de duas rodovias: a BR 010 e a BR 222 e das ferrovias: Estrada de Ferro Carajás e a Norte-Sul que fornecem acesso ao Porto do Itaqui no Maranhão. A abertura de rodovias e ferrovias como parte da política de desenvolvimento nacional modernizador foi propícia à migração de trabalhadores de vários pontos do país, inclusive dos municípios do próprio Maranhão atraídos pelo sonho do “Eldorado da região Amazônica”.

O contingente populacional que se formou em torno de melhores perspectivas de vida ocasionou um crescimento demográfico no município no fim da

década de 1980, quando atingiu mais de 80 mil habitantes. Houve, então, uma concentração urbana (Vide tabela 5) que pode ser verificada até hoje sob a perspectiva da dinâmica econômica intensa oriunda do processamento dos grandes projetos de desenvolvimento na região, que chama a atenção de muitas pessoas a fixarem ali por acreditarem nas promessas de progresso e desenvolvimento socioeconômico.

A taxa de urbanização analisada não expressa alteração significativa no que se refere à década de 1990 até 2010. Ela demonstra a concentração da população açailandense na zona urbana como indicativo da dinâmica migratória em detrimento da implementação dos projetos e incremento da infraestrutura. Certamente, a construção e ampliação de infraestruturas tiveram e têm influência direta no fluxo migratório para a região.

Tabela 5 – População por situação de domicílio Açailândia-MA (1980,1991, 2000, 2007, 2010)

População	1980¹	1991	2000	2007	2010
Urbano	-	46.195	64.164	73.386	78.237
Rural	-	17.431	24.156	23.648	25.810
Total	-	63.626	88.320	97.034	104.047
Taxa de Urbanização	-	72,60%	72,60%	75,60%	75,20%

Fonte: Dias e Burnett (s/d); IBGE, Censo 2010.

¹ O município não tem dados referentes ao ano de 1980.

Há de se considerar que, de acordo com o relatório do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate a Fome (MDS), a partir de dados do IBGE-2010, a população total do município, que até 2010 era de 104.047 habitantes, expressa desse quantitativo um número de 12.484 pessoas em condição de extrema pobreza. Essa realidade se configura em famílias que possuem renda per capita abaixo de R\$ 70,00(setenta reais). Do total de habitantes, que vivem em extrema pobreza, 4.258 correspondem a 34,1% de pessoas da zona rural e 8.226 são referentes a 65,9%da zona urbana. (BRASIL, 2010).

As desigualdades sociais são a marca das relações antagônicas entre os setores sociaisimbricados na estrutura organizativa de produção e reprodução no sistema capitalista com forte concentração fundiária e de renda presentes no município. As famílias em situação de pobreza e miséria são a expressão da essência contraditória do capital. Esse contingente sobrevive por meio de benefícios

de transferência de renda condicionada, a exemplo do Programa Bolsa Família²⁵ e de outros programas como o Pró-jovem e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI. A precariedade das políticas públicas oferecidas à população pobre é característica das desigualdades econômicas e sociais excludentes de uma política neoliberal voltada à valorização do capital nos moldes das relações mercadológicas.

A concentração fundiária que se configura no latifúndio e se expressa no modelo produtivo de desenvolvimento agrícola modernizador: agropecuária e agroindústria, tem contraditoriamente efeitos nefastos sobre a população do município. Aos trabalhadores rurais são negados o seu direito à terra, pois são brutalmente afastados desse recurso natural com o qual mantém uma relação oposta à lógica do capital. A terra em uma economia de mercado impossibilita ao homem ter um vínculo natural com ela; o Capital transforma a terra em mercadoria com valor de uso e troca, sendo submetida a grandes especulações. A lógica mercantilista é um “moinho satânico” devastador das relações sociais, desumanizando o homem na sua relação com a natureza e com os outros homens. (POLANYI, 2000).

A efetivação dos grandes projetos de desenvolvimento na região de Açailândia sob os interesses das empresas nacionais e multinacionais com seus investimentos maciços representa um crescimento econômico em contraste com as reais condições de vida das pessoas que ali residem. Pobreza, desigualdade e

²⁵ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia família em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77,00 (setenta e sete reais) mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de Educação, Saúde e Assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. O Programa foi instituído pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto 5.209/2004. Consiste em uma das mais importantes políticas sociais que unifica programas sociais como Programa Auxílio - Gás, Bolsa Escola e Bolsa Alimentação em um só programa.

Para as famílias terem acesso aos benefícios da Assistência Social, elas devem assumir compromissos que são estendidos também ao poder público a fim de que sejam garantidos os direitos sociais. Tais compromissos são denominados de condicionalidades: a) Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação, o crescimento e o desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê; b) na Educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de no mínimo, 75%; c) ao Poder público cabe identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. A partir de um diagnóstico são implementadas ações de acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades. (BRASIL/MDS, 2014).

exclusão social compõem a tríade de uma realidade que foi agudizada com a “racionalidade modernizadora”.

3.2 Modernização no campo no contexto do Grande Carajás e implicações

O processo de modernização industrial na agricultura, que ocorreu na década de 1960/70 no bojo do regime militar, se configurou como uma estratégia da política econômica expansionista do Capital industrial monopolista concernente ao aspecto estrutural macroeconômico das decisões centralizadas nos Estados Unidos com forte interesse imperialista na América Latina, sobretudo no Brasil. Nada menos que um pacto efetivado e consolidado entre setores da empresa privada, estrangeira e o Estado, este o mais importante financiador da política de valorização e acumulação de capital, promovendo a internacionalização do território brasileiro por meio da sua integração e subordinação ao capital, tecnologia e mercado exportador e importador emanados das empresas nacionais e multinacionais.

É importante lembrar que os períodos pós-Segunda Guerra mundial e Guerra Fria remontam a contextos de crise mundial nos quais o Capital precisava se reestruturar por meio de novas formas de organização interna de seu funcionamento e das relações produtivas e de trabalho para garantir sua existência e hegemonia como único modo de produção viável ao desenvolvimento econômico e social. Não obstante os Estados Unidos, grande potência econômica, por meio de suas organizações governamentais internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas – ONU, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional – FMI intervém diretamente no ordenamento econômico mundial, definindo políticas financeiras e cambiais e projetos de cooperação internacional como forma de manter o controle sobre a economia mundial e assim impedir um cenário de instabilidade no mercado.

Então, sob a orientação e estímulo de promover uma política modernizadora na agricultura, defendida sob a perspectiva de uma “reforma agrária conservadora” com base em uma política agrária e agrícola apresentada para solucionar o problema da pobreza e da fome, sobretudo desta última que na época era encarada como consequência de uma produção insuficiente de alimentos, que a Revolução Verde foi aderida e implementada no país como parte de uma estratégia expansionista imposta pelos Estados Unidos.

Esse processo de modernização na agricultura que ocorreu sob o espectro do regime militar significou o metabolismo das relações técnicas da agricultura a partir de uma nova matriz tecnológica pautada na orientação modernizadora industrializante subsidiada pela política estatal. Delgado (2010, p. 85) reitera nesse sentido ao afirmar que

Tal processo de modernização técnica da agricultura e integração com a indústria é caracterizado, por um lado, pela mudança na base técnica de meios de produção utilizada pela agricultura, materializa na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos); e máquinas industriais (tratores, colhedoras, equipamentos e irrigação e outros implementos). Por outro, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais, como os oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil e bebidas. Esses blocos de capital irão constituir mais adiante a chamada estratégia do agronegócio, que vem crescentemente dominando a política agrícola do Estado.

Ainda acerca da Revolução Verde compreende-se nitidamente que

[...] desde o início existiram controvérsias. Os defensores da Revolução Verde afirmaram que somente com a melhoria das técnicas de produção seria possível acabar com a escassez e a dependência de alimentos; consideravam-na, assim, como uma solução para a crise de alimentos. A nova tecnologia genético-química conheceu o êxito em 1960 com resultados de grande produtividade. Contudo, **foram surgindo críticas em decorrência dos inúmeros impactos sociais e ambientais gerados por ela**, com destaque para a perda de variedades antigas e a perda irreversível de material genético e de alternativas alimentares (PEREIRA, 2012, p. 685, grifo nosso).

É inegável que a Revolução Verde, imperativa da modernização industrial no processo produtivo agrícola, trouxe inovações tecnológicas acompanhadas de problemas estruturais sinalizados na desigualdade social que recrudescer e alterou drasticamente a vida dos camponeses subordinados aos pacotes tecnológicos das empresas transnacionais. Aqueles camponeses, que antes mantinham uma estreita relação com a terra mediada pelo trabalho realizado pela família para a produção/reprodução de sua subsistência com valores, práticas agrícolas tradicionais e modo de vida próprio, foram-se metamorfoseando em trabalhadores livres assalariados nos processos de desenvolvimento do Capital.

As mutações decorrentes das inovações técnico-científicas para o incremento da agricultura moderna com o objetivo de aumentar a produção e a

produtividade de gêneros agrícolas específicos voltados para a indústria, provocaram/provocam implicações na vida social como um todo interferindo nas múltiplas relações sociais e de trabalho traduzidas na forma de produção e reprodução da vida material e imaterial dos indivíduos. No movimento dialético dos processos de configuração e reconfiguração das forças produtivas do capital, as contradições são engendradas manifestando-se em suas diversas matizes e incidindo na vida humana e no meio ambiente.

A integração da agricultura à indústria com base em um conhecimento químico-genético e a corrida desmensurada por terras para o monocultivo, em nome de um suposto desenvolvimento econômico e social, ocasionou no campo: a) êxodo rural, ocasionando o inchaço das cidades com inúmeras mazelas sociais (mendicância, desemprego e problemas psicoativos); b) desterritorialização dos camponeses com perda da soberania para produzir suas culturas ou atividades extrativas e o afrouxamento dos laços de pertencimento entre os membros da comunidade; c) a degradação da saúde humana e do meio ambiente devido ao uso intensivo de produtos químicos.

No Brasil, essa política de modernização da agricultura delineada em 1960, apenas acentuou os contrastes sociais. Isso se verificou na coexistência de uma agricultura altamente moderna ao lado de uma sociedade na sua maioria vivendo abaixo da linha da pobreza. Enquanto o país ia-se especializando em importantes *commodities* agrícolas para a exportação: café, açúcar, laranja, soja e carne bovina, no outro extremo, havia um contingente populacional que sofria restrições ao acesso a alimentos básicos. O processo modernizante no campo desde esse período foi se ajustando às metamorfoses do Capital no ciclo de crises e assim, recriando estratégias políticas e econômicas para o setor agrário que hoje tem no agronegócio a expressão ampliada e consolidada de um modelo de desenvolvimento rural que privilegia a grande propriedade.

Seguindo o receituário neoliberal, o Estado adotou um comportamento de total descompromisso com as massas populares e opta por uma ação governamental de privatizações das estatais e implementação de políticas e medidas antipopulares lesivas à classe trabalhadora que se verifica intensamente na presença do poder estatal em uma nova fase de reestruturação produtiva face aos interesses das transnacionais para efetivação dos desígnios do capital. Nessa época, grandes programas de desenvolvimento patrocinado pelo capital financeiro

de empresas estrangeiras vão ganhar corpo, a exemplo do Programa Grande Carajás, para executar projetos vinculados ao setor de infraestrutura, agropecuário, agroindustrial e de “reflorestamento”, fortalecendo nessa medida o agronegócio enquanto modelo hegemônico de desenvolvimento rural.

O Estado do Maranhão, inserido na dinamicidade da divisão internacional do trabalho, revigora sua posição no mercado como área estratégica de produtor e fornecedor de *commodities* agrícolas e minerais. Isso lembra Galeano (2009, p. 5) ao dizer que na divisão internacional do trabalho há dois lados: “[...] um em que alguns países especializam-se em ganhar e outros que se especializam em perder. A nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, especializou-se em perder [...]”.

Ao refletir sobre a realidade do aprofundamento da questão agrária no Maranhão articulado aos grandes projetos de desenvolvimento que têm no agronegócio uma grande expressão do avanço capitalista no campo, torna-se inevitável não se ater às implicações sobre a vida das populações tradicionais e camponesas no Maranhão quanto ao índice crescente de concentração de terras e a expulsão delas que são forçadas a venderem a terra por serem intimidadas física e psicologicamente a deixarem a terra.

Hoje, o imperativo dos grandes investimentos na agropecuária e no setor minero-siderúrgico tem provocado uma dinâmica desencadeadora de problemas em cadeia, de forma específica no município Açailândia, que afeta a vida daquelas pessoas que vivem em zonas consideradas de sacrifício. Os interesses capitalistas sobrepõem-se ao direito do ser humano de viver dignamente. As transnacionais, que no Estado se fazem presentes, pouco se preocupam com a população e se fixam com o aval do poder público. Galeano (2009) faz uma analogia significativa ao se referir às veias abertas da América Latina por explicitar criticamente, a inserção desta na divisão internacional do trabalho na condição de território suscetível ao capital estrangeiro e, portanto, necessária à engrenagem do processo de ampliação e consolidação do capitalismo.

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norteamericano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a

estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. A cada um dá-se uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e a cadeia das dependências sucessivas torna-se infinita, tendo muito mais de dois elos, e por certo também incluindo, dentro da América Latina, a opressão dos países pequenos por seus vizinhos maiores e, dentro das fronteiras de cada país, a exploração que as grandes cidades e os portos exercem sobre suas fontes internas de víveres e mão-de-obra. (GALEANO, 2009, p. 5).

O Maranhão, sob o discurso da racionalidade modernizadora e da atuação política das perpétuas oligarquias no poder, que se reatualizam ao longo dos processos sócio-históricos e políticos na conformação do jogo de interesses que demandam ampla liberdade mercantil para as corporações nacionais e internacionais, em contrapartida, submete camponeses, trabalhadores rurais ao jugo da miséria e da exclusão social.

O movimento expansionista do agronegócio no estado territorializa-se com a anuência de um antigo grupo oligárquico que exerce seu mandonismo há mais de 40 anos com a legitimidade de práticas de expropriação de terras e grilagem pautadas na Lei de Terras do Sarney - Lei n.º 2.979/ 1969.

Lopes et al. (apud DELGADO, 2010, p. 50) ressaltam o que significou a entrada do Capital mundializado no campo configurado no agronegócio:

No estado do Maranhão a inserção e expansão do agronegócio a partir dos anos 1990 se tornou um agravante para a questão agrária, considerando o contexto histórico de expropriação e exploração vivido pelos trabalhadores camponeses desse estado. Seguindo este viés, identificamos a realidade desse estado como uma particularidade da questão agrária brasileira, que expressa a expansão do capitalismo nas regiões periféricas do país, ocorrida com a instalação do capital transnacional em um contexto sociopolítico que tem o domínio de um grupo oligárquico há mais de 40 anos. [...] Os impactos da entrada do Maranhão na rota do capital mundial incidiram sobremaneira no campo, complexificando a questão agrária. Nesse movimento, foram dinamizados e ampliados os investimentos de capital para a expansão e modernização da produção no campo visando, sobretudo, a exportação. Logo no início da referida fase, esses investimentos foram realizados, prioritariamente, na modernização da lavoura, na dinamização industrial e na pecuária.

O avanço do Capital no campo e seus impactos negativos decorrem dos massivos investimentos no setor industrial controlado pelas transnacionais no território maranhense.

O Estado, numa articulação de poder central com as elites políticas regionais constituiu as bases espaciais com o deslocamento de populações inteiras de áreas de interesse dos “Grandes Projetos”: construiu e ofereceu a infra-estrutura de estrada, água, energia, e um dos portos mais importantes do país : e ofereceu incentivos fiscais. A implantação de três grandes empresas marcam esse momento: o Consórcio ALUMAR (1980) , A Companhia Vale do Rio Doce (1976) e o Centro de Lançamento de Alcântara- CLT (1982). A ideologia do desenvolvimento nacional que gera emprego e melhora a via da população é ainda uma referência naquele momento [...]. (DELGADO, 2010, p. 53).

A partir do desdobramento da dinâmica de reprodução espacial do capital no Maranhão com o agronegócio como modelo de desenvolvimento rural, verifica-se a presença de grandes empreendimentos surgidos a partir do favorecimento das políticas de desenvolvimento com inúmeras facilidades para a rentabilidade crescente à base de subsídios fiscais.

[...] esse processo de modernização, cujo principal desdobramento é a consolidação e avanço do agronegócio, na prática expulsa os camponeses do campo que passa a ser controlado por grandes empresas que vêm em busca da exploração dessas áreas, visando ampliar seus lucros. Nesse sentido, não é de causar espanto a presença de grandes empresas nacionais e multinacionais como a Cargill Agrícola S/A, Bunge Alimentos S/A, ABC INCO S/A, CEAGRO Agronegócios, Fazenda Parnaíba S/A, SLC Agrícola S/A, Weisil Agrícola Ltda e empresas *Joint Ventures* como a Multigrains (Multigrain S/A e Multigrain Comércio, Exportação e Importação), serem alguns dos nomes que controlam o agronegócio no Maranhão. (ALMEIDA, 2012, p. 55-56).

A relação do agronegócio com a concentração de terras e precariedade das relações de trabalho e condições de vida de trabalhadores e camponeses são entendidas na complexidade da realidade concreta do movimento de metamorfose do capital para garantir sua reprodução. Então, a forma como se tem processado a expansão e acumulação de Capital predador no campo é confirmada pelo espraçamento do plantio de eucalipto no oeste do Maranhão: municípios Açailândia e Imperatriz; além do cultivo de bambu, eucalipto, cana de açúcar e soja na Mesorregião Leste Maranhense, que compreende os municípios Chapadinha, Anapurus, Buriti, Mata Roma, Brejo; Santa Quitéria, Milagres, São Bernardo, Magalhães de Almeida; Urbano Santos, São Benedito do Rio Preto e Água Doce do Maranhão; lembrando ainda que a cultura da soja surgiu e se desenvolveu com grande impulso inicialmente no Sul do Estado, mais precisamente no município de Balsas conferindo-lhe papel de destaque na economia maranhense como grande produtor e exportador do grão. A instalação de polos siderúrgicos em Açailândia e

Rosário é um significativo vetor da produção de carvão vegetal que alimenta os altos- fornos das guseiras que necessitam de grande quantidade de eucalipto e, portanto, reafirma-se como manifestação do agronegócio na cadeia produtiva desencadeadora de outros processos que alteram a vida humana.

Um importante aspecto a ser considerado é a utilização e intensificação de agrotóxicos nas lavouras, no contexto do agronegócio. Só no ano de 2011, foram registrados 8.000 casos de intoxicação por agrotóxicos no Brasil conforme dados da CPT (2012). Desde o ano de 2008, houve um intenso uso de veneno, o que é bastante preocupante. Os impactos sobre o meio ambiente causam contaminação do solo, água, ar, fauna e flora que servem de fonte de alimento para o ser humano; a situação se torna grave porque as substâncias químicas que compõem os agrotóxicos são absorvidos pelo organismo do homem desencadeando várias doenças: distúrbios endócrinos e neurológicos, cânceres e doenças alérgicas.

A pulverização de agrotóxicos via aérea, apesar de equipamentos atuais com mesma calibração e a observância da temperatura e ventos ideais, deixam apenas 32% das substâncias pulverizados retidas nas plantas, enquanto 19% são dissipadas para outras áreas circunvizinhas e 49% ficam no solo. (CHAIM apud AUGUSTO et al., 2013, p. 65). Por isso, reitera-se:

O uso intensivo de agrotóxico é consequência da forma de produção do agronegócio que parte do desmatamento e da destruição da biodiversidade dos biomas para implantar o monocultivo de commodities em grandes extensões através da imposição de intenso ritmo de produção à terra. Faz parte das transformações em curso nos processos de produção e das relações de trabalho no campo a partir da mecanização agrícola, da superexploração da força de trabalho e da introdução da biotecnologia [...] Fortemente apoiado pelas políticas de envolvimento agrícola dos governos (financiamento, infraestrutura, flexibilidade da legislação, impunidade entre outros) este complexo de sistemas agrícolas, industriais [...] controlado por corporações transnacionais, era impactos que repercutem sobre toda a população brasileira. (AUGUSTO et al., 2013, p. 67).

Na Amazônia Legal, especificamente no município Açaíândia, as comunidades camponesas são impactadas pelo uso irracional de agrotóxicos nos plantios de eucalipto e outras monoculturas. A aplicação dessa substância venenosa prejudica as roças dos camponeses, incidindo no solo, na água, além de agir diretamente na sua saúde, ocasionando perda da qualidade de vida.

Outra questão de relevância para a reflexão acerca da realidade agrária na região da Amazônia Legal é o que se denominou chamar hoje de “condições de

trabalho análogas à condição de escravo”. A incidência dessa problemática social no campo é bastante recorrente no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento desde 1960 até os dias atuais em uma região que teve sua ocupação, assim como projetos agropastoris, no setor de infraestrutura e minerador estimulados e financiados pelo Estado.

Em pleno século XXI, no Brasil, a forma desumana de trabalho nos moldes de escravidão, que remete ao passado colonial, faz-se presente na vida dos trabalhadores do campo com uma nova configuração em um momento histórico, político e cultural com suas particularidades. Diferente da escravidão antiga do período colonial, que era uma prática aceitável sob o ponto de vista social e legal por atribuir o direito aos senhores de manter escravos negros cativos, o trabalho escravo na Contemporaneidade é um crime cuja prática é mascarada pelos empreendimentos.

Mesmo apresentando algumas diferenciações quanto à escravidão antiga, o trabalho escravo na contemporaneidade não é menos brando, uma vez que os trabalhadores são submetidos à violência física, psíquica e moral. Esses trabalhadores deixam sua terra de origem para se aventurarem em propostas de emprego oferecidas pelos aliciadores ou gatos²⁶.

Ao chegarem à propriedade onde irão trabalhar, os trabalhadores descobrem a longa dívida contraída desde a saída de sua cidade e que o emprego com carteira assinada não passou de um equívoco. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2010, p. 7), calcula-se que aproximadamente haja 12,3 milhões de pessoas submetidas a situação análoga a de trabalho escravo em todo o mundo e que no mínimo, 1,3 milhão de escravizados estão na América Latina. Apesar do país ter assinado a Convenção 29²⁷ (1930) e a Convenção 105²⁸ (1957) para coibir tal modalidade de trabalho, somente em 1995 houve o

²⁶ O termo gato é a designação aplicada a pessoas que aliciam trabalhadores rurais, sobretudo do Norte e do Nordeste do país para exercerem atividades nas grandes propriedades. O gato é alguém que se aproveita da vulnerabilidade socioeconômica do trabalhador, prometendo-lhe trabalho com carteira assinada e melhores condições de vida. Ele é o mediador da relação de trabalho entre os grupos de pessoas sem emprego e o latifundiário. Para que o recrutamento de trabalhadores ocorra, ele mesmo se responsabiliza pelo deslocamento, alimentação e hospedagem de maneira que os trabalhadores acabam contraindo uma permanente dívida, transformando-se em trabalhadores nas condições análogas ao trabalho escravo.

²⁷ Convenção 29 (1930) dispõe sobre a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório em todas as suas formas e admite algumas exceções de trabalho obrigatório, tais como o serviço militar, o trabalho penitenciário adequadamente supervisionado e o trabalho obrigatório em situações de emergência, como guerras, incêndios, terremotos, entre outros. (OIT, 2006, p. 31).

²⁸ A Convenção 105 (1957) trata da proibição do uso de toda forma de trabalho forçado ou obrigatório como meio de coerção ou de educação política; castigo por expressão de opiniões políticas ou ideológicas; medida disciplinar no trabalho, punição por participação em greves; como medida de discriminação. (OIT, 2006, p. 31).

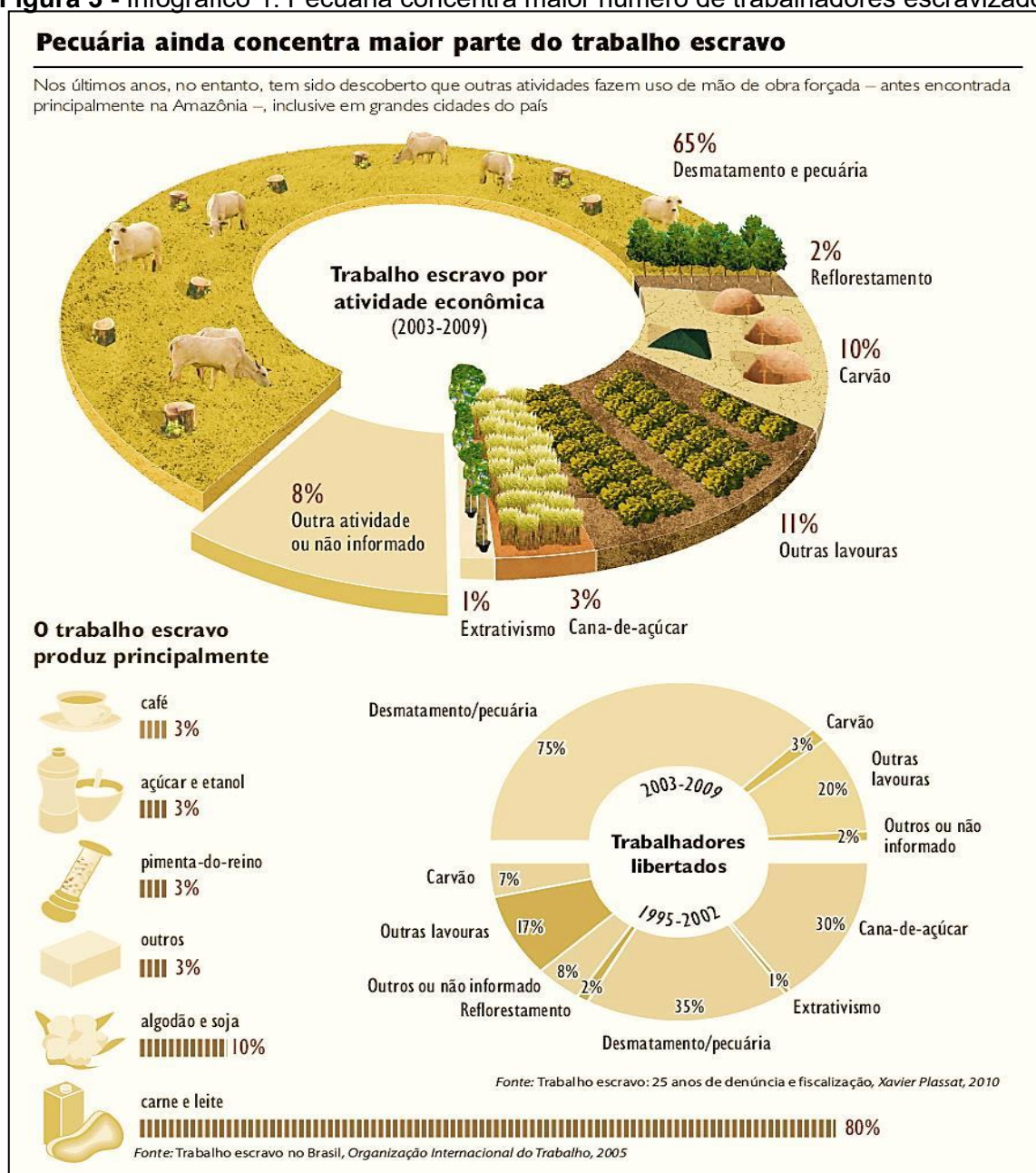
reconhecimento de brasileiros vivendo ainda submetidos ao trabalho escravo. No contexto neoliberal, o trabalho escravo expressa a precarização absoluta das relações de trabalho em diversos países da América Latina nos quais se configura com maior ou menor ênfase em atividades econômicas dos setores urbanos e rurais.

A escravidão contemporânea consiste em uma das formas de violência humana e social característica da questão agrária. A sua coexistência mantém uma estreita relação com as contradições do desenvolvimento industrial no campo postulado sob às técnicas de produção da agropecuária introduzidas pelo agronegócio. A incidência de trabalho escravo é típica das áreas de expansão fronteira na Amazônia Legal onde historicamente se deu um boom de interesses econômicos em relação às atividades extrativas de madeira, dos seringais e da agropecuária na década de 1960/70; sendo que a prática de recrutamento da força de trabalho escravas e intensificou nas décadas de 1980/90 no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento, além da expansão das áreas de pastagem para a criação do rebanho bovino de corte e leiteiro e da instalação de siderúrgicas com a proliferação de carvoarias nas quais se confirma a exploração não somente de adultos, mas também de crianças.

O desmatamento tem uma histórica relação com as áreas de expansão da fronteira agrícola até hoje, implicando em concentração de terras e intensos conflitos no campo, ou seja, na região da Amazônia Legal Isso significa que a atividade econômica que mais concentra trabalhadores escravizados é a pecuária (vide figura 3). Esses trabalhadores são aliciados por pessoas que fazem promessas de emprego e melhores condições de vida.

O contingente de pessoas que vive no campo encontra-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica (vide figura 4) e, não tendo grandes perspectivas, caem facilmente nas malhas do aliciamento. As pessoas quando chegam às fazendas, deparam-se com uma dívida contraída desde sua saída do local de origem, acrescida por outras (alojamento, alimentação e remédios). Elas nessas circunstâncias terão suas liberdades cerceadas e serão reduzidos a condições aviltantes.

Figura 3 - Infográfico 1: Pecuária concentra maior número de trabalhadores escravizados



Fonte: Brasil (2011, p. 23).

A figura 3 O infográfico 1 oferece dados acerca dos diversos produtos comercializados no mercado interno e sobretudo no mercado externo que tem a participação do trabalho escravo pelo seu baixo custo. A mão de obra forçada produz então 3% do café, 3% do açúcar e etanol, 3% da pimenta-do-reino, 3% de outros produtos não informados, 10% do algodão e soja e 80% da carne e leite, sendo estes últimos produtos os que mais utilizam essa modalidade de trabalho nas grandes propriedades pecuaristas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Infere-se que a pecuária e o desmatamento são atividades associadas ao processo

de expansão agrícola amazônica e ao trabalho escravo desde às décadas de 1960/1970 com as políticas de incentivo aos projetos agropecuários. Das atividades econômicas indicadas no infográfico, a pecuária e o desmatamento são as que mais escravizam cujos dados expressam que no período de 1995-2002 o correspondente de 35% libertos, saltou para 75% nos anos de 2003-2009.

É tendencial o avanço da pecuária como atividade em potencial que se relaciona às novas dinâmicas de demanda nacional e internacional e a grande rentabilidade que representa. Por isso Almeida et al. (2009, p. 63) reforça ao afirmar que “[...] a pecuária exige baixos níveis de capital, pouco preparo para o solo e tem poucas restrições associadas a relevo e a áreas livres de troncos em florestas recentemente desmatadas.”

Essa realidade possibilita refletir acerca da dinâmica socioeconômica e política materializada nos interesses de pequenos grupos dos setores privados nacionais e estrangeiros ávidos pelo uso e apropriação da terra não pela preocupação de atender à necessidade de consumo da população interna, mas movidos pelo desejo incontestado de acumular capital. A ampliada atuação e fortalecimento de grandes empreendimentos agropecuários no Brasil, especialmente no Maranhão, que se destaca entre os estados com maior incidência de trabalho escravo, vem sendo nutrida pela prática criminosa e degradante que nega ao homem o direito inalienável à liberdade e à dignidade. É na estrutura agrária injusta, desigual, constituída desde os primórdios da formação socioeconômica do país, que o esquema da grilagem e da impunidade foi se estabelecendo para manter antigas estruturas com base em arranjos políticos em torno de interesses comuns, embora existissem interesses divergentes entre os setores econômicos.

Tem-se um quadro de vulnerabilidade econômica de trabalhadores escravizados que não são alcançados pelas políticas públicas e de um Estado omissivo quanto às medidas necessárias para punir culpados pela expropriação de vidas. A pobreza é a face perversa e contraditória da riqueza produzida por aqueles que viram seus sonhos de uma vida melhor, frustrados nos cárceres do latifúndio. Pedrosa (2014, p. 3), observa que

A riqueza produzida por esses investimentos beneficia um grupo pequeno de empreendedores, detentores dos meios de produção financiados pelo Estado. [...] no Maranhão 64% da população é considerada pobre, isto é, está privada da educação, saneamento, água encanada, coleta de lixo e renda. O estado fica em terceiro lugar quando se trata das estatísticas de

pobres na zona rural. O quadro se agrava nos onze municípios que formam os cerrados maranhenses. Alto Parnaíba, Tasso Fragoso e Loreto apresentam os maiores índices de degradação e de pobreza no estado.

A análise de Azar (2013, p. 196, grifo nosso) corrobora com Pedrosa acerca das transformações ocorridas a partir da década de 1970 com a modernização do campo por meio dos grandes projetos de desenvolvimento:

Com o desenvolvimento de tais projetos, a organização dos processos produtivos no campo sofre com novas formas e condições de trabalho, sendo estabelecidas relações que se caracterizam pela precarização, **cuja maiores expressões, podem ser encontradas na subcontratação, desrespeito às leis trabalhistas e ambientais, o trabalho degradante, penoso e sem segurança, o trabalho análogo ao trabalho escravo, o trabalho infantil, a expulsão de famílias camponesas** pela expropriação de suas terras e o acirramento dos conflitos agrários.

O Maranhão se destaca nas estatísticas da escravidão contemporânea no tocante à concentração de casos da força de trabalho recrutada e exportada tanto para municípios do próprio Estado, quanto para outras regiões do país. Segundo dados compilados pela CPT (2012), 25,5% dos trabalhadores resgatados de condições análogas ao trabalho escravo no país entre 2003 e 2012, são procedentes do Maranhão. E ainda, que os 20,1% destes trabalhadores resgatados, encontram-se escravizados no território maranhense. (SILVA, 2013, p. 53).

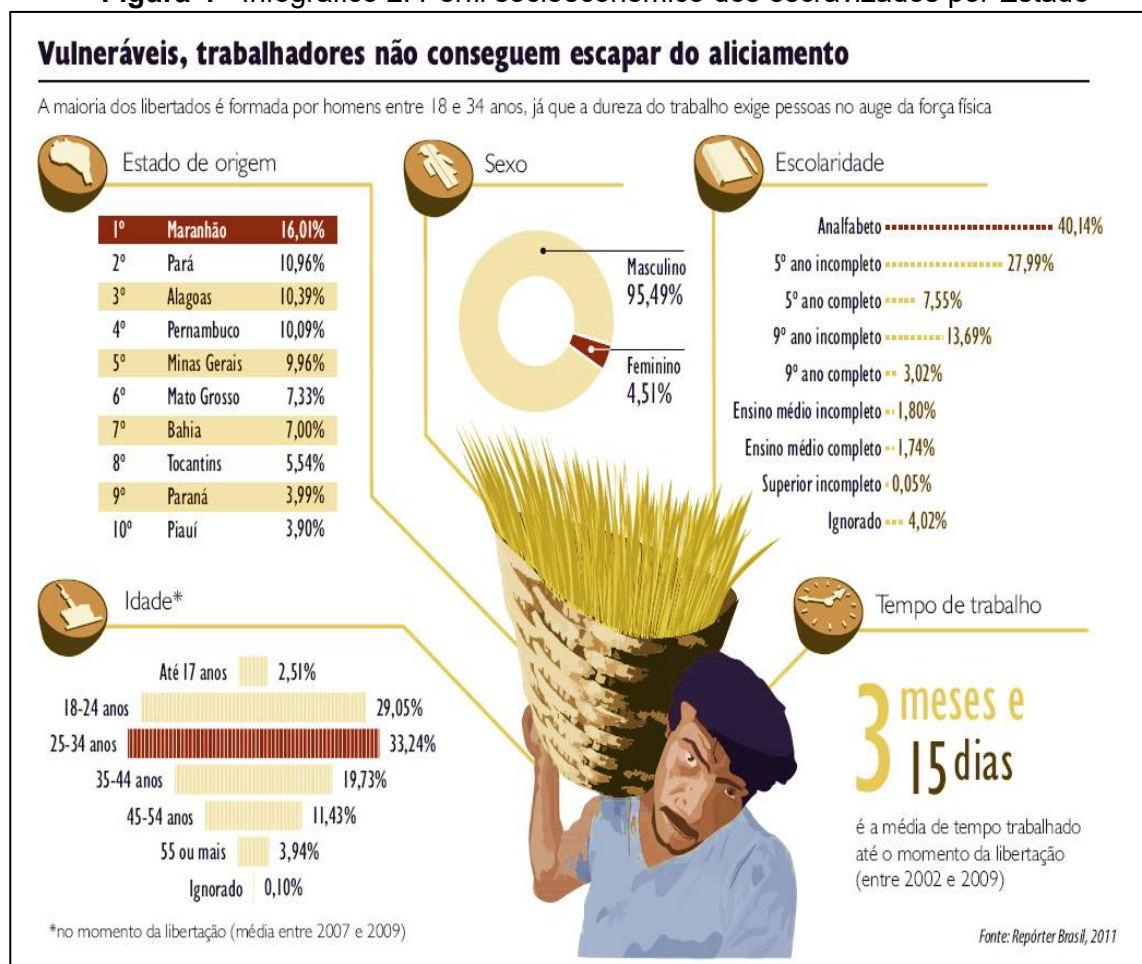
De acordo com o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região-TRT, o Maranhão lidera o *ranking* de denúncias juntamente com o Pará e Goiás, conforme demonstra a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Com base em documento elaborado a partir de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no Maranhão foram resgatados 107 trabalhadores escravizados e que os municípios considerados de maior concentração de pessoas nessas circunstâncias são: Açailândia, Santa Luzia e Bom Jesus das Selvas. (MARANHÃO, s/d).

De 2001 a 2010, os municípios de Açailândia, Santa Luzia e Bom Jesus das Selvas, foram os que tiveram a maior quantidade de casos e também de trabalhadores libertados (716). Em todo o país, só no ano passado foram resgatados 2.271 trabalhadores em condições de escravidão, em 158 operações em 320 estabelecimentos, conforme informações do MTE. No Maranhão, de 2003 a 2010 foram resgatados mais de dois mil (MARANHÃO, s/d).

Na Mesorregião Oeste maranhense, Açailândia lidera o ranking dos municípios com maior número de casos denunciados de trabalho escravo. No

período de 2009-2010, segundo o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán-CDVDH/CB - Açailândia, houve 46 registros no município seguido de 10 no município Bom Jesus das Selvas. (SILVA, 2013, p. 56).

Figura 4 - Infográfico 2: Perfil socioeconômico dos escravizados por Estado



Fonte: Brasil (2011, p. 24).

Conforme pode ser observado na figura com base no infográfico acima, o perfil dos escravizados revela que 95,5% são do sexo masculino e que 4,51 correspondem ao sexo feminino. Homens entre 18 e 34 anos de idade perfazem o percentual de 63%. A predominância do segmento masculino e dessa faixa etária se explica pelo fato desse grupo estar no auge do vigor físico para trabalhar em atividades pesadas e exaustivas. Em relação à escolaridade, a maioria é analfabeta, totalizando 40,14%.

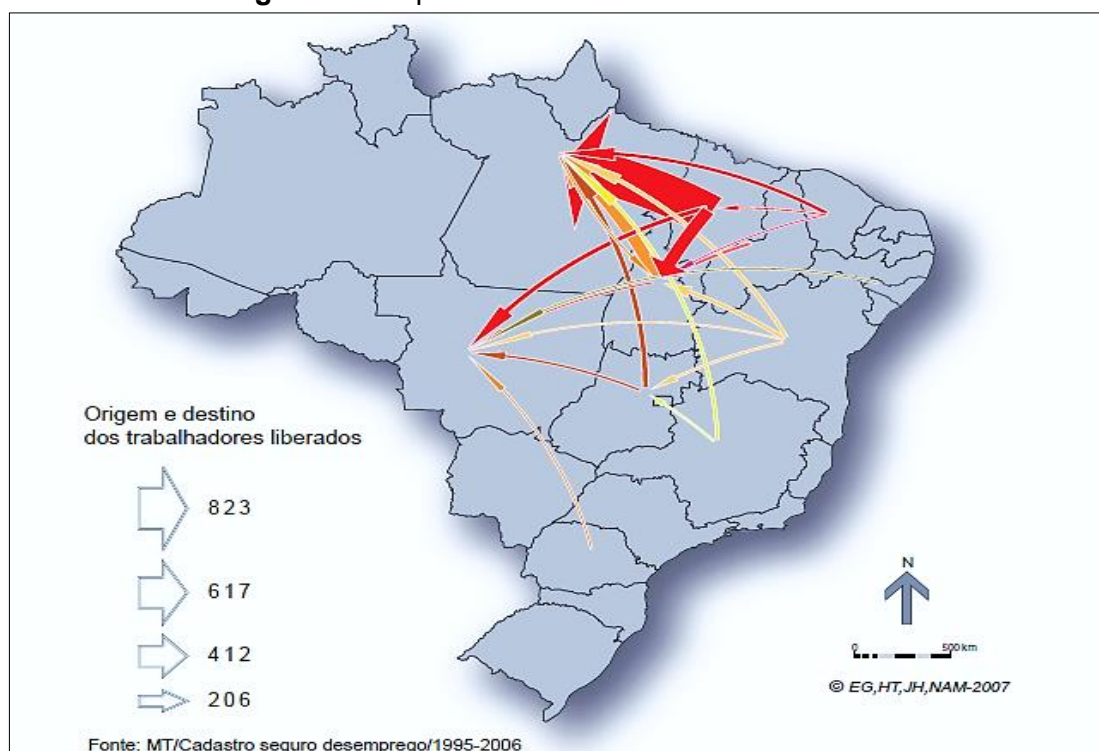
Embora o infográfico não apresente dados sobre a exploração do trabalho de crianças e adolescentes nas atividades laborais em fazendas e carvoarias, a participação do trabalho infanto-juvenil precede o trabalho escravo, contrariando os

direitos da criança e do adolescente prescritos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. O trabalho infantil é presente no setor urbano, mas sua predominância é agrícola. Segundo o Ministério Público do Trabalho do Maranhão – MPT,

[...] em todo o país, cerca de 3,2 milhões de crianças e adolescentes trabalham – o que equivale a 7,54% da população de 5 a 17 anos. Entre as regiões do Brasil, o sul ocupa o primeiro lugar com 9,5% de ocupação. Norte vem em segundo (8,19%) e nordeste em terceiro (8,11%) (MARANHÃO, s/d).

A utilização de trabalho infanto-juvenil representa uma das piores formas de violência porque impede o desenvolvimento cognitivo, psíquico-emocional, físico e social de crianças e adolescentes que são exploradas em serviços domésticos, no mercado informal (lava-jato, venda de picolé e cremosinho, transporte de compras na feira dos bairros, outros) e nas atividades agrícolas e carvoarias como no caso do Maranhão que ocupa o 2º lugar do ranking nacional de trabalho infantil.

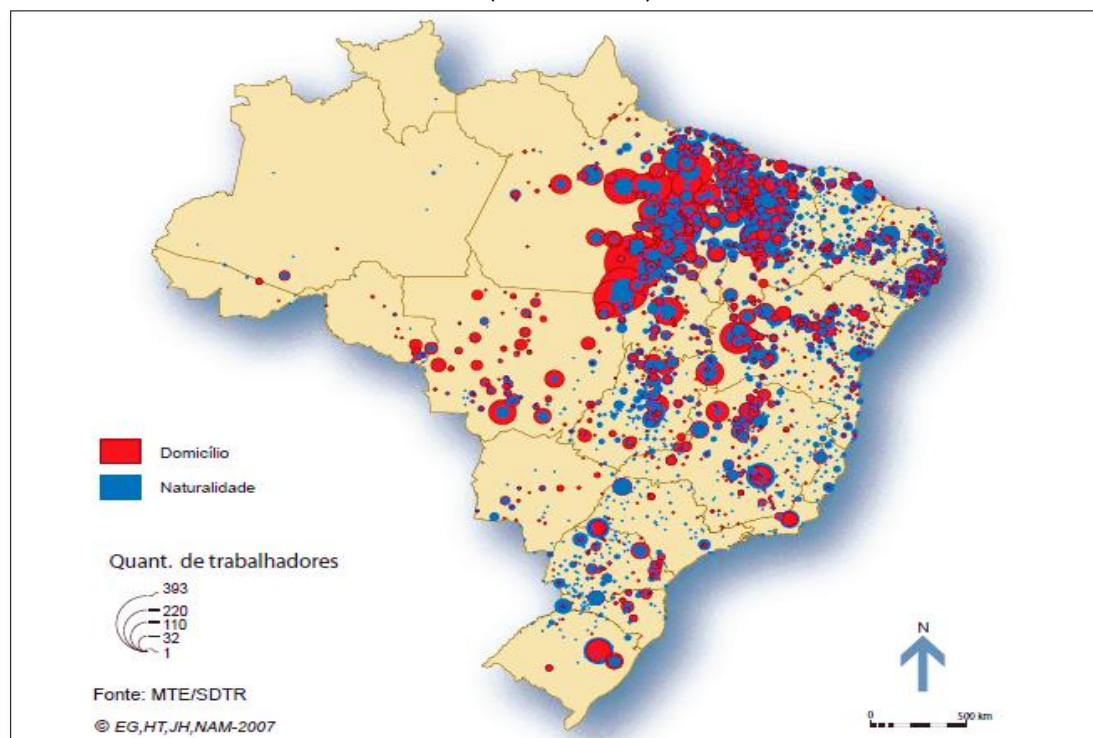
A persistência absurda do trabalho escravo no Brasil no século XXI é o demonstrativo do grave problema no campo e da impunidade dos responsáveis pela incessante corrida por lucro a baixo custo em detrimento da forma desumana e desumanizante dirigida a trabalhadores rurais desprovidos de direitos humanos e trabalhistas para a ampliação dos negócios. São milhares de homens, na sua grande maioria nordestinos, com força de trabalho desqualificada e uma grande expectativa por uma vida melhor que se deslocam de sua terra de origem para outra que ele mal conhece como pode ser observado na figura 5. A vulnerabilidade ao aliciamento do trabalhador é indissociável da realidade socioeconômica e política de seu Estado de origem e da sua condição de pobreza.

Figura 5 – Mapa do deslocamento do trabalho escravo

Fonte: Théry et al. (2009, p. 26).

A figura 5 demonstra o movimento de deslocamento dos escravizados quanto à origem e destino nesse contexto migratório no interior do próprio estado, no caso específico do Maranhão em direção a outros estados, destacando-se o fluxo migratório de 800 trabalhadores maranhenses para o Pará; ainda verifica-se o fluxo de 400 trabalhadores da mesma naturalidade para Tocantins e deste com 600 migrantes para o Pará; já o quantitativo de 200 trabalhadores saem do Paraná, Distrito Federal, Bahia, Alagoas, Maranhão com destino ao estado do Mato Grosso.

Figura 6 – Mapa de domicílios e naturalidade dos Trabalhadores Escravos Resgatados (1995- 2006)



Fonte: Théry et al. (2009, p. 27).

A figura 6 relaciona a origem de nascimento com o domicílio após o resgate dos trabalhadores pelo Grupo Móvel de Fiscalização que apura os casos delituosos a partir das denúncias²⁹. Há uma concentração de residências depois que os trabalhadores são libertos de forma específica na Amazônia, nos estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins. Dos 95,5% trabalhadores resgatados, 28,3% têm como Estado de origem o Maranhão e como referência de domicílio esses trabalhadores correspondem a 21,6%, de acordo com dados de 2003 a 2009 do MTE. Isso significa que esses maranhenses foram escravizados no seu próprio território. Devido à situação de vulnerabilidade socioeconômica pode incorrer após o resgate casos de reincidência de trabalho escravo. Os mesmos libertos podem ser aliciados novamente.

²⁹ As primeiras denúncias de formas contemporâneas de escravidão no Brasil foram feitas em 1971 por Dom Pedro Casal d'Alga. Sete anos depois, a CPT denunciou a fazenda Vale do Rio Cristalino, pertencente à montadora de veículos Volkswagen e localizada no sul do Pará. O depoimento dos peões que conseguiram fugir a pé da propriedade deu visibilidade internacional ao problema. (CPT, 2011).

Açailândia figura no contexto da escravidão moderna³⁰ como um dos municípios com grande incidência de trabalhadores escravizados que são recrutados por aliciadores para trabalharem na limpeza de campos para a formação de pastagens destinadas à pecuária (roço de juquira, construção de cerca com arame farpado), no desmatamento para o plantio de eucalipto, e com grande intensidade nas carvoarias depois da instalação das siderúrgicas em 1980; a força de trabalho escrava figura como uma das facetas da questão agrária com intensa exploração no ciclo minerador e do agronegócio.

A inserção do município na dinâmica mínero-siderúrgica, a partir do ambicioso Programa Grande Carajás, se faz acompanhado de crescimento econômico com ausência de desenvolvimento econômico e social que se materialize na qualidade de vida da população urbana e rural. Nesse sentido, o trabalho escravo é uma estratégia utilizada pelos empreendimentos que compõem o complexo produtivo siderúrgico para auferir lucros crescentes a baixo custo de produção.

Atualmente, consta na “lista suja” o registro de 557 empregadores cadastrados cujas empresas se enquadram no perfil de inteiro desacordo com os direitos trabalhistas e humanos. Estas mantêm os trabalhadores sob regime análogo à condição de escravo. Da referida lista³¹, o Maranhão registra 33 empreendimentos; sendo que 8 destes, estão localizadas no município Açailândia. Esses são dados extraídos do Repórter Brasil na data 21/01/2015, compilados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ambos responsáveis por manterem atualizada a lista suja semestralmente.

³⁰ O termo escravidão moderna refere-se às condições de trabalho análogas a de escravo, ou seja, as pessoas são submetidas a serviços forçados, exaustivos e em condições precárias de trabalho e de subsistência. A maior incidência de trabalho escravo no meio rural ocorre em Estados administrativamente considerados da Amazônia Legal em virtude de possuírem trechos da Floresta Amazônica em seus territórios. Os Estados onde se confirma essa incidência são: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, além de parte dos estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. As atividades exercidas por esses trabalhadores, na sua grande maioria, guardam relação com o desmatamento na Amazônia. E, portanto, atividades ligadas à abertura de estradas – como nas décadas de 1960/70, “derrubada de árvores e produção de cercas com essa matéria-prima e retirada de tocos e raízes para a preparação do terreno visando à implantação de pastos ou lavouras”, segundo estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2010).

³¹ “O Cadastro de Empregadores da Portaria Interministerial, regulado pela portaria 02/2011, do MTE e SEDH/PR, foi criado pelo Governo federal, em novembro de 2003, com o objetivo de dar transparência às ações do poder público no combate ao trabalho escravo. A relação traz os empregadores flagrados com esse tipo de mão de obra e que tiveram oportunidade de se defender em primeira e segunda instâncias administrativas, antes de ser confirmado o conjunto de autuações que configuraram condições análogas às de escravo. Os empregadores permanecem em um período de dois anos. Após este prazo serão excluídos, caso resolvam as irregularidades em suas propriedades, quitem as multas geradas pela fiscalização e não reincidam na exploração de mão de obra escrava.” (REPÓRTER BRASIL, 2012).

3.3 Programa Grande Carajás: do outro lado dos trilhos

A dinâmica socioeconômica do Maranhão tem mostrado que seus traços mais marcantes remontam à herança histórica desde os primórdios da sua colonização europeia no tocante a uma economia cujo crescimento está atrelado à economia internacional. Sob o manto das determinações macroestruturais delineadas e conformadas em território estrangeiro dos países considerados desenvolvidos, os países latino-americanos foram-se especializando em exportadores de matérias-primas ou recursos naturais transformados em mercadorias padronizadas, denominadas de *commodities* no contexto das relações comerciais no exterior.

O Maranhão inserido no Programa Grande Carajás (PGC), a partir da década de 1980, articulava-se à ampla dimensão de uma política expansionista do capital internacional em contexto neoliberal cujo contorno mais nítido se deu na década de 1990, com a expressiva febre das privatizações das empresas estatais (BARBOSA, 2006). Nessa época, o Governo federal canalizou recursos financeiros, incentivos fiscais, infraestrutura (ampliação do porto do Itaqui, reestruturação das rodovias e ferrovias), além do apoio jurídico-institucional coexistente que favoreceu a compra de terras em áreas localizadas nos entornos das rodovias por grandes corporações internacionais. O Estado, como grande fomentador das Políticas econômicas, representa o agente capturado pelo Capital para propiciar os desígnios do lucro crescente, a garantia da propriedade privada e a reprodução desigual dos espaços regionais perpassados pela diversidade cultural, econômica e social das diferentes localidades sem considera-las em suas particularidades. (HARVEY, 2011; OLIVEIRA, 1977).

O Programa Grande Carajás é parte do investimento massivo que Estado, empresas nacionais e transnacionais intencionaram de forma bem articulada na Região Norte/Nordeste de expansão da fronteira agrícola, utilizando-se do discurso desenvolvimentista e nacionalista impregnado de promessas de emprego e melhores condições de vida para a população do campo e da cidade. Então, o PGC incorporou três grandes projetos: o projeto minero-siderúrgico; o projeto agropecuário e florestal e o projeto de infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos e hidrelétricas). A área de abrangência desse programa compreende o Sudeste do Pará e se estende até o Porto do Itaqui, na capital São Luís-MA (Vide figura 7) cuja

ligação é feita pela Ferrovia Estrada de Ferro Carajás (EFC) que materializa um grande corredor de exportação

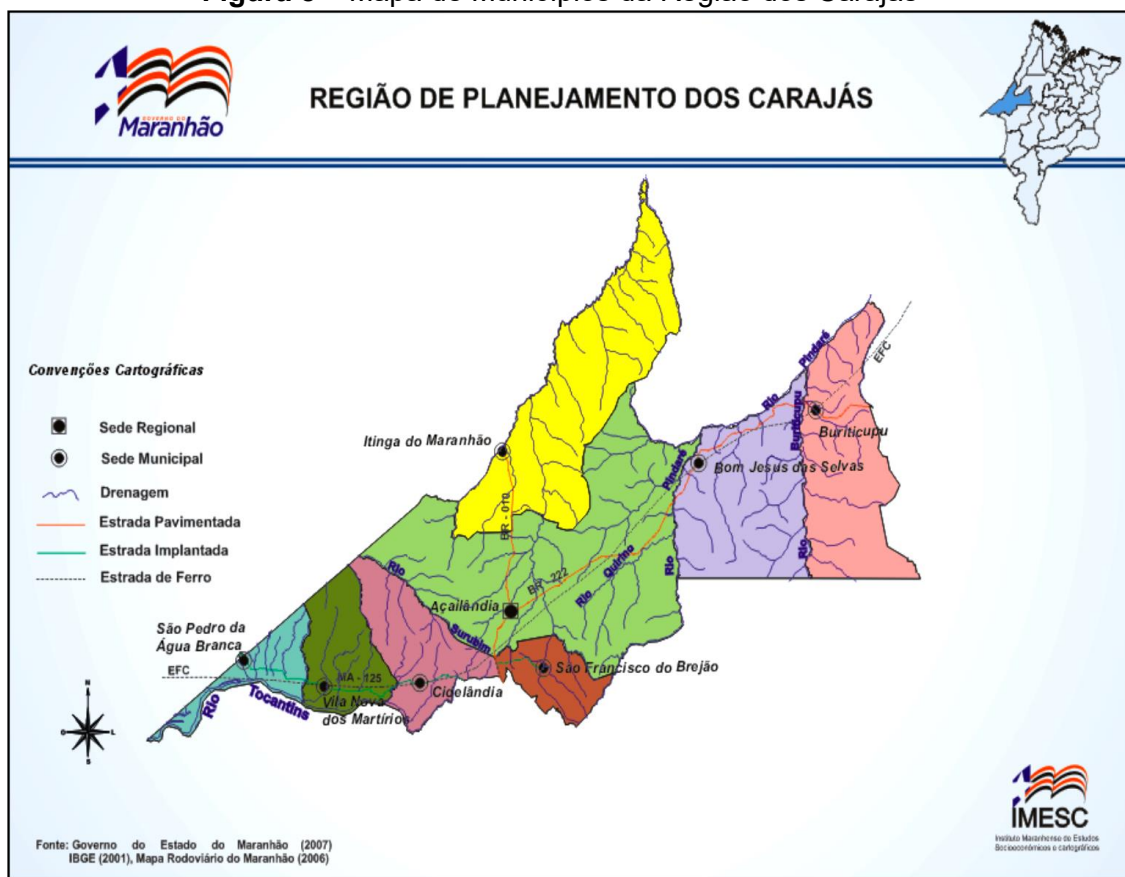
Nesta corrida dos empreendimentos para o “desenvolvimento do país”, o município Açailândia insere-se na rodada transnacional como área estratégica ao acúmulo do capital e, portanto, integrando a Região do Planejamento dos Carajás (Vide figura 8). A empresa VALE S.A, do setor de minério, é expressão maior do PGC no Maranhão quanto à efetividade dos projetos idealizados para a exploração das riquezas naturais no Estado.

Figura 7 – Mapa da Localização da Região Grande Carajás



Fonte: Disponível em: <<http://www.padrecasados.org/archives>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

A lógica capitalista é responsável pela exploração das reservas de minério de ferro na região dos Carajás, constituinte da Amazônia Legal. Recentemente, outras áreas do Pará e do Maranhão como “as regiões de *Oriximiná*, de *Juruti Velho* e entorno da *Reserva Biológica do Gurupi* são cobiçadas e exploradas.”

Figura 8 – Mapa de Municípios da Região dos Carajás

Fonte: IMESC; Perfil da Região dos Carajás (2009).

A partir da Lei complementar nº 108 de 21 de novembro de 2007, o Estado do Maranhão criou a nova regionalização com a divisão do Estado em 32 regiões de planejamento a fim de promover o desenvolvimento sustentável das regiões por meio do fortalecimento dos municípios em parceria com a sociedade civil com base na desconcentração administrativa e o planejamento descentralizado.

A região dos Carajás é constituída pelos municípios Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Cidelândia, Itinga do Maranhão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios. Embora o PGC tenha sido extinto legalmente em 1992, ele conseguiu manter sua influência na área de abrangência, transformando os modos de vida dos agentes sociais (proprietários fundiários, empresários nacionais e internacionais, pequenos produtores rurais). No caso dos grupos sociais aliçados dos processos decisórios e com seus direitos sociais e humanos violados, as marcas são indelévels diante do contexto de conflitos fundiários e violência em virtude da luta pela terra entre latifundiário, grileiro e posseiro.

O modelo de desenvolvimento implementado agudizou ainda mais a concentração de terras e renda, contribuindo para o crescimento do pauperismo e miséria no campo. A “cidade do capital”, como lócus da possibilidade de melhores condições de vida, transformou-se em um espaço minado por tantos problemas sociais provenientes de um conjunto de fatores, dentre eles, o êxodo rural com todas as suas desumanas consequências.

O Estado do Maranhão, sob a perspectiva dos investimentos financeiros para o fortalecimento do padrão de acumulação do Capital, se ajusta aos interesses das empresas nacionais e internacionais, mostrando-se promissora ao crescimento econômico do país. Possui inúmeras potencialidades econômicas no tocante à agroindústria, indústria mineral e operações logísticas. As condições geográficas de seus portos em relação aos principais mercados mundiais (Europa, Estados Unidos e Ásia), juntamente à disponibilidade de modais ferroviário e rodoviários integrados que o torna um corredor natural de exportação e importação para as regiões Centro-Norte do país. (MARANHÃO, 2012). No período pós-2004, a dinâmica da economia maranhense foi condicionada por três fatores importantes: a expansão das exportações de *commodities* minerais e agrícola; as transferências federais; e do crédito ao consumo e financiamento imobiliário, quando a economia brasileira articulou-se fortemente ao crescimento do comércio internacional com a expansão da indústria no sudoeste da Ásia.

Conforme dados do IMESC (2008, p. 17), no período entre 2004 e 2008, a economia maranhense registrou uma rápida expansão das exportações de *commodities* primárias minerais e agrícolas. O crescimento das exportações à taxa de 23,2% se deveu à expansão das atividades da indústria extrativa mineral (crescimento real de 3,8% ao ano entre 2002 e 2007), da agropecuária (com expansão real de 23,4%a.a., sustentada quase que inteiramente pela expansão da produção de carvão vegetal), e também da indústria de transformação (10,1%, com destaque para a atividade metalúrgica). Nesse contexto, o Maranhão passou a figurar a quarta economia mais aberta ao comércio exterior no Brasil e a mais aberta no Nordeste, que ainda lhe confere como particularidade, a concentração nas exportações de três *commodities*: soja, minério de ferro e alumínio. Quanto as transferências federais, estas cresceram à taxa de 5,0% para o Estado, ou seja, para o Fundo de Participação do Estado – FPE e Fundo de Desenvolvimento para a Educação Fundamental – FUNDEF e para o Fundo de Participação do Município-

FPM à taxa de 8,0%. Um outro elemento importante foi a expansão do crédito ao consumo, que propiciou um impacto positivo sobre os programas de transferência de renda para o Estado com a expansão do comércio e consequente aumento do consumo.

A crise financeira internacional, no ano de 2008, após a quebra do Banco de Investimentos Lehman Brothers, fez com que a economia maranhense sofresse uma desaceleração. Essa foi a expressão da vulnerabilidade de uma economia voltada para o mercado externo, cujos preços das *commodities* (ferro, alumínio e soja) sofrem oscilações. Isso remete a um ciclo de exportações que se comporta conforme o contexto de estabilidade/instabilidade da economia internacional. A dinâmica econômica maranhense articula-se à economia nacional e internacional e, portanto as exportações de *commodities* em maior ou menor fluxo escoam pela região dos Carajás, intensificando ou não a atividade portuária em São Luís.

O município Açailândia, plenamente inserido no circuito dos grandes investimentos e compondo o mosaico das relações nas escalas regionais, nacionais e internacionais para o crescimento econômico, reserva à antítese cidade-campo a dialética das transformações socioeconômicas e de suas contradições impactantes sobre a população urbana e rural.

3.4 Açailândia: uma cidade do capital

Tanto no contexto nacional quanto internacional, a Amazônia Oriental configurou-se, na década de 1960, uma região de açambarcamento de seus recursos naturais e, portanto do aproveitamento máximo de todas suas potencialidades econômicas nos setores: agropecuário, energético, agroflorestal e minerador. O seu processo de ocupação foi tomado pelo interesse implacável de agentes econômicos seduzidos por sua exuberância natural, terras abundantes e férteis, mas sobretudo pelos recursos minerais.

Sob o discurso do desenvolvimento e integração regional para o dinamismo da economia nacional, os recursos foram entregues aos grandes grupos nacionais e transnacionais. A inserção da Amazônia Legal na política de desenvolvimento econômico e territorial tem seu sentido e fortalecimento na conformação de interesses geopolíticos entre setores econômicos do capitalismo hegemônico representados pelas empresas nacionais e estrangeiras. Oliveira (1989,

p. 35) destacou que entre “[...] 1966 e 1970, cerca de 22% das descobertas foram feitas unicamente por empresas internacionais, o que evidenciou a relação entre integração da Amazônia e a entrega dos recursos às empresas nacionais e multinacionais”. A forma, como a política de desenvolvimento se processou/processa e a expropriação, tem sido faces da mesma moeda e portanto na dinamicidade do reordenamento do capital para se acumular, complexifica a questão agrária e com esta reatualiza antigos problemas sociais no país.

A expropriação dos recursos naturais é, sem dúvida, a grande meta do capital internacional na região amazônica. Ele tem procurado se apropriar dele, de modo a garantir os chamados ‘suprimentos estratégicos para os Estados Unidos e demais nações capitalistas desenvolvidas’. (OLIVEIRA, 1989, p. 35).

O regime militar, para amenizar a repercussão da crescente presença das empresas estrangeiras diante do Congresso Nacional e de entidades de defesa da Amazônia, alterou a tática criando instituições de pesquisa tais como a Rio Doce Geologia e Mineração (DOCEGEO), subsidiária de pesquisa da Cia. Vale do Rio Doce -CVRD³², a Cia. de Pesquisa de Recursos Naturais-CPRM (vinculada ao Ministério das Minas e Energia) e o Radar da Amazônia (RADAM) que efetivou levantamentos aerofotogramétricos da região. Por isso, que após a década de 1970, as descobertas na região só eram efetivadas por empresas estatais e garimpeiros. Em 15 de abril de 1970 foi criada a Amazônia Mineração S.A – AMZA – constituída pela CVRD com 50,9% das ações e a Cia. Meridional de Mineração com 49,1% que tinha como objetivo iniciar a exploração e exportação do minério de ferro. Com a crise do petróleo, em 1973, a Cia. Meridional de Mineração desistiu do negócio e vendeu suas ações para a CVRD por 50 milhões de dólares. Mais tarde a AMZA foi extinta e a CVRD incorporou o seu patrimônio. (OLIVEIRA, 1989). Em seguida, o Governo passou a elaborar o Programa Grande Carajás (PGC) como um grande plano do regime militar para internacionalização da economia brasileira, inclusive dos recursos naturais sob à orientação do II PND.

A modernização conservadora que se deu na Amazônia Legal apoiou-se na combinação entre industrialização e exploração dos recursos naturais e da força de trabalho do homem do campo seja na forma de trabalho assalariado ou na

³² A Companhia Vale do Rio Doce foi criada em 1942 sob a vigência do governo do Presidente Getúlio Vargas cujo objetivo era, a princípio, a exploração das jazidas de ferro em Itabira - Minas Gerais.

condição análoga a de escravo na expansão acelerada do capital. O modelo de desenvolvimento capitalista tem a necessidade precípua de se reproduzir para garantir sua valorização e acúmulo incessante. E, portanto, segundo Harvey (2013, p. 81), “[...] a classe capitalista deve reproduzir e só pode fazê-lo mediante a acumulação progressiva” efetivada com base na extração da mais-valia do trabalho [...], “[...] e no outro extremo, tem-se uma classe trabalhadora [que] deve lutar para preservar e se reproduzir não só fisicamente, mas também social, moral e culturalmente”. (HARVEY, 2013, p. 83). O processo de espoliação e destrutivo do Capital sobre a Região Amazônica, que resultou em graves consequências para as populações tradicionais, trabalhadores rurais e camponeses, contraditoriamente, instrumentalizou politicamente esses segmentos a se mobilizarem e se organizarem em torno das questões de luta pela terra e sócio-ambientais.

A introdução intensa de empresas estrangeiras no Brasil, entre 1964 e 1985, se deu graças às intervenções estatais por meio de suas políticas protetoras do capital internacional por meio de subsídios fiscais e creditícios nas atividades agropecuárias, agroindustriais e no setor minerador; de forma que este último recebeu o grande incentivo à construção de polos siderúrgicos localizados nos estados do Pará e do Maranhão. O PGC consolidou os propósitos da política modernizadora do Regime Militar que, com base em várias ações como construção de rodovias, ferrovias, hidrelétricas, portos, além do incentivo fiscal, da vasta força de trabalho barata e principalmente de matéria-prima, possibilitou a entrada e permanência das transnacionais com forte atuação no setor minero- metalúrgico.

Os subsídios por meio da SUDAM, cujo objetivo era desenvolver e promover a integração da região amazônica às demais regiões do país desde 1960, foram responsáveis por mais de 900 projetos, embora somente 20% destes foram instalados. (MORAIS, 2007, p. 105). A política de incentivo fiscal para os militares, segundo Leal (apud MONTEIRO, 1996, p. 60) “[...] tem uma dupla natureza quanto sua essência: são a sua simbiose de concepções políticas (oriundas da visão de segurança nacional) e econômicas (a maneira de assegurar a ocupação e a integração da Amazônia”. Daí se estabeleceu uma aliança entre Capital estrangeiro e nacional, uma vez que o Governo acreditava que o desenvolvimento do país só seria possível com a participação internacional na economia do país e dessa forma afirmando a dependência econômica dos países periféricos em relação aos países centrais.

Os diversos projetos, que podem ser observados com base na tabela 6, implementados na Amazônia Legal suplantam a lógica de reprodução e expansão do grande capital vinculados ao Programa Grande Carajás. A região de Carajás constituída por uma área de quase 900.000km², englobando parte dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins que se tornaram o foco da corrida por maiores vantagens e lucro fácil por parte de grandes empreendimentos. A tabela 6 possibilita verificar os principais projetos no setor minerador implementados na Amazônia Legal na ânsia desenfreada de acumulação do capital realizada às custas da miséria e exploração de trabalhadores locais.

Tabela 6 - Principais projetos implementados na Amazônia Legal

Grandes Projetos Produtivos na Amazônia						
Projetos	Data Inauguração	Acionistas (%)	Produto	Principais mercados	Número de empregos criados	Investimentos (milhões de dólares)
Carajás	1985	CVRD100	Ferro e manganês	Japão RFA ³³ Domésticos	7.000	3.616
Trombetas	1979	CVRD 46 Votorantin10 Alcan 24 Bilington10	Bauxita	Canadá EUA Venezuela	1.600	500.000
Albrás	1985	CVRD 51 NAAC (Nippon Amazônia Aluminium) 49	Alumínio	Valesul	3.032	2.500.000
Alunorte	1995	CVRD 60.8 NAAC 39.2	Alumina	Albrás Valesul	854	571
Alumar	1984	Alcoa 60 Bilington 40	Alumina e Alumínio	Valesul Alcan EUA Domésticos	2.000	1.500.000

Fonte: Grande Carajás (2004 apud MORAIS, 2007, p. 108).

³³ A Alemanha Ocidental, frequentemente, era na década de 1980 referida pela sigla RFA- República Federal da Alemanha em oposição à Alemanha Oriental (República Democrática Alemã-RDA).

A área de influência do Programa Grande Carajás³⁴, que pode ser observado com base no mapa 5 (Figura 7), compreende desde a Serra de Carajás no Pará ao porto de Ponta da Madeira em São Luís-MA possui um sentido estratégico quanto aos recursos minerais destinados aos países centrais tais como ferro, bauxita, cobre, alumínio e manganês, o que ocasionou um impulso considerável da instalação de um setor mineiro-metalúrgico com a presença de um complexo siderúrgico ao longo da Estrada de Ferro Carajás-EFC.

Para a viabilização do PGC, era necessário garantir o controle e as condições dos empreendimentos (setor do agronegócio e mineiro-metalúrgico) terem acesso a extensas áreas de terra. Como o Regime Militar já havia militarizado a questão agrária por meio do instrumento jurídico-administrativo na Amazônia, o Estado tratou de criar o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT³⁵) para gerir a política fundiária na área de domínio do PGC, alegando a morosidade do INCRA na solução dos conflitos fundiários. (MONTEIRO, 1996). O papel do GETAT foi emblemático no que concerne às alianças políticas e econômicas que aceleraram a implementação do PGC com a presença de inúmeros empreendimentos nacionais e estrangeiros atraídos por incentivos fiscais. Nesse contexto era elucidativo que:

Cabia então ao GETAT apressar a definição de estatuto jurídico da propriedade da terra nessa região viabilizando a execução de diversos projetos vinculados ao PGC. A “regularização fundiária” que visava a uma ordenação jurídica era voltada, fundamentalmente, ao atendimento dos interesses dos grupos sociais que mantêm relação mercantil com a terra, o que se confrontou com interesses de camponeses e grupos indígenas e extrativistas o que à época ampliou o quadro de tensão social na região. (MONTEIRO, 1996, p. 54).

O PGC, como um projeto de grande envergadura econômica implantado na Região Amazônica se viabilizou e se consolidou com base na expansão do agronegócio e do setor minerador graças ao ajustamento do Estado brasileiro ao Capital financeiro-industrial na inserção de uma nova divisão internacional do

³⁴ Na área de abrangência do Programa Grande Carajás, a Estrada de Ferro Carajás atravessa no Maranhão, 23 municípios, tais como Açailândia, Alto Alegre do Pindaré, Anajatuba, Arari, Bacabeira, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas; Buriticupu, Cidelândia, Igarapé do meio, Itapecuru Mirim, Itinga do Maranhão, Miranda do Norte, Monção; Pindaré-Mirim, Santa Inês, Santa Rita, São Francisco das Mangabeiras, São Luís; São Pedro da Água Branca, Tufilândia, Vila Nova dos Martírios e Vitória do Mearim.

³⁵ O Decreto-lei nº 1.767 de 1º de fevereiro de 1980 determinou a criação do GETAT e o PGC foi criado pelo Decreto-lei 1.813 na data 24 de novembro de 1980.

trabalho para atender fielmente aos interesses das grandes corporações estrangeiras. O Estado coloca-se à disposição do grande capital, nutrindo o insaciável desejo de acumulação crescente dos lucros em escalas nacionais, regionais e locais.

As crises cíclicas pela quais o capital passa, sinalizam as contradições inerentes ao processo produtivo capitalista que necessita continuamente se reproduzir para sobreviver; então, a ocupação de novas regiões, constitui-se em uma estratégia de expansão do capital que produz/reproduz o espaço e simultaneamente a si na dinâmica socioeconômica daquela localidade por meio da alocação de recursos em infraestrutura, absorção da força de trabalho excedente e matéria-prima abundante com o apoio imprescindível do Estado, o sistema neural da organização/reorganização das relações sociais e de trabalho. Nessa acepção, a Amazônia Legal se insere na dinâmica de uma nova divisão internacional do trabalho capturada pela lógica de uma política de desenvolvimento regional atrelada à expansão do capital formalizada nos acordos entre o Estado e as transnacionais.

Harvey (s/d), ao analisar o movimento expansionista do Capital em diferentes localidades, pauta-se na ideia metafórica do ajuste do Capital ao espaço sob a perspectiva estratégica de sair das crises. Dito assim, para o autor:

O “ajuste” espaço-temporal, por outro lado, é uma metáfora para soluções das crises capitalistas mediante adiamento temporal e expansão geográfica. A produção do espaço, a organização de novas divisões territoriais de trabalho, a abertura de novos e mais baratos complexos de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação de capital, e a penetração em formações sociais pré-existentes pelas relações sociais capitalistas e acordos institucionais (tais como regras contratuais e acordos de propriedade privada) são formas de absorver excedentes de capital e mão-de-obra. (HARVEY, s/d, p. 12).

Ainda, o mesmo autor afirma:

O capitalismo é extremamente dinâmico e inevitavelmente expansionista. Impulsionado pelo motor da acumulação e abastecido pela exploração da força de trabalho, constrói uma força revolucionária permanente que constantemente reformula o mundo em que vivemos. (HARVEY, 2013, p. 225).

O Maranhão, como Estado integrante da Amazônia Legal, insere-se nos processos de modernização industrial que ocorreram intensamente a partir de 1980, com continuidade até hoje por meio do Programa Grande Carajás - um instrumento

de consolidação do modelo de desenvolvimento gestado desde o regime militar. A dinâmica de expansão do grande capital no Maranhão teve como desdobramento o alargamento da agropecuária, da agroindústria e a intensificação do setor da indústria siderúrgica que se viabilizou às custas do adensamento da degradação ambiental e das mazelas sociais. Particularmente, a inserção do município Açailândia na divisão internacional do trabalho, atribui-se a sua condição estratégica quanto ao vetor econômico e logístico que lhe coloca como área importante para o desenvolvimento da cadeia produtiva minero-siderúrgica de Carajás.

Atualmente, o complexo siderúrgico dinamizador do processo produtivo minerador de vocação exportadora para o mercado internacional, centraliza-se no beneficiamento do minério de ferro cuja produção permanece restrita ao ferro-gusa³⁶. Para a engrenagem do grande empreendimento minerador de Carajás que tem na empresa privada VALE a maior expressão do domínio sobre o segmento minerador, há na Amazônia Legal 18 unidades de produção de ferro-gusa na área de influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que se estabeleceram principalmente em Marabá (no Pará) e Açailândia (no Maranhão). Do complexo siderúrgico instalado na Amazônia, cinco siderúrgicas (vide tabela 7) estão localizadas em Açailândia, no Polo Industrial de Piquiá de Baixo.

³⁶ O ferro-gusa é uma liga de ferro que resulta da redução do minério de ferro ao absorver carbono em um alto-forno. É do ferro-gusa que se obtém o aço, tão presente no nosso cotidiano. Afirma-se que para cada tonelada de ferro-gusa são necessários 875 kg de carvão vegetal, que implica em pelo menos 2.600 kg de madeira, resultando em desmatamento pelo menos de 600 m² de mata nativa. (MONTEIRO, 1996, p. 78).

Tabela 7 – Perfil das Siderúrgicas de Açailândia – MA

Siderúrgica	Controle	Área Original de Atuação	Localização	Nº de altos fornos	Valor das exportações 2007 em (em US\$ FOB ³⁷)
Viena Siderúrgica do Maranhão S/A	S/I	Siderurgia	Açailândia	5	145.419.560
Cia. Vale do Pindaré S/A	Grupo Queiroz Galvão	Construção civil	Açailândia	3	78.871.330
Siderúrgica do Maranhão S/A			Açailândia	2	29.840.880
Ferro Gusa do Maranhão Ltda	Grupo Aterpa	Construção civil	Açailândia	2	63.191.660
Gusa Nordeste S/A	Grupo Ferroeste	Siderurgia	Açailândia	3	92.905.660

Fonte: Instituto Observatório Social; SECEX/MIDIC; SINDIFER. Adaptado de Carneiro (2008, p. 326).

A produção de ferro gusa, até ao final da década de 1980, era produzida quase exclusivamente em Minas Gerais. Já na década seguinte, houve um deslocamento dessa produção para a Amazônia Oriental em detrimento das condições que favoreceram a instalação de siderúrgicas nessa região, tais como: isenção fiscal e subsídios oferecidos pelo Governo federal no âmbito do Programa Grande Carajás e da construção de uma infraestrutura montada para o escoamento de minério de ferro e ferro-gusa por uma ferrovia, tecnologicamente moderna e financiada pela Cia. Vale do Rio Doce, até ao porto de Ponta da Madeira, na Baía de São Marcos, em São Luís Maranhão. (CARNEIRO, 2008).

A dinâmica da cadeia produtiva do setor minero-metalúrgico no país, com intenso fluxo de exportação, é responsável pela existência e expansão da atividade siderúrgica na região amazônica que por sua vez está atrelada às carvoarias que produzem carvão vegetal³⁸ para fornecer as guseiras que optam por um combustível mais barato para se tornarem competitivas no mercado.

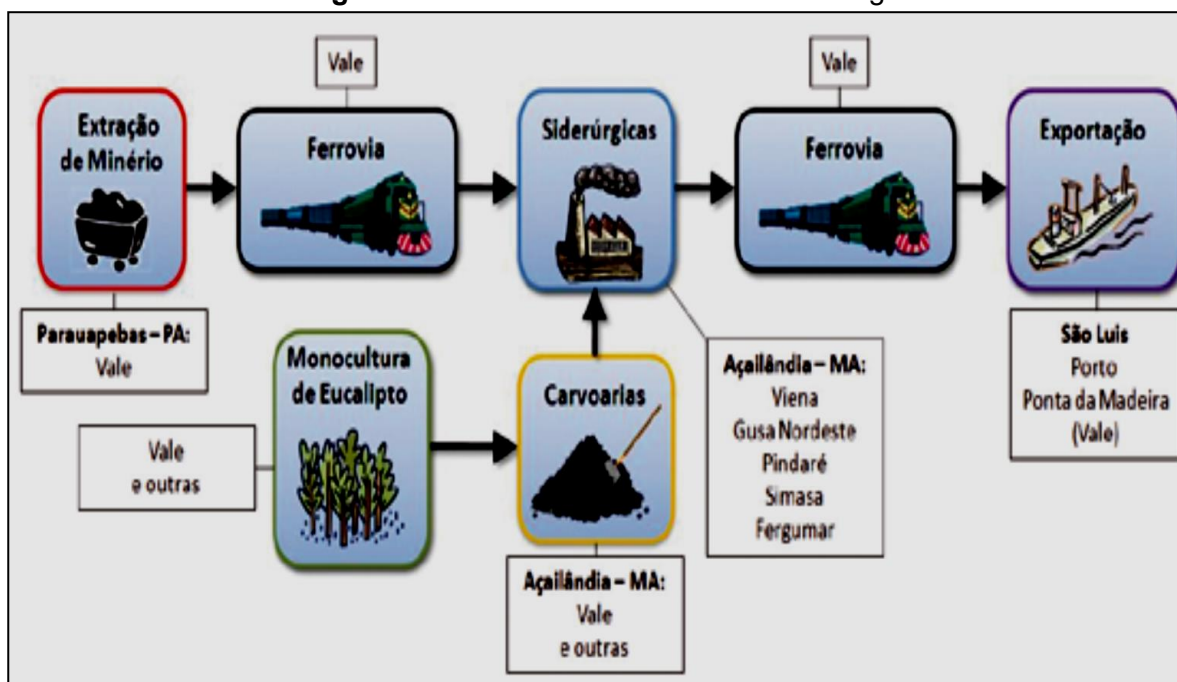
³⁷ De acordo com Andréa Wolffelenbütt, FOB são as iniciais da expressão inglesa *Free On Board*. Quer dizer que o exportador é responsável pela mercadoria até ela estar dentro do navio, para transporte, no porto indicado pelo comprador. Por que *free*? Porque a mercadoria já deve ter sido desembaraçada na alfândega de partida e estar livre para ser levada. Essa expressão faz parte dos chamados Incoterms, ou seja, *International Commercial Terms*, compilados e normatizados pela Câmara de Comércio Internacional (CCI). (IPEA, s/d).

³⁸ O carvão vegetal é um combustível de baixo custo produtivo utilizado para manter os fornos a uma temperatura de 1.500° para o derretimento do minério de ferro, e, portanto, um agente químico para o processo de redução dos óxidos de ferro.

[...] as siderúrgicas têm quatro maneiras de adquirir o carvão vegetal: plantar sua própria floresta; extrair madeira nativa de áreas de manejo autorizadas; usar o coco ou casca de babaçu; utilizar resíduos de serrarias. A forma mais utilizada é a extração ilegal da madeira de áreas nativas, de preservação ambiental, de assentamentos, de terras indígenas. (CASTRO, 2012).

A VALE S.A, segunda maior empresa mineradora do mundo, exerce o poder monopolístico no fornecimento e transporte da produção de minério para o mercado exterior. O controle do escoamento do minério de ferro ocorre da região das jazidas minerais de Parauapebas no Estado do Pará ao terminal portuário de Ponta da Madeira em São Luís, Maranhão, como pode ser observado com base na figura abaixo:

Figura 9 - Cadeia Produtiva Mínero-siderúrgica



Fonte: FIDH (2011, p. 21).

A produção de ferro-gusa de Carajás destina-se, principalmente, ao mercado consumidor dos Estados Unidos que recebe 81% da produção; e em menor medida, tem como destino a União Europeia. A transação comercial de estrita dependência entre o Brasil e o mercado internacional, faz com que a produção guseira seja extremamente sensível às oscilações da economia internacional.

O setor siderúrgico, em Açailândia, tem na produção crescente e na expansão do capital sob o controle da Vale, um vínculo direto com os casos de violação de direitos sociais e ambientais desde o início da política de desenvolvimento voltada para a modernização industrial na região amazônica. A cadeia produtiva de Carajás se desenvolve/desenvolve apoiada em processos degradantes combinados entre si como o desmatamento e queimada ilegal da mata nativa, concentração desenfreada de terras e trabalho escravo.

Tanto o desmatamento para a prática da agropecuária, quanto a devastação da mata nativa com o fito de fornecer carvão vegetal para as guseiras, são ações extremamente agressivas ao meio ambiente e com fortes consequências sobre o modo de vida do homem do campo no tocante aos aspectos sociais e culturais. E, ainda, somando-se a essas práticas, o reflorestamento de amplas áreas com o plantio de eucalipto como alternativa ao desmatamento ilegal e também mediante a pressão dos movimentos sociais, tem sido uma política ambígua porque acarreta sérios danos ao ecossistema e à vida das populações vizinhas.

Em Açailândia, a dinâmica das siderúrgicas afeta consideravelmente a vida das populações urbanas e rurais. As comunidades do bairro de Piquiá³⁹ e do Assentamento Califórnia são emblemáticas nos casos de impactos ambientais, alcançando projeção internacional em virtude das consequências para a saúde e da forma de organização política dessas comunidades para lutar contra as guseiras. Essas duas áreas inseridas contraditoriamente em um modelo industrial em condições adversas a forma de reprodução social particular das comunidades com sua história, cultura e forma de organizar o processo produtivo, diferenciam-se do parâmetro capitalista destrutivo e predatório que degrada o meio-ambiente e não respeita as particularidades regionais.

Embora Piquiá seja um distrito industrial siderúrgico por onde passa muita riqueza, o bairro não dispõe de uma infraestrutura social (hospital, clínicas, laboratórios, postos de atendimento bancário, correio etc.) e políticas públicas adequadas que atendam aos moradores, sendo que estes são obrigados a se deslocarem até ao centro para acessar qualquer tipo de serviço.

O Assentamento Califórnia⁴⁰, cercado pelo monocultivo de eucalipto, representa a prática ofensiva da expansão do agronegócio como modelo de desenvolvimento rural hegemônico em oposição à luta pelo modo de produção do campesinato pautado em práticas agrícolas sustentáveis de preservação do meio ambiente e da produção diversificada de alimentos que chegam à mesa da

³⁹ A palavra Piquiá, é originária de uma árvore nativa da região de Açailândia; tal espécie vegetal era abundante na época que chegaram os primeiros moradores. Mais tarde com o avanço das indústrias, o termo Piquiá sofreu uma transmutação para Pequiá, ou seja, um anagrama das letras originais da palavra Polo PETROQUÍMICO DE AÇAILÂNDIA. Piquiá de Baixo é um dos primeiros bairros de Açailândia, formado nos anos 70. Estima-se que tenha cerca de 1.200 habitantes.

⁴⁰ “Em 1992, trabalhadores sem terra ocuparam a fazenda Califórnia, às margens da BR-010, considerada improdutivo para os padrões brasileiros. Quatro anos mais tarde, os trabalhadores conseguiram o assentamento definitivo de suas famílias na área, para fins de reforma agrária. Hoje, o assentamento possui cerca de 1.300 habitantes”. (FIDH, 2011, p. 11).

população urbana e rural. Convém compreender que existem esforços canalizados à construção desse projeto, porém coexistem relações complexas que impedem a materialização de um modelo produtivo camponês. Certamente que o desenvolvimento do setor minero-siderúrgico é mais um episódio dentre vários que alavancou o processo de reprodução do Capital no município, no âmbito de um desenvolvimento nacional às custas da expropriação de terras, da força de trabalho barata e do saqueamento das riquezas naturais no território açailandense.

Em que pese a produção siderúrgica ainda hoje estar presente no discurso de diversos e amplos segmentos sociais como elemento de modernização regional, ela cumpre um papel distinto, conquanto amplia a pressão sobre a mata primária, caotiza diversos espaços urbanos; reforça segmentos sociais que articulam a sua lógica produtiva à exploração predatória dos recursos naturais, como os madeireiros, ou com grupos sociais para os quais a grande propriedade fundiária é fonte de poder social, como os fazendeiros; amplia as tensões no campo e os conflitos fundiários; e intensifica os esquemas de submissão da força de trabalho à baixa remuneração e a condições de trabalho insalubres. (MONTEIRO, s/d , p.18).

No ano de 2005, instalou-se nas proximidades do assentamento Califórnia um empreendimento de produção de carvão vegetal da Vale, conhecido por Unidade de Produção de Redutor (UPR). Ali foram construídos 66 fornos, cada um destes com uma capacidade de 83 metros cúbicos de carvão, e mais sete fornos de menor porte. Iniciada a atividade da carvoaria, os assentados começaram a sofrer de problemas de saúde devido a fumaça emitida pelos fornos. Tornaram-se recorrentes problemas de visão, pressão, cansaço, gastrite, tosse e problemas respiratórios gerados ou agudizados por conta da massiva quantidade de eucalipto transformado em carvão para as siderúrgicas. (FIDH, 2011).

A relação histórica entre os projetos de desenvolvimento e “[...] a sequência altamente destrutiva dos ciclos na região que passou pelos ciclos das serrarias, dos pastos e gado, do carvão e do eucalipto”; como lembra Carneiro (2008), faz-nos refletir sobre a configuração que o capital assume ao se espacializar em determinada região para acelerar a sua expansão com base no poder político e logístico. Em nome de um suposto progresso sem limites e de uma racionalidade modernizadora quanto à reestruturação do capital e ao reordenamento do território ajustado aos interesses das transnacionais, os lucros são privados enquanto os prejuízos recaem sobre as comunidades urbanas e camponesas. Essa questão acerca da pressão exercida pelos grandes empreendimentos no município no

tocante à exploração do seu potencial econômico e da sua destruição na mesma medida é reforçado pelo relato de Luis Antônio:

*[...] Açailândia se pode dizer é a ponta de lança ou a expressão , a expressão mais evidente, né? do capitalismo a partir dos grandes projetos e aí... com todas as mazelas que isso pode trazer; ou seja, Açailândia é considerada como a **Cidade do Desenvolvimento , Cidade do Progresso;** é essa coisa toda. E tido crescido, desde sua criação ,eh....primeiro com a exploração da madeira, das serrarias , da pecuária e os grandes pecuaristas. Essa foi a primeira grande investida na região. **Depois veio, o quena minha opinião eu considero assim... ainda mais violento como forma de desenvolver: a mineração, nè,?que hoje eh... com toda sua carga traz as consequências ambientais e sociais. Então, hoje Açailândia está como a Cidade do Ferro e uma das cidades do Maranhão com um dos maiores PIB's [...]** mas isso não se traduz de fato na população, nas comunidades, na sociedade. Vai se ver que há uma grande concentração de riqueza, tudo isso com consequências sociais, ambientais, econômicas em função da investida a partir dos grandes projetos, o Projeto Grande Carajás[...]* (Luís Antônio Lima e Silva, Coordenação Estadual do MST, entrevista concedida em 06 de novembro de 2014, grifo nosso)

Os conflitos sociais existentes em Açailândia estão diretamente vinculados às ações da empresa Vale S.A, que, por sua vez, é a grande motivadora do funcionamento das guseiras e das carvoarias ao longo da Estrada de Ferro Carajás. A atividade intensa das siderúrgicas no bairro de Piquiá de Baixo e das carvoarias nas proximidades do Assentamento Califórnia têm sido responsáveis por sérias consequências ao meio-ambiente com profundas implicações na saúde, principalmente, de crianças e idosos devido a negligência das empresas responsáveis por essas atividades. Ao lado dos quintais dos moradores de Piquiá, o despejo de munha fez como vítima o garoto Gilcivaldo Oliveira de Souza que “[...] em busca de alguns pedaços de carvão para esquentar a comida em casa avançou no monte de ‘munha’, o pó incandescente depositado pelos caminhões das siderúrgicas” (FIDH, 2011, p. 48). A munha causou queimadura das pernas até a bacia de Gilcivaldo, levando-o a óbito. A família ajuizou uma ação de danos morais contra a siderúrgica Gusa Nordeste, sendo beneficiada com um salário mínimo durante 58 anos conforme a determinação do juiz de direito, em 27 de junho de 2002, que considerou a Gusa Nordeste responsável pelo óbito.

Piquiá de Baixo situa-se em uma zona de transição demarcada pelas vias rodoviária e ferroviária por onde os moradores presenciam todos os dias o escoamento de mercadorias e matérias primas e o funcionamento diário do polo industrial siderúrgico que acalenta o sonho de muitas pessoas, principalmente do

segmento jovem, de algum dia ter um emprego nas siderurgias. Comparada a uma ilha cercada de siderúrgicas por todos os lados, Piquiá é marcada pela distância não somente geográfica do centro de Açailândia, mas no aspecto social quanto a exclusão que os moradores sofrem por não serem alcançados pelos serviços públicos como indicativo do descaso do poder público municipal. (EVANGELISTA, 2008, p. 85).

Ao andar pelas ruas de Piquiá, a impressão que se tem é da ausência de vida social no bairro. A compreensão a partir da centralidade das guseiras na dinâmica produtiva que atrai operários de diversas municípios do Maranhão e de Estados como Piauí, Ceará, Pará, Tocantins e Goiás colabora para se transformar uma percepção superficial em uma constatação consistente e inerente à cadeia produtiva mineradora como processo responsável de imprimir alterações substanciais na totalidade da vida social.

Em entrevista o Pe. Antônio Soffientioni destacou, para essas transformações, a relevância do empreendimento da duplicação da Estrada de Ferro Carajás como um complicador em grande proporção do aprofundamento de problemas já existentes como a poluição do ar, da água e do solo, em decorrência da intensa atividade guseira. A dinâmica expansionista do Capital pressiona cada vez mais a exploração da natureza e da força de trabalho com todas as implicações econômicas, sociais, políticas e culturais incidentes nas relações estabelecidas entre os indivíduos e o meio ambiente.

Conforme relatos do Pe. Antônio, Piquiá está-se transformando em “*um bairro dormitório*” em razão da prática estratégica do Capital de duplicar o lucro. Cada vez mais, aumenta o fluxo de trabalhadores que vêm de diferentes localidades e se instalam em Piquiá nas casas alugadas pelas empresas. No horário da manhã, o bairro é silencioso até às 5:00h da tarde- sem fluxo de pessoas pelas ruas- mas a partir das 6:00 h – horário que os operários retornam do trabalho- o bairro parece criar vida e ser tomado por uma agitação noturna. Segundo suas observações:

*As pessoas que moravam aqui, saíram daqui e foram morar no Plano da Serra, onde as casas são mais baratas e o aluguel também. Tu pode vender a tua casa em Piquiá ou alugar para as várias empresas siderúrgicas de beneficiamento do minério de ferro . Os caras vêm e te pagam o aluguel; com o aluguel que ele te paga, tu paga o aluguel da casa do Plano da Serra e o resto que te sobra , soma-se com o salário que tu luta pra receber no final do mês. **E há algo mais: as empresas que chegam aqui, significa a circulação de dinheiro e o aumento da especulação imobiliária. A***

circulação de dinheiro provoca o florescer de festas e serestas. Nada contra, mas isso significa mais prostituição, alcoolismo, violência que chega. Tudo isso são impactos... É o sistema (Antônio Soffietini, representante da Rede Justiça nos Trilhos, entrevista concedida em 06 de novembro de 2014, grifo nosso).

Acrescenta Pe. Antônio ainda:

O bairro de Piquiá mudou muito nesses 8 anos. As ruas, agora, estão tranquilas. A vida em Piquiá começa depois das 5:00h da tarde e não é porque faz calor, mas porque os trabalhadores chegam naquela hora. A partir das 6:00h, aí sim...o Piquiá se anima; as praças e os bares à beira da BR 222 ficam cheios. Isso porque, ao longo da semana, as pessoas trabalham e não tem tempo [...].

No ritmo acelerado do processo produtivo das siderúrgicas, os moradores também vão buscando novos redimensionamentos no seu modo de sobrevivência como alternativa para fugirem das péssimas condições às quais estão submetidos. Eles deixam para trás a história de toda uma vida naquele lugar para auferirem uma renda complementar a partir do aluguel das casas cedidas às empresas. As famílias migram para o bairro Plano da Serra onde os aluguéis das casas são mais baratos. Em Açailândia, a especulação imobiliária tem crescido bastante, principalmente com os novos investimentos da VALE S.A, inclusive com a duplicação da via férrea que tem participação financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e insere-se no contexto das obras de infraestrutura priorizadas no Programa de Aceleração do Crescimento-PAC.

A comunidade de Piquiá tem convivido há muito tempo com os impactos sócio-ambientais gerados desde as primeiras siderúrgicas instaladas na década de 1980. À medida que as siderúrgicas foram expandindo-se, os problemas foram-se agravando. Nenhuma importância foi dada às consequências da atividade minero-siderúrgica sobre os efeitos nocivos dos rejeitos industriais despejados no ar (fumaça, finos de carvão, resíduos de ferro) quanto às complicações na saúde das pessoas. A política ambiental foi desconsiderada quando deveria ser instrumento de garantia do pleno equilíbrio entre meio ambiente saudável e cidadão, resguardando e promovendo o direito à saúde das pessoas na perspectiva biopsicossocial.

O estudo e relatório de Impactos Ambientais–EIA/RIMA, importantes instrumentos definidos pela Resolução CONAMA Nº 001/86 para a construção de diagnósticos referentes aos possíveis impactos sócio-ambientais ocasionados por empreendimentos elencados no mencionado dispositivo não foram / são efetivados

com rigor. Por vezes, as restrições ambientais impostas aos grandes projetos sempre foram vistos como “entraves econômicos” para a promoção do desenvolvimento do país.

As modalidades de violação de direitos à saúde, à moradia digna e a um meio ambiente em condições salubres, que permitam o homem viver com qualidade, significam um grande dilema à população de Piquiá, sobretudo quando se refere ao direito à saúde. Várias ocorrências de doenças pulmonares, alergias na pele e nos olhos são constantes na comunidade que convive com a fumaça e a fuligem, sendo esta depositada no interior das casas (Vide figura 10 e 11). Geralmente os moradores cobrem os móveis e utensílios com lonas a fim de reduzir a quantidade de pó de ferro que causa tosse e irritação na garganta. (ALMEIDA, 2012).

Figura 10 - A fumaça das siderúrgicas sobre o bairro do Piquiá



Fonte: Acervo da Justiça nos Trilhos (2014)

Segundo publicação do G1 Maranhão (2014) referente à matéria: “Poluição de siderúrgica provoca problemas de saúde em Açailândia”, uma análise da água realizada pela engenheira de recursos hídricos e ciências ambientais do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos-CDVDH / Açailândia Mariana de La Fuente Gómez, constatou a presença de populações de insetos que sobrevivem ao alto nível de poluição industrial e urbana, o que significa a ausência de macro invertebrados sensíveis à poluição em Açailândia. Ainda, torna-se estarrecedor que

o elevado índice de poluição detectado pela engenheira e sua equipe, conforme publicado por Zonta (2014) no site do Fórum Carajás, tenha causado aborto espontâneo em uma jovem de 26 anos de idade devido à quantidade de enxofre no ar. Essas são apenas algumas, dentre muitas situações do descaso e negação de direitos básicos da população.

Figura 11 - Moradora mostra o pó de ferro no interior da casa



Fonte: Acervo da Justiça nos Trilhos (2014).

Os moradores, representados na Associação de Moradores de Piquiá de Baixo, conseguiram depois de anos de denúncias e mobilizações, ver o projeto de remanejamento das famílias para outra área sair do documento e, aos poucos, tomar corpo com a pressão da comunidade sobre siderúrgicas, Vale e Prefeitura de Açailândia. Por meio da perseverança das manifestações acrescidas às ações judiciais, os moradores de Piquiá conquistaram o terreno para o remanejamento e a elaboração do projeto urbanístico e habitacional do novo bairro.

O Pe. Antônio acrescenta:

Eu considero Piquiá de Baixo como uma vitória, uma vitória grande; temos 312 famílias que vão morar em casas dignas; são 312 famílias eh... que mostraram a força que elas têm e a capacidade de mostrar o perigo desse tipo de desenvolvimento; assim, de mostrar para onde

leva um tipo de desenvolvimento assim. Então, é uma vitória do povo que sabe aquilo que quer e luta para conquistar aquilo que quer e que tem direito; [...] a organização da comunidade de Piquiá de Baixo, do João do Vale, do Francisco Romão que se colocaram contra a VALE [paralisação das obras da duplicação da Estrada de Ferro Carajás], significa que o povo têm força e que ainda há possibilidades de bloquear um sistema de desenvolvimento assim, pelo menos de mitigar os seus efeitos (Antônio Soffietini, representante da Rede Justiça nos Trilhos, entrevista concedida em 06 de novembro de 2014, grifo nosso).

Quanto à relação do Poder Público municipal com as comunidades que são afetadas pelos impactos ocasionados pelas siderúrgicas e o agronegócio na região, depreende-se, a partir dos relatos, que o diálogo daquele com as comunidades e movimentos sociais é bastante difícil. A atual gestão administrativa se mostra omissa aos problemas que ocorrem no município.

O relato de Fabrícia, Secretária Executiva do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán-CDVDH/CB, explicita:

O poder público local é completamente eh...não sei se a palavra certa é omissão, mas enfim, a relação do poder público lida da questão pública de forma isolada, pouco se articula com os Movimentos Sociais e de certa forma apoia tudo que ocorre com os projetos de desenvolvimento, embora não seja de forma direta. É um poder público, completamente desarticulado de tudo isso. Não há processo de capacitação de organização da comunidade em relação às entidades que trabalham com o poder público. A última gestão é a pior dos últimos 20 anos que é completamente autoritária e fechada ao diálogo, não participa. As políticas públicas são precárias, não conseguem atender nem o básico (Fabrícia Carvalho da Silva, entrevista concedida em 07 de novembro de 2014, grifo nosso).

Ainda sobre essa questão, o Pe. Antônio reafirma:

Quem manda em Açailândia e no Maranhão é o capital. O Estado, governo federal, oh... governo municipal fazem aquilo que o capital diz, além daquilo que é do interesse de quem está governando no momento, sobretudo no nível municipal[...]O diálogo é zero; há uma relação bastante conflituosa [...] (Antônio Soffietini, representante da Rede Justiça nos Trilhos, entrevista concedida em 06 de novembro de 2014).

Piquiá de Baixo e o Assentamento Califórnia não são casos isolados de violação de direitos humanos em Açailândia, uma vez que, neste município, a complexidade da cadeia produtiva mineradora reatualiza a forma predatória e excludente do Capital de obter lucro crescente.

A mais nova investida da Vale S.A na região dos Carajás é a duplicação da Estrada de Ferro Carajás e na região de Serra Sul dos Carajás⁴¹ (Projeto Ferro

⁴¹ A estimativa de exploração da nova jazida é de cerca de 10 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor.

Carajás S11D da Vale S.A) com a abertura de novas jazidas minerais. Segundo Merlino (2011, p. 10), “[...] o projeto aumentará a capacidade de produção de minério dos atuais 100 milhões de toneladas ao ano, em 2010 para 230 milhões, em 2015”. São 27 municípios e mais de 100 povoados atravessados pela linha férrea e que tem seus territórios impactados a exemplo das comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhos e camponeses afetados pela grande obra de duplicação privada de lucros, compartilhando apenas dos prejuízos sócio-ambientais.

Hoje, principalmente, as comunidades camponesas são vitimizadas pela prática destrutiva do grande Capital que não respeita a forma de organização social e produtiva e a cultura desses homens e mulheres quanto modos de reproduzir a vida objetiva e subjetiva calcada na relação indissolúvel entre trabalho, terra e família, elementos essenciais da reprodução camponesa. Especialmente, o Assentamento João de Vale, referência empírica deste trabalho, insere-se no contexto da dinâmica produtiva dos grandes empreendimentos e, portanto, do modelo de desenvolvimento econômico configurado no modelo mínero-siderúrgico e o agronegócio responsáveis diretos pela concentração de terra e renda e pelo fortalecimento de uma estrutura fundiária conservadora.

Ressalte-se que o processo de licenciamento da duplicação caracteriza-se propositalmente como fragmentada, sinalizando um empreendimento de baixo impacto e não exigindo estudos prévios e relatório de impactos na área. Acontece que isso se trata de uma estratégia da empresa mineradora para burlar a legislação e evitar debates com as comunidades. A empresa faz a solicitação do licenciamento ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA como se fossem vários empreendimentos, sendo que todos estão integrados compondo um mega empreendimento para aumentar a capacidade exportadora de minério de ferro e soja.

Desde 2012, está em andamento uma ação civil pública para a suspensão das obras de duplicação no município de Açailândia. Representantes da Justiça nos Trilhos (JnT), da Sociedade dos Direitos Humanos, da Igreja Católica, MST e outros movimentos sociais tem se mobilizado contra a obra, buscando sempre dar visibilidade às consequências negativas das ações da VALE sobre às comunidades nos espaços de debate. Segundo Dantas (2014), assessor jurídico da JnT, em entrevista à TV Assembleia, a decisão judicial de suspender as atividades no canteiro de obra se deu em virtude dos impactos sobre as comunidades somadas

a uma série de irregularidades que contribuíram para a decisão favorável, tais como ausência de consulta prévia às comunidades e licenciamento fracionado. No caso de descumprimento no canteiro de obra, a empresa seria penalizada com multa de 50 mil reais por dia.

A decisão judicial deferida pelo juiz Ricardo Felipe Rodrigues Macieira, da 8ª. Vara Federal, no dia 26 de junho de 2012, deixou claro que

A regulamentação existente (Resolução CONAMA 349/2004) não contempla como empreendimento ferroviário de pequeno impacto ambiental aqueles **que impliquem em remoção de população e intervenção em espaços especialmente protegidos** (áreas de preservação permanente e unidades de conservação), a presença dessas circunstâncias afasta qualquer possibilidade de escolha do modelo de licenciamento com base em juízos de discricionariedade. (BRASIL apud ALMEIDA, 2012, p. 96, grifo nosso).

Porém, segundo Guimarães (2012), no dia 14 de setembro de 2012, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª região, em Brasília, o desembargador Mário César Ribeiro revogou a decisão liminar do juiz Ricardo Felipe de São Luís (MA). No seu entendimento, a permanência da paralisação da obra seria mais prejudicial ao meio ambiente e à coletividade que o prosseguimento da mesma. Parece-me bastante contraditória essa decisão que só reforça o posicionamento de supremacia dos interesses da empresa mineradora sobre as comunidades que sofrem com o ônus dos prejuízos.

O Assentamento João do Vale expressa nesse cenário marcado pelas contradições do Projeto Grande Carajás, a resistência camponesa diante da estratégia da empresa mineradora para duplicar lucros e garantir-se no mercado competitivo que será assunto do 3º capítulo. Essa comunidade é mais uma dentre as várias que têm sua realidade impactada negativamente pelos projetos de desenvolvimento e que precisam lançar mão de sua forma de luta e de mobilização para pressionar uma negociação que se materialize no atendimento de suas demandas junto aos agentes de desenvolvimento econômico (empresa e poder público).

4 O ASSENTAMENTO JOÃO DO VALE⁴² PARA ALÉM DOS TRILHOS: a longa trilha da resistência camponesa

A bandeira vermelha se moveu / É um povo tomando posição
 Deixe o medo de tudo pra depois / Puxe a faca, desarme sua mão
 Fique muito tranquilo pra lutar / Desamarre a linha da invasão
 A reforma está vindo devagar/ Desembocar no rio da razão
 Disparada de vacas e de bois / É o povo tomando posição
 É o povo tomando direção

Zé Ramalho

O capítulo 3 consiste na reconstrução histórica do processo de luta dos lavradores desde a ocupação e acampamento em uma porção da Amazônia maranhense até a concretude do assentamento João do Vale. A trajetória desses camponeses e camponesas é inscrita na ampla luta política organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST por uma reforma agrária popular que visa um modelo de desenvolvimento rural sustentável que garanta democraticamente não somente o acesso à terra, mas uma produção de alimentos saudáveis e uma vida digna para a sociedade. A inserção do Assentamento João do Vale no curso do confronto entre agronegócio aliado ao setor minero-siderúrgico e o campesinato suscita conflitos agrários que estão vinculados aos impactos sócio-ambientais causados por um modelo de desenvolvimento de orientação neoliberal. Os limites e desafios postos aos assentados, quanto ao desenvolvimento sustentável da unidade familiar e da organização e fortalecimento político são parte da dinâmica interna incrustada na totalidade complexa dos processos socioeconômicos, políticos e culturais determinantes da dinâmica social. O PDS João do Vale é espaço social e político em construção cujas formas de resistência se expressam no modo camponês de viver suas relações sociais e de trabalho sob uma concepção de mundo em que a luta pela vida sobrepõe-se à lógica de supervalorização do, Capital.

⁴² O nome do Assentamento foi escolhido desde o período de acampamento das famílias. Nessa ocasião foi realizada uma votação a partir dos três nomes que haviam sido sugeridos, ganhando maior margem de votos: o nome do João do Vale. O Assentamento ficou conhecido por Projeto de Desenvolvimento Sustentável João do Vale para homenagear o cantor, músico e compositor maranhense João do Vale-natural do município Pedreira. Tem como composições de sua autoria, músicas como Pisa na fulô, Peba na Pimenta, Carcará, Na asa do vento, Minha história, além de outras musicas que o consagraram como um talento da música regional.

4.1 Lutas camponesas no Maranhão⁴³

Os conflitos agrários no Maranhão estão caracterizados pelo uso abusivo da força e pelas relações de dominação representadas na imposição socioeconômica, política, ideológica e cultural de grupos econômicos e políticos sobre os setores subalternos do campo. O Estado carrega desde o período colonial uma herança de concentração de terras e, portanto, de distribuição desigual de recursos naturais que garantam a subsistência das famílias camponesas. No processo de construção e reconstrução da história do Maranhão, no tocante à trama dos conflitos por terra em razão da exploração da força de trabalho, expulsão de camponeses, expropriação e degradação ambiental, torna-se inevitável não destacar a presença de oligarquias que se perpetuaram e se reatualizaram por meio de estratégias políticas e alianças com a elite urbana e empresarial, assim fortalecendo a tradicional estrutura de um estado pautado em relações patrimonialistas, clientelistas e coloniais.

Esses elementos, por mais distantes que pareçam na Contemporaneidade, sempre coexistiram nas práticas de mandonismo que predominaram por mais de quarenta anos no Maranhão por meio da oligarquia Sarney, denominada assim por alguns estudiosos e historiadores, que tiveram um significado peculiar para a classe trabalhadora rural que, porém, aprendeu com suas experiências de luta a recriar as estratégias de resistência frente não somente ao latifúndio, mas ao padrão capitalista de produção excludente. Estudar a resistência camponesa e dos trabalhadores rurais no Maranhão consiste em entender este estado como local onde os movimentos sociais têm muita dificuldade para promoverem uma articulação capaz de contrapor o padrão de dominação em que a oligarquia resiste há muito tempo. (ARAÚJO, 2010, p. 179).

A partir da metade de 1950 e com maior intensidade nos anos de 1960, uma política inspirada no discurso desenvolvimentista e de modernidade do modelo de produção industrial ampliou as expectativas dos governos para solucionar as distorções econômicas e sociais causadoras dos desníveis regionais e de modo particular, os problemas do campo para aliviar as tensões sociais. As políticas econômicas de cunho desenvolvimentista expressaram ações arbitrárias e injustas

⁴³ O Maranhão compreende uma área de 331.936,948 Km² onde vive uma população estimada em 2015 de 6.904. 241 habitantes distribuída em 217 municípios (IBGE, 2015).

direcionadas ao modo de organização e reprodução do campesinato, que respondeu com suas diversas formas de luta pela terra tanto no Brasil como no Maranhão. Pensar as lutas sociais no Maranhão é buscar compreender a complexa realidade agrária determinante no movimento de organização e reorganização dos movimentos sociais e sindicais no campo, num contexto de luta pela apropriação e uso do espaço e de ruptura com as relações de poder vigente. Reiterando com essa ideia, Miranda (2003, p. 18) diz:

A luta pela terra é um processo que assume diferentes formas e significados. Situado dentro de um contexto de luta pelo espaço e de luta pela ruptura de poder, a conquista do espaço está ligada à afirmação de uma identidade social e à aquisição da cidadania. Dessa forma, na luta pela terra, está contida a força de representar a busca pela certeza da sobrevivência e a produção de valores de uso compatíveis com os padrões próprios da vida rural.

Os processos de mobilização e organização de grupos sociais subalternos do mundo rural está circunscrito desde a formação socioeconômica do Brasil com o registro de inúmeros levantes contra a centralidade política e econômica das elites portuguesas, sobretudo nos séculos XVIII e XIX. Embora muitos dos movimentos sociais de épocas passadas não tivessem um projeto político sistematizado e estruturado em torno de propostas para um novo modelo de sociedade, eram movimentos que desejavam mudanças sociais e portanto com características políticas, por mais que a historiografia oficial tentasse dizer o contrário.

No decorrer das transformações econômicas, sociais e políticas as contradições no âmbito do sistema produtivo capitalista fizeram emergir novas formas organizativas de caráter político forjadas pelos sujeitos coletivos para a materialização das suas demandas no campo.

No Brasil, a partir da década de 1950 e até os dias atuais, o campo foi passando por transformações profundas quanto às relações sociais e de trabalho que foram se conformando às orientações de reordenamento territorial e de políticas econômicas sob à lógica industrializante, aprofundando a questão agrária e assim acirrando as disputas pelo território protagonizadas pelos diversos segmentos sociais do campo. O período entre 1950 e 1960 demarcou o começo de ações coletivas de luta pela terra, com a realização de conferências nacionais e a articulação de sindicatos e associações vinculadas à União dos Lavradores e

Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB. Isso é ratificado em:

A partir das décadas de 50 e 60, a luta pela terra começa a ultrapassar os limites de ações localizadas para empreender articulações regionais e de alcance nacional, através das organizações dos trabalhadores como: a I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizada simultaneamente em São Paulo, Parnaíba e Ceará em 1953 e a II Conferência (1954), com a participação de 308 representantes de dezesseis Estados e que terminou por decidir pela criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB. Dentre os objetivos, a II Conferência propunha unificar as associações já existentes e organizar novas associações ou sindicatos. A conferência aprovou, também, uma carta de direitos e reivindicações, em que se exigiam a reforma agrária, previdência e seguro social, além das reivindicações específicas de trabalhadores, posseiros e pequenos arrendatários. (MIRANDA, 2003, p. 26).

Foi a partir da década de 1950 que as Ligas Camponesas e os sindicatos em vários Estados tornaram-se importantes formas de organização e manifestação do desejo político de lutar contra as relações de opressão representadas pelos grandes proprietários de terra, passando a exigir do estado uma política de reforma agrária e uma ação enérgica contra as expulsões e os crimes no campo. As Ligas Camponesas foram uma forte expressão da luta pela terra e de confronto ao latifúndio, que contou com o apoio de militantes do Partido Comunista Brasileiro - PCB.

No mesmo ano mencionado acima, os trabalhadores rurais maranhenses iniciaram sua luta com mobilizações em torno de uma Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Em São Luís foi criada uma comissão estadual de reforma agrária que seguia os princípios da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (1954) e que defendia a implementação de uma reforma agrária. A comissão percorreu o interior do Estado, principalmente os vales dos rios Itapecuru e Mearim que também formaram suas próprias comissões. (MIRANDA, 2003, p. 106). Estas comissões realizaram várias assembleias e reuniões nos municípios de Caxias, Coroatá, Codó, além de outros lugares na região do vale do Itapecuru.

A atuação da comissão maranhense contribuiu para o incentivo à fundação de associações profissionais “[...] em que se uniam os arrendatários, os meeiros, os parceiros, os foreiros, os posseiros e os pequenos proprietários”. (MIRANDA, 2003, p. 106). Com a expansão das associações foi criada, a nível estadual, a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão – ATAM a partir da Conferência Estadual para Estudos de Reforma Agrária. A ATAM teve um papel

importante no que se refere à organização e mobilização do campesinato assim como na constituição do sindicalismo rural maranhense. Daí Lobo (apud MIRANDA, 2003, p. 115) destaca que a:

[...] ATAM teve, inegavelmente, o valor de começar a despertar os lavradores para a necessidade de sua organização. Foi o primeiro grupo a levantar a bandeira de sua libertação neste Estado e que teve real repercussão. Representou assim, uma etapa importante na organização dos lavradores e na mobilização da opinião pública para os graves problemas rurais.

As mobilizações dos camponeses e dos trabalhadores rurais eram motivadas pela expulsão dos posseiros e pela invasão das roças por parte do gado dos latifundiários que destruía todo o trabalho de desbravamento da mata realizado pelas famílias camponesas. Como não havia cercas, a área era invadida pela pastagem e pelo gado avulso. Outra razão que convergia para os conflitos no campo era a regulamentação do preço do aforamento imposto pelos latifundiários que se prevaleciam do crescimento da demanda por terras em virtude do fluxo migratório de nordestinos em ocasião da seca. E isso possibilitava aos latifundiários cobrarem um preço alto pelo foro⁴⁴.

Muitos trabalhadores rurais, fugindo da seca ou expulsos do vale do Itapecuru, se deslocavam para “terras libertas” onde não precisariam pagar o foro, porém chegando em regiões como do vale do Pindaré ou do Mearim se deparavam com posseiros, trabalhadores rurais e indígenas (Krikati, os Pukobiê, Guajajaras, Kaapor e os Awá) em disputa pela posse da terra com os grileiros e grandes proprietários. Além disso, os camponeses eram obrigados a vender seus produtos, exclusivamente para o latifundiário. (MIRANDA, 2003, p. 108). Nessas regiões, os conflitos intensos motivaram a criação das associações para reivindicar uma solução para esse impasse por meio da reforma agrária.

Em 1964, como o início do regime militar, as Ligas Camponesas e os diversos sindicatos rurais foram rechaçados. Os governos autoritários buscaram tanto por meio jurídico-institucional quanto com a utilização da violência física e psicológica silenciar as milhares de vozes do campo que empunhavam a bandeira da reforma agrária. No Maranhão, os atos de violência, impunidade e intensificação da grilagem foram institucionalizadas às custas da humilhação e negação dos

⁴⁴ O foro consiste em uma quantia de dinheiro paga ao proprietário de terra pela utilização da mesma pelo camponês para subsistência da família.

camponeses reproduzirem a vida no seu território.

A ação repressiva dos militares sobre os sindicatos rurais pode ter inibido a atuação política em determinado momento, porém não tirou a força desse segmento de lutar por seus interesses em uma perspectiva emancipatória, uma vez que resistiram na clandestinidade. As dificuldades de organização em um país, cujas liberdades eram cerceadas, forjaram também a capacidade de articulação entre os setores populares e de redimensionamento das práticas sociais diante do avanço do capital no campo.

O processo de luta camponesa maranhense se fez imerso em um contexto de violência que ceifou muitas vidas de lideranças sindicais do campo e de famílias camponesas inteiras. A problemática agrária do Estado ganhou o mundo com a conhecida liderança camponesa da região do Pindaré-Mirim, Manuel da Conceição⁴⁵, por meio de seus depoimentos publicados no livro de memórias *Essa Terra é Nosso* (1980) e *Chão de minha utopia* (2010). Nestas obras são relatadas as prisões arbitrárias, torturas e chacinas de posseiros, revelando a crueldade extrema da questão fundiária no Maranhão.

O líder camponês nos descreve o episódio de sua vida quando se mudou da comunidade de Pedra Grande⁴⁶, em Pirapemas, para a região do Mearim, município de Bacabal, onde ocupou terras devolutas e criou uma associação rural de agricultores. Após três anos, em 1957, um suposto criador de gado chamado Manacé Castro se apresentou na localidade exigindo que as famílias se retirassem porque iria cercar a área que era de sua propriedade. Como as famílias resistiram, o grileiro Manacé levou vinte jagunços para executar a sua pretensão de retirá-las de qualquer forma. A descrição de Manuel da Conceição das cenas que viveu e

⁴⁵ A família [de Manoel da Conceição] habitava na região de Vargem Grande (MA), chamada de desemboque do Rio Parnaíba, entre o Piauí e o Maranhão. Depois, mudou-se para Pedra Grande, na beira do rio Itapecuru. Havia ali um proprietário de terras, o “capitão” Luís Soares, considerado o “pai dos pobres”. Este homem sugeriu que seu pai incluísse a terra que havia recebido de herança – uma gleba de 2 hectares, onde cultivava árvores frutíferas e produzia arroz, milho, mandioca e feijão – como sendo dele, sob o argumento de que assim o camponês estaria livre dos impostos. Ele disse: “Eu medi tuas terras, legalizei como se fossem minhas, fiz usucapião. Mas acontece o seguinte: isso é uma questão formal, as terras continuam sendo tuas”. Seu Antônio, o pai de Manoel, pensava: “Que patrão bom! Legalizou as terras pra mim!” [...] Seu Antônio acreditou nisso. Depois da morte do fazendeiro, no entanto, a viúva começou a cobrar as rendas da terra em que a família morava. Como ela se recusou a pagar, vieram centenas de jagunços e policiais para tratar da expulsão. Até a morte do patrão, em 1953, a família de Manoel achava que aquele “acordo” tinha sido feito apenas com eles. Não, o mesmo fato tinha se sucedido com centenas de famílias da região do cerrado maranhense. (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 115; 117).

⁴⁶ Hoje município do Maranhão.

presenciou são estarrecedoras e nos mostra a ação criminosa como forte característica do poder do latifúndio.

A casa era um salão grande de um morador, da família Mesquita. Eles eram evangélicos da Igreja Batista. Aí entrou um dos jagunços e matou, sem troca de conversa, cinco pessoas, a bala e punhaladas nos rapazes e em uma senhora de mais de 75 anos, que gritava na sala: “ Não mate meus filhos!” Só que já havia três rapazes mortos no chão. Deram um tapão na cabeça dela, jogaram a mulher no chão e cravaram nas costas o punhal. Ela ficou rodando no chão, esvaindo-se em sangue. Uma criança de uns três anos, vendo os mortos no chão, corria gritando:” Papai, papai...” um dos jagunços pegou essa criança e deu uma estucada numa parede de taipa que a cabeça lascou, os miolos se espatifaram no salão. Eu escapei porque tentei furar o cerco para matar ou morrer, mas ainda levei um tiro na perna direita. Não quebrou porque passou cortando a carne. Caí num manguezal, já estava escurecendo, e eles não me vendo mais foram embora. Voltei para a casa onde tinha ocorrido a chacina e estavam lá as famílias do resto da vizinhança chorando. Nessa época, eu era da Assembleia de Deus, era professor de escola dominical para a juventude e trabalhava na minha comunidade. (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 129).

Durante a ditadura militar, a repressão política intimidou o processo de organização política do movimento sindical no campo. O movimento sindical da época, tanto da cidade quanto do campo, vivia sob o controle do Estado; o que prevalecia era um sindicalismo oficial e pelego, enquanto os partidos de esquerda eram considerados ilegais já que representavam uma ameaça à ordem e segurança do país por professarem ideias comunistas, segundo o governo militar. No Maranhão, os trabalhadores rurais só conseguiram criar a federação estadual – FETAEMA em 1972 como indica Araújo (2010, p. 180):

A repressão do regime militar sobre o movimento sindical intimidou o processo de organização política dos segmentos sociais que viviam no campo. Somente em 1972 os trabalhadores rurais criaram a federação estadual, a FETAEMA – 11 anos depois da CONTAG -, com a participação de oito dos 12 sindicatos dos trabalhadores rurais existentes à época. Em 1975 sob a influência da Teologia da Libertação, foi criada a Comissão Pastoral da Terra – CPT, uma reação da igreja católica à ditadura militar que se transformou em importante aliada dos movimentos sindicais atuantes do campo.

A realidade socioeconômica e política maranhense expressou uma situação repleta de dificuldades e problemas sociais com agravamento da pobreza e da violência no campo e na cidade. A violação de direitos humanos e sociais somada às questões ambientais, tornou-se cada vez mais grave. Diante da complexidade desse quadro desolador, outras organizações e entidades também

foram surgindo. No ano de 1979 foi criada a organização não-governamental Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos – SMDDH⁴⁷, constituindo-se em um espaço político de debate e denúncia acerca da violência; inicialmente sua atuação se restringia a grande São Luís, prestando assessoria jurídica às famílias; mas, em 1980, passou a estabelecer relações com sindicatos dos trabalhadores rurais, movimentos sociais e assentamentos, acompanhando o processo de desapropriação de áreas rurais sobretudo na região do Baixo Parnaíba, especialmente em Araisos e Magalhães de Almeida. (ARAÚJO, 2010, p. 180-181).

Outra organização criada foi o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU, em 1984, que inicialmente se voltou para a formação sindical de trabalhadores rurais na região tocantina e no Sul do estado. No mesmo ano, ocorreu a fundação da Central Única dos Trabalhadores do Maranhão – CUT/MA, no município Caxias, uma entidade política representativa da classe trabalhadora sob a concepção do novo sindicalismo com característica mais rural que urbana no referente à CUT – Brasil, que foi constituída no calor do movimento grevista dos operários da indústria automobilística na região do ABC paulista.

A década de 1980 foi o marco da retomada do processo de redemocratização do país com uma efervescência política sinalizada pela emergência de novos movimentos sociais requerendo visibilidade e participação ativa nas decisões políticas do país. Vários movimentos sociais, a exemplo do movimento de mulheres, de negros e indígenas, ecológicos, por moradia, dentre outros, passaram a lutar pelo direito à cidadania, acesso a bens e serviços públicos e pelo respeito ao direito de viver sua diversidade cultural com dignidade. No campo, as lutas pela terra e reforma agrária vão ser retomadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento social de abrangência nacional, com uma nova forma organizativa dos camponeses e estratégias de resistência construídas e reconstruídas no contexto das correlações de força daquele período histórico. Dessa forma, o MST emergiu e se consolidou no principal movimento social e político de luta pela terra, configurando-se na mais forte expressão da luta de classes pela mudança da estrutura agrária e, portanto, uma busca pela alteração das relações de poder na sociedade.

⁴⁷ Atualmente denominada Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH.

O processo de constituição do MST no Maranhão ocorreu em meados da década de 1980 a partir da articulação de lideranças camponesas, a exemplo de Manuel da Conceição, presentes no primeiro Congresso do MST realizado no Paraná em 1985. (FERNANDES, 2000). Todo o esforço para construir o MST teve início no oeste maranhense com um trabalho de mobilização e formação sindical realizada pelo CENTRU e oposições sindicais nos municípios de Imperatriz e Santa Luzia. Na referida região formou-se, no final da década de 1960, um grande grilo denominado por Fazenda Pindaré “[...] cujos limites, conforme as diferentes declarações de propriedades cadastradas no INCRA variavam de 125.000 até 3.518.320 ha”. (FERNANDES, 2010, p. 121). O grilo Pindaré, como ficou mais conhecido, teve a extensa área dividida e apropriada por grileiros representados nas grandes empresas como SHARP, SANBRA, VARIG, CACIQUE, MESBLA e PÃO DE AÇÚCAR. Essa área tornou-se palco de sangrentos conflitos com projeção nacional e internacional devido aos casos de chacina de posseiros que viviam ali há muitas décadas.

Os intensos conflitos agrários envolvendo grileiros, posseiros, grandes proprietários de terra com culminância de inúmeros assassinatos, sobretudo na região oeste do Estado desde 1960 e a ação criminosa de pistoleiros e da polícia foram determinantes para a retomada da luta pela terra e pela aplicação da reforma agrária pelo MST. Além disso, havia os projetos agropecuários e de extração de madeira financiados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia–SUDAM que agiam da mesma forma, expulsando os posseiros que eram obrigados a migrarem para a periferia de Imperatriz ou cidades vizinhas. (MORISSAWA, 2001, p. 189).

É importante destacar que, no primeiro momento, a retomada da luta foi efetivada por meio da formação de oposições sindicais, em contraposição ao peleguismo dos sindicatos da época, nas regiões de Imperatriz, Amarante, João Lisboa, Santa Luzia, Estreito, São Raimundo das Mangabeiras, Loreto além de outros. (MIRANDA, 2003). Tanto as oposições sindicais quanto o CENTRU desenvolveram um trabalho importante em relação a mobilizações e debates junto aos trabalhadores sobre a questão agrária.

Mediante às constantes ameaças e mortes de trabalhadores por pistoleiros, a classe trabalhadora rural definiu a ocupação de terras como a principal estratégia coletiva para pressionar a reforma agrária. No ano de 1985, a primeira

ação do MST maranhense consistiu no apoio ao CENTRU na primeira ocupação de terra do estado efetivada na Fazenda Capoema, com quinhentas e trinta e sete famílias, no município de Santa Luzia. No ano de 1986, os conflitos pela terra se acirraram com o assassinato em Imperatriz do padre Josimo Moraes Tavares, coordenador da CPT na região do Bico do Papagaio. No mesmo ano, cento e cinquenta latifundiários se reuniram para fundar a União Democrática Ruralista – UDR, um partido político criado fundamentalmente para inviabilizar/difícultar a aplicação da reforma agrária pressionando na elaboração do texto constitucional. (FERNANDES, 2000, p. 122). Mesmo com a articulação dos grandes proprietários para deter a luta pela terra, no ano de 1987, em Imperatriz duzentas e cinquenta famílias ocuparam a Fazenda Itabira de propriedade do Grupo SHARP. Tal imóvel rural ficou conhecido como “Fazenda Criminosa” por causa das mortes de posseiros que resistiram “à limpeza da área”. Essa ocupação foi organizada conjuntamente pelo CENTRU e o MST, e contou com a contribuição da oposição sindical. Nessa época havia um trabalho conjunto entre MST e CENTRU na organização das famílias, das ocupações e das mobilizações para libertar trabalhadores presos e torturados. Contudo, nesse contexto, também surgiram divergências políticas e estratégicas entre o MST e o CENTRU que são examinadas em Fernandes (2000, p. 122):

O CENTRU é uma entidade de apoio à luta dos trabalhadores e ocupava-se da formação política e organização da oposição sindical. O MST não é uma organização de apoio à luta, sempre se constituiu como uma organização dos sem – terra, portanto, o Movimento é a organização que faz a luta [...].

Ainda o mesmo autor explicita:

Em 1988, o CENTRU tinha como objetivo investir primeiro nas eleições municipais e, portanto, naquele momento as ocupações não eram sua prioridade. O MST tinha como objetivo o trabalho de base na formação de grupos de famílias para a realização de ocupações. De forma que o processo eleitoral fosse discutido no desenvolvimento da organização dos trabalhadores [...]. (FERNANDES, 2000, p. 123).

Sem apoio da CENTRU e da oposição sindical, o MST organizou duas ocupações em 1988: uma na Fazenda Gameleira, com cento e quarenta e quatro famílias em Imperatriz; e a outra na Fazenda Terra Bela, em Buriticupu, com inicialmente vinte sete famílias que depois atraíram outras, chegando a somar

duzentas. Em 1989, o MST expandiu-se para o norte, ocupando com quinhentas famílias a Fazenda Diamante Negro, em Vitória do Mearim. Nesse mesmo ano houve duas ocupações no oeste maranhense: uma em Imperatriz com duzentas famílias, na Fazenda Jussara, e Estreito, em que setenta famílias ocuparam a Fazenda Serafim. No transcorrer dessas ocupações houve despejos e confrontos com os pistoleiros; a situação só seria resolvida definitivamente com as desapropriações pelo INCRA como fruto da resistência das famílias e da pressão que estas exerceram perante a autarquia federal.

Essas ocupações marcaram a autonomia política e organizativa e a consolidação do MST no Maranhão, que se territorializou sucessivamente para vários outros municípios com um número crescente de trabalhadores rurais na luta coletiva pela reforma agrária. No final da década de 1980 e início de 1990, o MST organizou várias ocupações bem sucedidas que, por meio de desapropriações, se materializaram em assentamentos. Porém, o Movimento sofreu retrocessos com a eleição de Fernando Collor e posteriormente com Fernando Henrique Cardoso, que criminalizou os movimentos sociais do campo. Porém, as ações do Governo para rechaçar a luta pela terra não intimidaram o MST que além da prática da ocupação de terras passou a combinar outras formas de luta para o fortalecimento de suas bandeiras de luta, como ocupações de prédios públicos, manifestações frente ao INCRA ou outras instituições do estado (e até mesmo diante de empresas dos setores do agronegócio e minerador), caminhadas e marchas.

As ações empreendidas pelos sem terra constatarem o sentido político de suas lutas pelo direito à vida, em que o trabalho da família num pedaço de terra é primordial para sua reprodução social e econômica. O Movimento expressa para os diferentes segmentos da sociedade, por meio de suas caminhadas e marchas, que símbolos como a bandeira vermelha, o boné, as músicas explicitadas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais compõem uma continuidade da luta e da resistência construída ao longo da história das lutas camponesas, expressando o significado de lutar pela terra e pelo direito de nela permanecer.

O MST, ao longo de sua experiência de mais de trinta anos de lutas e resistências, cria e recria formas de luta e incorpora novas dimensões à resistência meio a dinâmica da vida social na sua complexidade. Os desafios são inerentes à luta permanente do MST que não cessam com a criação dos assentamentos, mas que se fortalece continuamente no cotidiano das lutas com a conquista de novos

territórios e políticas públicas que garantam melhores condições de vida.

A prática de ocupação de terras é um ato de ruptura com um sistema que exclui os camponeses, impedindo-os de garantirem sua subsistência e de estabelecerem seus laços de identidade no território; também marca um dos momentos importantes de enfrentamento ao latifúndio e de desapropriação deste por não cumprir a função social da terra. Quanto ao acampamento, constitui-se em espaço de luta e resistência; é a expressão concreta da ocupação que se cristaliza no assentamento de reforma agrária como conquista e possibilidade de convivência humana e modo de produzir alimentos sob valores diversos dos interesses do capital.

Nesse sentido, o Assentamento João do Vale teve e tem no MST uma organização social e política canalizadora dos interesses dos camponeses e da classe trabalhadora nas relações de negociação com o estado e suas instituições para o atendimento de suas demandas. Esse assentamento apresenta-se como desafio na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, na contracorrente do agronegócio e das investidas do setor minerador em Açailândia.

4.2 Trilhando na história do assentamento João do Vale

O PDS João do Vale localiza-se na antiga Fazenda Conquista II que esteve sob a posse do Sr. Jugurta Alves Ferreira Filho. O referido imóvel possui uma área de 1.211, 2003 ha (hum mil, duzentos e onze hectares, vinte ares, três centiares) e fica a 60 km da sede do município de Açailândia (vide figura 12) cujo trajeto para alcançá-lo ocorre no sentido do município de Bom Jesus das Selvas pela BR 222, até altura do km 29, adentrando 31 km à margem esquerda por estrada não cascalhada.

Figura 12 – Mapa de localização geográfica do Assentamento João do Vale – Açaílândia/MA



Fonte: Sodré (2015).

Atualmente, no PDS João do Vale vivem 80 famílias; estas podem ser divididas em três grupos conforme a sua situação mediante o INCRA: quarenta famílias são cadastradas e assentadas (beneficiárias da política de reforma agrária); vinte seis famílias são cadastradas, mas não assentadas⁴⁸ e, por fim, quatorze famílias agregadas⁴⁹ constituídas por filhos ou parentes dos assentados. Ao grupo de agregados foi concedida a permissão para estes construírem suas casas no espaço que se conhece como “área de crescimento⁵⁰”, conforme deliberação tomada em assembleia pelas famílias assentadas.

Muitos desses assentados são oriundos do próprio município Açaílândia, com sua origem vinculada à vida no campo e com experiência na atividade agrícola; há alguns casos em que se verificou assentados que antes do acampamento viviam no centro da cidade, porém isso não significa que sejam cidadãos de origem, pois há

⁴⁸ Aguardam no momento a desapropriação da Fazenda Pe. Cícero para que sejam juridicamente consideradas assentadas.

⁴⁹ Entende – se por famílias agregadas aquelas que moram em um determinado assentamento, mesmo não possuindo registro formal no INCRA. Normalmente, trata - se de familiares de assentados que constituíram família.

⁵⁰ Termo utilizado pelos assentados para nomear o pedaço de terra que não foi contabilizado nos lotes.

uma situação conjuntural que as impeliram a sair do campo e morar na cidade. Ressalte-se que o movimento migratório trouxe para a região de Açailândia pessoas de outros municípios do Maranhão como Itinga do Maranhão, Coroatá, Barra do Corda e também de outros estados como Piauí, Paraná, Paraíba e Ceará com uma trajetória de vida marcada pela resistência a um sistema que as exclui e subordina socialmente. Essas pessoas, que hoje conformam o PDS João do Vale, vieram compor a massa que ocupou a área motivada pelo desejo de terra para trabalhar e fugir assim da situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O processo de reivindicação da área, para fim de criação de Projeto de Assentamento de Reforma Agrária, foi aberto pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em consonância com o trâmite institucional administrativo de órgão competente executor do processo de arrecadação e destinação de áreas de interesse social para famílias de agricultores que se dedicassem a práticas de baixo impacto ambiental. Na época, quando foi realizada a análise do laudo técnico e socioeconômico regional, o parecer foi favorável à implantação de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, que no caso teria a capacidade de beneficiar 11 famílias em parcelas de 20 hectares, já excluídas as áreas de Reserva Legal, Preservação Permanente e Inaproveitáveis.

Porém, essa deliberação acerca da capacidade do assentamento pelo INCRA foi contestada pelo MST juntamente com os acampados que, por sua vez, solicitaram que fossem assentadas 40 famílias, justificando que estes já haviam aguardado mais de 6 anos acampados para se tornarem beneficiários da política pública de reforma agrária. A organização do MST e dos acampados, para pressionarem o INCRA a incluir as famílias excedentes⁵¹, significou um imprescindível demonstrativo das forças articuladas entre os sujeitos no protagonismo das lutas e consecução de direitos. Ficou então acordado que a área de 1.211, 2003 ha seria dividida em 41 parcelas, sendo uma destinada para agrovila e as quarenta restantes para famílias acampadas, com lotes de quase 30 hectares em média.

⁵¹ As informações contidas no texto foram extraídas e analisadas a partir do parecer técnico, datado em 22 de setembro de 2011, realizado pela Unidade Avançada do INCRA de Imperatriz /MA. O parecer teve como objetivo proporcionar informações necessárias à criação do PDS João do Vale, visando a sua viabilidade às famílias de pequenos produtores rurais, conforme letra "L" do § 1º do art. 2º - Dos procedimentos para Criação do Projeto de acordo com a Norma de Execução nº 69 de 12 de março de 2008 que dispõe sobre o processo de criação e reconhecimento de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

A retomada da posse da área ocupada pela fazenda Conquista II, pertencente à União, segundo à lei magna e dispositivos jurídicos para obtenção de terras de interesse social, culminou com a resposta favorável da destinação do imóvel para fim de Reforma Agrária. Conforme a Portaria do INCRA SR⁵² (12) MA/ Nº 70 (Vide Anexo 1) foi decretada a criação do PDS João do Vale de Código SIPRA⁵³ MA1070000, no dia 19 de dezembro de 2011, sob a responsabilidade do Governo Federal/ INCRA quanto sua implantação e desenvolvimento.

A análise dos elementos levantados no imóvel, com o objetivo de apurar o cumprimento da função social da terra, assim como a identificação das benfeitorias úteis e necessárias⁵⁴, apresentadas no Laudo Agrônomo de Fiscalização e Avaliação (Vide Anexo 2) verificou dentre os vários aspectos estudados a viabilidade do PDS na área em questão. Foi constatada, em vistoria pela equipe técnica do INCRA, a ausência de exploração de atividades agrícolas e pecuárias pelo autotitulado proprietário no período relativo a setembro de 2006 e agosto de 2007.

Embora quase toda área estivesse com cobertura de mata e capoeiras em regeneração natural⁵⁵, historicamente a propriedade teve suas áreas de paisagem natural alteradas pelo processo de devastação da floresta nativa, para extração de madeira para atender às serrarias na década de 1970, e as carvoarias instaladas em consequência do polo siderúrgico na eminência dos grandes projetos de desenvolvimento no final da década de 1980 e início de 1990. Ainda também, com a agropecuária que transformou as áreas florestais da região em pastagem para a produção de gado bovino.

⁵² Superintendência Regional do INCRA/MARANHÃO

⁵³ O Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) destina-se ao tratamento, sistematização e recuperação de dados sobre os Projetos de Reforma Agrária (desde a criação até a sua emancipação), bem como, dos beneficiários (da fase de cadastro, seleção, desenvolvimento socioeconômico à titulação), propiciando desta forma o conhecimento da realidade nas áreas dos assentamentos. Atualmente, o SIPRA tem informações de aspecto econômico-sociais, com registro dos programas ali desenvolvidos, e ainda, o cadastro atualizado de todos os assentados (INCRA).

⁵⁴ Existem dois tipos de benfeitoria a serem considerados: a) benfeitorias não reprodutivas são as que não produzem por si; estão vinculados ao solo e não podem ser negociados separadamente do imóvel. Compreendem as edificações e construções, como: cercas, casas, currais, estradas, instalações elétricas e hidráulicas etc.; b) benfeitorias reprodutivas são capazes de reproduzir por si e o produto pode ser negociado separadamente da terra, a exemplo das plantações, das pastagens, florestas artificiais etc. No caso do PDS João do Vale, não foi identificada nenhuma benfeitoria reprodutiva de acordo com o Laudo Agrônomo de Fiscalização e Avaliação.(INCRA)

⁵⁵ De acordo com a definição do Wikipédia, "capoeira é uma vegetação secundária composta por gramíneas e arbustos esparsos. O termo oriundo do tupi, designa o mato que nasceu no lugar da vegetação cortada. significa, literalmente, "mato do passado", de *ka'a* ("mato") e *uera* ("do passado"). (WIKIPÉDIA, s/d).

Entende-se que, mesmo com o surgimento do PDS como uma modalidade criada para dar respostas aos movimentos sociais e assentados no contexto reivindicatório das lutas pela terra e de acesso às políticas sociais, o sorrateiro Capital se apropriou/apropria do discurso ecológico da conservação da natureza para ludibriar o seu efeito destrutivo e ao mesmo tempo atribuir responsabilidade no caso do PDS, aos assentados por sua dinâmica devastadora para restituir os recursos naturais. O sistema tece maneiras de potencializar e fortalecer suas práticas produtivas e reprodutivas, recriando-se nas relações sociais sedimentadas pelos mecanismos ideopolíticos com forte adesão do Estado. Não se pode perder de vista que há na dinâmica da vida social projetos societários e políticos diversos condensados em forças representadas no interesse de expansão do grande capital e em contrapartida, na classe trabalhadora constituída por categorias sociais expropriadas dos meios de produção.

Mézsaros (2011), ao analisar criticamente o efeito destrutivo do Capital ao longo do seu processo de autoreprodução, explicita o aspecto do interesse ecológico do capital como forma imbuída da intenção de deslocar as pessoas de antigos problemas socioeconômicos e políticos para questões ecológicas.

‘O Deus que falhou’, na imagem da onipotência tecnológica, é agora recomposto e novamente apresentado sob o disfarce do ‘interesse ecológico universal’. Há dez anos a ecologia podia ser tranquilamente ignorada ou desqualificada como totalmente irrelevante. Atualmente, ela é obrigada a ser grotescamente desfigurada e exagerada unilateralmente para que as pessoas – suficientemente impressionadas com o tom cataclísmico dos sermões ecológicos – possam ser, com sucesso, desviadas dos candentes problemas sociais e políticos [...] as pessoas deveriam esquecer tudo sobre as cifras astronômicas despendidas em armamentos e aceitar cortes consideráveis em seu padrão de vida, de modo a viabilizar os custos de recuperação do meio ambiente: isto é, em palavras simples, os custos necessários à atual manutenção dos supérfluos [...]. (MÉZSAROS, 2011, p. 987).

Essa é uma ponderação a ser considerada quando se trata das “boas intenções do capital” quando se utiliza de discursos ecológicos quase proféticos, que consistem em um apelo convincente para que a sociedade se sinta responsável pela destruição daquilo que ele vem causando no transcorrer do seu desenvolvimento. Porém, tem-se claro que os problemas ambientais não podem ser pensados indissociáveis das problemáticas de natureza econômica, social, cultural, ideológica e política no contexto da modernidade e da expansão do Capital. Nessa acepção, o

assentamento estudado encontra-se imerso no turbilhão das contradições de um projeto de desenvolvimento industrial no campo que não respeita as particularidades locais com toda sua diversidade sócio-ambiental.

Durante a constituição do acampamento do João do Vale, na área descrita neste capítulo, havia um quantitativo de aproximadamente 184 famílias acampadas debaixo de sol e chuva nos seus barracos de lona, aguardando a desapropriação da fazenda Conquista II. Dessas famílias houve várias desistências conforme relatos do assentado Rivaldo Martins, conhecido por Terra Seca, que lembra muito bem esse tempo que para ele e os demais assentados foi bastante difícil, mas que hoje com a criação do PDS João do Vale significa uma história de lutas com resultados positivos. Na fala que segue abaixo, da assentada Dulcília Aguiar, conhecida por Dona Dulcília, percebe-se que a persistência foi fundamental para manter firme a luta por um pedaço de chão.

A gente passava muita dificuldade; o INCRA mandava cesta [básica] de três em três mês; passava até de 4 mês sem dar. A gente não podia sair pra fora pra trabalhar. E sabe... quem trabalha de roça é só de ano a ano e aí se passava muita dificuldade; nem todo mundo aguentava, não. Eu mesma, só aguentei no primeiro ano porque as minhas meninas me ajudavam; mandavam um pouquinho aqui, outro pouquinho ali até chegar o tempo de roça (Dulcília Aguiar, assentada, entrevista concedida em 11 de novembro de 2014).

No relato de outra assentada – Dona Maria da Conceição Jansen, conhecida por Maria Preta, a necessidade de obter uma terra para garantir a subsistência é marcada por inúmeras dificuldades que são superadas no cotidiano em busca de novas possibilidades para sair de uma situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A terra não era perto não; aí rasgamos o capinzal e eu disse: é aqui mesmo. Havia alguns barracos já e também conhecidos. Eu comecei a arriar as minhas coisas [...] aí amarrei a lona nas pernas dos paus e fui caçar uma lenha pra cozinhar (Maria da Conceição Jansen, assentada, entrevista concedida em 11 de novembro de 2014).

A ocupação da fazenda ocorreu no dia 05 de maio de 2007 depois de uma tentativa anterior ter sido reprimida pela polícia de Açailândia que impediu o ônibus, no qual os camponeses estavam reunidos e determinados a adentrar a área que viria a ser o assentamento. De acordo com uma das lideranças do PDS João do

Vale, o processo de reunir famílias para o acampamento teve como prioridade o trabalho de base realizado por militantes do MST junto às famílias envolvidas na empreitada da luta pela terra. Nas reuniões, eram discutidos temas relacionados à reforma agrária, a realidade do município no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento e as formas estratégicas de acesso à terra e Políticas sociais com a participação da comunidade rural. As pessoas eram informadas das reuniões por meio dos militantes do Movimento responsáveis pela mobilização das famílias ou por meio de alguém bem próximo (um vizinho, amigo, parente) que já havia sido informado. No relato da assentada Maria Caetano Silva⁵⁶, a presidente da Associação de Agricultores do Assentamento João do Vale - AAGRIJOV⁵⁷ e militante do MST, ela explicita a importância desse momento de construção coletiva nas reuniões para o desdobramento de uma ação decisiva diante da negação ao acesso da terra.

A gente fez a reunião de base, né? na cidade, reunindo todas as pessoas dos bairros e aí conseguimos reunir uma quantidade de pessoas que na época chegou a ser 184 famílias para fazer a ocupação aqui da área. A reunião aconteceu na rua. A gente conseguia uma casa naquela rua e aí se marcava com as pessoas pra debater como se dava o processo de ocupação e conquista da terra; foram feitas mais ou menos três reuniões. Na primeira vinda de Açailândia pra cá, vasou que o ônibus estava vindo pra fazer ocupação e a polícia prendeu o ônibus e aí todo pessoal teve que voltar pra casa. Uma semana depois, fizemos outra reunião e as pessoas lotaram o ônibus e vieram pra cá. Então chegando na área foi feito o acampamento; logo que chegamos, o fazendeiro se manifestou e disse que o povo podia ficar até o INCRA resolver alguma coisa. Então de lá pra cá ficamos reivindicando os processos e a ocupação aconteceu mesmo no dia 5 de maio de 2007 por volta das 5:00h da tarde (Maria Caetano Silva, assentada e presidente da Associação dos Agricultores do João do Vale, entrevista em 13 de novembro de 2014).

Segundo informações dos assentados do PDS João do Vale, ao ocuparem a área da fazenda Conquista II, não houve nenhuma manifestação de hostilidade do fazendeiro naquele primeiro momento. Embora a situação não se tenha configurado como conflito direto com o suposto proprietário das terras em questão, é elucidativo com base nos documentos analisados que a permanência do

⁵⁶ Entre os assentados, Maria Caetano Silva é mais conhecida por “Caetana”. Por isso, no decorrer deste trabalho, tomarei como referência o nome Caetana.

⁵⁷ Associação de Agricultores do Assentamento João do Vale – AAGRIJOV foi fundada em 13/10/2011; é uma entidade da sociedade civil sem fins lucrativos com prazo de duração por tempo indeterminado e com sede na Comarca de Açailândia-MA. Consiste em uma organização interna que visa a estruturação social e política das famílias assentadas e que está alinhada politicamente ao MST.

fazendeiro na área não respeitou a legislação ambiental, além de não ter feito uso devido da terra como foi constatada pela equipe técnica do INCRA. Conforme conversas com assentados, o conflito surgiu no contexto da dificuldade de acesso à água que lhes era negada.

Então, o conflito por causa do abastecimento de água foi um episódio que suscitou a articulação entre os acampados na sede da fazenda e os acampados da área do atual Assentamento João do Vale⁵⁸. Na fala da assentada Caetana, ela afirma que

No primeiro momento não houve conflito com o fazendeiro, mas quando nós viemos pra cá, que hoje é a agrovila, a gente precisava que ele trouxesse água da sede pra gente que é uma distância de 7 km e aí ele se negou de arranjar a água; o pessoal começou a se revoltar e entrar em contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que estavam acampados também na sede e aí chamaram o pessoal daqui pra fazer ocupação e expulsar o fazendeiro. Porque se ele continuasse lá, o INCRA ia continuar com a morosidade do processo (Maria Caetano Silva, assentada e presidente da Associação dos Agricultores do João do Vale, entrevista em 13 de novembro de 2014).

O processo de ocupação da Fazenda Conquista II culminou com a criação dos dois assentamentos, fruto de uma luta de resistência conjunta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais com o MST, conforme relato da assentada Maria Caetano. Os primeiros acampados ao adentrarem a área foram os organizados pelo MST e que hoje são os assentados do PDS João do Vale; dias depois, outro grupo de camponeses organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais ocupou a área onde era a antiga sede da fazenda, hoje Assentamento Francisco Romão com 4.170,2454 ha. A assentada Maria Caetana relatou que, na época, o proprietário permaneceu juntamente com eles na área; ele não tinha a pretensão de deixar a sede da fazenda. Segundo a assentada, um funcionário do INCRA de Imperatriz fez uma advertência em relação à permanência do proprietário e dos camponeses na mesma área, na ocasião em que ambos mantinham atividades laborais com a terra. Isso implicaria em morosidade do processo de desapropriação. Os assentados do MST, que já estavam insatisfeitos com o proprietário que lhes negou o abastecimento de água, resolveram reunir-se com o Sindicato para ocupar a sede e expulsar o proprietário; essa ação envolveu o INCRA

⁵⁸ Na fazenda Conquista II houve duas ocupações que se materializaram em dois acampamentos: um situado na sede que hoje é o Assentamento Francisco Romão e o outro na área mais distante dali que remete ao PDS João do Vale.

e a Polícia que intervieram no conflito instalado. O proprietário foi intimado a deixar a sede, embora contra sua vontade, para que a desapropriação nos moldes jurídicos viesse a se cumprir.

As famílias de agricultores, que ali vivem, guardam na memória a labuta que tiveram para obterem a água. As dificuldades de acesso à água foi um dos grandes desafios postos a eles para conquistarem e que trazem lembranças profundas quanto aos problemas de não tê-la para suprir suas necessidades mais básicas. Durante esse período, a comunidade tinha que comprar água, proveniente do poço do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que por sua vez era racionada para atender as suas necessidades básicas. Os assentados pagavam em média R\$ 25,00 (vinte cinco reais) por mil litros de água. Como forma de amenizar a situação da água, os assentados e a Associação dos Agricultores do João do Vale pressionaram o governo municipal a abastecer o assentamento por meio de carro-pipa.

Inicialmente, ocorreu essa prestação de serviço que logo foi suspensa por decisão dos assentados porque a água não se apresentava em condições adequadas de uso, até mesmo para a higiene corporal. Na fala de um dos assentados, *“a prefeitura forneceu água, mas a água era de péssima qualidade”*; um outro acrescenta ainda: *“não servia nem pra tomar banho”*. A precariedade da prestação de serviço às famílias é sintomática do descaso dispensado pelo poder público à realidade do homem do campo que vivencia as consequências das políticas neoliberais restritivas para o setor social.

Destaca-se que, analisando-se os relatos dos assentados, nota-se que a persistência tem acompanhado a trajetória de luta dessa comunidade camponesa que credita na estratégia de organização e mobilização frente às suas demandas, a possibilidade de conquistá-las. Por vezes, recorreram ao Poder público e à Empresa mineradora VALE com o intuito de estabelecer negociações e garantias para com os assentados na solução desse problema imediato da água. É importante mencionar que como assentamento de reforma agrária deveria contar com a responsabilidade do Governo federal quanto ao financiamento e construção do poço artesiano, porém, a morosidade administrativa do Órgão competente o INCRA tem dificultado o atendimento das demandas da comunidade. Tal realidade não faz parte apenas do PDS João do Vale, mas dos inúmeros assentamentos distribuídos pelo território brasileiro.

Atualmente, a comunidade dispõe de um poço artesiano (vide figura 13) e de um campo de esportes construídos pela VALE como produto das negociações entre as partes envolvidas: empresa, Associação de Agricultores do João do Vale e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A empresa mineradora se responsabilizou por toda a infraestrutura hidráulica que garantisse a distribuição de água nas casas do assentamento como pode ser observado na figura 14.

Figura 13 - Poço Artesiano do Assentamento João do Vale



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Figura 14 - Caixa d'água que abastece a comunidade



Fonte: Acervo pessoal (2014).

A mediação da Associação do PDS Joao do Vale e do Ministério Público de Açailândia, para a efetivação da pauta reivindicatória da comunidade frente aos prejuízos ocasionados pela empresa mineradora em virtude da dinâmica da duplicação da linha férrea, conseguiu firmar como prioridade a construção do poço, configurando-se como uma das ações compensatórias pelos impactos sobre a comunidade. Anteriormente, já havia sido acordado o compromisso quanto à proposta de um campo agrícola com o apoio da VALE e da prefeitura que no entanto, foi descumprido. Somente após novas mobilizações estrategicamente realizadas na estrada da Sunil, via transitada diariamente pelos carros das empresas Odebrecht, Mecanovel, Camargo Corrêa dentre outras, que prestam serviços à VALE, que esta, temente dos prejuízos com a interdição da estrada, deu início à obra do poço como ficou definida na negociação.

A resolução do problema de abastecimento de água no Assentamento tornou-se uma realidade na vida da comunidade camponesa em dezembro de 2013.

Enfim, chegaram à área as máquinas para pôr fim a uma longa espera pela água em suas casas. Por meio das palavras de Caetana, percebe-se a satisfação de uma conquista obtida com muita luta.

No mês de julho, nós conseguimos fechar o contrato do poço [Empresa VALE] e em 3 de setembro de 2013, as máquinas chegaram para cavar o poço. Em dezembro foi colocada a bomba, mesmo sem ter terminado todo o processo de construção do poço. Tinha que ser assim para atender a necessidade dos assentados que não aguentava mais a situação de racionamento de água; ou melhor, a água do carro pipa que era fornecida pela prefeitura não atendia de forma satisfatória as pessoas. Só a partir de 6 de dezembro de 2013 que os assentados passaram até água encanada (Maria Caetano Silva, assentada e presidente da Associação dos Agricultores do João do Vale, entrevista concedida em 13 de novembro de 2014).

O PDS João do Vale pode ser considerado um assentamento ainda em condições praticamente de acampamento, o que é nitidamente observável (Vide figuras 15 e 16). O Assentamento ainda não dispõe de uma infraestrutura habitacional⁵⁹ que ofereça condições dignas aos assentados para viverem em uma casa de alvenaria com estrutura física interna/externa⁶⁰ e instalação sanitária adequada que lhes dê mais comodidade, segurança e qualidade de vida. A ausência de Políticas Públicas de saneamento básico é visível. Torna-se contraditório que um Projeto cuja pretensão de seu desenvolvimento baseie-se nos princípios da agroecologia de preservação do meio ambiente, os seus habitantes tenham de conviver em uma situação de precariedade que prejudique o equilíbrio da saúde humana em interação com o ambiente envolto.

O assentamento continua na sua fase de implantação sem que as famílias tenham acesso ao crédito de apoio inicial necessário ao desenvolvimento rural, conforme conversas com liderança da comunidade e observações no período referente à pesquisa de campo. Os obstáculos enfrentados pela comunidade são inúmeros pela sobrevivência, que vá desde a infraestrutura de transporte ao apoio da assistência técnica na organização produtiva e possibilidade de acesso ao mercado para comercialização de produtos. Contudo, apesar das dificuldades, a produção voltada primordialmente para a subsistência lhes garantem atender a suas

⁵⁹ Lopes e Leone (2004, p. 119 apud LEITE; MEDEIROS, 2004) “afirma que as condições habitacionais têm sido arroladas entre os critérios para uma análise das condições sociais de vida e identificação da situação de pobreza no Brasil”.

⁶⁰ O interior das moradias dos assentados é de chão de terra, colocando-os em condição de insalubridade. A estrutura física externa das casas é constituída de madeira ou até de barro; para cobertura das casas são utilizadas telhas de Brasilit, além do improvisado em parte com palha e lona.

necessidades básicas de alimentação. No mês de dezembro de 2014, a comunidade recebeu a visita da equipe técnica do INCRA para realizar levantamento e análise de dados socioeconômicos das famílias para elaboração de diagnóstico com o fim de operacionalizar a liberação do crédito de apoio inicial⁶¹.

Muitas dessas famílias, para se reproduzirem socialmente dependem de programas sociais do governo federal, como o Bolsa Família ou da aposentadoria adquirida depois de anos de persistência junto ao sistema da Previdência Social, somando-se a esses benefícios um valor mínimo adquirido com a venda da produção para os atravessadores que por sua vez, lucram com o processo produtivo dos camponeses na agricultura por não possuírem condições materiais para se instalarem por vários dias no município de Açailândia e, assim, venderem sua pequena produção diretamente ao consumidor.

Como uma nova forma estratégica de organização produtiva e social no âmbito do Desenvolvimento Sustentável Rural para superação da pobreza e das desigualdades sociais, a experiência do PDS implica em uma modalidade de assentamento diferenciado que desafia a operacionalidade das ações delineadas nas instâncias do Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e do Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome - MDS em parceria com os movimentos sociais, associações e cooperativas.

Ressalte-se que mecanismos criados, a exemplo do Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade - PNBSB, do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, assim como do acesso aos créditos especiais: PRONAF Eco e PRONAF Agroecologia para viabilização do desenvolvimento regional e local, com base em uma perspectiva agregadora da produção das comunidades rurais sob o enfoque sustentável é sem dúvida louvável, porém, persiste ainda uma mentalidade arraigada nos cânones da revolução verde que é predominante na formação dos técnicos nas universidades e do menor investimento em pesquisas voltadas para a agroecologia.

⁶¹ Vide Decreto Nº 8. 256 de 26 de maio de 2014 que regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre os créditos de instalação no programa de Reforma Agrária (BRASIL, 2014).

Figura 15 - Primeiro barraco montado no período do acampamento, anos de 2007



Fonte: Acervo pessoal (2014).

O barraco da figura 15 tem uma importância capital na constituição da história do assentamento. Ele possui valor político que marca uma das etapas de conquista da terra por parte dos assentados; seu significado simbólico é permeado de um sentimento de pertencimento, identidade coletiva e perseverança na luta pela reforma agrária.

Figura 16 - As casas do PDS João do Vale



Fonte: Acervo pessoal (2014).

O direito à moradia digna se constitui em uma relevante demanda para milhares de famílias rurais no país, enquanto forma concreta de inclusão social e, portanto de significativa participação das populações no desenvolvimento social (SIMÕES, 2013). Para os assentados do PDS João do Vale, a materialização da moradia por meio do Programa de Habitação Nacional Rural – PNHR⁶² representará mais uma conquista alcançada por aqueles que reconhecem na organização do coletivo, a forma legítima de acessar políticas públicas para o assentamento. As quarenta famílias camponesas demandantes das unidades habitacionais aguardam, desde o ano de 2015, o financiamento que dará início à execução das obras.

A Associação de Agricultores do Assentamento João do Vale-AAGRIJOV, como organização social e política representativa da comunidade, fez a solicitação do cadastro das famílias junto à Caixa Econômica Federal- CEF e providenciou em conformidade com a normatização e Orientação Operacional - OO Nº 03/2013/ do Programa Nacional de Habitação Rural, a apresentação da proposta do empreendimento a ser submetida à aprovação da CEF com o fim de viabilizar a sua execução. O processo administrativo para liberação do recurso destinado à construção das casas foi retardado por conta do preenchimento incorreto dos dados cadastrais das famílias por meio da aplicação dos formulários, da regularização/organização de documentos exigidos e da dificuldade de contratar profissionais especializados nas áreas de Engenharia Civil e Serviço Social para dar suporte técnico à elaboração do projeto das casas.

A religiosidade é um aspecto que se faz presente na vida dos assentados. Há uma igreja evangélica em construção e a capela de São José (Vide figuras 17 e 18) onde são celebradas, não regularmente, missas por padres da Paróquia de Piquiá, a exemplo do Pe. Dário Bossi. A atribuição do nome da capela a São José, de acordo com um dos assentados, deve-se à promessa feita ao Santo para intervir contra os fortes ventos com relâmpagos na época chuvosa que causavam temor à comunidade pela possibilidade de ver seus barracos destruídos.

⁶² O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) – Grupo I foi criado no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV; concede subsídios com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ao beneficiário (pessoa física), agricultor familiar ou trabalhador rural, organizados por uma Entidade Organizadora- EO, para a aquisição de material de construção para construir, concluir ou reformar/ampliar a unidade habitacional em área rural. O valor das propostas/intervenções individuais é definido pela EO para análise e aprovação pela equipe técnica da CAIXA (CFE, 2014)

Figura 17 - Capela de São José



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Figura 18 - Estrutura física interna da Capela de São José



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Com base em dados qualitativos da pesquisa, a principal ocupação econômica dos assentados é a atividade agrícola praticada entre os membros de cada família. A rotina começa muito cedo para os assentados que saem desde

5:00h da manhã em direção aos seus lotes para trabalharem na roça. Enquanto ao horário de retorno à agrovila, ele varia com a necessidade que julgam em relação à limpeza e preparo da terra para o plantio ou também a algum outro motivo particular como ir à Açailândia para consulta médica ou comprar mantimentos. No caso específico das mulheres do assentamento, elas exercem dupla jornada alternada entre o trabalho produtivo e o doméstico, além de situações em que desempenham a atividade profissional de professora ou outra função na própria escola do assentamento para prover a família.

A pequena produção agrícola é voltada para o autoconsumo e o excedente produzido é vendido ao atravessador que lucra em detrimento de um preço baixo que não compensa horas de trabalho despendidas pelo camponês. Com menos frequência, os assentados comercializam diretamente com o consumidor no centro de Açailândia. Os camponeses negociam com o atravessador e consideram essa forma mais “vantajosa” embora tenham consciência de que o preço da produção é reduzido à metade, se for comparado ao valor obtido na feira dos bairros de Açailândia. Em conversa com seu Bernardino da Silva, ele diz da dificuldade de passar dias na cidade para vender a produção de feijão e fava por não ter um local de armazenamento e de não ter alguém que cuide de sua casa e do seu plantio, além da dependência em relação ao transporte para levar a produção para a feira. Então pelas circunstâncias, segundo ele:

A produção é repassada para o atravessador; nós não tem onde guardar as coisas em Açailândia, por isso preciso passar para o atravessador pela metade do preço. A comercialização direta rende mais [o dobro], mas para isso é preciso ficar dois a três dias na cidade e não há quem fique cuidando das coisas em casa. (Antônio Bernardino da Silva, assentado, entrevista concedida em 11 de dezembro de 2014).

Os assentados cultivam em seus lotes o plantio principalmente de feijão catador⁶³ - popularmente conhecido por essa denominação pela comunidade rural - fava, mandioca, macaxeira, banana, inhame; milho, alface, pepino, cebola de folha, abóbora, tomate; pimenta-de-cheiro, maxixe, quiabo e arroz. O processo produtivo no assentamento tem como base o trabalho individual das famílias. Não foi verificado trabalho cooperado entre elas em área coletiva. Ocorrem algumas iniciativas bem pontuais de cooperação simples, ou seja: alguns assentados

⁶³ O feijão catador é também conhecido como feijão de corda que é bastante consumido na região nordestina.

recorrem à ajuda de um parente ou amigo, que nem sempre é assentado, para auxiliar no manejo do plantio e na venda da produção na cidade. Contudo, essa prática continua sendo esporádica entre os assentados.

Dona Dulcília lembra que, ao chegar à área, os acampados plantavam somente milho, arroz e feijão. Atualmente, há uma diversificação na produção quando comparada à época de acampamento que pode ser compreendida pelo fato das famílias ainda não estarem estabelecidas definitivamente nos seus lotes. Faz-se necessário notar que a diversidade de culturas ainda é baixa, considerando-se que o assentamento ainda encontra-se em fase de implantação.

Inserido no contexto de um modelo de Desenvolvimento Rural Sustentável que tem na agroecologia um referencial teórico- metodológico e fundamentos filosóficos que prima pela integralidade entre processos produtivos e preservação da biodiversidade, o assentamento ressen-te-se da falta de capacitação e assistência técnica para construção de processos de manejo produtivo associado ao aproveitamento adequado dos recursos naturais e sua preservação.

De acordo com dona Dulcília, a época do feijão verde (espécie em vagem) representa a possibilidade de vender muito na feira e dessa forma comprar os alimentos que não são produzidos no assentamento. Quanto ao feijão em grãos maduros (seco) é ele estocado em casa para suprir a família. O relato da assentada explicita:

Assim que nós cheguemos era só o milho, arroz e feijão. No tempo do feijão verde, o velho [marido] vende pra poder comprar o que a gente não tem. A gente vende bastante na feira de Açailândia; o verde a gente vende, o seco a gente volta pra despesa. Nós nunca vendemos um saco de feijão seco; dele a gente fica pro consumo. Agora, nós não planta mais arroz porque não compensa; é muito fraco a venda do arroz. (Dulcília Aguiar, assentada, entrevista concedida em 11 de novembro de 2014).

Verificou-se que a pequena produção agrícola camponesa não se efetiva por meio de práticas agroecológicas ainda que utilizem técnicas tradicionais de cultivo não consideradas altamente prejudiciais à natureza. Ressalte-se que, na maioria das plantações, são usadas agrotóxicos e fertilizantes industrializados, porém com baixa intensidade. A aplicação de adubo orgânico é uma exceção percebida nas hortaliças cultivadas por alguns assentados. O plantio de hortaliças de Dona Maria Batista (Vide figura 19), uma das assentadas do PDS João do Vale, expressa a prática agrícola que utiliza os canteiros para colocar a horta em local de melhor cultivo com

drenagem e adubação adequada. Dona Maria é uma das poucas pessoas do assentamento que mora no próprio lote, localizado ao lado da agrovila, permitindo-lhe acesso à água. Diferente dessa situação, os demais lotes têm sua localização distante da agrovila e conseqüentemente da água necessária à irrigação das culturas agrícolas.

Figura 19 - Cultivo de hortaliças



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Figura 20 - Horta de cebola verde



Fonte: Acervo pessoal (2014)

Figura 21 - Canteiro de abóbora



Fonte: Acervo pessoal (2014)

Além dessas culturas mencionadas, as expectativas quanto á novas culturas agrícolas despontam como possibilidades para garantir o sustento da família. Isso aparece de forma significativa na fala da assentada Maria Eunice, que atende por Branca, quando fala com entusiasmo do futuro plantio de urucum para produção do corante – tempero utilizado na culinária – e portanto com o intento de comercializá-lo. O cultivo da terra é uma prática que implica para a assentada em uma alternativa para reprodução social da prole e de ter uma vida melhor. A assentada expõe seu projeto pessoal ao dizer: “[...] esse ano [2015] nós quer plantar corante [sementes de urucum] pra vender. Meu marido já roçou agora a gente vai plantar as sementes”, Branca exhibe a semente de urucum como pode ser observado na figura 22 e também nota-se na figura 23, o fruto de urucum aberto quando maduro e propício para a produção de corante.

Faz-se necessário pontuar que o método milenar do roçado é presente no cotidiano das famílias, sendo acompanhado quase sempre da técnica da queimada como forma de acelerar os resultados da lavoura. Em certa medida, as queimadas consistem na forma mais rápida e de menor custo para a produção, mas que mesmo assim deverão ser realizadas racionalmente e com cuidados adequados, conforme o tipo de solo a fim de que seja evitado problemas de grande proporção aos ecossistemas. Sobre esse prisma, acrescenta-se que a agroecologia promove o diálogo entre os saberes tradicionais e populares e o conhecimento científico e assim, oferecendo “[...] as bases para a modificação dos sistemas de produção que causam degradação social e ecológica, por meio do desenho ou redesenho de sistemas, dentro do conceito da sustentabilidade”. (EMBRAPA, 2006, p. 25).

Porém, para a concretude de uma proposta agroecológica, torna-se necessário um conjunto de ações a serem implantadas de forma consistente e coerente com a realidade do ecossistema regional em que os assentados interagem no seu cotidiano. Entende-se que as ações empreendidas pela Assistência Técnica e Extensão Rural sob a perspectiva agroecológica poderão ser possibilidades agregadoras não somente da forma racional de produzir alimentos de qualidade, mas também do modo ético de viver as relações sociais em harmonia com o meio ambiente e ressignificar a relação do homem com a natureza para a construção coletiva de uma sustentabilidade ambiental e social.

O processo de capacitação, preparação, conhecimento acerca dos ecossistemas e da forma de manejo dos recursos naturais com a produtividade

embasados pelos princípios da agroecologia deve indiscutivelmente ser acoplado às políticas públicas para que o PDS João do Vale atinja a organização produtiva consolidada e inserção no mercado com vistas a uma autonomia financeira e a soberania alimentar⁶⁴

Figura 22 - Sementes de urucum⁶⁵



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Figura 23 - Fruto do urucum aberto



Fonte: Wikipédia (2014).

Além da atividade agrícola, há a criação de animais de pequeno porte, como galinhas, que geralmente são para o consumo da família; foi verificado também uma pequena criação de bodes, configurando ainda uma iniciativa muito tímida na área. É merecedor de nota que no Assentamento há um projeto de apicultura a ser implementado que contará com o apoio técnico da entidade Associação Educação e Meio Ambiente – EMA, que prever neste ano de 2015 um curso de capacitação para a prática da apicultura. Conforme informação obtida, foi realizado um intercâmbio de três assentados com produtores rurais do Piauí para conhecerem a experiência da apicultura⁶⁶ na sua comunidade cuja produção tem alcançado o mercado exterior. A Associação de Agricultores do Assentamento João

⁶⁴ “As organizações sociais e camponesas que construíram o termo soberania alimentar enfatizam a ideia de ele ser mais do que um conceito. Trata-se de um princípio e de uma ética de vida que não respondem a uma definição acadêmica, mas emergem de um processo coletivo de construção, um processo participativo, popular e progressivo que se foi enriquecendo em seus conteúdos como resultado de um conjunto de debates e discussões políticas iniciadas no próprio processo de conformação da instância que abriga as organizações camponesas críticas das atuais políticas agrárias liberadoras e de alimentação. (CARVALHO; STEDILE, 2012, p. 721).

⁶⁵ Urucum é uma árvore originária da Amazônia; seu nome científico é *Bixa Orellana*. “Urucu e Urucum originam-se da língua tupi, Uru’Ku e significa vermelho em referência às sementes e frutos dessa cor. O corante preparado de suas sementes tanto é utilizado como condimento nos alimentos, quanto tintura na pele com a finalidade de proteção contra o raios ultravioletas sendo bastante utilizado pelos povos ameríndios. (WIKIPÉDIA, 2014).

⁶⁶ A apicultura oferece uma série de vantagens, tais como: a) não exige uma grande propriedade para sua exploração; b) não polui nem destrói o meio ambiente; c) além do mel, as abelhas oferecem outros produtos que podem ser consumidos ou comercializados. (EMBRAPA, 2007).

do Vale – AAGRIJOV fez a aquisição das colmeias (Figura 24) a serem distribuídas no apiário para iniciar a produção. O desenvolvimento dessa atividade faz parte dos anseios dos assentados para conquistarem uma renda familiar que lhes deem maior segurança para atender suas necessidades.

Figura 24 - Colmeias⁶⁷



Fonte: Acervo pessoal (2014).

As observações *in loco* e as conversas com os assentados permitem expor um panorama da infraestrutura e serviços sociais reveladores da ausência de um posto de saúde que atenda os assentados do PDS João do Vale e de outros assentamentos vizinhos. As pessoas para recorrerem aos serviços de saúde nos casos de urgência ou emergência precisam deslocar-se para a cidade de Açaíândia, mais precisamente para a Secretaria de Saúde Pública-SESP, localizado no Bairro Getat. Isso tem sido um empecilho na vida dos assentados que para se consultarem e realizarem exames médicos, precisam ficar dois a três dias em Açaíândia. A distância de 60 km do assentamento para a cidade assim como o transporte nos

⁶⁷ As colmeias ou caixas de abelha têm um formato padrão, com peças separadas, e podem ser compradas prontas ou podem ser fabricadas pelo produtor. Porém, é recomendável que o produtor compre a colmeia já pronta, pois ela exige muitos detalhes que uma vez não siga o padrão adequado para sua fabricação poderá prejudicar no processo produtivo. É importante enfatizar que o criadouro de abelhas para produção de mel e outros produtos, requer conhecimento sobre as abelhas, condições ambientais e técnicas para o manejo produtivo da colmeia. (EMBRAPA, 2007).

casos de emergência constituem-se em complicadores para um atendimento imediato; no caso de alguma eventualidade na saúde, os assentados contam com o carro do diretor ou da supervisora escolar para chegarem ao hospital. Porém, sabe-se que os problemas de saúde são circunstanciais, não se podendo prever a disponibilidade dessas pessoas no momento para conduzirem o paciente até a cidade. A entrevista de Sanaélia, assentada e supervisora escolar, expressa a realidade dos assentados acerca das adversidades enfrentadas para acessarem a precarizada política de saúde pública. A assentada relata a sua preocupação:

As pessoas quando querem se consultar vão para o SESP; são 60 km pra chegar a Açailândia e é complicado no caso de problemas graves de saúde. Nós temos só dois carros disponíveis: o do diretor da escola e o meu; temos o ônibus escolar, mas muitas vezes não está disponível por levar alunos pra escola. O posto de saúde deve ser construído aqui porque o número de pessoas está aumentando (Nara Sanaélia da Silva Costa, entrevista concedida em 13 de novembro de 2014).

Ainda acrescenta que

Quando vem o médico é preciso ceder alguma sala de aula para fazer o atendimento; já houve caso da escola ficar disponibilizada pra esse atendimento e, portanto de não ter aula por conta disso. O número de atendimentos é insuficiente; se tiver no horário deles, eles atendem; se não tiver, eles não atendem.

As condições estruturais para o atendimento médico são improvisadas. Nesse sentido, a escola se torna o local onde acontecem as consultas e campanhas de vacinação. As visitas médicas ao assentamento não ocorrem com frequência, o que faz com que os camponeses se desloquem à cidade para se consultarem e comprarem os medicamentos necessários. A construção de um posto de saúde é uma das principais demandas dos assentados que sofrem com a ausência de profissionais da saúde responsáveis pela operacionalidade da política de saúde no assentamento.

Em relação à Educação, há uma unidade de ensino fundamental completo (1º ao 9º ano) que atende às crianças do assentamento. A Escola Municipal João do Vale (Vide figura 25) foi construída com recursos federais e é administrada pelo Poder público municipal, que fica responsável por sua manutenção estrutural e redistribuição de material didático e de expediente para o seu funcionamento. A reivindicação da escola fez parte de uma pauta empreendida

com muita luta por uma política social de educação de qualidade defendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST.

A orientação pedagógica parte do princípio de construção de uma sociedade mais humana, democrática e justa social e culturalmente. A concepção norteadora de todo trabalho educativo com os alunos apoia-se na “pedagogia do oprimido” de Paulo Freire⁶⁸, sob o horizonte de uma transformação social que o sujeito sócio-histórico é capaz de efetivar a partir da desmistificação da ideologia dominante do sistema capitalista com todos os seus mecanismos de opressão e exploração. Por isso, a inserção do oprimido no mundo concreto como sujeito de sua história, desvelando as relações que se estabelecem na reprodução social da vida de forma crítica e consciente é processo constitutivo de uma práxis social transformadora da realidade. Compreende-se dessa forma que

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre ele e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. (FREIRE, 2005, p. 41).

Ressalte-se que o processo ensino-aprendizagem vai além do espaço escolar e essa ideia é incorporada pelo MST que vislumbra, nas ocupações, acampamentos e assentamentos, espaços sócio-históricos e políticos em construção que educam os sem-terra na luta diária pela terra e por Políticas Públicas, potencializando as estratégias de resistência. A preocupação com a organização e formação política dos camponeses para a militância é indiscutivelmente essencial na pedagogia de luta pela terra. O diálogo entre o conhecimento, saber sistematizado e o mundo concreto do camponês, assim como seus valores, princípios e sua cultura, se realizam de forma indissociável para a conscientização e libertação da realidade opressora no campo. (FREIRE, 2005; MORISSAWA, 2001).

⁶⁸ De acordo com Freire (2005, p. 46), “[...] a pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo de opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente transformação”.

Figura 25 – Escola do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) do PDS João do Vale



Fonte: Acervo pessoal (2014).

As crianças do assentamento, desde cedo, são estimuladas a participarem de atividades pedagógicas que promovam uma relação dialógica entre os sujeitos e o mundo exterior, aprendendo que é primordial fazer a leitura da realidade na sua multidimensionalidade enquanto totalidade na qual estão inseridos. Com base em conversas com a supervisora escolar do assentamento, predomina a compreensão de que não somente a sala de aula é espaço de cruzamento e compartilhamento de experiências entre os estudantes com seus repertórios culturais e apreensão do conhecimento, mas, também, no contato com o meio ambiente em que as crianças são envolvidas em diversos projetos (Vide figuras 26 e 27), a exemplo do Projeto Hortaliças⁶⁹ e Projeto Erosão e das atividades comemorativas como as marchas no dia do aniversário do assentamento, da Independência (7 de setembro), do abril vermelho⁷⁰, além de outras datas que compõem o calendário escolar.

⁶⁹ Os alunos cultivam sua própria horta na escola que se configura como uma atividade educativa por meio da qual exercitam as relações de sociabilidade com os colegas sob a perspectiva de solidariedade e colaboração durante o plantio das hortaliças. As verduras e legumes produzidos são degustados na hora do lanche pelos alunos.

⁷⁰ O abril vermelho é um conjunto de atividades que o MST implementa nos diversos estados para reivindicar a aplicação da reforma agrária. Estas jornadas de luta fazem menção ao conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás (sul do Pará), acontecido no dia 17 de abril de 1996; ocasião em que 21 trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados em decorrência da ação da polícia do Estado do Pará.

O processo educativo desenvolvido junto aos alunos do assentamento está voltado para a construção de uma nova sociabilidade em que os valores éticos, humanos, de respeito a diversidade cultural e ambiental e a solidariedade sejam propulsores da formação e fortalecimento da identidade camponesa, valorizando dessa maneira as lutas históricas dos camponeses pelo direito ao acesso e uso da terra para reprodução social e econômica das famílias.

Figura 26 - Projeto Hortaliças- Alunos do 1º e 2º ano



Fonte: Acervo da Escola Municipal João do Vale (2014).

Os pequenos assentados aprendem no dia-a-dia o sentido que cada lição ministrada pelos professores em sala de aula tem para suas vidas em um mundo cercado de desafios e possibilidades pulsantes para a tomada de decisões e construção de respostas futuras traduzidas em ações concretas orientadas por um viver, sentir, pensar e refletir acerca das relações de construção ou destruição com o outro e com o mundo. O aprendizado pautado nas relações de equilíbrio entre o homem e o meio ambiente é fundamental para manutenção dos recursos naturais essenciais à subsistência das espécies vivas e, portanto, desde cedo as crianças aprendem como é importante uma prática agrícola sem uso de agrotóxicos para garantir uma alimentação saudável.

O desenvolvimento das potencialidades do sujeito individual e coletivo para uma intervenção ativa na realidade por meio de ações conscientes, propositivas e inovadoras para transformá-la, remete a uma prática educativa na sua dimensão política que se constrói/reconstrói na dinamicidade das lutas de classe em disputa por respectivos projetos societários diversos que tanto podem expressar os interesses da classe dominante, quanto os desejos e interesses da classe dominada por uma nova ordem social.

Figura 27 - Projeto Erosão- Alunos do 5º ano



Fonte: Acervo da Escola Municipal João do Vale (2014).

Enquanto ao segmento social jovem, as oportunidades de estudo são restritas por não haver escola de 2º grau no assentamento. Nessa situação, se os jovens desejarem dar prosseguimento aos estudos para concorrer no mercado, futuramente, a uma vaga de emprego ou pleitear uma vaga na universidade, tem de se deslocar para uma escola localizada no Assentamento Novo Oriente ou na cidade de Açailândia. Ocorre que, devido à localização mais próxima, os jovens do PDS João do Vale são condicionados a estudarem no Assentamento Novo Oriente, cuja escola é um anexo do Centro de Ensino Joviana Farias. O transporte dos alunos do ensino médio é realizado pelo ônibus do Assentamento João do Vale. Estudar para esses jovens assentados é um desafio diário devido às dificuldades enfrentadas

quanto ao deslocamento sobretudo no período chuvoso, quando a estrada alagada fica dificilmente trafegável, além da inconveniente falta de energia- as aulas são durante à noite- e também do barulho do trem da VALE durante as aulas.

O PDS João do Vale é uma realidade sócioespacial que exprime as relações sócio-históricas construídas por seus sujeitos coletivos que tem na reforma agrária a referência de suas lutas camponesas pela terra. O assentamento insere-se em uma realidade complexa dos desmandos do capital na região de Açailândia, onde os contrastes de um modelo de desenvolvimento apresentam contornos nítidos entre a fisionomia social e econômica precária da realidade camponesa e a pujança dos grandes empreendimentos agropecuários e do setor minero-siderúrgico.

A expansão do grande Capital no município tem-se imposto por meio da dinâmica mineradora que desencadeia uma série de processos em cadeia que interferem na totalidade da vida humana, subjugando cada vez mais o homem do campo às condições de vulnerabilidade socioeconômica e dessa maneira, agudizando as desigualdades sociais e regionais. Diante disso, afirma-se que a VALE S.A, líder no mercado exportador de minério de ferro, vem investindo em novas estratégias para expansão crescente de capital não importando os custos sócio-ambientais às populações camponesas situadas na sua área de influência. Nesse sentido, a duplicação da linha férrea, como estratégia expansionista do lucro, vem sendo ponto de divergências e fortes embates entre a comunidade camponesa do PDS Joao do Vale e a Empresa, em virtude dos impactos causados pela operacionalidade da VALE.

4.3 O PDS João do Vale: uma proposta agroecológica

Mediante a configuração da complexa realidade do município de Açailândia, no recorrente contexto dos grandes projetos de desenvolvimento desde a década de 1980, com profundas transformações econômicas, sociais, políticas e tecnológicas sobre as relações de reprodução social no campesinato faz com que o Assentamento João do Vale se insira no preâmbulo da política agrária de luta pelo acesso à terra na esteira da dinâmica produtiva do Grande Carajás, potencializador da lógica de expansão do Capital pautado nas relações de dominação e exploração econômica e social em escala local, regional, nacional e global.

A constituição de um assentamento de reforma agrária é produto das lutas de resistência de sujeitos históricos e políticos que disputam o espaço sócio-territorial com o qual mantêm um vínculo não meramente objetivo (reprodução material da vida), mas estabelecem uma ligação mais profunda de pertencimento, de identidade, de construção de saberes e experiências forjadas na trajetória das lutas pela terra e pelos direitos sociais.

O assentamento em estudo apresenta particularidades e desafios na sua constituição como parte dos problemas estruturantes da Reforma Agrária no Brasil e mais especificamente, no Maranhão onde uma política agrária que atenda aos verdadeiros interesses dos camponeses e trabalhadores rurais nunca se efetivou de fato. Em meio discussões e controvérsias dos projetos de desenvolvimento estarem atrelados à histórica degradação ambiental e humana, surgem novas alternativas na forma de conservação ou recomposição dos recursos naturais em ecossistemas de grande potencial de uso econômico e social a exemplo da Amazônia Legal. Neste sentido, o Assentamento João do Vale se configura como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, em conformidade com o Código Florestal – Lei Nº 12. 651 de 25 de maio de 2012 e Portaria/INCRA nº 477/99.

A modalidade de assentamento PDS é orientada pela combinação do desenvolvimento de atividades produtivas à prática de conservação dos recursos naturais. Desde o processo de ocupação, as famílias são orientadas tendo em vista a concepção de sustentabilidade⁷¹ que deverá estar imbricada nas atividades produtivas cotidianas e também na recomposição, regeneração do potencial da floresta nativa na sua originalidade. O PDS é definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no documento: Metodologia para Implantação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS, em 2006, como “[...] uma modalidade de projeto de assentamento, de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de

⁷¹ O termo sustentabilidade “[...] começa a fazer parte do debate público a partir do que podemos chamar de advento da questão ambiental. Essa questão ambiental, que começa a ser anunciada nos anos 1960-1970, diz respeito à capacidade do planeta de sustentar as sociedades humanas e seu nível de consumo de materiais e energia, e a consequente produção crescente de dejetos e poluição. Como a natureza não é um ajuntamento de recursos naturais aleatórios, e sim um conjunto integrado de unidades naturais, que chamamos de ecossistema, tal capacidade do planeta se expressa na sustentabilidade ou insustentabilidade dos ecossistemas, pois são seus fluxos, ciclos, elementos e recursos que são atingidos pela Expansão da produção e consumo das sociedades.” (SILVA, 2012. p. 728-731).

baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área”. (BRASIL; INCRA, 2006).

É possível verificar nas características das modalidades dos projetos de assentamentos criados pelo INCRA algumas diferenças na tabela abaixo:

Tabela 8 - Características das Modalidades dos Projetos de Assentamento

Nome/Descrição	Características	Legislação
Projeto de Assentamento Federal-PA	Consiste num conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas, de natureza interdisciplinar e multisetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da produção econômica, social e cultural do(a) trabalhador(a) rural e de seus familiares. Obtenção da terra, criação do Projeto, seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito de Apoio à instalação e de crédito de produção (PRONAF A), infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica), parcelamento do projeto e a titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA.	Instrução Normativa nº 15 de 30 de março de 2004, art. 3º.
Projeto de Assentamento Agroextrativista-PAE	Essa modalidade de Assentamento é destinada à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações oriundas de comunidades extrativistas. A obtenção da terra, criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de Crédito de Apoio à instalação e de crédito de produção (PRONAF A), infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a Titulação (Concessão de Uso/Título de propriedade) são de responsabilidade do INCRA.	Portaria/INCRA/P/nº 268 de 23 de outubro e 1996
Projeto de Desenvolvimento Sustentável- PDS	Modalidade de projeto criada para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental. A obtenção da terra, criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de Crédito de Apoio à instalação e	Portaria INCRA/P nº 477 de 04 de novembro de 1999.

	de crédito de produção (PRONAF A), infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a Titulação (Concessão de Uso/Título de propriedade) são de responsabilidade do INCRA. Não há individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal).	
Projeto Assentamento Florestal- PAF	de Modalidade de assentamento destinada a áreas com aptidão florestal de uso múltiplo, em base familiar comunitária; prevê ainda a formação de plantios com espécies nativas em caso de existência de áreas significativas já convertidas para outras atividades produtivas. Forma de assentamento recentemente criada. A obtenção da terra, criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de Crédito de Apoio à instalação e de crédito de produção (PRONAF A), infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a Titulação (Concessão de Uso/Título de propriedade) são de responsabilidade do INCRA.	Portaria INCRA/P nº 1.141 de 19 de dezembro de 2003 e Portaria /INCRA/P nº 215 de 6 de junho de 2006.

Fonte: INCRA; MDA. Documento cedido pelo INCRA/MA (2014).

Parte-se da análise do PDS ser um importante mecanismo institucionalizado capacitador do compromisso entre instituições governamentais, movimentos sociais e comunidades de interesse ambiental e social, no processo de construção e consolidação de assentamentos sustentáveis, tendo certamente na matriz tecnológica da agroecologia um importante instrumental para promoção do desenvolvimento rural estimulado pelo MST nos seus assentamentos. De acordo com o MDA/INCRA, essa modalidade de assentamento tem como fundamentos:

- O atendimento das especificidades regionais (extrativismo tradicional; resgatar o valor econômico e social da floresta, do mangue, da várzea etc.), ao invés de considerar apenas o potencial agrícola da terra;
- O interesse ecológico, além do social;
- A valorização da organização social, do trabalho e gestão comunitária;
- A concessão de uso da terra, por determinado período, para a exploração individualizada ou condominial, obedecendo a aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais; e
- O interesse ecológico de recomposição do potencial original da área. (BRASIL; INCRA, 2000).

Entende-se que o Assentamento João do Vale, no contexto das práticas produtivas sustentáveis para conservação do meio ambiente, caracteriza uma experiência inovadora quanto a possibilidade de fazer uso da terra sob uma

perspectiva respeitosa com o meio ambiente; portanto, contrapondo-se a insustentabilidade dos grandes projetos de desenvolvimento que tem no agronegócio, um modelo de desenvolvimento rural hegemônico. O assentamento situa-se em uma área preferencial, passiva de conservação por fazer parte de uma área de floresta⁷².

Centralizando-se na concepção de uso racional e adequado dos ecossistemas para sua conservação e de garantia do equilíbrio da relação homem /natureza como condição da existência da Humanidade, a agroecologia desponta como uma nova matriz tecnológica produtiva que busca superar o conhecimento fragmentário, valorizando o diálogo entre as várias áreas do conhecimento científico e saberes tradicionais, estes inerentes à diversidade cultural dos povos e das comunidades camponesas. Mediante a perspectiva de uma nova orientação e conhecimento acerca da prática agrícola, observam-se várias definições e conceitos, como por exemplo:

Segundo Servilla Guzmán (apud GUHUR; TONA, 2012, p. 61) agroecologia pode ser definida como:

[...] o manejo ecológico dos recursos naturais mediante formas de ação social coletiva que apresentem alternativas à atual crise civilizadora. E isso por meio de propostas participativas, desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que contribuam para fazer frente à atual deterioração ecológica e social gerada pelo neoliberalismo.

A partir da definição de agroecologia, Guzmán (apud SILVA, 2012, p. 730) revela uma articulação entre campesinato e manuseio sustentável dos ecossistemas:

O campesinato é a forma de manejo da natureza que, na coevolução social e ecológica, gerou cosmovisões específicas (quer dizer, uma forma de vida resultante de uma interpretação da relação homem-natureza que estabelece a articulação de elementos para um uso múltiplo da natureza), mediante às quais desenvolve processos de produção e reprodução sociais, culturais e econômicos sustentáveis ao manter as bases bióticas e identitárias nele implicadas.

⁷² De acordo com o Art. 12 da Lei Nº 12. 651/2012 é importante observar os seguintes percentuais mínimos em relação a área dos imóveis localizados na Amazônia Legal. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva:

a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas;
b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado;
c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais. (BRASIL, 2012).

De acordo com Altieri (2012, p. 105) a agroecologia se caracteriza como:

[...] uma disciplina que disponibiliza princípios ecológicos básicos sobre como estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis.

Para a EMBRAPA (2006):

A Agroecologia é um campo de conhecimento transdisciplinar que contém os princípios teóricos e metodológicos básicos para possibilitar o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis e, além disso, contribuir para a conservação da agrobiodiversidade e da biodiversidade em geral, assim como dos demais recursos naturais e meios de vida.

Guhur e Toná (2012) explicita que a agroecologia não é concebida pelos movimentos sociais populares do campo como saída tecnológica para a crise estrutural e conjuntural do modelo agrícola capitalista, mas como parte da estratégia política contra o agronegócio, a exploração da classe trabalhadora e a destruição do meio ambiente pela ambição do Capital. Nesse sentido, para a Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (apud GUHUR; TONÁ, 2012, p. 64) “[...] a agroecologia inclui: o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional”. Segundo a perspectiva de luta e resistência ao agronegócio, a agroecologia é mais que uma proposta de embasamento teórico-técnico científico que busca o desenvolvimento rural das comunidades camponesas com vistas a sustentabilidade da vida ; ela é uma especificidade quanto referência à construção de um novo projeto de campo incompatível com o sistema capitalista e portanto busca a emancipação humana. (GUHUR; TONÁ, 2012). O sentido norteador da agroecologia não se pauta unicamente nos aspectos técnicos, econômicos e ambientais, mas é sobretudo perpassado por valores éticos e culturais materializados nas ações coletivas para uma vida melhor da sociedade como um todo.

Dessa forma, a proposta agroecológica integra o amplo programa de reforma agrária popular do MST como um dos eixos estratégicos da luta e resistência contra a agricultura capitalista do agronegócio cuja expansão do latifúndio destrói em massa todas as espécies de vida. Em um contexto no qual a agricultura de larga escala privilegia o mercado externo, utiliza intensamente agrotóxicos e sementes transgênicas e explora a força de trabalho, um modo de

produzir que coloca a vida acima do lucro e do inviolável direito à propriedade privada é relegado a segundo plano. Por isso é que, além de matriz tecnológica para mudar a forma de produzir, a agroecologia deverá orientar as lutas e reivindicações dos camponeses sob a ótica de uma ética para a reprodução e preservação da vida humana em equilíbrio com os diferentes ecossistemas que deverão:

- Exigir do Estado políticas de crédito, financiamentos subsidiados, pesquisas e aprendizados tecnológicos voltados para a produção agrícola de matriz agroecológica e com o incentivo à adoção de técnicas que aumentem a produtividade do trabalho e das áreas, em equilíbrio com a natureza;
- Exigir do Estado políticas de incentivos e produção de máquinas, equipamentos e ferramentas agrícolas adequadas às necessidades e ao bem-estar dos camponeses e dos trabalhadores rurais, de acordo com as realidades regionais e preservação ambiental;
- Desenvolver, através do Estado, programas, armazenagem e distribuição de sementes crioulas e agroecológicas, dos alimentos da cultura brasileira, para atender as necessidades de produção dos camponeses, inseridos no princípio da soberania alimentar do país;
- Desenvolver um programa nacional de reflorestamento, com árvores nativas e frutíferas e manejo florestal nas áreas de assentamento, da agricultura camponesa, áreas degradadas pelo agronegócio e nas áreas controladas pelos povos indígenas e comunidades tradicionais;
- Combater a propriedade privada intelectual e de patentes de sementes, animais, recursos naturais, biodiversidade ou sistemas de produção;
- Exigir do Estado a organização, fomento e a instalação de empresas públicas e cooperativas de camponeses para produção de insumos agroecológicos, armazenar e distribuir para todos os camponeses. Instalar unidade de transformação de resíduos orgânicos das cidade em adubação orgânica e distribuí-los gratuitamente a todos camponeses;
- Exigir do Estado o combate à produção e comercialização de agrotóxicos e de sementes transgênicos. (PROGRAMA AGRÁRIO DO MST, 2013, p. 43-44).

Mediante a perspectiva explicitada, o PDS João do Vale como um assentamento que deve desenvolver uma atividade produtiva somada a preservação e restauração da mata nativa, se depara com limites e desafios para a realização de um desenvolvimento rural sustentável em uma realidade agrária contraditória. No interior do assentamento é possível identificar questões que impõem dificuldades ao avanço de uma organização produtiva e social para o seu desenvolvimento. De acordo com os relatos de Ramiro Javier Téllez Martínez, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST em entrevista concedida em 31 de dezembro de 2015, destacam-se os seguintes limites:

- a) *A burocracia do INCRA dificulta o acesso a assistência técnica rural pelos assentados. O assentamento é implantado, mas o estado não oferece capacitação técnica e tampouco acompanha o processo de organização interna das famílias para desenvolver a produção;*

- b) A ausência da organicidade no âmbito das práticas produtivas das famílias enquanto coletivo para potencializar a diversidade e a produtividade de alimentos no interior do assentamento;*
- c) Uma organização política frágil que se configura em uma baixa participação dos assentados nas mobilizações, reuniões, seminários em nível de estado e município para discutir sobre a relevância das políticas de saúde, de educação, moradia, de infraestrutura, de assistência técnica e crédito, dentre outras para pressionar a presença efetiva dos órgãos competentes na execução das políticas voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos verdes;*
- d) A falta de consciência a respeito de uma prática produtiva que concilie o uso adequado da terra e dos seus recursos com a preservação dos ecossistemas para uma vida saudável da sociedade. (Ramiro Javier Téllez Martínez, entrevista concedida em 31 de outubro de 2015).*

Em entrevista, Ramiro explicita que os limites decorrem da dinâmica do próprio sistema capitalista cuja ideologia e política estratégica neoliberal permeia as relações sociais no campo e na cidade, intervindo na vida social dos assentados e procurando fragilizar as lutas coletivas. Ao não terem respostas por parte do INCRA a cerca de suas demandas, os assentados acabam ficando dispersos e atribuindo a responsabilidade às organizações representativas como a Associação de Agricultores do Assentamento João do Vale e ao MST. Apreende-se que uma boa parte dos assentados se apercebem exterior ao MST, não compreendendo que eles constituem a base social do movimento e, portanto, sujeitos históricos e políticos capazes de transformar a realidade.

As conquistas dependem da capacidade de mobilização, organização, da consciência política e da força de pressão dos camponeses sobre os órgãos do estado para que esse projeto de desenvolvimento sustentável seja viabilizado. Nesse sentido, o militante do MST indica os seguintes desafios:

- a) Processo contínuo de formação para preparar gestores com conhecimento técnico e científico para desenvolver a atividade produtiva sob perspectiva sustentável;*
- b) Continuidade da luta contra a hegemonia do agronegócio e da empresa VALE no sentido de enfrentamento à ofensiva do capital que causa impactos socioambientais e econômicos para o campo e a cidade. A luta dos assentados não termina com o direito de uso da terra conquistada, mas deve ser potenciadora de novas conquistas coletivas dos sem terra em outras regiões e pela reforma agrária.*
- c) O compromisso individual e coletivo dos assentados para incorporar de forma gradual um sistema de produção de acordo com a sustentabilidade ambiental;*
- d) Formação política permanente da base social no processo de construção político-ideológico baseado nos princípios e valores de um projeto societário oposto ao projeto neoliberal.*

Existem iniciativas do Estado que indiscutivelmente são potenciadoras para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos na Amazônia, desde que sejam levados em consideração antigos problemas como da inoperância de Políticas Públicas de infraestrutura, Saúde pública, Educação, crédito e assistência técnica. Os nossos assentamentos em sua grande maioria localizam-se em áreas distantes dos centros comerciais e portanto, não tendo nenhuma condição logística e de transporte para escoar a produção. Agregado a isso, percebe-se a partir dos relatos do supracitado militante do MST, que a mais evidente iniciativa do Estado no PDS João do Vale se dá por meio do convênio realizado entre o INCRA e a Associação Educação e Meio Ambiente – EMA de forma impositiva sobre os assentados sem que estes tenham participação ativa no processo de definição das atividades produtivas a exemplo de duas propostas em curso: a implantação do sistema de manejo agroflorestal e da apicultura.

Os assentados têm resistido a essas propostas pelo fato de não se identificarem com tais práticas diversas daquelas que estão acostumados a lidar no seu cotidiano. Isso remete à história e a cultura das famílias que acreditando ter acesso a terra, continuariam a fazer suas roças e trabalhar as culturas agrícolas que gostam sem restrições.

De acordo com informações dos assentados, ainda não foi elaborado um plano de desenvolvimento sustentável do assentamento-PDA, incluso o plano de utilização sob responsabilidade do INCRA com a participação da comunidade, dos Movimentos Sociais e instituições ambientais. Acredita-se que esse é um ponto a ser esclarecido e discutido entre os assentados e o INCRA para orientá-los melhor sobre o papel e compromisso entre as partes envolvidas no processo de construção do PDS inerente a racionalidade sustentável.

Atualmente vários eventos promovidos por entidades representativas da classe trabalhadora rural e instituições governamentais tem contribuído para a discussão e elaboração de propostas acerca do desenvolvimento sustentável da Amazônia que inclui os assentamentos de reforma agrária do Programa Assentamentos Verdes – PAV, criado em 27 de novembro de 2012 por meio da portaria nº 716, de iniciativa do INCRA.

Desde 2013 vêm ocorrendo, em nível nacional, local e regional seminários, oficinas, conferências e fóruns como importantes espaços importantes para publicizar, democratizar e discutir os eixos temáticos e diretrizes do Programa

Assentamentos Verdes⁷³, a fim de que sejam construídas propostas atinentes a ações estratégicas de preservação, combate e alternativas ao desmatamento ilegal. E, para isso, dando-se destaque ao controle social com a participação de assentados Movimentos Sociais e entidades dos trabalhadores rurais. No dia 21 de março de 2014 realizou-se o 1º Seminário de Controle social do Programa Assentamentos Verdes no Centro de Estudo Sindical Rural (CESIR/CONTAG) em Brasília - DF.

O evento promovido pela CONTAG e pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM reuniu várias organizações como Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG, Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF, Associação Agroecológica – TIJUPÁ, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR, também a presença do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, além de outros. De acordo com o relatório do Seminário de Controle Social (IPAM, 2014), 18 Estados estiveram representados nesse evento: 8 Estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso; Pará, Roraima e Tocantins), o Distrito Federal e outros nove Estados (Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí; Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe).

No Maranhão, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão – FETAEMA realizou nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2015 a Conferência dos Movimentos Sociais do Campo para elaboração de propostas para o Desenvolvimento Sustentável em assentamentos de reforma agrária da Amazônia Brasileira, na própria sede da FETAEMA e com participação de representantes de movimentos sociais de todo o estado. (ALVES, 2015). Esse espaço se constituiu em

⁷³ O Programa Assentamentos Verdes estrutura-se em quatro eixos com suas respectivas diretrizes: 1) Valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas cuja diretriz é desenvolver atividades florestais e outras atividades produtivas sustentáveis harmonizando o desenvolvimento econômico com inclusão social e conservação ambiental; 2) Recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar para as famílias- Realizar a recuperação ambiental no âmbito da Operação Arco Verde, incorporando novas tecnologias e inserindo definitivamente a temática nos serviços de ATER; 3) Regularização fundiária e ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR), por unidade familiar: Implantar o Cadastro Ambiental Rural, juntamente com o instrumento de titulação nos assentamentos do INCRA; 4) Monitoramento e controle ambiental: Utilizar as ferramentas disponíveis para análise e monitoramento do uso dos recursos naturais das causas e tendências do desmatamento; coibir os ilícitos ambientais e realizar ações exemplares de retomada de parcelas por descumprimento de cláusulas ambientais (IPAM, 2014, p. 6).

uma fundamental iniciativa da classe trabalhadora para discutir a problemática do avanço do desmatamento na Amazônia em detrimento dos empreendimentos do agronegócio com o monocultivo do eucalipto e da soja.

Segundo publicação de Alves, em 23 de junho de 2015, o militante do MST e assentado do município Açailândia Bruno Sorato entende ser necessário discutir e propor respostas ao desmatamento ilegal realizado pelo setor empresarial que prejudica a qualidade de vida dos assentados. Essa ideia se expressa abaixo:

O que a gente quer é que o nível de desmatamento seja reduzido, a fim de melhorar a nossa qualidade de vida. Os assentamentos estão sendo ocupados pelas grandes empresas, produtores de soja, eucalipto e muitos outros. Precisamos de um solo fértil, para que, a partir dele, nos seja garantido uma produção e consumo de alimentos orgânicos.

Na mencionada conferência, o aprofundamento das discussões, a partir da análise de propostas elaboradas pelos movimentos sociais e trabalhadores rurais, se materializou em um documento de proposições de Políticas Públicas para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos que foi encaminhado ao governo federal e estadual. Os espaços de debate e trocas de informações e experiências entre assentados e movimentos sociais no contexto amazônico, qualificam a luta pela reforma agrária articulada à conservação do bioma amazônico, apontando para a resistência da classe trabalhadora e camponesa diante do modelo econômico do agronegócio e do domínio da empresa VALE S.A que alteram a dinâmica social dos assentamentos.

4.4 Resistência e lutas sociais: “vozes para além dos trilhos”

A comunidade camponesa do PDS João do Vale convive diariamente com a movimentação do trem da VALE S.A, que passa no entorno do assentamento carregado de minério de ferro com toda imponência de um gigante que exerce domínio e controle sobre as vidas das comunidades impactadas. O poder monopolista da empresa mineradora, que tem na EFC um forte mecanismo de influência nas áreas que abrange, quanto a seu espectro econômico, político e cultural vai se espacializando para garantir a reprodução do lucro. Durante o longo percurso da EFC é manifesta uma disputa por territórios entre diversos grupos sociais (quilombolas, indígenas, camponeses, quebradeiras de coco e ribeirinhos) e

o setor minerador que não hesita em desrespeitar as territorialidades dos povos, assim desconsiderando os vínculos que se estabelecem entre os sujeitos e o território forjados na construção histórica das relações sociais para a reprodução da vida objetiva e subjetiva.

A VALE S.A possui um largo histórico de degradação humana e ambiental que acompanha a sua política agressiva que não se dá somente no âmbito do mercado competitivo por ter uma grande reserva de minério de alta qualidade, mas que ocorre por meio de suas estratégias para ampliar a capacidade produtiva e de exportação com efeitos maléficos sobre as comunidades. Não obstante que populações tradicionais, movimentos sociais e organizações ambientais têm se lançado no enfrentamento contra as práticas exploratórias no território que são denunciadas por esses setores sociais. Acerca dos impactos negativos provocados pela empresa mineradora, Bossi et al. (2009, p. 162) afirmam:

As atividades da Vale causam acentuados impactos sobre os territórios e as populações que os habitam, gerando altíssimos custos sociais e passivos ambientais que são raramente divulgados. Desmatamento, deslocamento de populações, destruição de modelos tradicionais de subsistência, poluição atmosférica, intervenções em mananciais de abastecimento público e contaminação de cursos d'água são atividades que acompanham o percurso da Vale desde a exploração dos minérios, passando pela transformação e pelo transporte de seus produtos.

Em relação ao modelo de desenvolvimento hegemônico no Brasil e em particular no município Açailândia, dentre os municípios maranhenses que compõem a área de abrangência da Ferrovia Carajás, concorda-se com o autor quando este diz que

As práticas de exploração da Vale confirmam e acentuam o modelo de desenvolvimento desigual e concentrador brasileiro pelo qual a população local é afetada negativamente, ao mesmo tempo em que os benefícios econômicos são apropriados por acionistas nos grandes centros urbanos do país e no exterior. Todos os custos sociais e os passivos ambientais resultantes das atividades da Vale são ignorados e desconsiderados no discurso da empresa. (BOSSI et al., 2009, p. 163).

Soma-se a isso o fato da dinâmica produtiva mineradora potencializar outras atividades correlatas que contribuem para reforçar e intensificar as problemáticas sócio-ambientais já existentes e até mesmo reconfigurá-las em face dos desdobramentos de novos processos produzidos na dinamicidade dialética da

realidade. Situação emblemática confirma-se na reorganização do espaço em localidades vantajosas sob o ponto de vista das transnacionais para a expansão e acumulação do grande Capital. Nesse sentido, várias unidades siderúrgicas de produção de ferro gusa, assim como carvoarias, extensas áreas de eucalipto e o trabalho escravo constituem-se em elementos intrínsecos e essenciais à lógica expansionista do capital em Açailândia.

Em meio a toda contradição e mazelas produzidas no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento, em que o Programa Grande Carajás ganha destaque na consecução das atividades minero-siderúrgicas e no agronegócio como detentora de grandes empreendimentos redentores do alavancamento econômico no país, o assentamento rural nasce como espaço de enfrentamento diante do modelo de produção capitalista e, portanto, de contestação às estruturas sociais de dominação e exploração.

O PDS João do Vale, como assentamento rural, é uma forma de resistência no espaço e no território que guarda na sua trajetória de constituição a marca da sua história de luta pela terra e pelo direito a ter direitos. O processo organizativo dos assentados, quanto aos aspectos sociais e políticos, é inerente à complexa dinâmica da realidade nas suas diversas expressões cujas lutas de classes antagônicas e contraditórias são manifestas na disputa por projetos societários diversos.

Partindo da compreensão do espaço como totalidade social em que os sujeitos constroem/reconstroem suas relações sociais e de trabalho, tem-se nessa perspectiva sujeitos que se organizam espacial e socialmente para garantirem sua existência material; ou seja, o espaço como construção sócio-histórica é a expressão das relações que se estabelecem entre os homens e outros homens e a natureza. Para Fabrini (2007, p. 10):

[...] o espaço surge como condição de produção e reprodução, pois através de uma determinada organização do espaço cria-se a possibilidade de reprodução do grupo social. São as condições materiais (materialidade da construção espacial) condicionando as relações sociais.

É no assentamento que os camponeses estabelecem relações com o território e com o local no movimento constitutivo de suas vidas, de suas experiências compartilhadas. A proximidade entre os assentados naquele mesmo

espaço possibilita a construção e fortalecimento de laços de solidariedade essenciais nos processos organizativos da vida social e política. Essa é uma ideia que ratifica a atuação do MST em relação ao PDS João do Vale, no que diz respeito à orientação e apoio à organização social e política dos assentados com base na aproximação das famílias camponesas e fortalecimento do coletivo nos processos de luta e resistência. Ressalte-se que Marx, nos seus estudos sobre os camponeses na França no século XIX na obra 18 Brumário, já atribuía importância à questão da solidariedade que tem servido de categoria analítica sobre os movimentos sociais. Na sua concepção, o isolamento das famílias camponesas na pequena propriedade, na qual desempenhariam suas atividades produtivas de forma individual nos seus lotes, impediria “[...] a coesão, consciência política coletiva, capacidade de representação, enfim, o isolamento não possibilita a formação de consciência de classe para si”. (FABRINI, 2007, p. 10).

A solidariedade ganha então importância no contexto das lutas e resistências na perspectiva de construção dos processos organizativos nas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais que são mediadas pelas relações sociais em um determinado tempo e espaço. Porém, a existência de solidariedade entre membros de uma comunidade não significa ausência de tensões/conflitos, disputas políticas e desavenças no seu interior; entende-se que ela pode ser um instrumento politicamente potencializador da superação das diferenças entre os camponeses que vivenciam experiências comuns na trajetória de luta pela Reforma Agrária acrescida de outras lutas circunscritas nas problemáticas sociais oriundas da dinâmica contraditória e combinada da organização e das relações de trabalho no interior de um modelo de desenvolvimento rural financiado pelo Estado.

Gohn (2007, p. 178) enfatiza então:

A solidariedade citada por Marx refere-se a uma relação social, com mesmos interesses, e deveria estar voltada para um dado objetivo: a emancipação dos trabalhadores. Ao destacar a ausência daquela relação, como fator impeditivo da realização daquele objetivo, Marx demarca a solidariedade como uma relação social a ser construída, no caso, no interior das unidades produtivas, a partir das experiências comuns compartilhadas. Não se trata de um dom natural, imanente à natureza humana.

O PDS João do Vale, inserido em um contexto de expansão do Capital configurado seja no agronegócio, seja no setor minero-siderúrgico, apresenta-se

como expressão da resistência camponesa cuja dimensão essencialmente política é demarcada pelas lutas de classe representadas, respectivamente na classe dominante composta pelos grandes proprietários de terra e grupos econômicos de empresas nacionais e internacionais e na classe dominada dos trabalhadores e camponeses. A resistência camponesa se faz diante de um modelo de desenvolvimento rural hegemônico ancorado nos moldes de uma modernização industrializante que nega ao homem do campo produzir de seu jeito e o que deseja com base na soberania alimentar. O campesinato gestado nas contradições do modo de produção capitalista é a forma organizativa de resistência a todas as mazelas produzidas pelo Capital, dentre elas a fome que assola muitas famílias que vivem no campo e na cidade.

Então, a produção para o autoconsumo, as relações de vizinhança, a solidariedade, as trocas de alimentos, o manejo do plantio sem uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos constituem em processos potenciadores de formas e práticas sociais de resistência a um modelo de agricultura empresarial voltado para a produção e especialização de gêneros primários para o mercado exportador. Tal modelo hegemônico é desagregador das relações humanas à medida em que o lavrador convertido em proletário rural é mais uma mercadoria, um ser apartado dos seus instrumentos de trabalho e com tempo cada vez mais restrito para produzir a sua safra e garantir a subsistência da família. Isso é decorrente das transformações das relações de trabalho ocorridas no contexto da reestruturação e reorganização produtiva na perspectiva de modernização industrial com rebatimento no campo.

Essa realidade possibilita, contraditoriamente, a criação de novas formas e estratégias de resistência no âmbito conjuntural das lutas quanto às correlações de força em um dado contexto econômico, social e político. As contradições que recaem no campesinato, agravando a questão agrária servem de subsídios para a reflexão nas discussões acerca de temáticas do Desenvolvimento, Reforma Agrária, Educação e Meio Ambiente que são realizadas nas conferências, congressos, fóruns, encontros de trabalhadores rurais e camponeses organizados e articulados a outros movimentos sociais do campo pelo MST e pela Via Campesina.

Em detrimento da reconfiguração da questão agrária no cenário das relações mercadológicas do setor minero-siderúrgico e da agropecuária imposta pelo agronegócio, as transformações são sentidas na complexidade das relações de trabalho e no alargamento de problemas sócio-ambientais com fortes consequências

para as comunidades camponesas.

A dinâmica econômica que se processa em Açailândia está alicerçada na promessa de desenvolvimento para a Região Amazônica centralizada no Programa Grande Carajás que teve como desdobramento inúmeros projetos no Maranhão evidenciados hoje no beneficiamento do minério de ferro em gusaena extração de minerais, inclusive de ouro sob o controle da empresa VALE S.A, na agropecuária (produção de carne bovina, couro e leite), no cultivo de soja, eucalipto, produção de gás e outros projetos voltados para o desenvolvimento do país. A grande investida do setor mineiro-siderúrgico volta-se para a abertura de novas minas no Pará e a duplicação da EFC para ampliar as exportações. Ao longo da ferrovia que atravessa os estados do Pará e do Maranhão, há centenas de comunidades e povoados que são impactados pela obra de infraestrutura da EFC, o que tem causado tensões e conflitos entre esses segmentos e a empresa VALE S.A. que por sua vez não se sente responsabilizada pelos efeitos negativos.

Em Açailândia, os impactos da EFC alcançam seis assentamentos cujos lavradores vivem o dilema de disputar seu espaço e território com uma empresa detentora do poder econômico, político e cultural. Os assentamentos Novo Oriente, Francisco Romão, João do Vale, Planalto I, Planalto II e o Agroplanalto, inserem-se na complexa realidade resultante da dinâmica produtiva da VALE. Esses assentamentos têm suas áreas cortadas pela linha férrea, sendo que os impactos entre eles podem variar quanto à magnitude, forma (direta ou indireta) e abrangência, ou seja: se o impacto é local, regional ou estratégico, de acordo com as diretrizes da Resolução Conama 001/86. (RIMA, 2015).

No caso específico do PDS João do Vale, que se localiza em uma área reconhecida legalmente como de reserva amazônica, tem-se uma situação particularizada em relação aos demais assentamentos que não se caracterizam como um PDS, o que lhe confere um tratamento diferenciado pelo INCRA, no que concerne à preservação e uso sustentável da floresta nativa. O fato de ser um assentamento já carrega o conteúdo político da resistência camponesa no contexto das lutas pela efetividade da política de reforma agrária; mas acrescido a isso, a qualificação de PDS remete contraditoriamente ao sentido de ratificar e negar simultaneamente esse espaço de contestação e luta diante de um modelo de agricultura predatório que se materializa e se fortalece na cadeia produtiva do segmento econômico minerador hegemônico dos interesses capitalistas. Contudo, é

nesse impasse que deverão ser construídas as possibilidades de superação das contradições com base nas articulações políticas internas e externas.

Na área do PDS João do Vale ainda é possível se observarem os resquícios do desmatamento indiscriminado, predatório da ação de agentes econômicos propagadores do discurso de modernização e progresso para a Amazônia Legal, que se fez e continua a se fazer acompanhado da degradação ambiental. A figura 28 mostra os dormentes de madeira provenientes da mata nativa que a empresa VALE S.A utilizava para a construção da Estrada de Ferro Carajás-EFC. Hoje, abandonados na área, são apenas entulhos que demarcam a histórica trajetória de extração de madeira de lei na região.

Figura 28 - Dormentes utilizados na construção da Ferrovia Carajás



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Em conversa com Seu Bernardino, assentado na área, percebe-se, a partir de seu depoimento, a saudade mesclada ao sentimento de indignação em relação à composição da paisagem vegetal, na atualidade, sem a presença da grande variedade de árvores nativas em detrimento da prática de desmatamento pelas serrarias e carvoarias na região, inclusive das carvoeiras (Vide figura 29) instaladas na área do PDS João do Vale pelo suposto proprietário. Ele reforça ainda:

“Aqui nesta área como você pode observar, era uma carvoeira; é tanto que tirou tudo, não restou uma árvore aqui onde era a carvoeira do Jugurta. Ele nunca replantou nada”.

Figura 29 - Área que era ocupada pela antiga carvoeira, PDS João do Vale



Fonte: Acervo pessoal (2015).

O assentado lembra que *“nas décadas de 1970/80, quando se entrava no povoado Reta se olhava um arvoredo lindo; não dava pra ver nem o Sol. As serrarias e as carvoeiras acabaram com a mata [...]”*. Depois de retirarem toda a madeira que desejavam, a área era simplesmente abandonada. Hoje é observável uma imagem contrastante com aquela explicitada, que remete ao passado relatado por seu Bernardino. Por sua vez diante dos nossos olhos se projeta uma área descampada na qual havia várias árvores de alto porte e de troncos grossos que foram derrubadas para a produção de carvão pelo antigo proprietário e uma vereda de eucalipto em expansão ao longo do povoado da Reta. A relação de dominação do espaço e território se faz com base na espoliação da natureza e expropriação da terra, demarcando geograficamente o poder concentracionista de terras daqueles que não hesitam em destruir e explorar pessoas que fazem da terra a fonte de reprodução social da sua família. Na percepção de Seu Bernardino é nítida a relação

de dominação do fazendeiro⁷⁴ e a devastação que ocasionou o desaparecimento da madeira de lei naquele espaço.

Conheci aqui quando era mata virgem, não tinha dono; o dono era quem chegava e fazia uma roça. Até que chegou o pai do Jugurta e abraçou toda essa área; ele dominou a terra onde se concentra hoje os assentamentos João do Vale, Francisco Romão mais outra faixa de terra do Planalto I; na época a [Serraria] Sunil explorou muito essa área retirando madeira da mata nativa; tirava madeira somente das árvores grossas tais como ipê, massaranduba, cedro, jatobá, maracatiara. Hoje está tudo deteriorado, foi o Jugurta “novo” que fez. (Antônio Bernardino da Silva, assentado, entrevista concedida em 11 de dezembro de 2014).

Há de se considerar que o desmatamento e o agronegócio na região de Açailândia guardam uma estreita relação que se materializa nas extensas áreas de eucalipto que transformados em carvão, alimentam os altos-fornos das siderúrgicas quanto ao processamento de ferro gusa. A apropriação e o uso do espaço com a mediação tecnológica traz, conseqüentemente, implicações profundas tanto na vida do camponês quanto à natureza. Luís Antônio faz a indicação acerca dessa questão:

*As comunidades camponesas dentro da lógica capitalista têm sido impactadas. Mudou a forma, mas a violência continua a mesma. Por exemplo, na região Tocantina, essa questão da expansão do agronegócio nessa região a partir do monocultivo, principalmente nessa região do monocultivo do eucalipto eh... isso aí provoca e incide sobre as populações camponesas, né? nas populações rurais; ou seja, cada vez mais, aumenta a expansão do eucalipto na região e isso diminui a perspectiva da produção de alimentos, né? eh... As comunidades camponesas que são produtoras da agricultura familiar elas vão diminuindo porque com o aumento da expansão de eucalipto diminui a produção e vem também outros problemas: a contaminação dos solos, do ar, da própria diminuição da força de trabalho, né? Agora na nossa região está sendo feita a colheita do eucalipto, antes essa colheita empregava maior quantidade de mão de obra, hoje diminuiu 90% por causa da tecnologia; tem máquina que faz serviço de 50 homens, né? ela gasta 6 segundos para cortar uma árvore e pra pilhar[fazer todo o serviço] e isso antes era feito pela mão de obra do trabalhador; a tecnologia causa uma mudança na vida das pessoas; então, aí há uma mudança; **para o agronegócio se desenvolver, ele precisa que***

⁷⁴ No ano de 2009, o “antigo proprietário da área” fez uma denúncia junto ao Ministério Público Federal –MPF culpabilizando o MST e os assentados na área pela prática de queimada e portanto pela devastação da mata nativa. O MPF encaminhou a denúncia ao IBAMA solicitando vistoria da área para constatação da verossimilidade do fato transcorrido. O IBAMA realizou uma operação de vistoria na região durante três dias, fazendo levantamento de dados a partir de informações colhidas dos acampados. Na ocasião foi perguntado como era a área assim que chegaram e como estava. Os assentados relataram que, assim que chegaram, havia muita juquira, mas com a queimada da mesma, “eles se sentiam prejudicados quanto aos seus plantios porque nascia muito mato”. Com base nos depoimentos dos acampados foi construído um relatório que subsidiou a análise técnica, concluindo-se que a área foi devastada pelo antigo ocupante. As inverdades que responsabilizavam os acampados pela devastação não passaram de uma artimanha para impedir a criação do assentamento.

o campo esteja vazio, né? e aí há essa pressão (Luís Antônio Lima e Silva, Coordenação Estadual do MST, entrevista concedida em 06 de novembro de 2014, grifo nosso).

Compreende-se que a luta pela terra empreendida pelos camponeses do PDS João do Vale assume centralidade em suas vidas que, por sua vez, se amplia, incorporando novas dimensões recorrentes da dinâmica imposta pelo setor minero-siderúrgico.

Atualmente os conflitos e a resistência se dá em torno da linha férrea que torna os camponeses no seu cotidiano subjugados a ela no que concerne ao controle sobre suas vidas. A empresa VALE consegue desencadear impactos sócio-ambientais de forma bastante complexa que ora podem aparecer visíveis e de forma sutil como ocorre nas intervenções ideológicas e políticas nos espaços por onde a EFC atravessa.

Diferente de uma chaminé de indústria siderúrgica emitindo visivelmente gases poluentes, o trem carregado de minério de ferro aparentemente em um primeiro momento pode não significar nenhum impacto às comunidades, uma vez que ele, transfigurado na metáfora do progresso e da modernidade, atua nas representações dos indivíduos que são capturados pela ideia da possibilidade de ter um emprego na empresa mineradora e mudar de vida.

As comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e, sobretudo as camponesas, que vivem a realidade de expropriação de seus territórios dominados pela ferrovia Carajás, tornam-se “reféns da riqueza mineradora”. (BOSSI et al., 2011, p. 65). Essas centenas de famílias vivem em condições precárias de subsistência ao lado da opulência do trem de minério de ferro cuja carga será convertida em milhões de dólares no mercado internacional. A empresa VALE S.A é responsável por um imponente projeto de duplicação do sistema mina-ferrovia-porto que se impõe com autoridade sobre as comunidades, afetando-as em sua dinâmica social de forma negativa e, portanto, complexificando ainda mais os conflitos fundiários. Isso é reafirmado assim:

Se a extração mineral e respectiva logística de transporte e escoamento para o mercado externo já por si reproduziam um modelo concentrador de terras, hoje temos um cenário ainda mais complexo, com os conflitos fundiários vinculando-se cada vez mais à mineração. (BOSSI et al., 2011, p. 69).

Ainda os mesmos autores, sobre a relação de interesse do empreendimento minerador na região amazônica e a negação da particularidade socioeconômica da realidade local, dizem que

A verticalização da produção oferece novas vagas de trabalho, mas concentra investimentos de grande impacto em regiões com riqueza de recursos e mão de obra barata. Nega, assim, a diversificação econômica e a vocação produtiva local, facilitando, por exemplo, a monocultura de eucalipto para alimentar fornos siderúrgicos ou a construção de barragens e usinas hidrelétricas para fornecer energia. (BOSSI et al., 2011, p. 69).

Inserido na realidade complexa da expansão do Capital do setor minerador, o PDS João do Vale apresenta-se como uma realidade de menor complexidade cujos assentados se organizam e se mobilizam em torno das lutas de resistência diante de um modelo impositivo de desenvolvimento que não corresponde aos seus anseios. A duplicação da estrada de ferro na percepção dos movimentos sociais e dos assentados é uma grande operação que persegue o aumento dos lucros privados ocasionando impactos para o PDS João do Vale e assentamentos vizinhos que são atravessados pela linha do trem, porém sem perder de vista a forte ressonância em todo o município de Açailândia.

De acordo com Bossi (et al., 2011, p. 67) “[...] mais de 20 bilhões de reais: é o investimento da VALE S.A., entre 2010 e 2015, para potencializar o chamado “sistema norte” de escoamento de minério de ferro”. Sem dúvida, um grande empreendimento para aumentar a capacidade produtiva e as exportações. É importante lembrar que a EFC possui 892 km e a expansão consiste na duplicação de 625 km dos trechos compreendidos entre o estado do Pará e do Maranhão. A liberação do trecho para duplicação foi concedida em 2010 pelo IBAMA e com ela somando-se a expansão das estruturas no Terminal Portuário de Ponta da Madeira, da Estrada de Ferro Carajás e a construção de um ramal ferroviário de 100 km ligando a mina de Canaã dos Carajás à EFC, em Parauapebas-PA, segundo dados da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários- ANTF. (BRASIL, 2015).

O PDS João do Vale, juntamente com outros assentamentos, a exemplo do Assentamento Francisco Romão, já protagonizou várias situações de conflito e tensão com a empresa mineradora por se sentir prejudicado com a operacionalidade da duplicação da EFC. Mesmo mediante as inúmeras denúncias feitas pelas comunidades, movimentos sociais, pela Rede Justiça nos Trilhos e com a

intermediação do Ministério Público Federal, a VALE se coloca em posição de total irresponsabilidade diante dos danos ambientais e sociais.

As comunidades camponesas têm-se organizado e se articulado politicamente nos movimentos sociais do campo e da cidade para discutir sobre os impactos e buscar alternativas para mitigar os efeitos negativos gerados no seio de um modelo de desenvolvimento industrial agudizador da questão agrária, uma vez que o próprio Estado se mostra conivente com as estratégias de expansão do capital.

Desde 2010, com a duplicação da linha férrea, as comunidades camponesas, que têm seu modo de vida, sua identidade cultural e seu direito de ir e vir violados por conta da política agressiva da VALE S.A nos seus territórios, vêm travando debates em vários espaços participativos de construção da cidadania, seja na comunidade, juntando-se aos movimentos sociais, Igreja e universidades. A forma manifesta das mobilizações dos assentados do PDS João do Vale define a resistência diante de um projeto que os exclui e, portanto reivindicar providências para os problemas significa dar visibilidade às contradições, ao conflito entre classes sociais antagônicas. O fato de ocupar a estrada vicinal, bloqueando a passagem de veículos da empresa VALE S.A em direção aos canteiros de obra, é uma forma contestadora diante da expansão crescente do Capital às custas dos impactos negativos sobre a comunidade.

O relato de Luziana, assentada do Assentamento Francisco Romão e Secretária de Administração e Finanças do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Açailândia, explicita a forma autoritária como se deu a implantação das obras de infraestrutura da ferrovia e seus impactos negativos para as comunidades locais. Para a assentada, a organização dos trabalhadores rurais e dos assentados na região representa a força dinâmica das lutas pela Reforma Agrária e dessa maneira da transformação social de sua realidade.

Na percepção da assentada, a organização da classe trabalhadora é um importante vetor ao impedimento de um projeto de duplicação, que não respeita as comunidades no seu modo particularizado de reproduzir a vida social e a configuração ambiental em uma área da Amazônia Legal. Tais ideias podem ser observadas no relato abaixo:

*[...] a questão da duplicação da linha férrea agente discute de uma forma diferente porque **quando eles fizeram esse projeto não pensaram em ninguém que morava ao longo dos trilhos e quando eles vieram investir esse projeto queriam passar por cima de tudo e de todos que estavam no meio deles**, só que quando chegou na região do Novo Oriente que é constituído por seis assentamentos: Planalto I, Planalto II, o João do Vale, Francisco Romão, Novo Oriente e Agroplanalto eh... eles conseguiram encontrar uns trabalhadores rurais organizados diante da obra de duplicação. O impacto do trem nos assentamentos é grande, né?... nós temos exemplo a construção de um grande canteiro de obra dentro de uma área de assentamento. Com a construção desse canteiro próximo a uma escola, dentro do Assentamento Novo Oriente, né?, agente conseguiu visualizar o fluxo de transportes, o fluxo de homens na região. O fluxo de muitas coisas acabou com a organização da comunidade um pouco ou minimamente com aquela organização que tinha. Só que assim, o que acontece? O João do Vale e o Francisco Romão são os assentamentos mais novos na região. Agente conseguiu hoje... assim como existe muita lei que é desfavorável aos assentamentos, há outras que são favoráveis; aí com essas, conseguimos juntar com alguns movimentos sociais como a Igreja, o Centro de Defesa, a Justiça nos Trilhos e Associação dos Moradores de Piquiá de Baixo e agente se reuniu e fomos discutir o que estava prejudicando muitas pessoas, não somente dos assentamentos João do Vale e Francisco Romão, mas o município de Açailândia de modo geral né, porque **se vai ter uma duplicação [linha férrea] no município não vai prejudicar somente os assentamentos, mas o município todo** (Luziana Maria da Cruz Silva, Secretária de Administração e Finanças do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Açailândia MA- STR's, entrevista concedida em 06 de novembro de 2014, grifo nosso).*

Luziana reitera os argumentos ao dizer ainda:

Com a duplicação, aumentou a poeira, a doença, o fluxo de pessoas. Tudo que veio para a duplicação melhorou para eles e piorou para a vida das comunidades próximas da linha do trem. E a linha férrea passa dentro da área do assentamento do João do Vale, assim como as terras do Agroplanalto, do Novo Oriente, do Francisco Romão, todos a linha férrea passa lá.

As observações *in loco* e as informações colhidas a partir dos relatos dos assentados revelam algumas particularidades merecedoras de destaque quanto à espacialidade dos impactos da duplicação sentidas pelas comunidades.

Diariamente são em média 24 trens que perfazem o trajeto de ida e vinda pelas comunidades afetadas. Um caso emblemático é o do Assentamento Francisco Romão (vide figura 30), em que a agrovila é visivelmente situada a poucos metros da ferrovia, sofrendo com a trepidação do terreno, rachadura de casas, poluição sonora causada pelo barulho do trem, além da espera dos assentados para atravessarem a linha férrea em seus deslocamentos diários com riscos constantes de acidentes (vide figura 31).

Figura 30 - Assentamento Francisco Romão



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Figura 31 - Assentados esperando o trem passar



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Em relação ao PDS João do Vale, a sua particularidade quanto ao aspecto espacial que se faça sentir os impactos diretos remete aos lotes estarem no

entorno da linha férrea, segundo informações de um dos assentados. No ano de 2010, o esmerilamento dos trilhos provocou o incêndio de plantações, da mata nativa e morte de animais silvestres em decorrência da dispersão da faísca pelo vento. Com as obras de duplicação, houve uma intensificação do fluxo de máquinas e carros, causando a destruição da estrada vicinal, pisoteamento dos plantios e consequentemente a redução da área de plantação. Além disso, aumentou a circulação de pessoas na região, ocasionando também a presença de assaltantes que se escondem nos túneis desativados do trem da VALE, impondo medo às comunidades locais completamente desprotegidas pelo poder público. Há camponeses que precisam andar quase 8 km em direção aos seus lotes devido ao desvio que fazem para não atravessarem a linha do trem a fim de não perderem tanto tempo e por prevenção aos acidentes.

O período compreendido entre 2010 e 2014 foi marcado por seminários organizados pela Associação de Agricultores do Assentamento João do Vale, movimentos sociais e as lideranças das comunidades vizinhas, a exemplo do seminário ocorrido no Assentamento Novo Oriente que, na ocasião, reuniu os assentados para discutirem sobre os impactos da duplicação da ferrovia e as propostas das benfeitorias para as comunidades afetadas a serem apresentadas e negociadas com a VALE S.A.

Foram realizadas várias mobilizações motivadas pelo descumprimento dos acordos firmados pela empresa mineradora para efetivação de ações compensatórias nos assentamentos. O descaso e a irresponsabilidade para com os problemas sócio-ambientais, que a empresa tem produzido de Carajás ao Maranhão, em nada converge para o discurso da responsabilidade social, visto que é campeã em violação de direitos humanos, sociais e trabalhistas. Porém, a forma como a comunidade do PDS João do Vale e comunidades vizinhas vêm-se organizando politicamente nos movimentos sociais com apoio do MST, da Justiça nos Trilhos, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STR's, os assentados têm potencializado as suas lutas diante da rival que eles afirmam ter: a empresa VALE S.A.

No dia 12 de janeiro de 2012, os assentados do PDS João do Vale e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais- STR's mobilizaram-se para interditar a estrada vicinal, via de acesso por onde passam os carros, ônibus de funcionários e máquinas da VALE em direção ao canteiro de obras para a

duplicação da linha férrea, com o intuito de pressionar a empresa a cumprir a pauta reivindicatória anteriormente acordada entre as partes envolvidas.

Ao contrário do que a mídia televisiva é acostumada ao veicular tendenciosamente e criminalizar as ações dos movimentos sociais, as manifestações da comunidade de interditar a estrada não se configuram como ato de violência, vandalismo, mas são formas estratégicas de dar visibilidade aos problemas em questão e ter suas reivindicações atendidas. Uma das assentadas relata o que motivou efetivar a mobilização e as principais reivindicações para a comunidade:

*Nós ficamos lá de 5 h da manhã a 1 h na chuva com fome, cansado; nós encostamos 12 ônibus, fora os carros pequenos. Os trabalhadores da firma [Odebrecht] estavam todos lá [...] Nós não quebramos carro, só pedia pra eles encostarem. **A mobilização foi por conta do poço e da duplicação da ferrovia que passa dentro dos nossos lotes[passa nos lotes da maioria dos assentados] e prejudica as roças com o tráfego de carros e também a travessia de crianças e animais, ocorrendo o risco de acidentes.** Eles tinham prometido posto de saúde, poço, abertura de estradas etc. e não cumpriram (Maria Rosa Alves Marreiros, assentada, entrevista concedida em 11 de novembro de 2014, grifo nosso).*

A resistência da comunidade camponesa frente as suas reivindicações foi determinante para a empresa mineradora providenciar de imediato a negociação e, assim, dar início às ações compensatórias. De acordo com Rosa, assentada, vieram de São Luís 21 funcionários da direção da VALE para a negociação. A assentada acrescenta: “*Nós ficamos aguardando, até que 5:00h da tarde chegou esse pessoal e nós negociamos. A VALE negociou porque foi pressionada pela comunidade e teve medo do prejuízo de suas atividades paralisadas*”.

Ressalte-se que projetos sociais e ações compensatórias realizadas pela VALE S.A não passam de ações pontuais que mascaram e alienam os indivíduos diante da complexa dinâmica da cadeia produtiva mineradora em Açailândia, intensificando cada vez mais a questão agrária. Porém, o movimento dialético da história das lutas de classe na disputa por projetos societários antagônicos, recria um campesinato que redimensiona suas formas organizativas e estratégicas de luta pela terra.

No PDS João do Vale verificou-se um divisor de águas quando o assunto tratou da atuação da VALE no assentamento e a relação que ela estabelece com os assentados. Há assentados que, na sua percepção, veem na VALE S.A uma empresa que é benevolente e os ajuda bastante, principalmente após a construção

do poço. Os assentados, que conservam essa ideia, não concebem os impactos causados pela empresa e chegam até mesmo a defendê-la perante os que se opõem. Quando um dos assentados diz: *“Não tenho queixa porque se eles não quisessem fazer o poço não fariam [...] eles não mexeram em nada nosso. Se eles empinassem em não fazer, não faziam; eles têm dinheiro e nós não temos”*, compreende-se como o poder ideológico e econômico da empresa se impõe autoritariamente sobre a pessoa, tornando-a alienada acerca de sua realidade. Isso tem causado divergências no interior do Assentamento entre aqueles que veem a VALE como parceira e aqueles que concebem uma relação de conflito/tensão existente entre empresa mineradora e comunidades impactadas.

Luís Antônio explicita sua grande preocupação com o posicionamento desses companheiros do assentamento que estão sob o espectro da alienação ideológica, negando os danos sócio-ambientais ocasionados pela VALE. Por isso ele chama atenção ao dizer:

[...] contraditoriamente você vai encontrar dentro do Assentamento João do Vale pessoas que vão dizer: “A VALE é muito boa pra nós”. E isso é mais grave pra nós porque vão dizer: “está muito bom, a VALE está trazendo muito desenvolvimento”. Essa é a questão da alienação que é mais difícil agente convencer e conscientizar que o benefício que eles apresentam não compensa nem 1/3 do prejuízo eh...que eles trazem; os prejuízos que esses grandes projetos trazem quando se instalam na região são em todos aspectos: sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais (Luís Antônio Lima e Silva, Coordenação Estadual do MST, entrevista concedida em 06 de novembro de 2014).

Depreende-se que a VALE S.A se aproveita da falta de efetividade da política de reforma agrária para intervir nos espaços de vulnerabilidade socioeconômica, característico de um assentamento como o PDS João do Vale, em sua fase ainda de implantação, para, assim, cooptar as famílias por meio de ações compensatórias cujo exemplo mais evidente é o da construção do poço artesiano, no ano de 2013. A dificuldade de abastecimento de água pelos assentados, como já foi tratado neste trabalho, foi o problema mais grave apontado por eles após a criação do assentamento. E, portanto, com a construção do poço, alguns deles ficaram profundamente gratos à Empresa. Nesse sentido, a prática de cooptação ocorre sutilmente, configurando-se como benesse concedida à comunidade. Ora, no espaço das disputas ideológicas, coexiste em termos gramscianosa ideologia de uma classe dominante hegemônica representada pelos agentes econômicos do

agronegócio, do setor minero-siderúrgico e pelo Estado e no outro extremo, a ideologia de uma classe trabalhadora do campo que defende um modelo de agricultura com valores e princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Torna-se conveniente para a empresa diminuir o potencial das lutas reivindicatórias e as mobilizações, ou seja: a cooptação exerce o papel de esvaziar o conteúdo político das lutas, enfraquecendo-as e assim descaracterizando o sentido da luta pela terra.

Partindo desse contexto, Sanaélia Costa, assentada e supervisora da escola do PDS João do Vale, caracteriza a atuação da VALE junto aos assentados dentro da perspectiva cooptadora, como intervenção negativa que prejudica o processo constitutivo da formação sócio-política da identidade camponesa, pautado nos princípios político-pedagógicos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

*Agente desenvolve uma atividade dentro dos princípios pedagógicos do MST, portanto, temos discutido a atuação da VALE no assentamento. O nosso público que são as crianças, agente tem levado a discussão para as mobilizações e para a Jornada da Infância. Olha que há uma boa conscientização por parte desses alunos. Mas a VALE tem feito um trabalho bastante desleal na comunidade no sentido de comprar as pessoas através da construção do poço e da quadra de esportes que agora está sendo construída. Bom, pra mim **não é algo positivo para essa comunidade no sentido que é uma compensação, mas para as pessoas é como se fosse um favor que gera uma eterna dívida com a VALE e que tem gerado conflitos nas relações das pessoas que atuam na militância, no Movimento da militância com a comunidade, ou seja, a nossa base que não é bem preparada, ela está rendida. E isso é tudo que a VALE queria**[...]é um assentamento que tem muito potencial, embora as pessoas estejam fragilizadas; elas passaram por uma preparação desde jornadas durante a ocupação. Foi pensada toda uma preparação dos camponeses para a projeção de um assentamento que seria uma referência [...]Nós que estamos mais na perspectiva de construir uma comunidade que tenha uma resistência, que tenha um nome lá fora como Assentamento de reforma agrária do MST, tem sido difícil essa relação por conta da atuação da VALE [...] (Nara Sanaélia da Silva Costa, entrevista concedida em 13 de novembro de 2014, grifo nosso).*

A prática de cooptação da empresa adentra os processos organizativos do assentamento, sinalizando as contradições da organização política dos assentados. Ademais, um elemento a ser considerado é a subjetividade do indivíduo, as suas próprias construções sobre si e sobre o mundo. As pessoas em um contexto de vulnerabilidade sócio-econômica são suscetíveis ao consentimento

espontâneo da cooptação, que acontece de forma naturalizada nas relações sociais.

A classe dominante hegemônica, que se sobrepõe ideologicamente sobre a classe dominada, organiza a vida social sob o ponto de vista produtivo e cultural (GRAMSCI, 1982). E, para isso, vai-se utilizar de mecanismos que reproduzam seus valores e concepções de mundo; nessa acepção, com base no relato da assentada, a educação é um ponto crucial que o Capital se apropria para descaracterizar as lutas e a resistência camponesa enquanto classe no contexto expansionista do setor mineiro-siderúrgico e do agronegócio. A empresa mineradora não hesita em estrategicamente intervir nas atividades educativas dos alunos como pode ser percebido no relato da supervisora escolar Sanaélia:

[...] Certo dia teve uma oficina de grafiteagem e a gente pediu que os alunos desenhassem duas crianças camponesas e elas disseram que não. A gente perguntou por que e eles disseram que não podiam desenhar nada que divulgasse o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nem um símbolo, nem nada. O nome camponês parece que feriu essa hora. Então é muito claro a forma de imposição (Nara Sanaélia da Silva Costa, entrevista concedida em 13 de novembro de 2014).

As contradições coexistentes no interior do PDS João do Vale na sua estruturação social e política é o que configura o assentamento enquanto síntese das múltiplas determinações delineadas nos processos constitutivos da vida social. O assentamento constitui-se em espaço sócio-histórico de sujeitos políticos que lutam e resistem aos ditames de um modelo de desenvolvimento industrial moderno e conservador. A dinâmica mineiro-siderúrgica de expansão do Capital, que altera a dinâmica social dos camponeses, contraditoriamente, recria um campesinato com novas lutas e estratégias para reprodução social de suas famílias. Nesse contexto, o Estado negligencia as Políticas Públicas direcionadas aos setores populares em detrimento do setor empresarial, porém a classe camponesa vai à luta para amenizar as facetas da pobreza por meio de vias que podem se mostrar contraditórias, mas que são necessárias para sua existência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva deste trabalho desenvolvido foi proporcionar a compreensão acerca da incidência dos impactos sócio-ambientais vinculados aos projetos de desenvolvimento no município de Açailândia-MA, expressos no modelo agroindustrial: agronegócio e minero-siderúrgico sobre a vida das comunidades camponesas, em particular dos assentados do PDS João do Vale, ensejando-se demarcar a resistência e a luta pela terra na dimensão política e os conflitos agrários ligados, sobretudo quanto à empresa VALE S.A. O PDS João do Vale como realidade empírica estudada na pesquisa é compreendido como expressão da luta pela reforma agrária permeada pelas contradições da dinâmica econômica, social, política e cultural desencadeadas pela cadeia produtiva da região amazônica.

A dinâmica produtiva minero-siderúrgica em Açailândia ocasiona uma cadeia destrutiva incidente sobre a vida das comunidades locais e dos ecossistemas em seu entorno. Há uma combinação perversa entre os processos desencadeados no espectro dos denominados projetos econômicos expressos na atividade mineradora e no agronegócio com as atividades da pecuária, monocultivo de eucalipto e produção de carvão vegetal. A forma irracional e predatória como ocorre essa simbiose desigual entre mineração, agronegócio e a natureza só poderia resultar em efeitos destrutivos ao ecossistema e consequentemente às comunidades camponesas que têm seus direitos sociais e humanos violados.

O PDS João do Vale insere-se no movimento contraditório do Capital expansionista que concentra/reconcentra terras para fins do agronegócio e da especulação fundiária, expulsando o camponês do seu lote de terra e açambarcando o território e todos os seus recursos naturais e minerais a seu bel-prazer. As transformações operacionalizadas na organização/reorganização dos processos produtivos no espaço com a introdução tecnológica e a construção ou ampliação de infraestrutura (rodovias, ferrovias, portos, hidrelétricas etc.) vão ter rebatimento direto no campo, reconfigurando a questão agrária e acentuando ainda mais os conflitos.

Considerando-se a reatualização de antigos problemas socioeconômicos para os assentados quanto à organização produtiva para a reprodução da existência, somam-se ainda outros que interferem na dinâmica de suas vidas no tocante ao modo como redimensionam suas atividades cotidianas seja no plantio

seja no atendimento de necessidades que dependem do deslocamento para a escola, visita a algum parente ou amigo em outro assentamento.

Para os assentados do João do Vale e outros assentados que têm seus lotes ou agrovilas impactados pela linha férrea e sofrem diariamente com a duplicação da ferrovia, o direito de ir e vir é ameaçado pelo controle do espaço e do tempo que a empresa VALE S.A impõe. A dificuldade e demora para atravessar os trilhos, assim como a poluição sonora que atrapalha os alunos nas atividades escolares são algumas das situações que se pode observar diretamente.

Em meio a tantas controvérsias que se possam apreender no interior de um assentamento inserido em uma realidade tão complexa e, portanto, perpassada de contradições no âmbito da reprodução e acumulação do Capital em localidades vantajosas sob o ponto de vista socioeconômico e da capacidade da infraestrutura para escoamento da produção, inferem-se as determinações históricas para a constituição dos processos de resistência dos camponeses. A criação de assentamentos rurais como política de reforma agrária tem, na organização das famílias camponesas pelo MST, uma histórica construção de luta pela terra. Cada assentado e assentada guardam em si a marca de uma história de negação de direitos e de exclusão social. A resistência se expressa de várias formas e uma das mais expressivas é a organização produtiva cuja relação de trabalho se faz em base não capitalista; é uma estratégia de reprodução social para garantia da existência da família a partir da produção diversificada de alimentos.

O assentamento tem um papel fundamental na resistência camponesa. Esse espaço é dotado de significado para o assentado que o tem como referência de organização social e política. Neste sentido, quando o acampado se torna um assentado há uma demarcação do seu lugar social enquanto sujeito sócio-histórico vinculado à terra que deseja ali permanecer, trabalhar e reproduzir-se socialmente. As famílias assentadas nos processos organizativos de suas vidas desenvolvem laços de pertencimento naquele lugar onde estão fixadas e constroem uma identidade coletiva.

Ressalte-se que, dentre tantos desafios que o assentamento enfrenta em relação à infraestrutura de transporte, acesso aos créditos para produção, assistência técnica e efetivação de Políticas Públicas, o desafio da construção de uma identidade de classe para si, ou seja: a constituição de uma classe camponesa fortalecida politicamente cumpre papel importante na resistência e superação aos

desmandos do capital.

Um outro aspecto importante diz respeito ao papel do Estado mediante os danos sócio-ambientais para as comunidades camponesas em detrimento das ações das empresas transnacionais, principalmente da VALE S.A.

O Estado tem uma histórica trajetória de políticas macroestruturais que têm beneficiado as elites do setor agrário e empresarial. No contexto da Globalização, há uma tendência perversa da perda de soberania territorial das comunidades e povos por meio das investidas das transnacionais em espaços e territórios ricos em recursos naturais, sobretudo minerais.

O Estado, paradoxalmente, é o mecanismo importante na corrida expansionista do grande capital configurado nas empresas nacionais e internacionais com base em subsídios, isenção fiscal e construção de uma mega infraestrutura para aumentar a capacidade de exportação de *commodities* de gêneros primários e minerais. Isso representa uma relação de profunda dependência entre a economia brasileira e países centrais, caracterizando um desenvolvimento dependente econômica e politicamente cujas raízes estão na formação socioeconômica e política do Brasil.

Considero o campesinato a forma histórica da resistência construída pelos camponeses no contexto das disputas políticas e ideológicas entre classes antagônicas com modos de organização produtiva e relações de trabalho distintas. Nesse sentido, a resistência camponesa se define na forma de organização espacial, produtiva e política e na concepção de uma educação que liberta o camponês do jugo capitalista em que o modelo de desenvolvimento rural adotado privilegia o agronegócio articulado ao setor minerador, responsável em potencial pelo aprofundamento da pobreza e da exclusão material e imaterial dos camponeses e da classe trabalhadora rural na região amazônica.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; BARROS, Juliana Neves. **Os descaminhos da associação entre o “Senhor Capital” e a “Senhora Terra”**. Goiânia: CPT, Nacional Brasil, 2013. p.18-24.

ALVES, Mônica. **FETAEMA realiza Conferência dos Movimentos Sociais do Campo**; publicado em 23/06/2015. Disponível em: <<http://www.fetaema.org.br/noticia.aspx?noticia=213>> Acesso em: 15 nov. 2015.

ALMEIDA, Desni Lopes. **Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia Maranhense - conflitos e contratos: o caso Piquiá de Baixo Açailândia – MA**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2012.

ALMEIDA, Oriana et al. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Periódico Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 41-66, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010363512009000100003> Acesso em: 12 out. 2015.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ANDRADE, Carlos. **Estrada de Ferro Carajás 1985 – 2015: 30 anos**. 2015. Disponível em: <<http://www.portosma.com.br>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Estado/movimentos sociais no campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

ARCANGELI, Alberto. **O Mito da Terra: uma análise da colonização Pré-Amazônia Maranhense**. São Luís: UFMA/PPG/EDUFMA, 1987.

ASSELIN, Victor. Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás. In: AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva et al. **Agrotóxicos: das injustiças ambientais à dialética da esperança**. Goiânia: CPT, Nacional Brasil, 2013. p. 63-67.

AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva et al. **Agrotóxicos: das injustiças ambientais à dialética da esperança**. Goiânia: CPT, Nacional Brasil, 2013. p. 73-83.

AZAR, Zaira Sabry. **Relação de Trabalho e Resistência Camponesa no Assentamento Califórnia no Desenvolvimento Dependente no Maranhão**. 2013. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

_____. A concentração fundiária como centralidade da questão agrária. In: **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. 2011. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BARBOSA, Zulene Muniz. **Lutas de classe e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. São Luís: UEMA, 2006.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORBER, Luís Antônio Cabelo. **O que são assentamentos rurais**- Coleção primeiros passos - São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. Assentamentos Rurais e o MST em São Paulo: do conflito social à diversidade dos impactos locais. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 333.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOSSI, Dário et al. A face agressiva da Vale. In: INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO STIFTUNG. **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina**: um debate necessário. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Reféns da riqueza de nossa terra**: os impactos da mineração sobre as comunidades. Goiânia: CPT, Nacional Brasil, 2011. p. 65-75.

BRASIL. Associação Nacional dos Transportes Ferroviários/ANTF. **A VALE inicia a duplicação da Estrada de Ferro Carajás**. Disponível em: <<http://antf.org.br/index.php/noticias/2640-vale-inicia-duplicacao-da-estrada-de-ferro-carajas>> Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. s/d. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em: 7 out. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS; Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável-PDS**. Brasília: MDA, 2000.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; SD- Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrário; SDT- Coordenação Geral Técnica; SDTI- Divisão de Implantação. **Metodologia para Implantação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS**. Brasília: MDA, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Programa Bolsa Família**. 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 25 set. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS. **Boletim:** dados municipais sobre a extrema pobreza de acordo com o censo de 2010. Brasília: MDS, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>> Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. **Constituição Federal.** 5. ed. atual até a BC n. 56. Barueri, SP: Manole, 2008. (Coleção Código, 2008).

_____. **Deserto Verde:** os impactos do cultivo de eucalipto e pinus no Brasil [Cartilha]. Repórter Brasil (org.). Brasil, 2011.

_____. Decreto nº 8.256 de 26 de maio de 2014. Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato20112014/2014/Decreto/D8256.htm> Acesso em: 12 mar. 2014.

_____. Decreto-lei nº 1.813 de 24 de novembro de 1980. Dispõe sobre o regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências. Brasília, 1980a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/Lei/19651988/Del1813.htm>>. Acesso em: 28 out. 2015.

_____. Decreto nº 85.387 de 24 de novembro de 1980. Dispõe sobre a composição, competência e funcionamento do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás e dá outras providências. Brasília, 1980b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85387-24novembro-1980-435104-norma-pe.html>>. Acesso em: 28 out. 2015.

_____. Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Brasília, DF, 1953. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

_____. Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Brasília, DF, 1966. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5173-27-outubro-1966-358978-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

_____. Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974. Dispõe sobre o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Brasília, DF, 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151_74.PDF>. Acesso em: 8 out. 2015.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida

Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 8 out. 2015.

_____. Senado Federal. Perfil dos escravizados tem pobreza, analfabetismo e trabalho infantil. **Revista em discussão**, ano 2, n. 7, maio 2011. Disponível em: <www.senado.gov.br/emdiscussao>. Acesso em: 23 maio. 2015.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)**. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/repasses/pnhr_ogu/saiba_mais.asp>. Acesso em: 12 mar. 2014.

CANUTO, Antônio; PEREIRA, Nancy Cardoso. **Derrubai a árvore! Mulheres, indígenas e quilombolas contra o Império de Papel**. Goiânia: CPT, Nacional Brasil, 2006. p. 76-81.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Crítica social e responsabilização empresarial: análise das estratégias para a legitimação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental. **Revista Quadrimestral de Ciências Sociais**, Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia, v. 21, n. 53, p. 323-336, maio/ago. 2008. Disponível: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

CARVALHO, Horácio Martins de; STÉDILE, João Pedro. Soberania alimentar. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, Luiz Maklouf. FCH inaugura "projeto fantasma" no Maranhão. **Folha de São Paulo**, mar. 1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc29039801.htm>>. Acesso em: 28 out. de 2015.

CASTRO, Ana. **Ferro-gusa: valor desagregado**. 2012. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/11/amazonia-publica-ferro-gusa-valor/>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

CAVARZAN, Gustavo Machado; RACY, José Caio. II PND: as peculiaridades da estratégia brasileira durante a crise internacional dos anos 1970. **Revista de Economia Mackenzi**, v. 8, n. 3, p. 52-66, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da et al. **Trilhos e trilhas: estratégias de resistência dos coletivos rurais em Açailândia (MA) no entorno da duplicação da Estrada de Ferro Carajás-São Luís**. s/d. Disponível em: <<http://www.aninter.com.br>> Acesso em: 21 mar. 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2014**. Goiânia: CPT Nacional, 2015

_____. **Conflitos no Campo Brasil 2013**. Goiânia: CPT Nacional, 2014.

_____. **Conflitos no Campo Brasil 2012**. Goiânia: CPT Nacional, 2013.

_____. **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional, 2012.

_____. **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT Nacional, 2011.

DANTAS, Danilo. **Suspensão das obras de duplicação, 2012**. [Vídeo]. Entrevista concedida a TV Assembleia. 2014. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=k_Nbf73-ZS0>. Acesso em: 12 abr. 2014

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 85.

DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. **A Relação Serviço Social e Questão Agrária na Contemporaneidade: Inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, 2010.

DIAS; Márcio Bruno dos Santos; BURNETT, Frederico Lago. **Avaliação do Plano Diretor Participativo: Relatório nº 01 do município de Açailândia – MA**. [S.l.: s.n, s/d].

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). MDA. **Estatísticas do meio rural: 2010-2011**. 4. ed. São Paulo: [s.n.], 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Marco referencial em Agroecologia**. Brasília, DF: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2006.

_____. **ABC da agricultura familiar: criação de abelhas: apicultura**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Embrapa Meio- Norte, 2007. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/126300/1/00081610.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2015.

ENCONTRO Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. 2012. Disponível em: <<https://encontrounitario.wordpress.com/>>. Acesso em: 12 out. 2015.

EVANGELISTA, Leonardo Nunes. **A Cidade da Fumaça: a constituição do grupo operário do bairro do Piquiá no município de Açailândia-MA**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. 2007 Disponíveis em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/1406>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. **Mineração e violações de direitos: o Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A; Relatório da missão de Investigação e Incidência**. Açailândia (MA), 2013.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. Justiça Global. Justiça nos Trilhos. **Brasil Quanto Valem os Direitos Humanos?** Os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e siderurgia de Açailândia. Açailândia, 2011. (Relatório. 104 p.).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014. (Vozes do campo).

FERRAZ, Siney; AMORIM, José Raimundo Rodrigues. **O movimento camponês no Bico do Papagaio**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. 49. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2009.

GALLAZZI, Anna Maria Rizzante; GALLAZZI, Sandro. **Os conflitos nas diversas Amazônias**. Goiânia: CPT, Nacional Brasil, 2007. p. 43-45.

GIRARDI, Eduardo Paulon (Org.). **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>. Acesso em: 8 out. 2015.

_____. **Atlas da questão agrária no Brasil [A questão agrária]**. 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm>. Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. **Atlas da Questão Agrária Brasileira: uma análise dos problemas agrários através do mapa**. 2015. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Eduardo%20Paulon%20Girardi.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salette et al. **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 57-65.

GUIMARÃES, Fernanda. Revogada liminar que suspendia obra em ferrovia da vale. **Estadão**, São Paulo, 14 set. 2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,revogada-liminar-que-suspendia-obra-em-ferrovia-da-vale,126851e>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

G1 MARANHÃO. **Poluição de siderúrgica provoca problemas de saúde em Açailândia**. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/08/poluicao-de-siderurgicas-provoca-problemas-de-saude-em-acailandia-ma.html>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & debates, revista de estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, n. 6., 1982.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

_____. **O “novo imperialismo”**: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. s/d. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_harvey.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**. 2006a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 14 dez. 2014.

_____. **Estado do Maranhão**. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ma>> Acesso em: 14 dez. 2014.

_____. **Indicadores Socioeconômicos 2010**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>> Acesso em: 13 jun. 2013 .

_____. **Estimativas de população**. 2015. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/Estimativas de população/ Estimativa 2015](http://www.ibge.gov.br/Estimativas_de_populacao/)>Acesso em: jan. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Sistema de informações de projetos de Reforma Agrária (SIPRA)**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf> Acesso em: 8 de mar. 2014.

_____. **Laudo Agrônomo de Fiscalização e Avaliação**: identificação das benfeitorias. p. 221. [Documento cedido pelo INCRA/SR 12].

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICO E CARTOGRÁFICOS – IMESC. **Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2008. v. 1, n.1.

_____. **Perfil da região dos Carajás, v. 1**. São Luís: IMESC, 2009.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão**: período 2007 a 2011. São Luís: IMESC, 2013. v. 9.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **O que é FOB?** s/n. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.>>. Acesso em: 12 out. 2014.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano do Município**. 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA – IPAM. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. **Relatório do Seminário de Controle Social do Programa Assentamentos Verdes (PAV)**. Brasília, 2014.

KOWARICK, Marcos. **Amazônia Carajás na trilha do saque**: os grandes projetos amazônicos. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Actuel Marx**, [S.l.], n. 18, p. 73-80, 2014. Disponível em: <<http://npdr.files.wordpress.com/2007/10/lowy-michael.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

MARANHÃO. Ministério Público do Trabalho no Maranhão – MPT, 16ª Região. **Maranhão ocupa 2º lugar em trabalho infantil**. Disponível em: <<http://www.prt16.mpt.gov.br/2-uncategorised/234-sampaio-correaapoia-campanha-contra-o-trabalho-infantil>> Acesso em: 12 mar. 2014.

_____. Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Superintendência de Atração de Investimentos. **Perfil Municipal de Açailândia**. São Luís: SEDINC/ SUPAI, 2012.

_____. Tribunal Regional do Trabalho -16ª Região - TRT-MA. **Maranhão está entre os principais estados com situação de trabalho escravo**. s/d. Disponível em: <<http://trt16.jusbrasil.com.br/noticias/2999346/maranhao-esta-entre-os-principais-estados-com-situacao-de-trabalho-escravo>>. Acesso em : 18 jan. 2014.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In. STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs.). **Rui Mauro Marini: vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. 2015. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1399-4032-1-PB.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã** [Introdução de Jacob Gorender]; tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Pontes, 2001.

MEDEIROS, Josemar Xavier. Aspectos econômico-ecológicos da produção e utilização do carvão vegetal na siderúrgica brasileira. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. p. 367-369.

MERLINO, Tatiana. Vale Duplica Ferrovia e Multiplica violações no Maranhão e Pará. **Revista Caros Amigos**, ano 15, n. 177, p. 10-15, 2011.

MÉZSAROS, István. **Para além do capital**. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIRANDA, Aurora Amélia. **O processo de luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no Estado do Maranhão**: o caso do MST. 2003. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2003.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Siderurgia e a produção do carvão vegetal na Amazônia Oriental brasileira**: drenagem energético-mineral e pauperização regional. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Universidade Federal do Pará, Belém, 1996.

_____. Siderurgia na Amazônia oriental brasileira e a pressão sobre a floresta primária. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS). **Anais...**, [s/d]. Disponível

em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT16/gt16_maurilio.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014.

MORAIS, Marli Alcântara Ferreira. **O tempo dos trabalhadores nos trilhos do capital**: o processo de aceleração temporal na companhia Vale do Rio Doce. 2007. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MTS**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NUNES, Carla Cristiane; PINTO, Vicente Paulo dos. **Campo, cidade, urbano e rural**: categoria e representações. 2014. Disponível em: <<http://www.uff.br>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

OEEO. **O que é Amazônia Legal**. s/d. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Trabalho Escravo no Brasil do século XXI**. 2006. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas, SP: Papirus, 1989.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estud. av.** vol.15, n. 43, São Paulo, Sept./Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300015>. Acesso em: 12 mar. 2014.

OLIVEIRA, Gerson Alves de. O conflito de terra na região do Bico do Papagaio no contexto da Guerrilha do Araguaia – a consolidação de um projeto excludente. In: XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/PAINEL%20PDF/Gerson%20Alves%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma religião**: Sudene, Nordeste Planejamento e conflitos de classe. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

PAULO NETO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEDROSA, Luís Antônio Câmara. **A questão agrária no Maranhão**. Disponível em: <<http://www.aldoasevido.adv.br/doc/luisACPedrosa.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

_____. **O Maranhão dos grandes projetos de exclusão**. Disponível em: <<http://www.forumcarajas.org.br/>> Acesso em: 12 jun. 2014.

PEREIRA, Mônica Cax de Britto. Revolução Verde. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil. (Orgs.). **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2. ed. Tradução de Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; SANTOS, Luís Henrique Ribeiro. **A violência que se esconde atrás de êxito do modelo agro-exportador**: geografia dos conflitos e da violência no campo brasileiro em 2011. Goiânia: CPT, Nacional Brasil, 2012. p. 73-77.

PRADO JÚNIOR, Caio. Sentido da colonização. In: _____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. p. 19-32.

PROGRAMA AGRÁRIO DO MST. Texto em construção para a VI Congresso Nacional (Cartilha)/ Publicação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo-SP, 2013.

RAMALHO, Zé. Sem Terra. In: _____. **Eu sou todos nós**. Rio de Janeiro: EMI, 1998. CD.

REPÓRTER BRASIL. **Lista suja do trabalho escravo**. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. **Escravo, nem pensar!**: uma abordagem sobre trabalho escravo contemporâneo na sala de aula e na comunidade. 2. ed. São Paulo: Repórter Brasil, 2012.

RIMA. Relatório de Impacto Ambiental da unidade 3 da central nuclear Almirante Álvaro Alberto. **Identificação e Avaliação dos impactos ambientais/medidas mitigadoras e compensatórias**. 2015. Disponível em: <http://www.eletronuclear.gov.br/Portals/0/RIMAdAngra3/07_identificacao.html>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **A produção do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2006.

SAUER, Sérgio. **“Reforma agrária de mercado” no Brasil**: um sonho que se tornou dívida. s/d. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/321/317>>. Acesso em: 28 de out. 2015.

STÉDILE, João Pedro. **História e natureza das Ligas Camponesas -1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SENA, Leila Andréa Fernandes de. **O novo sindicalismo em cena**: constituição da identidade da CUT – MA sob a influência da CUT- Brasil e dos movimentos sociais do Maranhão. 2008. Monografia (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, 2008.

SIGAUD, Ligya. A engrenagem das ocupações de terra. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas Camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 53-72. (Volume II. A diversidade das formas de luta no campo).

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Sustentabilidade. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 728-731.

SILVA, Fabrícia Carvalho da. **O enfrentamento ao trabalho escravo na Amazônia Maranhense**: uma análise da atuação do CDVDH/CB no município de Açailândia/Ma. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SILVA, José Graziano da. **Modernização Dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SIMIONATO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Petrópolis: Ed. da UFSSC: São Paulo: Cortez, 2004.

SIMÕES, Carlos. **Teoria & Crítica dos Direitos Sociais**: o Estado Social e o Estado Democrático de Direito. São Paulo: Cortez, 2013.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002.

SODRÉ, Ronaldo Barros. **Mapa de Localização de Açailândia**. 2015.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda – 1960-1980-2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

THÉRY, Hervé et al. **Atlas do Trabalho Escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2009.

VIALLI, Andréa. **O Programa Terra Legale o caos fundiário na Amazônia**. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2014/10/o-bprograma-terra-legalb-e-o-caos-fundiariaamazonia.html>> Acesso em: 6 out. 2014.

WIKIPÉDIA, Enciclopédia Livre. **Definição de capoeira**. s/d. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Capoeira>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

_____. **Definição de urucum**. 2014. Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/urucum>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

ZONTA, Márcio. **MA: Bairro do Piquiá de Baixo, em Açailândia, sofre com a poluição gerada pela Vale e por siderúrgicas**. 2014. Disponível em
<<http://www.forumcarajas.org.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

ENTREVISTAS

AGUIAR, Dulcília. **Os Impactos Socioambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no município de Açailândia-MA** Concedida a Leila Andréa Fernandes de Sena para fins de dissertação. Açailândia, 11/11/2014.

COSTA, Nara Sanaélia da Silva. **Os Impactos Socioambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no município de Açailândia-MA** Concedida a Leila Andréa Fernandes de Sena para fins de dissertação. Açailândia, 13 /11/2014.

JANSEN, Maria da Conceição. **Os Impactos Socioambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no município de Açailândia-MA** Concedida a Leila Andréa Fernandes de Sena para fins de dissertação. Açailândia, 11 /11/2014.

JORGE, Rivaldo Martins. **Os Impactos Socioambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no município de Açailândia-MA** Concedida a Leila Andréa Fernandes de Sena para fins de dissertação. Açailândia, 11 /11/2014.

MARREIROS, Maria Rosa Alves. **Os Impactos Socioambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no município de Açailândia-MA** Concedida a Leila Andréa Fernandes de Sena para fins de dissertação. Açailândia, 11/11/2014.

MARTÍNEZ, Ramiro Javier Téllez. **Os Impactos Socioambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no município de Açailândia-MA**. Concedida a Leila Andréa Fernandes de Sena para fins de dissertação. Secretaria Estadual do MST, São Luís-MA, 31/10/2015.

NASCIMENTO, Maria Eunice Rocha do. **Os Impactos Socioambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no município de Açailândia-MA** Concedida a Leila Andréa Fernandes de Sena para fins de dissertação. Açailândia, 11/11/2014.

SILVA, Antônio Bernardino da. **Os Impactos Socioambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no município de Açailândia-MA** Concedida a Leila Andréa Fernandes de Sena para fins de dissertação. Açailândia, 11/11/2014.

SILVA, Fabrícia Carvalho da .**Os Impactos Socioambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no município de Açailândia-MA**

Concedida a Leila Andréa Fernandes de Sena para fins de dissertação. Açailândia, 07 /11/2014.

SILVA, Luís Antônio Lima e. **Os Impactos Socioambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no município de Açailândia-MA.**

Concedida a Leila Andréa Fernandes de Sena para fins de dissertação. Açailândia, 06 /11/2014.

SILVA, Luziana Maria da Cruz. **Os Impactos Socioambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no município de Açailândia-**

MA.Concedida a Leila Andréa Fernandes de Sena para fins de dissertação. Açailândia, 06 /11/2014.

SILVA, Maria Caetano. **Os Impactos Socioambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no município de Açailândia-MA** Concedida a Leila

Andréa Fernandes de Sena para fins de dissertação. Açailândia, 13 /11/2014.

SOFFIETINI, Antônio. **Os Impactos Socioambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no município de Açailândia-MA.**Concedida a Leila

Andréa Fernandes de Sena para fins de dissertação. Açailândia, 06 /11/2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ENTREVISTAS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ENTREVISTAS

Eu, _____,
 portador(a) do RG _____ e CPF _____,
 autorizo o uso da entrevista por mim concedida
 a Leila Andréa Fernandes de Sena, para a realização de sua pesquisa intitulada:
 Impactos socioambientais no município de Açailândia-MA no contexto dos grandes
 projetos de desenvolvimento e a luta de resistência dos camponeses do
 Assentamento João do Vale, podendo a mesma ser usada parcial ou totalmente na
 elaboração de seu trabalho de dissertação junto ao Programa de Pós-Graduação em
 Desenvolvimento Sócio-espacial e Regional- PPDSR/UEMA sob a orientação do
 Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat, bem como em toda e qualquer produção da
 pesquisadora, incluindo-se publicações. Por meio deste termo, fica facultado a
 pesquisadora o direito de ceder o uso da entrevista a outros estudantes e
 pesquisadores a quem possa interessar o teor da mesma.

_____, _____ de _____ de 2014.

Local e data

 Assinatura

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Universidade Estadual do Maranhão

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócio-espacial e Regional

Data: ____/____/____ Local :Açailândia-MA

Entrevistador:

Entrevistado:

Entrevista com representantes dos Movimentos Sociais/Entidades da Sociedade Civil

01-O que motiva a existência e a atuação desse Movimento Social/Entidade da Sociedade Civil no município de Açailândia?

02-O município de Açailândia tem sido alvo de grandes empreendimentos nos setores da agropecuária, agroflorestais e minero-siderúrgico. Há um modelo de desenvolvimento capitalista implementado na região. Como tem se dado essa implementação?

03-Hoje como se configura a inserção destes projetos de desenvolvimento no município e suas consequências para as comunidades locais? E quais são as principais lutas de resistência?

04-Como se dá a relação Estado, grandes empreendimentos e movimentos sociais/comunidades rurais e urbanas? De que forma, o poder público municipal tem se comportado diante das problemáticas socioambientais e das demandas das comunidades?

05-O bairro do Piquiá de Baixo e assentamentos rurais são impactados pelos grandes empreendimentos com sua dinâmica mínero-siderúrgica. Atualmente que respostas/providências já estão sendo tomadas pelo Estado para resolver a situação de conflito existente?

06-Quais são os avanços e desafios das lutas desse Movimento Social/entidade da Sociedade Civil mediante o contexto do grande capital no município de Açailândia?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Universidade Estadual do Maranhão

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócio-espacial e Regional

Data: ____/____/____ Local :Açailândia-MA

Entrevistador:

Entrevistado:

Entrevista com Assentados do PDS João do Vale

01-Procedência do assentado (Estado, município), atividade exercida anterior à conquista do lote de terra.

02-Significado da terra para as famílias assentadas.

03-Organização/mobilização das pessoas para participarem da ocupação da fazenda Conquista II; sistemática das reuniões(período, local, pauta)

04-Processo de ocupação da área/coordenação do MST/recrutamento das famílias para o futuro assentamento criado.

05-Relação assentados x fazendeiro

06-Constituição do assentamento (data de criação, atividade produtiva, organização social e política, implementação de políticas públicas, concessão de créditos etc.)

07-Dificuldades/demandas da comunidade.

08-Impactos provocados pela Vale S.A na região (obra de duplicação da EFC).

09-Atuação da / Relação empresa mineradora, poder público e assentados.

10-Lutas reivindicatórias e formas de resistência dos assentados.

ANEXOS

ANEXO A - PORTARIA DO INCRA SR (12) MA/ Nº 70

PUBLICAÇÕES	
D.O. 243	de 28/12/11
Seção 1	Pág. 76
B.S. Nº 1	DE 21/11

PORTARIA INCRA SR (12)MA/Nº 70**DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.**

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela portaria/MDA/Nº20, de 8 de abril de 2009,

CONSIDERANDO a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado FAZENDA CONQUISTA II com área de 1.211,2003 ha (hum mil, duzentos e onze hectares, vinte ares, três centiares) localizado no município de Açailândia no Estado do Maranhão, arrecadado e destinado para fins de reforma agrária pelo Cartório do 6º Ofício Extrajudicial, matrícula nº 11.669, Livro 2 (Registro Gera l) e;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procedera a análise no Processo INCRA/SR (12)MA/ Nº 54234.000290/2011-38 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta de destinação para assentamento de agricultores do imóvel rural denominado FAZENDA CONQUISTA II com área de 1.211,2003 ha(hum mil, duzentos e onze hectares, vinte ares, três centiares), localizado no Município de Açailândia no Estado do Maranhão, que prevê a criação de 40(quarenta)unidades agrícolas familiares.

Art. 2º Criar o Projeto de Assentamento Desenvolvimento Sustentável - PDS / JOÃO DO VALE I, Código SIPRA MA1070000 ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – DT e a Diretoria de Projetos de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – DD do INCRA.


José Inácio Sodré Rodrigues
Superintendente Regional

ANEXO B - LAUDO AGRONÔMICO DE FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MARANHÃO - SR(12)

LAUDO AGRONÔMICO DE FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO.

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES E OBJETIVOS

Este **LAUDO AGRONÔMICO DE FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO** é fruto da vistoria e levantamento de dados e informações preliminares, relativas ao imóvel rural denominado **FAZENDA CONQUISTA II**, localizado no município de **AÇAILÂNDIA (MA)**, objeto de proposta de indenização de benfeitorias conforme processo de Nº INCRA / 54235.000447/2007-84.

O processo de solicitação da área foi aberto por solicitação do **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. –MST**, através de ofício nº .62/07, dirigido ao INCRA, datado de 10/10/2007., conforme folha 02.

A **ORDEM DE SERVIÇO Nº 89/07**, de 19 de junho de 2007, oriundo da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA /MARANHÃO - SR(12)MA**, constituiu a Equipe Técnica formada pelos servidores José Antonio Duarte de Assunção (Engenheiro Agrônomo – SR(12)/UF/ITZ/MA) e José Alberto Lazzarin (**Topógrafo – Operador GPS SR(12)/UF/ITZ/MA**), para procederem o Levantamento de Dados e Informações Preliminares, e colher os elementos técnicos necessários ao exame das condições ambientais e de exploração do imóvel.

A notificação, prévia **para o ingresso no imóvel**, foi realizada através do **OFÍCIO/INCRA/UA.AG/ 064/07**, em 30 de julho de 2007. A mesma foi recebida pelo Sr. Jugurta Alves Ferreira Filho, na qualidade de ocupante e posseiro da área em epígrafe.

A Equipe Técnica adentrou ao imóvel no período de 13/08 a 01 de setembro 2007, portanto, após ter decorrido o prazo mínimo de três dias úteis após a notificação prévia, conforme § 2º Art. 26 da Lei 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo). Os trabalhos foram acompanhados pelo funcionário do imóvel, o Sr. Francisco Aparecido Martins de Sousa, com a autorização do posseiro, o Sr. Jugurta Alves Ferreira Filho.

A vistoria incluiu a aferição de área do imóvel, verificação do uso da terra, observação dos Aspectos Ambientais, Sociais, Trabalhistas, de Produtividade do Imóvel no período de referência (12 meses anteriores à data da comunicação da realização de Levantamento de Dados e Informações Preliminares e Avaliação das Benfeitorias), potencial agrônomo, levantamento de benfeitorias existentes, etc., todas de acordo com a legislação em vigor.

Os referidos levantamentos constaram de levantamento em nível de campo e perímetro, utilizando-se GPS de precisão PRO XR.



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

- 3.4 – Área levantada na vistoria / certificada pelo INCRA: 1.211,2003 ha
 3.5 – Número de módulos fiscais da área medida 16,15
 3.6 – Fração mínima de parcelamento: 03 ha
 3.7 – Código do Imóvel no SNCR:
 3.8 – Código do Imóvel na Receita Federal:
 3.9 – Localização, Coordenadas geográficas dos pontos extremos e acesso ao imóvel.

✓ **Localização** – O imóvel está localizado a margem esquerda da BR-222, no município de Açailândia. /MA.

✓ **Coordenadas geográficas dos pontos UTM.**

Extremo Norte	E – 251554,42	N – 9492533,12
Extremo Leste	E – 256770,99	N – 9489408,29
Extremo Sul	E – 252625,45	N – 9487206,14
Extremo Oeste	E – 250604,50	N – 948973,40

3.10- Acesso ao imóvel – O acesso se dá partindo da sede do município de Açailândia no sentido de Santa Luzia, pela BR- 222, até altura do km 29,2; adentrando a margem esquerda 36,2 km por estrada não cascalhada chega-se a sede do imóvel, em condições de regular trafegabilidade.

3.11 – Limites e confrontação do imóvel materializado em campo.

Norte:	Projeto de Assentamento Planalto II e Jugurta Alves Ferreira (T.D)
Sul:	FRISAMA- Ferrovia Carajás, Hildo Gonçalves dos Santos
Leste:	Jugurta Alves Ferreira (T.D), FRISAMA e Ferrovia Carajás.
Oeste:	Hildo Gonçalves dos Santos e Olindo Chaves dos Santos



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

Durante os movimentos negativos eram depositados sedimentos marinhos acumulando-se arenitos, folhelhos e calcários, enquanto que durante os movimentos epigênicos positivos depositaram-se sedimentos basálticos de origem continental.

O ciclo de deposição marinha começou no suliano, continuando pelo devoniano inferior, médio e superior e terminou no carbonífero inferior com a formação Poti que apresenta ao lado das fácies marinhas sedimentação continental.

As camadas sedimentares de modo geral, se apresentam quase horizontais com declives insignificantes para o norte, originando uma topografia tabular ou subtabular.

Por se tratar de uma área de rochas quase exclusivamente sedimentares, o Estado do Maranhão apresenta possibilidades promissoras de armazenamento de águas subterrâneas.

4.2. 2-Unidades Geológicas

As principais unidades geológicas da região em que o imóvel está inserido são:

✓ **Formação Itapecurú** – Considerada como pertencente ao cretáceo inferior, estendendo-se praticamente por toda metade norte do Estado, ocupando de 50% do território Estadual. É constituída por Arenitos finos, avermelhados e róseos, cinza argilosos, geralmente com estratificação horizontal.

✓ **Grupo Barreiras** – Aflora no nordeste do Estado, no triângulo formado pelas localidades de Buriti, Urbano Santos e Araiões. No oeste do Estado, forma tabuleiros isolados, nas bacias do Gurupi e Pindaré, nas proximidades da divisa com o Pará. É constituída por sedimentos clásticos, mal selecionados. As cores predominantes são o amarelo e o vermelho, variando, porém de local para local. Os Arenitos nessa formação são caulínicos com lentes de folhelhos.

✓ **Aluviões Fluviais** – Os depósitos aluvionares recentes são constituídos por cascalhos, areias e argilas inconsolidadas. Aparecem ao longo dos rios Tocantins, Pindaré, Grajaú, Mearim e Parnaíba.

✓ **Grupo Gurupi** – Aflora na porção noroeste do Estado, apresenta direção noroeste-sudeste. Na sua composição predominam filitos e xistos cortados indiscriminadamente por veios de quartzo, em grande parte portadora de minerais de ouro.

4.2.3-Geomorfologia / Relevo

Segundo IBGE (1984), para maior compreensão é preciso examina a superfície cimeira representada pelas "cuestas", chapadões e chapadas da metade sul do Estado, a qual corresponde a prolongamentos da superfície elevada do Brasil



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

Central, que perdem altitude lentamente em direção ao norte, e que foram modeladas durante o Terciário. Nas áreas centrais do Estado o aplainamento, auxiliado pela baixa resistência das rochas, permitiu no período do Ciclo das Velhas a constituição de formas denominadas testemunhos tabulares.

O Maranhão concentra suas maiores altitudes na região sul e progressivamente perde altura ao norte. O relevo formado na área meridional apresenta feições diferentes da porção setentrional. A feição primordial do relevo maranhense é consequência da evolução paleogeográfica da bacia sedimentar, cuja formação se estendeu do início do Paleozóico ao final do Mesozóico, como referido.

Com isso, as Características Morfológicas do Estado do Maranhão, de acordo com a situação encontrada para determinada região, foi dividida em diversas Formações Geológicas.

4.2.4- Unidades geomorfológicas

A feição primordial do relevo maranhense é consequência da evolução paleogeográfica da bacia sedimentar, cuja formação se estendeu do início do Paleozóico ao final do Mesozóico. As camadas sedimentares, de modo geral apresentam-se quase horizontais.

Segundo IBGE (1984), para maior compreensão é preciso examina a superfície cimeira representada pelas "cuestas", chapadões e chapadas da metade sul do Estado, a qual corresponde a prolongamentos da superfície elevada do Brasil Central, que perdem altitude lentamente em direção ao norte, e que foram modeladas durante o Terciário. Nas áreas centrais do Estado o aplainamento, auxiliado pela baixa resistência das rochas, permitiu no período do Ciclo das Velhas a constituição de formas denominadas testemunhos tabulares.

O Estado concentra suas maiores altitudes na região sul e progressivamente perde altitude lentamente em direção ao norte até formar a Baixada Maranhense, o que lhe proporciona uma topografia quase tabular, ou subtabular, resultante da ação de processos e mecanismos morfogenéticos, atuante sob climas diversos.

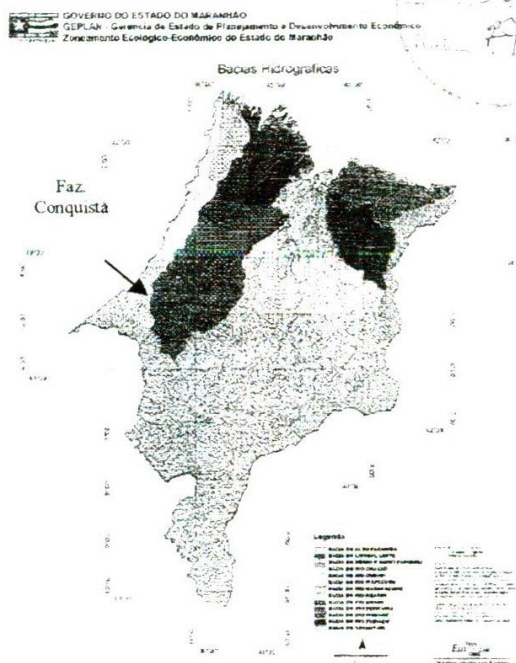
A Geomorfologia da microrregião onde o imóvel encontra-se, as unidade geomorfológicas presentes são:



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

Tem como principais afluentes os rios Buriticupu, Zutiua, Quirino, Dente de Porco, Arapora, Água Preta, Santa Rita, Verde, dos Sonhos e riachos como o Brejão, Caverna, Riachinho, etc

O rio Grajaú é o mais extenso curso d'água da bacia do Mearim. Provém da serra da Cinta, no extremo sudoeste do Estado e desloca-se em sentido sudoeste-nordeste, drenando a porção central da bacia do Mearim. Sua descarga média, ao passar em Grajaú, é de 32 m³/s, atingindo 131 m³/s em Aratoi Grande, no baixo curso. Apresenta importância para a navegação, principalmente no seu baixo curso, sendo navegável por aproximadamente em 218 km. No alto curso do rio Grajaú, a navegação é impraticável, devido ao aparecimento de inúmeras cachoeiras que dificultam a navegação (IBGE, 1997).



4.2.8-Descrição analítica de suas condições de conservação e/ou degradação ambiental.

O Maranhão, o mais amazônico dos estados nordestino, inclusive com parte de seu território pertencente à Amazônia Legal - e isto é sinônimo de abundância de recursos hídricos superficiais - vem sofrendo, ao longo dos últimos anos, perda consideráveis desses recursos. Rios como o Mearim, o Itapecuru e o Pindaré, outrora piscosos e caudalosos, são hoje, praticamente, estéreis e atravessados, em certos trechos, a pé nos meses de verão. Alguns rios menores, como o Zutiua, o Codozinho e o Pirapemas chegaram a "cortar" recentemente. O transporte fluvial, uma das antigas tradições do Estado, tornou-se praticamente inviável, tal o assoreamento que hoje ocorre. Os vales do Mearim e do Itapecuru, segundo depoimento de antigos moradores ribeirinhos, foram como que encolhendo, à mercê da força brutal das queimadas e desmatamentos, que exauriram os solos, desagregando-os e tornando-os mais vulneráveis ao impacto pluvial. Associado a esse processo, ocorre, conjuntamente uma redução dos recursos hídricos subterrâneos na medida em que a retirada da vegetação favorece o escoamento superficial, inibindo o armazenamento de água subterrânea e sua posterior retransmissão aos cursos d'água. Apesar de ter seu território quase todo incluído num dos mais expressivos mananciais de água subterrânea do país, é de importância fundamental a preservação e conservação dos recursos hídricos, com especial atenção aos chapadões do sul do Estado, onde se origina boa parte da drenagem maranhense (IBGE, 1997).



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405



4.2.9- Clima;

O clima predominante na região é o megatérmico subúmido.

Segundo a classificação climática de Köppen é do tipo AW, que se caracteriza por apresentar uma temperatura média do ar nunca inferior a 18°C e um regime pluviométrico com duas estações bem definidas: uma chuvosa e outra seca. A temperatura média mensal na região fica em torno de 26°C e a média das temperaturas máxima e mínima oscila entre 31° e 34°C e 20° e 23°C, respectivamente.

Os totais pluviométricos anuais são elevados, situando-se entre 1.300mm e 2.000mm. O período chuvoso inicia-se normalmente em dezembro, prolongando-se até maio, porém a maior concentração das chuvas se dá de janeiro a abril com um excedente hídrico em torno de 500 mm. As deficiências hídricas ocorrem no período de junho a novembro, por volta de 400 mm.

A umidade relativa do ar se apresenta com valores médios acentuados. Em toda região, as condições climáticas são favoráveis ao desenvolvimento agrícola racional, observando-se para tanto, as melhores épocas de preparo do solo, plantio e colheita, bem como o melhor período para irrigação.

5-ASPECTOS BIÓTICOS

5.1-Vegetação

5.1.1-*Caracterização do Bioma.*

É imperativo afirmar, que devido a grande extensão territorial do Maranhão e a posição geográfica que ocupa, o mesmo é contemplado com as mais variadas fisionomias vegetais.

Para o enquadramento da vegetação na microrregião em análise, levou-se em consideração as informações contidas no "Manual Técnico da Vegetação Brasileira", publicado pelo IBGE (1992). Neste, estão presentes as observações realizadas, através dos levantamentos executados pelo projeto RADAMBRASIL e os estudos fitogeográficos mundiais confiáveis.

Grande parte do território maranhense está inserido dentro da área pertencente à Amazônia Legal. As diversas formas fitofisionômicas encontradas no Maranhão refletem em grande parte os aspectos transacionais do clima e das condições edáficas da região em transição, ou seja, entre o clima superúmido da Região Norte e as condições de semi-árido da Região Nordeste.



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

5.1.3-Espécies Endêmicas, em Risco de Extinção ou protegidas por Lei.

Com referência as espécies endêmicas e as protegidas por Lei, não houve registro de ocorrência na microrregião em estudo das mesmas em nível de campo e/ou na literatura consultadas. No Quadro 01, são apresentadas as informações das espécies em risco de extinção na microrregião.

QUADRO 01 – Espécies em risco de extinção, de acordo a Portaria Nº 37-N, de 03 de abril de 1992 do IBAMA, de ocorrência na microrregião do Imperatriz/MA.

	Nome Comum	Nome Científico
1	"Cravo do maranhão", "Pau-cravo" ou "Casca-preciosa"	<i>Dicypellium caryphollatum</i> , Nees. Familia . Lauraceae
2	"Mogno", "Águano", "Araputangá", "Caoba" ou "Cedroaraná"	<i>Swietenia macrophylla</i> , King. Fam. Meliaceae.

O levantamento das espécies em campo teve o apoio de trabalhadores rurais do imóvel que acompanharam a vistoria, e complementada por meio de entrevistas.

5.1.4-Fauna;

O bioma Amazônico representa um patrimônio natural de inestimável valor pela sua alta biodiversidade. Em razão da região do imóvel situar-se dentro desse Bioma, faz com que a mesma também apresente essa característica, no entanto, isso, não foi e nem tem sido suficiente para conter o lamentável processo de devastação que vem destruindo drasticamente essa região. Isto, em parte é fruto da política de ocupação da Amazônia promovida pelos governos ao longo das décadas de 1970 e 1980. Assim, o padrão natural da flora e conseqüentemente da fauna na região encontra-se grandemente alterado.

A fauna de um modo geral é rica, constituída de espécies silvestres que habitam as regiões de matas, os cursos d'água e suas margens. No entanto, aquela vem sentindo os impactos da atividade agropecuárias desenvolvidas na região, alterando os padrões de quantitativos das espécies como dos espécimes de sua biodiversidade. Credita-se a este fenômeno, a antropização que vem ocorrendo na região, com a significativa e conseqüente alteração da vegetação nativa, uso intensivo de queimadas como prática agrícola, bem como, pelo modelo de agricultura que vem se



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

desenvolvendo (monoculturas) e pela prática da pecuária extensiva.

O Registro da fauna foi realizado adotando-se três critérios:

1º) Visual – por meio de contato visual e/ou auditivo *in loco*.

2º) Vestígio – por observação de vestígios (pegadas, tocas, ninhos, fezes, etc) deixados pela fauna e observados durante a vistoria;

3º) Relato – uma vez que foi baseada, nas informações obtidas junto aos moradores locais, considerando que os mesmos possuem conhecimento aprofundado sobre suas realidades.

De posse dessas informações foi realizada pesquisa bibliográfica no sentido de complementar as informações sobre a fauna do imóvel e microrregião, apresentando as espécies abundante, raras ou ameaçadas de extinção (Quadro 02).

A relação da Fauna em risco de extinção foi elaborada com base na Instrução Normativa nº3, de 27 de maio de 2003, do Ministério do Meio Ambiente, comparando com os dados levantados em entrevistas e relatos de trabalhadores rurais da região.

QUADRO 02 – Levantamento da Fauna da Região de Influência do imóvel Faz. Conquista II, no município de Açailândia/MA.

ANFÍBIOS					
NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	REGISTRO	POUCO FREQUENTE	FREQUENTE	MUITO FREQUENTE
Sapo	<i>Bufo sp</i>	Visual		X	
Rã	<i>Leptodactylus sp</i>	Relato	X		
Perereca	<i>Hyla sp</i>	Relato	X		
Sapinho	Espécie não Identificada	Relato		X	
ARACNÍDEOS					
NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	REGISTRO	POUCO FREQUENTE	FREQUENTE	MUITO FREQUENTE
Aranha-caranguejeira	<i>Acanthoscurria sp.</i>	Visual		X	
Aranha	<i>Loxosceles gaucho</i>	Visual		X	
Escorpião-amarelo	<i>Tityus serrulatus</i>	Relato	X		
AVES					
NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	REGISTRO	POUCO FREQUENTE	FREQUENTE	MUITO FREQUENTE
Alma-de-gato	<i>Piaya caiana</i>	Visual		X	
Anu-branco	<i>Guira guira</i>	Visual		X	
Anu-preto	<i>Cuculidade crotophaga</i>	Visual			X



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

Aracuaã ³	<i>Ortalis sp.</i>	Relato	X		
Arara-azul-grande ¹	<i>Anodorhynchus hyacinthinus</i> , Latham	Relato	X		
Bacurau	<i>Podager nacunda</i>	Visual			X
Beija-flor ³	Espécie não Identificada.	Visual	X		
Bem-ti-vi	<i>Pitangus sulphuratus</i>	Visual		X	
Bico-de-brasa	<i>Monasa morpheus</i>	Visual	X		
Bigode (bigodinho)	<i>Sporophila lineola</i>	Visual		X	
Caburé	<i>Otus choliba</i>	Relato		X	
Cacarã	<i>Polyborus plancus</i>	Visual	X		
Corrupião	<i>Icterus jamacaii</i>	Relato	X		
Coruja	<i>Podanger nacunda</i>	Relato		X	
Curió	<i>Oryzoborus angolensis</i>	Visual		X	
Frango-d'água	<i>Galinula chloropus</i>	S/Registro			
Garça ³	<i>Egnete sp.</i>	Relato	X		
Gavião	Espécie não Identificada	Visual		X	
Guariatã	<i>Euphonia nigrocolis</i>	Relato		X	
Jacupemba	<i>Penelope superciliares</i>	Visual		X	
Jacamim-de-costas-verdes ¹	<i>Psophia viridis obscura</i> , Pelzeln	Relato	X		
Jaó ³	<i>Crypturellus undulatus</i>	Relato	X		
Juriti	<i>Leptodia verreauxi</i>	Visual	X		
Mutum-de-penacho ¹	<i>Crax fasciolata pinima</i> , Pelzeln	Relato	X		
Nambu	<i>Crypurella paruirostris</i>	Visual		X	
Papagaio-verdadeiro	<i>Amazona aestiva</i>	Visual			X
Periquito-manga	<i>Brotogeris chiriri</i>	Visual			X
Pica-pau	<i>Colaptes campestris</i>	Visua	X		
Pica-pau-pequeno	<i>Picumnus pygmaeus</i>	Relato		X	
Pipira	<i>Tachyphonus surinamus</i>	Visual			X
Quero-quero	<i>Vanellus chilenses</i>	Visual		X	
Rolinha	<i>Scardafella squamata</i>	Visual	X		
Rolinha-sangue-de-boi	<i>Columbina talpacoti</i>	Visual			X
Sabiá	<i>Turdus rufiventris</i>	Visual		X	
Urubu-de-cara-preta	<i>Coragyps atratus</i>	Visual			X



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

Xexéu	<i>Cacicus sela</i>	Vestígios	X		
INSETOS					
NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	REGISTRO	POUCO FREQUENTE	FREQUENTE	MUITO FREQUENTE
Abelha Italiana	<i>Apis mellifera mellifera</i>	Visual	X		
Barata	<i>Periplaneta americana</i>	Relato	X		
Besouro	<i>Ordem coleóptera – Espécie não identificada.</i>	Visual			X
Borboleta	<i>Ordem Lepdoptera – Espécie não identificada.</i>	Visual		X	
Borrachudo	<i>Simulium pertinax</i>	Visual	X		
Cupim	<i>Ordem Hymenoptera – Espécie não identificada.</i>	Visual		X	
Formiga	<i>Ordem Hymenoptera – Espécie não identificada.</i>	Visual		X	
Gafanhoto	<i>Ordem Orthoptera – Espécie não identificada.</i>	Visual	X		
Grilo	<i>Grillotalpa terractylo</i>	Visual	X		
Libélula	<i>Odem odonata – Espécie não identificada</i>	Visual		X	
Maribondo-chapéu	<i>Apoica pallida</i>	Visual	X		
Mosca-doméstica	<i>Musca domestica</i>	Visual	X		
Mosquito	<i>Aedes culex anopheles</i>	Relato		X	
Muriçoca	<i>Culex fatigans</i>	Visual	X		
Percevejo	<i>Cimex osraceus</i>	Relato	X		
Potó	<i>Paedurus irritans</i>	Relato	X		
Saúva-amarela	<i>Atta bisphaerica Forel</i>	Visual		X	
MAMÍFEROS					
NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	REGISTRO	POUCO FREQUENTE	FREQUENTE	MUITO FREQUENTE
Ariranha ¹	<i>Pteroneura brasiliensis</i>	Não			
Capivara	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>	SI registro			X
Cutiá	<i>Dasyprocta cf. prymnolopha</i>	Visual		X	
Gato-do-mato ¹	<i>Leopardus tigrinus</i> , Schreber	Relato	X		
Gato-maracajá ¹	<i>Leopardus wiedii</i> , Schreber	Relato	X		
Quandu (Porco-espinho)	<i>Coendou insidiosus</i>	Relato	X		
Jaguatirica ¹	<i>Leopardus pardalis mitis</i> , Cuvier	Relato	X		



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

11-ELEMENTOS PARA DETERMINAÇÃO DA NOTA AGRONÔMICA³

A Nota Agronômica exprime uma referência qualitativa de um imóvel rural, adotada em trabalhos do INCRA. Demonstra a potencialidade de uso do imóvel rural, estabelecida pela correlação entre dois fatores: Classe de Capacidade de Uso do Imóvel em relação a localização e o acesso. É um parâmetro indicativo da potencialidade que o imóvel apresenta para o desenvolvimento de Projetos Agropecuários.

A nota varia entre 0,15 e 1,00, servindo de parâmetro comparativo de imóveis de localização dentro de um mesmo município e/ou região homogênea.

O elemento necessário para determinar a Nota Agronômica é a situação do imóvel em relação à localização e acesso (Quadro 07).

QUADRO 07 – Situação do imóvel em relação a localização e acesso.

SITUAÇÃO	CARACTERÍSTICAS		
	TIPO DE ACESSO TERRESTRE	IMPORTANCIA DAS DISTÂNCIAS	PRATICABILIDADE DURANTE O ANO
ÓTIMA	Asfaltada	Não Significativa	Permanente
MUITO BOA	1ª Classe Não Asfaltada	Relativa	Permanente
BOA	Não Pavimentada	Significativa	Permanente
REGULAR	Estrada e Servidões de Passagem	Significativa	Sem Condições Satisfatórias
DESAVORÁVEL	Fecho nas Servidões	Significativa	Problemas Sérios na Estação Chuvosa
MÁ	Fechos e Interceptada por Córrego sem Ponte	Significativa	Problema Sério mesmo na Seca

FONTE: Modificada de Kozma, 1986.

12-RECURSOS HÍDRICOS

O imóvel é servido de água através de poço artesiano advindo da área de particular, ou seja, da área Registrada, pertencente ao Sr. Jugurta Alves Ferreira e da área da posse da Faz. Conquista I, com encanação que se estendem a algumas partes do imóvel em tela. Entretanto, a água não está bem distribuída por toda área. descartadas as possibilidades de irrigação, a não ser pequenas irrigações para o cultivo de hortaliças, mesmo assim, deverá fazer um estudo de viabilidade econômica dado

³ A Nota agronômica máxima (1,00) seria atribuída a um imóvel, onde toda a extensão de suas terras seria enquadrada como sendo terras de classe I e cuja situação de localização e acesso em relação à sede do município seria avaliada como ótima.



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

12.5- Uso da água. A água existente no imóvel é para o consumo humano e para animais.

12.6- Existência de matadouros, frigoríficos, e instalações potencialmente ou efetivamente poluidora nas proximidades do imóvel.

Não foram visualizadas, nem informadas nas entrevistas realizadas durante a vistoria.

13-USO DO IMÓVEL

O uso do imóvel espelha as atividades desenvolvidas segundo a distribuição da área durante os doze meses inteiros e imediatamente anteriores ao do recebimento da comunicação da vistoria, conforme § 3º do art. 4º da Norma de Execução nº 35/2004.

O uso das terras do imóvel foi estabelecido a partir da vistoria de campo, do estudo e interpretação das imagens de satélite e da análise dos aspectos específicos relativos ao meio ambiente (reserva legal, preservação permanente, etc.). A definição do uso da terra levou em conta estritamente à utilização das áreas do imóvel, ou seja, independentemente da destinação formal, foi considerado a utilização efetiva das terras.

A produção do imóvel consignada é somente à quantidade produzida pela cultura durante o período considerado para o levantamento de dados e informações.

Durante a vistoria procurou-se verificar a existência de plantios de culturas de produtos vegetais destinados à comercialização ou restos culturais, produzidos no período considerado (doze meses anteriores à notificação) para a avaliação da produtividade do imóvel, e o responsável pela exploração da(s) mesma(s). Porém não foi encontrado exploração com fins agrícolas no imóvel. Cabe acrescentar também que não foram apresentados documentos (nota fiscal) de comercialização de produtos dessa natureza.



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

45

No levantamento das informações sobre o uso da terra foi apurado:

- ✓ **Áreas com produtos vegetais isolados** – Não comprovada.
- ✓ **Áreas com produtos vegetais em consórcio ou rotação** – Não comprovada.
- ✓ **Áreas de exploração Granjeira ou Aquícola** – Não comprovada.
- ✓ **Áreas com outros usos** – Foi constada a existência de **benfeitorias** como: reservatórios, casas, curral, cercas, estradas etc.,
- ✓ **Áreas com restrição legal/técnica** – Com descritas a baixo:
 - a) **Reserva Legal** – Não foi identificada a existência de Termo de Ajustamento de Conduta quanto a área de Reserva Legal no Imóvel.
 - b) **Preservação Permanente** – Estas áreas correspondem àquelas em que a declividade é excessiva ($> 45^\circ$) e as faixas de proteção marginal ao longo dos rios e passagens d'água etc.,. Em relação esta área, pela imagem e visualização *in loco*, imagens de satélite e a carta DSG da área do imóvel, não constatamos área de preservação permanente.
 - c) **Área de pastagens plantadas total** – Não há pastagem natural, e nem pastagem plantada.
 - d) **Área de pastagens plantadas em área de Reserva Legal** – Não há.
 - e) **Área Aproveitável Não Utilizada - (Sem Uso e Sem Restrição)** – ocupada com cobertura vegetal.
 - f) **Cobertura vegetal primária** – encontra-se fragmentada em diversos pontos do imóvel.
 - g) **Cobertura vegetal secundária** – são áreas antropizadas em estágio de sucessão natural com aspecto padrão de capoeira, conectadas com as áreas de cobertura vegetal primária.

No Quadro 08, são apresentados os dados relativos ao **Uso das Terras** da Fazenda Conquista II, no período de agosto de 2006 a setembro de 2007 (período de referência da fiscalização).



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

47

62
21

14-CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES OBSERVADAS NO IMÓVEL;

- ✓ A exploração do imóvel – não foi constatada a exploração de forma alguma neste imóvel. Apenas há indícios que em tempos passados houve exploração pecuária, com plantio de pastagem, porém, fora do ano agrícola referente ao período agosto 2006 a setembro 2007.
- ✓
Existe uma pequena porção da área nas margens interna do Imóvel ocupada com acampamento de sem terra.
- ✓ Não há área de reserva legal averbada;
- ✓
- ✓ Não foi observada extração vegetal na área, nem vestígios de exploração recente (últimos doze meses);
- ✓
- ✓ Não há evidências de exploração mineral na área do imóvel;
- ✓
- ✓ Não foi observado o cultivo de plantas psicotrópicas.
- ✓
- ✓ Na área do imóvel não existe experimento científico, projeto técnico de exploração e recuperação de lavouras e/ou pastagens, nem ocorrência de caso fortuito, conforme art. 6º, 7º e 8º da lei nº 8.629/93.

15-EFETIVO PECUÁRIO:

Por ocasião da visita, não foi verificada a presença de bovinos no interior do Imóvel, e ou indícios de que tenha havido, pelo período relativo entre setembro de 2006 a agosto de 2007. No Imóvel não existe pastagem para que de sustentabilidade a rebanho bovino, bem como a água advinda de poços de outros imóveis está desativada.



48

63

27

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

QUADRO 09 - EFETIVO PECUÁRIO - Fatores de Conversão de Cabeças do Rebanho para Unidades Animais - UA, segundo a Categoria Animal.(este quadro n/ foi preenchido por não existir animais e nem indícios pelo período considerado ano agrícola).

CATEGORIA	NUMERO DE CABEÇAS	Fator de Conversão	NUMERO DE U.A.
Bovinos			
Touros (Reprodutor)	----	1,24	----
Vacas 3 anos e mais	----	0,83	----
Bois 3 anos e mais	----	0,83	----
Bois de 2 a menos de 3 anos	----	0,63	----
Novilhas de 2 a menos de 3 anos	----	0,63	----
Bovinos de 1 a menos de 2 anos	----	0,42	----
Bovinos menores de 1 ano	----	0,26	----
Novilhos Precoces			
Novilhos precoces de 2 anos e mais	----	0,83	----
Novilhas precoces de 2 anos e mais	----	0,83	----
Novilhos precoces de 1 a menos de 2 anos	----	0,72	----
Novilhas precoces de 1 a menos de 2 anos	----	0,72	----
Bubalinos			
Bubalinos	----	1,05	----
Outros			
Equinos	----	0,83	----
Asininos	----	0,83	----
Muare	----	0,83	----
Ovinos	----	0,19	----
Caprinos	----	0,19	----

* Exceto para a região da Zona da Mata, cujos fatores devem ser iguais aos do Norte.

FONTE: Manual de Fiscalização Cadastral - item 5.4

16-ASPECTOS AMBIENTAIS

16.1-Cumprimento da Legislação Ambiental.

Reserva Legal – Por se tratar de área da União e estar sendo mantida como posse, não foi apresentada a documentação como Termo de Ajustamento de Conduta por parte do ocupante.

Área de Proteção Permanente – Não constatamos neste Imóvel, área de preservação permanente.



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

16.2-Conservação dos Recursos Naturais.

No contexto histórico a propriedade teve a grande maioria de suas áreas naturais alteradas, primeiramente pela retirada de madeira para atender as serraria e carvoarias da região, e posteriormente com a substituição da área florestada por pastagem para a produção pecuária (última metade do século XX).

O Imóvel está atualmente desprovido de atividade econômica, sendo que toda sua área está incidida sobre topografia de chapada e chapadões de áreas plana e suave ondulada. Se comparado com o que determina a legislação ambiental em vigor, estas áreas do imóvel estão implantadas em áreas onde deveria pertencer a Reserva Legal, já que essa deveria atingir um mínimo de 80 por cento da área total do imóvel.

Os solos estão relativamente bem conservados, devido à cobertura protetora das capoeira e das áreas vegetações nativas e emergentes.

De maneira geral a área levantada do imóvel apresenta-se com estado de conservação razoável. Com o auxílio de imagens de satélite e observações "in loco" pôde-se determinar que quase toda área está com cobertura vegetal de mata e capoeiras em regeneração natural.

16.3-Usos Sustentáveis dos Recursos Naturais

A exploração do imóvel, levando-se em consideração este aspecto, tem se processado de forma indesejada, demonstrando completo abandono das atividades agrícolas e pecuárias por parte do ocupante (posseiro).

No geral não foi observada área de solo com erosão ou compactação.

O uso da água para dessedentação dos animais, seria feito quando da existência de animais, por poços artesianos, situados em outras áreas que os açudes comumente não mantêm os seus reservatórios com água, durante o período seco, isto, graças a alta porosidade do solo, a evapotranspiração, tendo como aliado as altas temperaturas. A água captada é elevada por meios de canos de pvc as cisternas receptoras e distribuídas aos bebedouros localizados em pontos estratégicos, se dando a sua elevação através de bombas elétricas, o que encarece sobremaneira o sistema de produção de carne, leite e seus derivados. Especificamente, neste imóvel não encontramos captação de água, principalmente por estar desativado das atividades agropecuárias.

Não existem pastagens no imóvel, com quanto, não existe dentro da área considerada de **Reserva Legal**, de acordo com legislação vigente, ou seja, precisam ser recompostas. **É indispensável que a área de 80% de Reserva Legal exigida por lei, que seja respeitada, restaurada e preservada.**



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

16.4-Viabilidade de Implantação de Projetos de Assentamento

A análise dos aspectos ambiental do imóvel sugere a viabilidade para implantação de um PA. na área em apreço.

No entanto, não basta pensar uma viabilidade ambiental apenas para este momento, deve ser pensada visualizando o período após a sua implantação, que devem estar em função de variáveis outras como: por exemplo: o tipo de PA a ser implantado, o modelo adotado, grau de compreensão e participação das famílias assentadas, adotados técnicas de conservação do solo e água, rotação de cultura, assistência técnica, manutenção da APP e Reserva Legal, etc.

17-QUESITOS RELACIONADOS AOS ASPECTOS AMBIENTAIS

1. **Erosão** – Excetuando-se alguns locais de “caminho de gado”, em estradas e em beira de cerca, onde a topografia é suave ondulada, não foi visualizada a presença de outras formas de erosão em sulcos ocasionais.
2. **Compactação de solos** – Foi percebido por ocasião da vistoria, compactação do solo no em pequenas proporções, nos malhadores, e próximos aos bebedouros.
3. **Assoreamento** – Sem relevância.
4. **Salinização do solo (ou indícios)** – Não foi visualizado nos caminhamentos realizados no imóvel.
5. **Alagamento do solo (saturação)** – Não visualizado.
6. **Obstrução de cursos d’água** – Não existente cursos d’água no imóvel.
7. **Inundações** – Não comprovamos a existência de inundações, durante o per cursos da vistoria, até mesmo pela inexistência de córregos e rios no interior do imóvel, bem como, graças a topografia plana.
8. **Diminuição da vazão do corpo d’água em níveis críticos** – Não existente.
9. **Comprometimento da vazão de água subterrânea** – No imóvel, no período da vistoria, não constatamos a presença do uso de água de espécie alguma.
10. **Conflito por uso da água a montante ou a jusante** – Não existente.
11. **Poluição de águas superficiais: por agrotóxicos; fertilizantes; água servida** – não existente, por não haver córregos e rios no interior do imóvel e no seu perímetro.
12. **Fontes receptoras de água contendo agrotóxicos. Discriminar as fontes e sua localização** – não existente.
13. **Poluição de águas subterrâneas: por agrotóxicos; fertilizantes; água**



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

servida. Especificar se houver outros – Não existe poços artesianos nesta área, e açude estão completamente sem água.

14. **Ocorrência de vetores (caramujos, mosquitos) e outras doenças** – Não constatado doenças causadas transmitiram doenças infecciosas à espécie humana na área.(considerada pelos empregados da Fazenda, como área sadia)
15. **Desmatamento e exploração de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal** – Durante o período da vistoria não foi observado novas abertura em toda a área do imóvel. O imóvel não possui área de Reserva legal averbada, em sua maioria apresenta-se de acordo com o determinado pela legislação ambiental, no entanto, no passado parte dela tinha sido utilizada, entretanto, a mesma está em grande parte recomposta, no que diz respeito ao retorno para o modelo da sua vegetação original.
16. **Exploração florestal sem plano de manejo aprovado** – Atualmente no imóvel não ocorre tal atividade, porém no histórico de ocupação da região nas décadas anteriores foi uma prática bastante utilizada para aberturas de novas áreas dando lugar às pastagens.
17. **Plantio no sentido do declive, sem adoção de prática conservacionista adequada** – As vegetações secundárias (capoeiras), não permitem afirmar em campo que tenham sido realizados no sentido do maior declive, principalmente pela topografia da área em epígrafe se comportares de forma plana e suave ondulada, em sendo assim, ajudará a manter a área antes utilizada dentro de padrões conservacionistas aceitáveis.
18. **Ausência de práticas adequadas de adubação e calagem mantenedoras ou recuperadoras da qualidade do solo** – No imóvel, não foi constatada a prática referidas a cima para pastagens.
19. **Uso inadequado das terras em relação a sua vocação** –A área apresenta uma aptidão regular para lavoura nos níveis de manejo B e C. Cabe observar ainda que a vocação da região esteja voltada para a pecuária de corte.
20. **Uso de queimadas sem autorização do órgão competente** – No período de vistoria do imóvel (agosto de 2007), não foi observada a utilização de áreas de queimadas.
21. **Ocorrência de extrativismo vegetal, caça e pesca predatória** – Não foi observado a utilização da ação predatória dos recursos naturais disponíveis no imóvel.
22. **Morte de animais silvestres (terrestres ou aquáticos) por contaminação com agrotóxicos** – Nas conversar mantidas durante a vistoria, não houve relatos de morte de animais silvestre em decorrência de utilização de agrotóxicos. Nas observações in loco também não foi visualizada mortandade de animais. Somado a isso, como já mencionado



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

em itens anteriores, não é prática corrente na região a utilização de agrotóxicos em pastagens na região.

23. Intoxicação humana por agrotóxicos – Também não houve registro.

24. Destinação de embalagens, resíduos e lixo agrotóxico sem os cuidados necessários – acrescentamos que não é prática corrente no imóvel a utilização de agrotóxicos para limpeza de pastagens. Caso se faça uso dos agrotóxicos as embalagens devem ser devolvidas nos locais (posto de coletas) onde se comprou o produto, de acordo com o estabelecido na Lei Federal n.º 9.974/00 e Decreto n.º 4.074/02.

18-ASPECTOS TRABALHISTAS

No imóvel há cinco trabalhadores rurais, que também prestam de forma esporádica, entretanto as atividades se concentram atualmente na Faz. Conquista I. Segundo informações dos mesmos, apenas um dos trabalhadores do imóvel possui registro (carteira assinada).

Não foram observados indícios de trabalho em condições análogas ao trabalho escravo, entretanto, notam-se queixas pertinentes ao empregador por parte dos trabalhadores, principalmente, sobre as condições atinentes ao trabalho, faltando equipamento de segurança básica, considerados indispensáveis na atividade de campo. No entanto não percebemos a existência de conflito entre patrão e empregado, por ocasião dos trabalhos realizados durante a vistoria.

Há famílias de trabalhadores rurais acampadas dentro dos limites do imóvel, os quais foram percebidos por nós, no curso da vistoria, mas sem causarem esbulho ou perturbação que pudesse causar transtorno referente as atividades que por ventura pudesse ser exercida no imóvel.

No aspecto de atendimento às necessidades de saúde e educação dos trabalhadores rurais e suas famílias, o imóvel não dispõe desses serviços. No caso da assistência a saúde, quando há necessidade de atendimento médico/ambulatorial, são encaminhados a sede do município de Açailândia, distantes cerca de 65 Km do imóvel; onde há atendimento do SUS. Em relação ao acesso escolar, quando de ensino fundamental são atendidos pela escola existente no povoado “Novo Oriente”, oriundo do assentamento realizado pelo antigo GETAT. Distanto 6 km da sede da fazenda



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

Conquista I. Já o ensino médio a escola mais próxima fica na sede do município de Açailândia.

Está informado no Quadro 10, a relação das pessoas assalariadas com carteira assinada, e sem este benefício, levantados durante a vistoria do imóvel rural denominado "Fazenda Conquista II, que eventualmente exercem atividades também neste imóvel.

QUADRO 10 – Relação nominal dos trabalhadores assalariadas com carteira assinada e sem carteira assinada no imóvel, Faz. Conquista II, Município de Açailândia/MA.

SITUAÇÃO		Nomes	Função
NOME.	C.P.F.		
Assalariado com Carteira Assinada	010.200.943-03	Oziel Rodrigues da Costa	Serviços Gerais
Assalariado sem carteira assinada	577.011.803-20	Francisco Aparecido Martins de Souza	Serviços Gerais
Assalariado sem carteira assinada	004.941.713-40	Joilson de Melo de Sousa	Serviços Gerais
Assalariado sem carteira assinada	014.469.453-08	Elseni Melo de Souza	Serviços Gerais
Assalariado sem carteira assinada	827.749.783-00	Gilberto Pinheiro de Sousa	Vaqueiro

19-ASPECTOS SOCIAIS

Foram visualizados elementos que caracterizam ter sido a área objeto de acampamento por parte de parceiros sem durante o curso da vistoria, caracterizado pelo pequeno roço, não expressivo, mas que podem comprometer caso haja aumento significativo destes trabalhos, pois a área em tela deverá permanecer intacta, para que haja recuperação da mata a ser considerada com Reserva Legal e averbada pelo INCRA. em benefício dos posseiros, caso a área seja destinada ao assentamento. Foi detectado um acampamento do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Açailândia na área em tela, dentro dos limites e margens interior do imóvel, com 90 famílias de trabalhadores sem-terra que reivindicam a área para assentamento, relação em anexo.



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

20-IDENTIFICAÇÃO DAS BENFEITORIAS

As benfeitorias são todas obras acrescidas ao imóvel em decorrência da ação planejada do homem no sentido de se lhe melhorar a viabilidade de produção, conservação, estética e lazer e que não podem ser retirados do imóvel sem destruição, fratura ou dano.

No Quadro 11, é apresentada a descrição e a dimensão das benfeitorias. O levantamento das benfeitorias foi realizado em campo, sendo que a classificação adotada levou em consideração o critério **quanto à utilidade**, agrupadas em dois tipos:

- ✓ **Benfeitorias Não reprodutivas** – Definidas como as que não produzem por si, mas dão suporte e facilitam o processo produtivo do imóvel, estão vinculadas ao solo e não podem ser negociadas separadamente da terra, compreendendo as construções e edificações em geral como cercas, casa, currais, estradas, açudes, poços, galpões, aviários, instalações elétricas e hidráulicas e demais construções similares.
- ✓ **Benfeitorias Reprodutivas** – Aquelas capazes de reproduzir por si e cujo produto pode ser negociado separadamente da terra, com plantações em geral, pastagens artificiais, pomares, florestas artificiais.

QUADRO 11 - Levantamento das benfeitorias segundo a classificação quanto à utilidade, do imóvel rural "Fazenda Conquista II" /MA.

Benfeitorias Não Reprodutivas	
Cercas de arame liso	
Bebedouros retangulares e circulares.	
Açudes.	
Tubulação de mangueira.	
Tubulações de PVC..	
Estradas	
Energia elétrica.	
Casas residenciais.	
Benfeitorias Reprodutivas	
Inexistente.	



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

QUADRO 12 - Benfeitorias por ventura localizadas em áreas de preservação permanente, do imóvel rural "Fazenda Conquista II", Município de Açailândia/MA.

Serão descritos no quadro da avaliação e excluídos de acordo com as normas vigentes.

21-USO POTENCIAL RECOMENDADO PARA O IMÓVEL

No estudo da viabilidade técnica para definir se as terras são economicamente úteis para implantação de assentamento rural, procurou-se identificar e mapear a cobertura vegetal e o uso do solo, os tipos de solos e capacidade de uso, definiu-se as classes de declividade, a disponibilidade de recursos hídricos, bem como as respectivas áreas com possibilidade ou com restrição de uso pelas suas características naturais. Somado a isso se levou em consideração os dados técnicos e sócio-econômicos regionais coletados, apresentados ao longo deste trabalho.

A análise das características intrínsecas coletadas no imóvel demonstra que **100%** do imóvel possuem Aptidão Regular das terras nos Níveis de Manejo B e C. No Nível de manejo B, as práticas empregadas podem ser perfeitamente assimiladas pelos beneficiários da Reforma Agrária, incluem calagem e adubação com NPK, tratamento fitossanitários simples, mecanização com base na tração animal ou na tração motorizada, apenas para desbravamento e preparo inicial do solo, caracteriza-se pela aplicação modesta de capital e de resultados de pesquisas para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras. Já o nível C, será atingido com uma maior aplicação tecnologias e capital.

Os recursos hídricos naturais disponíveis no imóvel são de origem subterrânea, alimentada por poços de outras áreas, não permitindo na atualidade uma agricultura com tecnologia para irrigação.

A combinação dos fatores solo e clima dão segurança para se afirmar que a propriedade possui bom potencial para a exploração agrícola e pecuária.

No entanto, preconiza a legislação ambiental, que apenas 20% da área podem ser utilizadas com corte raso, Estas áreas situadas sobre Latossolo Amarelo - textura muito argilosa, fase relevo plano e suave ondulado. Sendo assim, deve ser essa a área utilizada para desenvolver atividades agrícolas sem que necessitam para sua implantação de remoção da sua cobertura vegetal, evitando-se a abertura de novas.

As terras de Classe III (85%), no caso, apresentam moderadas limitações de uso. Os solos desta classe no imóvel são típicos de declives moderados, não apresentando problemas do uso de mecanização. Por possuírem baixa fertilidade natural, requerem aqui medidas intensivas a fim de poderem ser cultivados segura e permanentemente. São terras moderadamente boas para cultivo.

Na classe IV, estão classificados em cerca de (05%) da área. Apresentam sérias restrições para uso com culturas temporárias, quando explorada sem os cuidados adequados de correção, adubação e medidas de conservação do solo, em



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

virtude da vulnerabilidade do solo à erosão e dificuldades na operação de motomecanização; no entanto, são aptas a utilização com culturas permanentes, protetoras do solo.

As terras de Classe VI (09%), apesar de impróprias para culturas anuais, podem ser utilizadas para a produção de certos cultivos permanentes úteis como: pastagens ou reflorestamento, e ainda outras desde que adequadamente manejadas. No caso em foco, deve-se estar atentos às práticas permanentes de conservação do solo.

Na classe VIII (01%), não encontramos área de preservação permanente, mas argissolos com alta pedregosidade que se enquadra em classe VIII.

Convém ressaltar que a criação de um projeto de assentamento rural na área em questão permitirá que as áreas de Reserva Legal do imóvel sejam estabelecidas, através de sua averbação junto à matrícula de registro do imóvel.

Observando que a proposta de criação de um assentamento rural nesta área, deverá ter como fundamento básico à agricultura familiar articulada com a preservação ambiental, buscando estabelecer uma compatibilidade entre o social, o econômico e o ambiental.

O Projeto de Assentamento a ser implantado permitirá, preliminarmente, o assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem terra, que se encontram acampadas no imóvel.

Recomenda-se assentar trabalhadores rurais economicamente sustentáveis, numa relação custo/benefício favorável, com especial atenção ao quantitativo exposto revelado neste laudo.

Portanto, pelos elementos colhidos e as análises realizadas, revelam que há viabilidade econômica, social e ambiental para implantação de PA.

22-CÁLCULO DA ÁREA ÚTIL E CAPACIDADE DE ASSENTAMENTO.

O Código Florestal Brasileiro vigente (Lei 4.771/65 e alterações posteriores acrescida pelas MP-2.166-67 de 24 de agosto de 2001) estabelece um percentual mínimo de 80% de reserva legal para as propriedades rurais localizadas em áreas de florestas na Amazônia Legal; permite ainda, que o percentual de Reserva Legal, possa ser reduzido para até 50% quando existir zoneamento ecológico econômico e zoneamento agrícola, indicando claramente a possibilidade técnica desta redução. Vejamos:

"Art. 16. As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressaltadas as situadas em área de preservação permanente, assim como



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12) 72
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo: oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal;

§ 2º *A vegetação da reserva legal não pode ser suprimida, podendo apenas ser utilizada sob regime de manejo florestal sustentável, de acordo com princípios e critérios técnicos e científicos as hipóteses previstas no § 3º deste artigo, sem prejuízo das demais legislações específicas.*

§ 3º *Para cumprimento da manutenção ou compensação da área de reserva legal em pequena propriedade ou posse rural familiar, podem ser computados os plantios de árvores frutíferas ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas.*

§ 5º *O Poder Executivo, se for indicado pelo Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE e pelo Zoneamento Agrícola, ouvidos o CONAMA, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, poderá: - reduzir, para fins de recomposição, a reserva legal, na Amazônia Legal, para até cinquenta por cento da propriedade, excluídas, em qualquer caso, as Áreas de Preservação Permanente, os ecótonos, os sítios e ecossistemas especialmente protegidos, os locais de expressiva biodiversidade e os corredores ecológicos;*

Prevê ainda este Diploma a hipótese em que se pode computar a área de Preservação Permanente dentro da Reserva Legal:

Art. 16 - § 6º *Será admitido, pelo órgão ambiental competente, o cômputo das áreas relativas à vegetação nativa existente em área de preservação permanente no cálculo do percentual de reserva legal, desde que não implique em conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo, e quando a soma da vegetação nativa em área de preservação permanente e reserva legal exceder a: - oitenta por cento da propriedade rural localizada na Amazônia Legal;*

(Lei nº 4.771/65, alterada pela MP- 2.166-67 de 24/08/2001).

Assim sendo, como o corte raso permitido é de 20%, o que poderá incidir sobre área antropizada, necessário a utilização com culturas alimentares de subsistência.



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

Para o imóvel em estudo a capacidade de assentamento deverá seguir o demonstrativo a seguir, utilizando-se somente a área aproveitável.

Classe	% da área útil	Modelo familiar(ha)	Cálculo Área útil.%/Mod.familiar	N.º famílias
III	100	20,0000	$238,0908 \times (1,00 / 20)$	11,90
TOTAL DA CAPACIDADE ESTIMADA				11 famílias

Conforme demonstra o quadro acima, a capacidade de assentamento levando em consideração unicamente a classe de capacidade de uso e a área útil do imóvel, temos uma capacidade de suporte para **11 (onze)** famílias de Trabalhadores Rurais.

No entanto, considerando os aspectos levantados no diagnóstico Regional, que a maioria das terras do imóvel tem aptidão agrícola regular para os cultivos agrícolas, as características dos solos e topografia da área da propriedade, que pode ser utilizada com exploração de corte raso, das suas classes de declividade, favoráveis ao desenvolvimento de agricultura mecanizável. Tecnicamente, nestes moldes, já que a disponibilidade de água, se faz necessário a implantação de poços artesianos, a capacidade de assentamento está firmada em **11 famílias** de trabalhadores rurais indicadas acima, sem perder de vista a sustentabilidade ambiental, social e econômica significativa da propriedade e o bem estar das famílias.

23- CONCLUSÃO

O imóvel rural “Fazenda Conquista II”, foi objeto de levantamento preliminar e avaliação, para obtenção de dados e informações com respeito visando ao assentamento de parceiros sem terra.

O imóvel situa-se no município de Açailândia/MA, mas tem uma maior ligação e proximidade com o município de Açailândia/MA, distando dali cerca de 65 km.

De acordo com o art. 9, da Lei nº 8.629/93, a função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente os requisitos de aproveitamento racional e adequado; Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente e observância das disposições que regulam as relações de trabalho.

No momento da vistoria, como não se notou qualquer atividade rural, ou mesmo de qualquer espécie, não foi possível verificado o desrespeito às condições de trabalho, nem danos ambientais que venham a afetar a equilíbrio ambiental do imóvel, apesar haver desrespeito à legislação ambiental, por ter utilizado no passado, cerca de



Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / SR (12)
 Unidade Avançada de Imperatriz – U.A.ITZ
 Rua Rafael de Almeida Ribeiro, S/N. Bacuri – Imperatriz/MA. CEP:65903-405

55,62% da área com corte raso, quando o permitido e no máximo 20% em ambiente de floresta na área da Amazônia Legal, além de não possuir reserva legal averbada. Atualmente esta vegetação está quase que toda recuperada naturalmente, acima do limite dos 80 %, como preconiza a lei Ambiental.

Verificamos no curso da vistoria, agricultores acampados na margem interna da Fazenda, os quais deram início a pequenos broques, no início de preparo da área para atividades agrícola, dentro da área de floresta nativa e em elevado estágio de recuperação. No entanto, estas áreas, no período da vistoria eram de pouca expressividade. Portanto, se faz necessário a intervenção dos Órgãos que trata do Meio Ambiente, no sentido de coibir e orientar sobre o avanço de atividades praticadas pelos parceiros para que não venha comprometer a sustentabilidade das famílias futuras e sobretudo, que estejam de acordo com a Legislação Ambiental.

Diante do exposto, somos de parecer favorável ao aproveitamento do imóvel supra citado: Faz. Conquista II, já que o mesmo pertence a União Federal, para o assentamento de parceiros ali acampados, orientando-os da necessidade das observações as normas Ambientais, que recomenda que seja aproveitada apenas os 20 % da área incidente na parte já antropizada, descontando da mesma as áreas de preservação permanente e inaproveitáveis. Informamos ainda haver permissividade do titular do imóvel quanto a permanência dos acampados até que sejam efetivado os cálculos para indenização das benfeitorias. Como só pudemos observar a ocupação durante o curso da vistoria, optamos por terminar, mas entendemos que antes de seguir o curso normal o processo de indenização, deverá ser coibido do avanço do desmatamento da área em epígrafe para que não fira a legislação ambiental.

24-AVALIAÇÃO DAS BENFEITORIAS INDENIZÁVEIS.

As benfeitorias não reprodutivas existentes no imóvel, foram todas levantadas e avaliadas, estando localizadas fora da área de preservação permanentes e Reserva Legal, ou consideradas, de acordo com as normas em vigor, ou seja de acordo com a MP de N° 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, que altera os artigos 1°, 4°, 16 e 44 e acresce dispositivos à Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal. Caso fossem encontradas, não seriam objeto de avaliação. As que atendem os requisitos legais serão avaliadas e comporão o valor da indenização de benfeitorias.

O método aqui utilizado foi o **Método da Quantificação de Custo**, que consiste na identificação do **Custo de Reedição**, ou seja, o custo de reprodução descontada a depreciação do bem, tendo em vista o estado de conservação e funcionalidade.

ANEXO C – DECLARAÇÃO DE NORMALIZAÇÃO

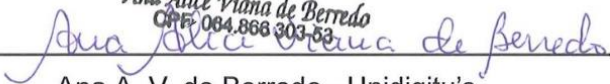


DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, junto a Universidade Estadual do Maranhão, que a dissertação / intitulada **IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS NO CONTEXTO DOS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA-MA**: luta e resistência dos camponeses do Assentamento João do Vale, do aluno (a) **LEILA ANDRÉA FERNANDES DE SENA**, foi devidamente revisada, estando de acordo com as Normas da ABNT.

10.380.003/0001-51
ANA A. V. DE BERREDO
Av. Jerônimo de Albuquerque Nº 2000 Sl. 105
Bequimão
CEP: 65.060-645
São Luís - MA.

São Luís, 13 de maio de 2016

Ana Alice Viana de Berredo
CPF: 084.868.303-53

Ana A. V. de Berredo - Unidigitu's

ANEXO D – DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO ORTOGRÁFICA

Declaro para os devidos fins, junto a Universidade Estadual do Maranhão, que a dissertação / intitulada **IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS NO CONTEXTO DOS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA-MA**: luta e resistência dos camponeses do Assentamento João do Vale, do aluno (a) **LEILA ANDRÉA FERNANDES DE SENA**, foi objeto de revisão gramatical e/ ou ortográfica.

São Luís, 13 de maio de 2016

Ramiro Azevedo
Reg. MEC - 20.725
Proc. nº 242-128/65

Profº Ramiro Azevedo